



Dossiê

Olhares, abordagens e estudos sobre o Sertão

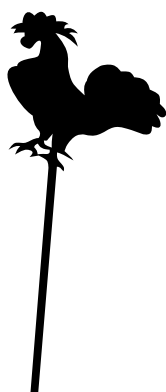
Referência da imagem capa

Touro bravo na caatinga de Newton Navarro. 1985. Nanquim e aquarela sobre papel. Acervo da Pinacoteca do Estado do RN. Fotografia de Gabriel Araújo, 2025. Tirada na exposição “*Newton Navarro: os frutos do amor amadurecem ao sol*”, curadoria de Elidete Alencar e Angela Almeida, exposição com lugar na galeria Convivart do NAC/UFRN.

Revista GALO

Dossiê

Olhares, abordagens e estudos sobre o Sertão



Capa: Gabriel Araújo

Imagem da capa:

Touro bravo na caatinga de Newton Navarro. 1985, nanquim e aquarela sobre papel. Acervo da Pinacoteca do Estado do RN. Fotografia de Gabriel Araújo, 2025. Tirada na exposição “Newton Navarro: os frutos do amor amadurecem ao sol” curadoria de Elidete Alencar e Angela Almeida, exposição com lugar na galeria Convivart do NAC/UFRN.

Tipografia: Libertinus, Tex Gyre Heros

Os artigos aqui publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da revista Galo, de seu corpo editorial e científico ou da Biblioteca Ocidente.

Visite-nos em revistagalo.com.br, no Bluesky @revistagalo.com.br e no Instagram @revistagalo.

A Revista Galo é um periódico científico publicado pela Editora Biblioteca Ocidente

Dados da catalogação de publicação da Biblioteca Ocidente, Parnamirim-RN, Brasil

REVISTA GALO: Arte, Sociedade & Cultura. [Versão Eletrônica] Ano 6, n. 12.
(jul./dez. de 2025). Parnamirim-RN.

Periódico Semestral.

Dossiê: Olhares, abordagens e estudos sobre o Sertão. / Organização de
Gustavo Sobral, Octávio Santiago e Juliana Bulhões. – 2025.

PDF

ISSN: 2675-7400

1. Sertão. 2. Arte. 3. História. 4. Literatura. I. Oliveira, Francisco Isaac
Dantas de (Editor). II. Título.

CDD: 900.5

Esta revista e os artigos nela encontrados são disponibilizados sob os termos da licença
Atribuição-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0) da Creative Commons. Que
pode ser baixada em https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.pt_BR.



Sumário

Editorial	6
-----------	---

Dossiê

Olhares, abordagens e estudos sobre o Sertão	7
---	----------

Kacia Mikaela de Sousa

Impressões de Spix e Martius sobre a Província do Piauí	8
---	---

Helder Alexandre Medeiros de Macedo

Casamentos e formação de parentelas nos sertões do Rio Grande do Norte: aproximações ao estudo de pessoas cabras na Freguesia do Seridó (séculos XVIII–XIX)	24
---	----

Edmilson Bezerra do Nascimento Júnior

Atribuições de cor/raça dada as crianças batizadas na cidade sertaneja pernambucana de Floresta no século XIX (1868–1888)	42
---	----

Ewerton Matheus Menezes Sousa Brito e Angélica dos Santos Freire

A moça caetana e a “morte domada” sertaneja: mentalidade medieval na representação do morrer, da morte e do sagrado em O Romance d’A Pedra do Reino de Ariano Suassuna	60
--	----

André Vilaça Guerra Monteiro

Viajando pelos sertões de José de Alencar: uma análise do conceito de <i>sertão</i> na obra <i>O Sertanejo</i> (1875)	81
---	----

Pedro Henrique de Andrade e Fabrício Rodrigues dos Santos

Os diamantes de Nova Lorena Diamantina: as grandes pedras em disputa no Brasil Colônia	100
--	-----

Artigos livres	115
-----------------------	------------

Gustavo Leite Sobral e Juliana Bulhões Alberto Dantas

História do jornalismo no Rio Grande do Norte: jornalismo e política na província .	116
---	-----

Leonardo da Silva Claudiano, Marcos Pontes Lavrador e Nathalia Fernanda Prado Campos

Deslocamentos e literatura na educação de jovens e adultos (EJA): leituras mediadas na EMEB Professor Ruy Coelho, em Ferraz de Vasconcelos (SP)	131
---	-----

Análise iconográfica	146
<i>Francisco Isaac D. de Oliveira</i>	
Pequeno álbum iconográfico dos costumes do Sertão: uma masculinidade vaqueira nos sertões coloniais e oitocentistas	147
Entrevista	151
<i>Bruno Balbino Aires da Costa</i>	
Entrevista da professora Denise Mattos Monteiro concedida ao pesquisador Bruno Balbino Aires da Costa	152
Poesia	163
<i>Ângelo Cardoso Sá</i>	
Amor de poeta	164
<i>Alex Ribeiro Maia Baroni</i>	
Sonho de lugar	165
<i>Gustavo Leite Sobral</i>	
Desenhos de cidades do sertão	166
Ficha técnica	187

Editorial

O sertão é, já foi e será um tanto de coisas. Território, pois já foi indefinido, e quando definido, foi pelo que não era. Sertão já foi tudo que não era litoral. Associado à distância, lonjura, à seca, à criação de gado, a um modo de vida que uns caracterizaram como uma civilização, no tempo em que a História tinha essa pegada de estudar civilizações.

Sertão também já foi algo e tudo isso que já foi e parece que continua sendo, uma ideia de ser, o ser tão, e todo um imaginário foi criado em seu entorno, e não nos referimos apenas à literatura de Guimarães Rosa, pois cada escritor teve um seu, de Euclides da Cunha a Raquel de Queiroz, aos que vão chegando. Sertão é, foi e sempre será uma espécie de lugar-ideia.

Parte destes sertões é também o que se apresenta aqui na Galo. Uma revista que desbrava e vaqueja sempre temas e ideias, tirando-as também do lugar, pois seus articulistas vão sempre mostrando que não existe um só caminho, mas muitas veredas, em torno de um tema. Pesquisar vira uma coisa do vaqueiro, de tanger, aboiar, ajuntar, reunir informações, é pensar, problematizar, conceituar, buscar vestígios.

Tudo com uma precisão parece que parecida com a dos rastejadores de abelha, e sobre eles escreveu Oswaldo Lamartine, escritor potiguar, que dona Rachel de Queiroz empossou como sertanólogo. Falar de sertão é falar, portanto, de um tanto de coisas, como no artigo sobre os passos dos naturalistas bávaros Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius.

Também pode ser estudar os “cabras” na Freguesia do Seridó, a partir dos casamentos e formações de parentelas que aconteciam entre os séculos XVIII e XIX. É também refletir sobre as atribuições de cor e raça das crianças da sertaneja cidade de Floresta, em Pernambuco. É enfrentar a danada da Moça Caetana na Pedra do Reino, romance do grande Ariano Suassuna, para entender a mentalidade medieval na representação do morrer. E que lindo isso!

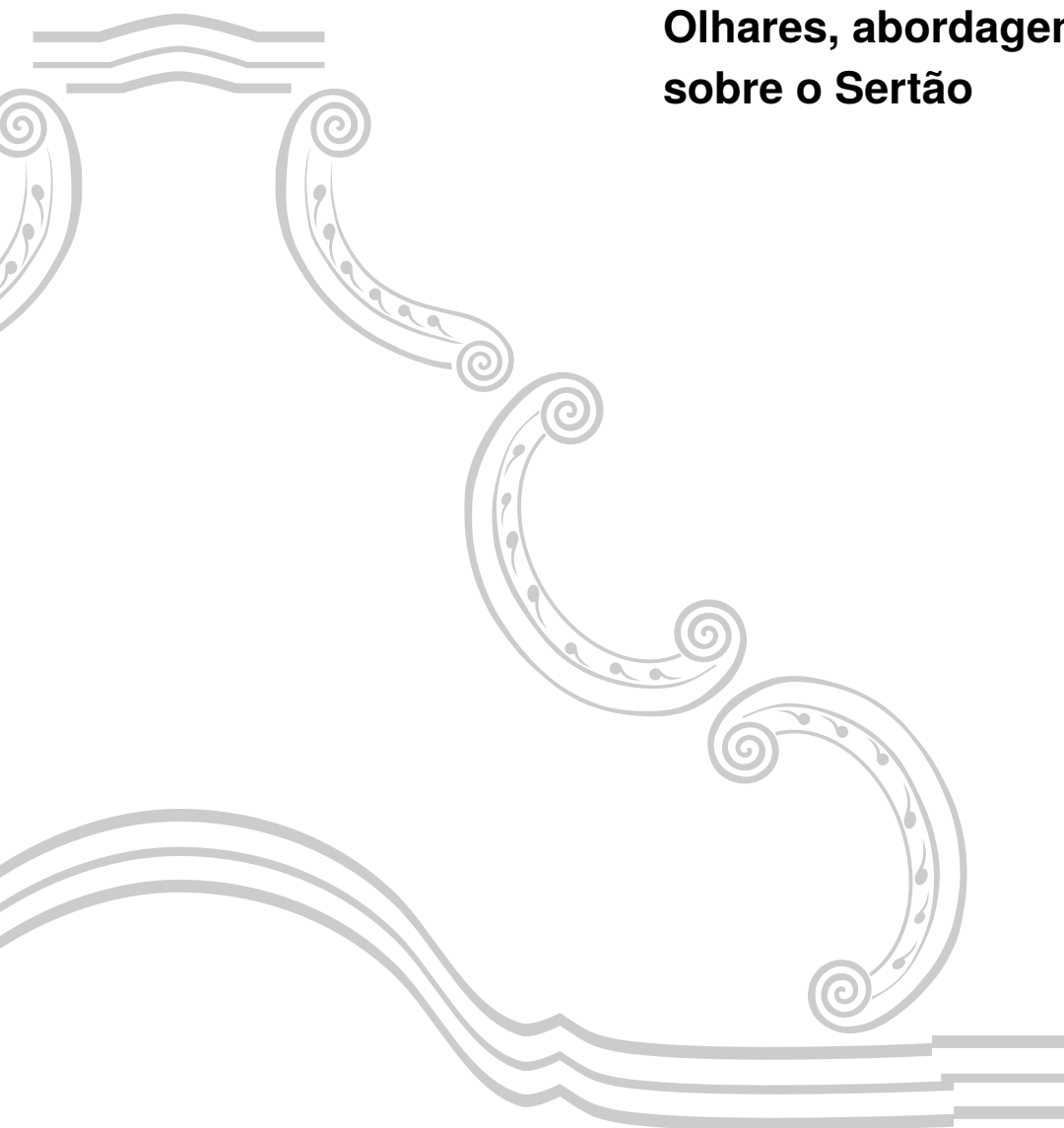
É viajar pelos sertões de José de Alencar; é também conhecer as grandes pedras em disputa no Brasil Colônia pelos diamantes de Nova Lorena Diamantina; como também é adentrar nas correlações entre jornalismo e política no Rio Grande do Norte, no século XIX, e acompanhar toda a configuração de um tempo.

É nesta toada, defronte este espaço tido por insólito e plural, indefinível, que encontramos em facetas, outras faces de um sertão único e singular, mas que é tantos quantos são os Severinos, que podem até ser iguais e até mesmo diferentes em tudo, até na sina.

Me. Gustavo Leite Sobral (UFRN)
Dra. Juliana Bulhões Alberto Dantas (UnB)

Dossiê

**Olhares, abordagens e estudos
sobre o Sertão**



Impressões de Spix e Martius sobre a Província do Piauí

Kacia Mikaela de Sousa¹

Spix and Martius's impressions of the Province of Piauí

Revista Galo v. 6 n. 12
<https://doi.org/10.53919/g12d1>

Resumo. Este artigo analisa os relatos dos naturalistas bávaros Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) sobre a província do Piauí no início do século XIX. Durante sua expedição ao Brasil entre 1817 e 1820, esses viajantes documentaram aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos da região, evidenciando uma perspectiva eurocêntrica na construção de suas narrativas. Sobre a cidade de Oeiras, então capital da província, destacam elementos como a estrutura urbana, a economia baseada na pecuária e a vida cotidiana dos habitantes. Os relatos também enfatizam a percepção europeia de progresso e civilização, contrastando a realidade local com os padrões ocidentais. Além disso, o estudo investiga as condições sanitárias da região, a relação dos viajantes com a elite local e suas observações sobre os sertanejos e escravizados. A análise dessas narrativas permite compreender como os viajantes estrangeiros ajudaram a moldar a imagem do Brasil no exterior, influenciando discursos científicos e políticos da época. Dessa forma, o estudo contribui para a historiografia ao contextualizar as observações dos viajantes dentro do cenário mais amplo das expedições científicas do século XIX.

Palavras-chave. Viajantes naturalistas. Piauí. Século XIX.

Abstract. This article analyzes the accounts of Bavarian naturalists Johann Baptist von Spix (1781–1826) and Carl Friedrich Philipp von Martius (1794–1868) regarding the province of Piauí in the early 19th century. During their expedition to Brazil between 1817 and 1820, these travelers documented the region's social, economic, cultural, and political aspects, highlighting a Eurocentric perspective in the construction of their narratives. Concerning the city of Oeiras, then the provincial capital, they emphasize elements such as urban structure, a cattle-based economy, and the daily lives of its inhabitants. Their accounts also stress the European perception of progress and civilization, contrasting the local reality with Western standards. Additionally, the study examines the region's sanitary conditions, the travelers' relationship with the local elite, and their observations on the sertanejos and enslaved people. The analysis of these narratives helps to understand how foreign travelers contributed to shaping Brazil's image abroad, influencing the scientific and political discourses of the time. Thus, the study contributes to historiography by contextualizing the travelers' observations within the broader framework of 19th-century scientific expeditions.

Keywords. Naturalist travelers. Piauí. 19th-century.

¹Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal da Grande Dourados. Bolsista CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3073-3902>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1300850322720575>. E-mail: kaaciasousa31@gmail.com.

Introdução

[...] Indescritível sensação apoderou-se de todos nós, no momento em que a âncora deu no fundo de outro continente, e o troar dos canhões, com irrupção da música de guerra, saudou o almejado alvo: a feliz conclusão da viagem marítima. (Spix; Martius, 1981, p. 43).

Desde o século XVI, o continente americano tem sido visitado por estrangeiros de diferentes perfis, incluindo aventureiros, comerciantes, cronistas, naturalistas, missionários, cientistas e artistas, cada um desempenhando funções diversas (Belluzzo, 1996). No entanto, foi ao longo do século XIX que a presença de viajantes se intensificou no território brasileiro, um fenômeno diretamente relacionado à chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, ocasião em que o rei D. João VI, por meio de acordos comerciais, autorizou a abertura dos portos às nações amigas (OLIVEIRA, 2006). Até então, o comércio brasileiro permanecia restrito às diretrizes impostas pelo Império Português. Isso o tornava pouco conhecido pelas demais nações europeias, limitando a realização de investigações científicas sobre o país.

Com a transformação da colônia em sede da monarquia portuguesa, o Brasil passou a desfrutar de um novo prestígio, despertando o interesse de estrangeiros em explorar suas particularidades. Além das mudanças políticas e comerciais, outros fatores também motivaram diversos viajantes estrangeiros a empreenderem expedições ao Brasil. Os viajantes que percorreram o Brasil eram pessoas de diferentes origens e diferentes formações intelectuais. Segundo o historiador José Carlos Barreiro:

Esse movimento é particularmente intenso a partir de inícios do século XIX. Procedentes de muitas regiões, eles percorrem todas as províncias do Brasil ao longo do século XIX, deixando registros minuciosos sobre aspectos múltiplos da vida social, econômica e política do país. (Barreiro, 2002, p. 9).

Conforme mencionado anteriormente, os viajantes estrangeiros eram provenientes de diversos países, incluindo Inglaterra, França, Alemanha e Portugal, entre outros. Muitos registraram observações sobre os habitantes, a fauna, a flora e os aspectos geográficos das regiões exploradas, mas é importante notar que essas descrições estavam frequentemente permeadas por uma perspectiva eurocêntrica, refletindo suas concepções ideológicas. Como observa Ana Paula de Oliveira (2006), os relatos abordavam uma ampla variedade de temas, incluindo a natureza, a vida social tanto rural quanto urbana dos habitantes das províncias e os recursos naturais das regiões percorridas. Além disso, também analisavam as relações de trabalho, a escravidão, a economia, a cultura dos povos nativos e os acontecimentos recentes durante sua estadia na província.

Diante disso, os relatos de viagem têm sido amplamente utilizados por pesquisadores como fonte de estudo em diversas áreas do conhecimento, incluindo a História, e em diferentes

períodos históricos. Por abrangerem múltiplos aspectos das sociedades com as quais os viajantes tiveram contato, esses relatos permitem a investigação de uma ampla gama de temas. No entanto, ao analisar e interpretar essas narrativas, é fundamental considerar a presença do eurocentrismo em suas descrições, uma vez que os aspectos político-ideológicos subjacentes não podem ser ignorados.

Conforme a historiadora Stella Maris Scatena Franco, é preciso estar observar as “intencionalidades evidenciadas nas entrelinhas do discurso dos viajantes, o lugar de enunciação — nacional, social e ideológico — do porta-voz daquele discurso ou os interesses que mobilizaram suas representações” (Franco, 2011, p. 71). Entre os tipos de relatos de viagem, destacam-se os oficiais (governamentais), pessoais, científicos e comerciais, exigindo cuidado na análise, conforme Mary Anne Junqueira (2011). A autora alerta para as diferenças entre um relato de viagem de um cientista e o de um diplomata, por exemplo. O período em que a narrativa foi escrita também deve ser levado em consideração, pois viajantes do século XIX possuíam interesses e motivações diferentes dos do século XX. Margarida Maria da Silva Corrêa (1997) aponta que o uso de relatos como fontes de pesquisa no Brasil não é recente, inclusive “o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), desde sua fundação, cedeu certo espaço de sua revista para divulgação de alguns relatos, além de receber visitas de viajantes que conheciam o país” (Corrêa, 1997, p. 63).

No Brasil, no início do século XIX, vários viajantes estrangeiros transitaram pelo interior do país, sendo que alguns desses viajantes tiveram seus nomes divulgados em jornais da época.² É importante ressaltar que muitas viagens de cunho científico realizadas no decorrer do século XIX receberam influência de Alexander Von Humboldt, que se destacou por empreender expedições científicas na América Latina, além de contribuir de forma significativa em outras áreas de conhecimento. Como afirma Kury (2001, p. 865), “os viajantes-naturalistas que vieram ao Brasil reivindicavam a influência de Humboldt [...] a obra de Humboldt sobre o Novo Mundo e sua aura de grande sábio são referências constantes para seus contemporâneos que vieram ao Brasil”. Esse movimento gerou a publicação de registros de viagens que contribuíram para a formação da “visão do Brasil” na Europa, incluindo as províncias do interior, como o Piauí.

Neste trabalho, objetiva-se analisar as narrativas dos naturalistas bávaros Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, que estiveram no Brasil entre 1817 e 1820, buscando compreender como eles descreveram a Província do Piauí. Além disso, busca-se discutir como esses viajantes observaram e descreveram esses aspectos sob o prisma eurocêntrico, construindo seus discursos sobre o “outro” e se posicionando como detentores de civilidade, enquanto consideravam os habitantes da colônia como seres “incivilizados”. Segundo Tzvetan Todorov, o sujeito estrangeiro “não percebe o outro [...] e impõe a ele seus próprios valores” (Todorov, 2003, p. 30). Na perspectiva de Todorov, o “outro” sempre é visto

²Para mais informações, Cf. JORNAL O CENSOR BRASILEIRO (RJ). Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital Brasileira. Edição 00022(1) n° 21, 20/06/1828, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702420&pesq=%22Reinos%20animal,%20Vegetal,%20e%20Mineral.%20Seria%22&pagfis=168>

com estranhamento, como algo inferior, um ser que está fora e dentro de quem vê. O “diferente” causa estranhamento aos estrangeiros, e o “outro” torna-se objeto de observação em suas narrativas.

A análise das narrativas dos viajantes naturalistas Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius é relevante para este estudo, pois possibilita uma compreensão aprofundada de como esses estrangeiros interpretaram e descreveram a Província do Piauí no início do século XIX. Suas observações, moldadas por suas origens, formações intelectuais e contexto histórico, oferecem uma perspectiva sobre a região. O estudo dessas narrativas não apenas contribui para a historiografia regional, mas também amplia o debate sobre as representações externas do Brasil no contexto europeu da época.

A metodologia utilizada neste trabalho para analisar os relatos dos viajantes naturalistas Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius baseia-se em uma abordagem qualitativa, com foco na análise textual e histórica. A partir de uma leitura crítica dos escritos dos viajantes, procurou-se identificar as percepções e interpretações destes sobre a Província do Piauí no início do século XIX. A pesquisa se concentrou em compreender como os elementos culturais, sociais e econômicos da região foram descritos, levando em conta o contexto histórico e intelectual dos autores. Dessa forma, a metodologia permitiu uma compreensão aprofundada dos relatos, considerando tanto a perspectiva externa dos viajantes quanto as influências de seu próprio contexto cultural e científico.

Spix e Martius, naturalistas e cientistas alemães, realizaram uma expedição ao Brasil no início do século XIX. Spix, naturalista e zoólogo, e Martius, botânico e médico, foram enviados pela corte bávara em 1817 para explorar a fauna, a flora e as características geográficas do Brasil. Durante sua estadia, os dois realizaram importantes estudos e coleções científicas, documentando de forma detalhada a biodiversidade e as culturas do país. Sua missão tinha o objetivo de expandir o conhecimento europeu sobre o Brasil, que, na época, era considerado um território pouco explorado, e de enriquecer os acervos científicos e naturais da Europa com as descobertas feitas durante sua expedição.

A Expedição de Spix e Martius: A chegada dos naturalistas alemães ao Brasil

Ao avistarem o Rio de Janeiro, então capital do Império português, os viajantes naturalistas Spix e Martius expressaram grande entusiasmo diante da paisagem que se lhes apresentava. Em sua obra *Viagem pelo Brasil 1817–1820*, no primeiro volume, eles descrevem com admiração as impressões visuais causadas pelo cenário, conforme transcrito a seguir:

Do azul escuro do mar, elevam-se as margens banhadas de sol e no meio do verde vivo destaca-se a brancura das casas, capelas, igrejas e fortalezas. Atrás levantam-se audaciosos rochedos de formas imponentes, cujas encostas ostentam em toda a plenitude a uberdade da floresta tropical. Odor ambrosiano derrama-se dessa

soberba selva, e, maravilhado, passa o navegante estrangeiro por entre as muitas ilhas cobertas de majestosas palmeiras (Spix; Martius, 1981, p. 43).

O cenário descrito pelos viajantes Spix e Martius suscitou um claro encanto, que se reflete na sua comparação do Brasil com um “jardim paradisíaco” (Spix; Martius, 1981, p. 43). Essa visão revela o fascínio dos viajantes por um país cujas riquezas naturais eram notáveis, mas que ainda permaneciam envoltas em mistérios, aguardando para ser desvendadas pelas grandes instituições científicas e europeias. Ao desembarcarem no Rio de Janeiro, observaram que a cidade apresentava aspectos semelhantes aos das grandes urbes europeias. Como afirmaram, pelo menos na capital do Império “[...] tanto fez a influência da civilização e cultura da velha e educada Europa para remover deste ponto da colônia os característicos da selvajaria americana, e dar-lhe cunho de civilização avançada” (Spix; Martius, 1981).

É fundamental destacar, nesse contexto, o ideário de civilização presente no discurso desses viajantes. Ao afirmarem que apenas a cultura europeia poderia libertar a colônia da “selvajaria americana”, Spix e Martius sublinham uma visão eurocêntrica de superioridade. Em suas observações, a Europa é vista como a detentora da civilização, capaz de transformar e “melhorar” os territórios do Novo Mundo. Este discurso reflete uma hierarquia de culturas, na qual as sociedades europeias eram consideradas os modelos de civilização, e as demais, especialmente as das Américas, eram vistas como inferiores, necessitando da intervenção e orientação europeias para alcançar o progresso. A ideia de civilização, portanto, é carregada de uma forte carga ideológica que justifica a dominação e a exploração do território americano, refletindo as relações de poder e o colonialismo da época.

É fundamental levar em conta a formação acadêmica desses viajantes estrangeiros, a fim de evitar anacronismos, uma vez que, para os naturalistas e cientistas do século XIX, a ciência era vista como o único caminho para libertar a humanidade de seu estado de barbárie. Em outras palavras, acreditava-se que apenas a ciência teria o poder de civilizar os seres humanos. Sobre o papel da ciência na primeira metade do século XIX, o autor Anderson Pereira Antunes observa que:

Na busca pelo nacional e pela excelência da Nação, as ciências eram utilizadas como ferramentas que trariam o progresso. As expedições científicas tinham por fim a exploração dos territórios e a descoberta de riquezas naturais. O estudo das tribos indígenas permitiria uma maior compreensão da origem do homem americano. Na busca pelo progresso, a ciência era a ferramenta do Estado e, os museus, locais de ciência. (Antunes, 2011, p. 17–18).

Como mencionado anteriormente, acreditava-se que o progresso só seria alcançado por meio da ciência. No contexto da ciência no Brasil na primeira metade do século XIX, a maior parte da produção científica era realizada por naturalistas viajantes, que chegavam ao país com o propósito de coletar espécimes e enviá-los à Europa para estudo (Antunes, 2011).

As narrativas produzidas pelos viajantes durante seus itinerários oferecem uma valiosa oportunidade para conhecer melhor o Brasil do século XIX, incluindo as regiões interioranas por onde passaram. É importante lembrar que, após a transferência da corte portuguesa para o Brasil, ocorreram mudanças significativas nos âmbitos político, econômico e social, tanto na Europa quanto na colônia luso-americana, que se tornou o centro administrativo do Império Português. Essas transformações propiciaram e incentivaram as expedições científicas estrangeiras pelo território brasileiro.

Inicialmente, a expedição dos naturalistas bávaros Spix e Martius tinha como objetivo principal o estudo da fauna, da flora e dos habitantes do Brasil. No entanto, além da pesquisa científica, eles também realizaram importantes registros sobre diversos aspectos, como os hábitos das sociedades com as quais entraram em contato, economia, política, cultura, clima, entre outros. No campo da botânica, a sistematização das espécies vegetais realizada por esses viajantes é considerada um dos estudos mais significativos de sua área. Dessa forma, suas contribuições geraram valiosos documentos para a história brasileira. Para compreender a presença estrangeira no Brasil, é necessário também considerar o elevado custo dessas expedições. Ou seja, a decisão de viajar para outro continente não era isenta de motivações, sendo fundamental analisar os interesses subjacentes desses indivíduos.

Segundo Karen Macknow Lisboa (1995), em 1815, ocorreu a solicitação à Real Academia de Ciências de Munique pelo rei Maximilian Joseph I da Baviera, com o objetivo de organizar uma viagem científica ao interior da América do Sul. Com a vinda da Arquiduquesa austríaca, Carolina Leopoldina (1797 — 1826), ao Brasil, em virtude de seu casamento com D. Pedro I, príncipe herdeiro da coroa de Portugal, Brasil e Algarves, adveio — devido o contato familiar entre o rei da Baviera e o imperador da Áustria, chamado Francisco I, de quem era sogro — a oportunidade de incluir Spix e Martius na comitiva da noiva, com destino ao Brasil.

Esta viagem proporcionou uma oportunidade para a Corte de Viena enviar cientista renomados ao Novo Mundo como parte da comitiva da arquiduquesa Leopoldina. De acordo com os naturalistas Spix e Martius,

A Alfândega não impôs a menor dificuldade desde que soube termos vindo na fragata *Áustria* e sob o patrocínio de S.M. o Imperador da Áustria [...] parecia tudo concorrer para facilitar-nos, a nos recém-chegado, as primeiras diligências a fim de organizarmos o nosso pouso no solo americano. (Spix; Martius, 1981, p. 43).

Assim, observa-se que um dos principais objetivos da expedição científica austríaca era a coleta de materiais botânicos, mineralógico e zoológicos para o enriquecimento das coleções austríacas de história natural. Nessa perspectiva, a colônia portuguesa durante muito tempo foi vista pelos estrangeiros como uma terra exótica, repleta de mistérios a serem desvendados.

As pesquisas realizadas pelos naturalistas bávaros Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius resultaram na elaboração de três volumes suntuosos, intitulados *Reise in Brasilien*. A obra foi publicada entre 1823 e 1831 na cidade de Munique, capital da Baviera, e é

considerada por estudiosos uma das fontes mais importantes para a história natural e cultural do Brasil (LISBOA, 1995, p. 76). Em traduções subsequentes, alguns trechos foram vertidos para o português com fins de pesquisa, mas, para celebrar o centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o livro foi completamente traduzido em 1938 e publicado no Rio de Janeiro. A tradução foi realizada por Lúcia Furquim Lahmeyer, com anotações do historiador Basílio de Magalhães, e foi intitulada *Viagem pelo Brasil*, organizada em três volumes. Para a discussão proposta neste trabalho, enfatiza-se o segundo volume, no qual os viajantes descrevem seu percurso pela Província do Piauí.

A viagem dos naturalistas ao interior do Brasil teve início em dezembro de 1817, quando partiram da capital, Rio de Janeiro. Ao longo do percurso, enfrentaram condições adversas, como sede, estiagem, calor, chuvas intensas, febre, insetos e outras dificuldades. Com o auxílio de guias nativos e tropeiros, percorreram aproximadamente 10.000 quilômetros pelo Brasil entre 1817 e 1820, abrangendo uma vasta extensão do território. Durante a expedição, atravessaram as províncias de São Paulo e Minas Gerais, exploraram as margens do Rio São Francisco no interior da Bahia e também as regiões de Ilhéus e Salvador.

Considerando os trajetos já percorridos por outros viajantes, Spix e Martius decidiram traçar um itinerário que abrangesse regiões pouco exploradas. Assim, os pesquisadores optaram por atravessar o sertão das províncias de Pernambuco, Piauí e Maranhão, além de se deslocarem pela província do Grão-Pará, na região amazônica. Adentrar as províncias do interior do Brasil no início do século XIX representava um grande desafio, devido à precariedade das estradas e, muitas vezes, à inexistência delas nas áreas mais remotas. Ao longo de seus percursos, repletos de desvios, pausas, avanços e retrocessos, frequentemente se deparavam com caminhos intransponíveis, sendo forçados a retornar e tentar novas rotas.

Na perspectiva dos naturalistas do século XIX, o Brasil era visto como um paraíso, um vasto território pronto para ser catalogado e estudado. Ao submeter os escritos de Spix e Martius a uma análise crítica, observa-se que eles abordaram diversos aspectos, não se limitando apenas à natureza. Como será demonstrado a seguir, os aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos também integraram a narrativa dos viajantes bávaros sobre a Província do Piauí. Essas narrativas fornecem importante perspectiva sobre o Brasil no período e o papel das expedições científicas estrangeiras na construção da imagem do país.

O Piauí sob o olhar de estrangeiros no início do século XIX

Este estudo, ao se propor a contribuir para o entendimento da história do Piauí na primeira metade do século XIX, busca estabelecer um diálogo entre os relatos de viajantes estrangeiros, jornais contemporâneos e a bibliografia disponível sobre o período. O objetivo é proporcionar uma análise de determinados aspectos da sociedade piauiense oitocentista a partir do relato de viagem de Spix e Martius. Historicamente, o Brasil foi um campo de intensa investigação por parte de pesquisadores estrangeiros, especialmente naturalistas e aventureiros, que se viam atraídos pelas vastas riquezas naturais do território.

Neste estudo, destacaremos o Piauí, uma das regiões visitadas pelos naturalistas Spix e Martius durante sua expedição. Os relatos de viagem são fontes valiosas, pois oferecem novas perspectivas sobre o território piauiense, abrangendo seus aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais na primeira metade do século XIX. Dessa forma, esses escritos estrangeiros contribuem significativamente para a historiografia do Piauí, enriquecendo a compreensão da realidade da província durante o período em questão.

Ao utilizar os relatos de viajantes como fonte, o historiador deve estar ciente de que “[...] os indivíduos que os produziram são sujeitos imersos em pré-conceitos e referências culturais próprias, como qualquer outro sujeito social e cultural” (Moreira, 2009, p. 3). Assim, é fundamental analisar os fatores que podem ter influenciado as interpretações desses viajantes sobre o Brasil. Reconhecer os interesses subjacentes na produção dessas narrativas exige uma atenção cuidadosa por parte dos historiadores ao empregá-las como fontes históricas.

Desde seus primeiros momentos, o Piauí estruturou sua economia em torno da pecuária (Falci, 1986, p. 24). Essa atividade foi fundamental para a formação da sociedade local, ainda em processo de desenvolvimento, e desempenhou um papel decisivo na configuração da região. Além de organizar a vida econômica, a pecuária contribuiu significativamente para a construção da identidade cultural do território piauiense (Santana, 1964, p. 24). Conforme Raimundo Nonato Monteiro de Santana “a fazenda foi o núcleo fundamental da ocupação humana e, dentro embora de estrutura tipicamente de subsistência, o principal foco de vida e formação da sociedade” (Santana, 1964, p. 33). Porém, havia grandes distâncias que separavam uma fazenda de outra. Essa distância, para o autor, contribuiu para o isolamento entre os povoados da Província do Piauí. Alguns aspectos econômicos, políticos e sociais do Piauí de 1819 foram relatados pelos viajantes Spix e Martius. Acerca do distanciamento da Província do Piauí, narraram que

Á vista da grande distância dessa cidadezinha da costa (pois a capital de Pernambuco, Recife, está a 200 léguas a leste e a capital do Maranhão, São Luís, a 100 léguas a nordeste), não é para admirar que aqui se encontre ainda menos cultura, porém, mais aquela simplicidade, bondade e hospitalidade, que se conservam tão bem nas localidades isoladas. (SPIX; MARTIUS, 1976, p. 218).

A partir do excerto mencionado, observa-se que os viajantes, ao se referirem à província, acreditavam que sua distância do litoral implicava em um nível cultural inferior. No entanto, destacavam as qualidades de bondade, simplicidade e hospitalidade como características típicas desses “lugares isolados”, que, segundo eles, mantinham tais virtudes intactas. Essa visão revela uma associação entre o caráter das populações e o ambiente em que habitavam, refletindo uma perspectiva claramente eurocêntrica, na qual o desenvolvimento cultural e a civilização eram frequentemente vinculados à proximidade com os grandes centros urbanos e com as regiões litorâneas.

Além disso, a relação direta estabelecida pelos viajantes entre o caráter da população e o ambiente em que viviam reflete um determinismo geográfico amplamente difundido nas ciências sociais do século XIX. Para esses naturalistas, as condições climáticas e geográficas eram vistas como influências diretas sobre o comportamento humano, moldando traços de personalidade e hábitos sociais. No entanto, essa abordagem simplificava excessivamente as dinâmicas sociais, econômicas e culturais locais, tratando as populações como produtos determinísticos de seu meio, sem considerar as complexas interações que moldavam suas realidades.

Ao adentrarem a província do Piauí, os naturalistas, após contornarem a Serra Dois Irmãos e atravessarem a Fazenda Serrinha, registraram breves observações sobre a vegetação e o clima local, sem se aprofundar nas características sociais ou econômicas da região. Contudo, ao chegarem à Fazenda da Serra Branca, as interações assumem outra dimensão. Os viajantes destacam a hospitalidade dos moradores, caracterizando-os como pessoas de “amável bondade” e “costumes simples”, cuja curiosidade em relação aos estrangeiros os levava a questioná-los incessantemente sobre suas origens, criando uma percepção particular sobre sua pátria. Esse interesse, longe de ser apenas uma demonstração de curiosidade, revela um momento significativo em que os viajantes se viam deslocados de sua posição tradicional de observadores, sendo também objeto de análise pelos moradores locais. Essa inversão de papéis expõe não apenas o desejo de troca de saberes, mas também o desconforto dos naturalistas, que se viam desafiados em sua postura de dominância e conhecimento, percebendo-se agora como indivíduos também sujeitos ao escrutínio do “outro”.

Ao chegarem à Fazenda da Serra Branca, os viajantes relataram ter sido recebidos com hospitalidade pelos moradores locais, aos quais descreveram como indivíduos de “amável bondade de coração e costumes simples” (Spix; Martius, 1976, p. 213). Segundo os naturalistas, os habitantes demonstravam grande curiosidade em relação à pátria dos estrangeiros, formulando questionamentos constantes e construindo uma imagem singular sobre sua terra de origem. Essa interação, no entanto, revela um aspecto significativo do contato entre viajantes e populações locais: a inversão momentânea da posição de observadores. Os europeus, acostumados a exercer um olhar analítico sobre os territórios percorridos, encontraram-se também sob observação, sendo interrogados e analisados pelos moradores da fazenda. Esse processo evidencia não apenas o interesse dos habitantes do Piauí pelos territórios longínquos, mas também o desconforto dos viajantes ao perceberem que o olhar investigativo não era unilateral, desafiando, ainda que temporariamente, a assimetria típica das narrativas de viagem do século XIX. Nessa perspectiva, Mary Pratt (1992) demonstra que os viajantes, ao interagirem com os habitantes dos territórios colonizados, também foram observados, questionados e reinterpretados por esses grupos.

Os relatos de Spix e Martius sobre a Fazenda Cachoeira, no Piauí, oferecem uma perspectiva detalhada da economia pecuária na região durante o século XIX. Segundo os viajantes, a criação de gado era realizada em larga escala, evidenciada pelo registro de que “algumas centenas de

vacas e bezerros estavam justamente sendo conduzidas para o curral” (Spix; Martius, 1976, p. 214). A remuneração dos vaqueiros, de acordo com suas observações, consistia em um quarto de todos os bois e cavalos criados anualmente na fazenda, prática que, como aponta Miridan Brito (1986), permaneceu vigente por muitos anos. Além dos vaqueiros, as fazendas abrigavam um grupo social conhecido como agregados, descritos por Costa Filho (2006, p. 29) como “pessoas livres e pobres, que moravam de favor, na extensa propriedade”.

Os relatos dos naturalistas também indicam a resistência dos grandes proprietários em ceder partes de suas terras, fundamentada na necessidade de vastas extensões para a criação de gado. Os fazendeiros argumentavam que, especialmente durante períodos de seca, era essencial dispor de amplos territórios para permitir o deslocamento do rebanho em busca de pastagens e frutas secas, conforme relatado por Spix e Martius: “[...] na ocasião da seca, é necessário poder movimentar as boiadas em grandes espaços para que consigam achar bastante capim seco e frutas” (Spix; Martius, 1976, p. 216). Esses registros revelam não apenas aspectos estruturais da economia pecuária, mas também as tensões sociais e a lógica produtiva que moldavam o espaço agrário piauiense, evidenciando a relação entre posse da terra, organização do trabalho e estratégias de sobrevivência diante das adversidades climáticas.

Os naturalistas viajantes sugeriram que a construção de poços em áreas estratégicas, aliada à implementação de técnicas de irrigação artificial, poderia mitigar os impactos das secas prolongadas. Para eles, tais medidas não apenas reduziriam os prejuízos causados pela aridez, mas também favoreceriam o crescimento populacional e confeririam maior relevância à região, possibilitando o aproveitamento mais eficaz de seus recursos naturais. Observa-se que, ao analisarem a estrutura socioeconômica local, os viajantes indicaram a necessidade de introdução de novas técnicas, fundamentadas em concepções progressistas oriundas de seus países de origem. Diante do contexto brasileiro do século XIX, marcado por um processo de construção e consolidação, especialmente na Província do Piauí, esses observadores procuraram interpretar e sugerir soluções com base em suas noções de progresso e modernidade, estabelecendo um olhar externo que, por vezes, desconsiderava as particularidades da realidade local. Nesse sentido, Margarida Maria da Silva Corrêa (1997) destaca que, no século XVIII, o pensamento racional já estava consolidado, e, em conjunto com a filosofia iluminista, estabeleceu-se um novo paradigma. Dessa forma, conforme a autora:

A força dessas idéias progressistas fundamentadas na razão iria se desenvolver juntamente com o advento da sociedade capitalista e, já no final do setecentos, a ciência e a técnica ocupavam o centro dos interesses que conduziram à Revolução Industrial, associando a idéia de progresso à de industrialização vista como sinônimo de modernização. (Corrêa, 1997, p. 46).

É fundamental destacar que os naturalistas viajantes eram oriundos de um continente profundamente transformado pelo advento da Revolução Industrial. Além disso, possuíam uma mentalidade urbana e um conhecimento acadêmico de caráter enciclopédico (CORRÊA,

1997, p. 229). Além dos relatos de viagem, a passagem dos naturalistas Spix e Martius pela Província do Piauí também foi registrada em fontes documentais da época, como o *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial* (1866). Nessa publicação, destaca-se a seguinte menção: “1819 — Chegam a esta cidade, vindos do Piauí, os sabios Spix e Martius, que d’aqui se passam ao Pará” (Almanaque..., 1866, p. 386). Esse registro evidencia a importância da presença dos viajantes na região, não apenas como observadores da realidade local, mas também como figuras que despertaram a atenção da sociedade oitocentista.

Durante sua travessia pelo sertão piauiense, os naturalistas entraram em contato com os sertanejos, a quem descreveram como indivíduos com características marcadamente distintas, atribuídas principalmente ao isolamento da região. De acordo com a narrativa:

Gênio alegre, folgazão, lhano, bondoso, manifesta-se nas feições redondas dessa gente bem nutrida, forte e trabalhadora [...] o piauiense distingue-se de modo singular por sua ingenuidade, sem jactância e o gênio prosaico do mineiro airoso, polido e poético. (Spix; Martius, 1976, p. 209).

Na visão dos naturalistas estrangeiros, as características dos sertanejos eram, em grande parte, resultantes de suas atividades de ocupação territorial. A necessidade de lidar com grandes rebanhos de gado e protegê-los de animais selvagens não apenas demandava grande força física, mas também forjava uma resistência peculiar, tanto no corpo quanto no espírito. Além disso, a dieta predominantemente baseada no consumo de carne animal contribuiu para a formação de um perfil distintivo. Essas observações, no entanto, acabaram por alimentar a construção de estereótipos sobre o sertanejo, frequentemente expressos em termos pejorativos. Tais estigmas, em especial no contexto da identidade piauiense no século seguinte, não serão aprofundados neste estudo, mas é relevante notar que esses relatos ajudaram a moldar a percepção externa sobre o “ser piauiense”.

No que diz respeito às secas, Spix e Martius mencionaram que

Sofrem estas regiões [...] de grandes secas periódicas, como costuma acontecer de 10 em 10 anos, quando o tempo da chuva não chega de todo ou só pouco. A terra rasga-se então em grandes fendas, a vegetação morre completamente, os animais do mato e numerosos rebanhos são vítimas da fome e da sede, e os habitantes são forçados a exilar-se. (Spix; Martius, 1976, p. 211).

As informações coletadas pelos naturalistas decorreram do contato estabelecido com os vaqueiros que transitavam pela região, conduzindo as boiadas do Piauí para a capital de Pernambuco (Spix; Martius, 1976, p. 212). Dessa forma, pode-se afirmar que as andanças desses vaqueiros, ao deslocarem o gado para outras regiões, não apenas transportavam animais, mas também desempenhavam um papel fundamental na circulação de notícias, estabelecendo conexões entre as províncias e contribuindo para a disseminação de informações entre elas.

Durante sua estadia em Oeiras, então capital da província do Piauí, os naturalistas dedicaram maior atenção à descrição da estrutura urbana da cidade. Relataram que a cidade se apresentava com “casarias, em filas desiguais, visíveis apenas ao olhar do viajante, após contornar, por picadas muito tortuosas, a última colina” (Spix; Martius, 1976, p. 217). A estrutura de Oeiras causou certo estranhamento nos viajantes, que a avaliaram com base no ideário europeu de urbanidade. As ruas sinuosas e a organização irregular da cidade os desapontaram, especialmente por se encontrarem na capital da província, onde esperavam encontrar uma configuração mais ordenada. No entanto, seus critérios de avaliação estavam imersos em um conceito de cidade que priorizava a ordem e a simetria, características típicas das cidades europeias.

Na cidade, os naturalistas foram recepcionados pelo capitão-mor João Nepomuceno de Castelo Branco, que, conforme o relato dos viajantes, havia providenciado uma casa para a hospedagem deles. Além disso, os viajantes descreveram o encontro com o governador da Capitania de São José do Piauí, Coronel Baltazar de Sousa Botelho e Vasconcelos, mencionando que:

[...] tivemos o ensejo de apreciar um homem tão ilustrado, quanto atencioso. Embora ocupado com os preparativos de sua iminente viagem para a província do Espírito Santo, da qual havia sido nomeado governador, de nada se descuidou, a fim de tornar tão proveitosa e agradável quanto possível nossa estada. (Spix; Martius, 1976, p. 217).

A citação referente ao encontro dos naturalistas Spix e Martius com o governador da Capitania de São José do Piauí, Coronel Baltazar de Sousa Botelho e Vasconcelos, revela importantes aspectos da interação entre os viajantes europeus e as autoridades locais no contexto do Piauí do século XIX. A descrição de Spix e Martius enfatiza a figura do governador como uma pessoa “ilustrada” e, ao qualificá-lo como “ilustrado”, os viajantes, que provinham de um contexto europeu, fazem um julgamento baseado em suas próprias concepções de cultura e educação, associando essas qualidades ao modelo de governança que consideravam ideal.

Baltazar de Sousa Botelho e Vasconcelos assumiu o governo da Capitania de São José do Piauí em 1814. Segundo Pereira da Costa, ele foi um dos principais defensores da transferência da capital de Oeiras para Parnaíba, uma proposta que, no entanto, foi rejeitada pela Câmara e pela população local, que se opuseram veementemente à mudança (Costa, 1974, p. 239). Os elogios feitos pelos viajantes ao governador podem ser atribuídos à sua imagem de “civilizado” aos olhos dos naturalistas, especialmente quando comparado com a população local, em sua maioria analfabeta e composta por escravizados. Ainda sobre a cidade de Oeiras os viajantes realizaram as seguintes observações: “[...] é uma povoação insignificante, que consta de algumas ruas irregulares, com casas baixas de barro caiadas de branco” (Spix; Martius, 1976, p. 217). Na perspectiva do autor José Carlos Barreiro (2002), os viajantes que estiveram no Brasil determinaram alguns parâmetros definidores relacionados à pobreza e indigência das classes menos abastadas. Desse modo,

A forma simples da construção das casas, a partir da matéria bruta oferecida pela natureza (barro, sapé, ramos e palhas de palmeira), bem como a alimentação baseada na coleta e na pesca, são sintomas que atestam, para o autor, o estado de necessidade e privação desses habitantes. (Barreiro, 2002, p. 45).

Dessa forma, o modo de vida das populações do sertão piauiense foi cuidadosamente analisado e comentado pelos viajantes, que os retrataram como pessoas atrasadas, incultas, carentes, entre outras características negativas. Miridan Brito, em suas análises sobre Oeiras nesse período, aponta que

[...] sua área urbana de ruas sem calçamento e iluminação espalhava-se a partir da praça da Matriz, onde ainda se encontrava a igreja Nossa Senhora da Vitória construída em 1733 com a imagem trazida de Olinda em 1696 e mais duas ermidas, a de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Rosário. (Falci, 1986, p. 16).

Quanto ao clima e à alimentação dos habitantes da província, Spix e Martius relataram que “o clima aqui é saudável, e o frequente consumo de carne fresca de boi contribui para manter robusta a gente” (Spix; Martius, 1976, p. 218). No entanto, Miridan Brito (1986) observa que, nesse período, uma epidemia predominante era a bexiga (varíola), que causou grandes danos à população. Além disso, os naturalistas Spix e Martius também mencionaram outras doenças que afetavam a população de Oeiras, e informaram que

Só existiam dois cirurgiões e nenhum clínico, numerosos doentes, e observamos muitos casos de fraqueza gástrica, flatulência, dispepsia, cardialgia e mal-de-engasgo, que consiste ora na irritação da cartilagem do processo xifoide, curvada para dentro, ora consequente catarata, nefélio na córnea e o *arcus senilis*, declaravam-se principalmente na época seca do ano. (Spix; Martius, 1976, p. 218).

A ênfase que Spix e Martius deram às enfermidades que afetavam a cidade de Oeiras reflete sua formação médica. De acordo com José Carlos Barreiro (2002), muitos dos viajantes que percorreram o Brasil eram, além de naturalistas, médicos. Outro aspecto abordado pelos viajantes foi a condição da única farmácia existente na região, além de outros edifícios importantes, como o hospital e a Igreja da cidade. Essas observações permitem compreender as condições de Oeiras em 1819 por meio das descrições de Spix e Martius. Segundo os relatos desses viajantes, tais edificações encontravam-se em condições precárias, o que reflete o estado de desenvolvimento e as dificuldades estruturais enfrentadas pela cidade naquele período.

De acordo com esses sujeitos, essas edificações encontravam-se

no mais deplorável estado, pois todos os medicamentos vêm da Bahia ou do Maranhão, onde às vezes já permaneceram anos. O hospital, instalado especialmente para

soldados, contém 40 leitos. A principal igreja, dedicada à Nossa Senhora da Vitória, e as duas capelas, são edifícios insignificantes. (Spix; Martius, 1976, p. 218).

Além disso, a crítica à igreja principal, dedicada à Nossa Senhora da Vitória, e às duas capelas como “edifícios insignificantes” revela uma visão depreciativa da arquitetura religiosa local, que provavelmente contrastava com as imponentes igrejas e catedrais da Europa. Isso reforça o sentimento de que os viajantes consideravam a cidade subdesenvolvida, comparando-a com os padrões urbanos e arquitetônicos europeus. Em termos historiográficos, a visão de Spix e Martius reflete um olhar eurocêntrico, centrado em um modelo europeu de desenvolvimento urbano, social e religioso. Ao analisar essas observações, é possível entender como a região do Piauí era percebida como atrasada, não apenas no plano material, mas também no plano cultural, social e religioso. Esse tipo de relato também ilustra a dinâmica colonial e a marginalização das regiões periféricas do Brasil, que estavam em processo de inserção no sistema de modernização imposto pelos projetos europeus.

Embora os viajantes tenham demonstrado apreço pela natureza da região e pelas características dos habitantes de Oeiras, seu objetivo era prosseguir a jornada pelo território piauiense, com destino ao Maranhão. Ao se prepararem para deixar a cidade, Spix e Martius relataram que foram agraciados com generosos presentes por parte dos habitantes locais, que, segundo os viajantes, “haviam-se esforçado por provar-nos a sua simpatia com abundantes presentes de provisões de boca, de sorte que somente com uma tropa duas vezes maior, poderíamos carregar toda a nossa provisão de carne fresca e salgada” (Spix; Martius, 1976, p. 225). Este gesto de generosidade e hospitalidade é destacado pelos naturalistas, que enfatizam o bom tratamento dispensado pelos moradores, revelando a cordialidade e simpatia que experimentaram durante sua estadia em Oeiras.

A análise dos escritos dos naturalistas Spix e Martius sobre o Piauí, na primeira metade do século XIX, é crucial para entender as impressões desses viajantes sobre o que consideravam virtudes e falhas do modelo de sociedade piauiense. Além de estudarem a natureza local, os viajantes descreveram diversos aspectos da sociedade, abrangendo temas como a economia, o comércio, os hábitos e a política, tanto nas áreas urbanas quanto rurais. Como já discutido, eles ofereceram descrições sobre os vaqueiros, fazendeiros e das enfermidades que afetavam a população da região, contribuindo para a construção de uma imagem singular da sociedade piauiense da época.

Considerações Finais

A análise das narrativas dos viajantes naturalistas Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius oferece uma valiosa compreensão das interpretações estrangeiras sobre a Província do Piauí no início do século XIX. Seus relatos, moldados por sua origem, formação intelectual e os padrões culturais europeus, permitem uma visão externa, mas detalhada, da realidade local. As observações dos viajantes revelam as dinâmicas da estrutura política,

econômica e social da região, evidenciando tanto as limitações quanto as potencialidades do Piauí naquele período.

Os escritos de Spix e Martius destacam as dificuldades enfrentadas pela população local, como a precariedade das estradas, os desafios do clima semiárido e a escassez de recursos. Além disso, suas propostas para o uso de novas técnicas, como a irrigação artificial, refletem um olhar voltado para a modernização da região, alinhado às ideias progressistas de seu tempo. Ao considerarmos esses relatos, inserimos o Piauí em um contexto mais amplo sobre a presença de estrangeiros no Brasil oitocentista, identificando-o como parte de um itinerário científico que percorreu diversas províncias do país.

Apesar de sua permanência temporária, os viajantes interagiram com a população local e registraram suas impressões de maneira meticulosa, publicando-as posteriormente na Europa. Seus relatos oferecem uma perspectiva única sobre o cotidiano piauiense, muitas vezes trazendo à tona detalhes que passavam despercebidos por outros documentos da época. O olhar estrangeiro conferiu um caráter exótico e, por vezes, distorcido a certos aspectos da sociedade local, o que torna esses escritos fontes valiosas para a história do Piauí, quando analisados por um crivo histórico e metodológico. Assim, podemos afirmar que esses relatos possuem a função de, entre outras coisas, revelar de maneira perspicaz aspectos que passam despercebidos — de maneira involuntária ou ausente — em outras fontes

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Anderson Pereira. **Entre museus e ciência: o desenvolvimento da ciência viajante no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro, 2011. 75f. Monografia (Licenciatura em História) — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro.
- BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BELLUZZO, A. M. A propósito D'o Brasil dos Viajantes. **Revista USP**, São Paulo, n. 30, p. 6–19, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i30p6-19>.
- CORRÊA, Margarida Maria da Silva. **Da construção do olhar europeu sobre o novo mundo ao (re) descobrimento do reino tropical**. 1997. 300f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- COSTA FILHO, Alcebiades. Atividades econômicas e sociedade. In: **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850–1889)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.
- FALCI, Miridan B. K. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.
- FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: **Cadernos de Seminários de Pesquisa**, São Paulo: Humanitas, v. 2, p. 1–17, 2011. Disponível em: <http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CSP2.pdf>.
- JORNAL ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (MA) — 1858 a 1868. Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital Brasileira. Ano IX, Edição 00001(1), 1866, p. 386. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706655&pesq=%22spix%20e%20martius%22&pagfis=3567>.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: _____. **Cadernos de Seminários de Pesquisa**, v. 2, p. 44–61, 2011.

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 8, 2001.

LISBOA, Karen Macknow. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboço de uma civilização. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 29. São Paulo: 1995.

MOREIRA, Bruno Alessandro Gusmão. Os relatos dos viajantes estrangeiros no Brasil oitocentista: possibilidades historiográficas. **Ciclo de Estudos Históricos**, v. 20, 2009.

OLIVEIRA, Ana Paula Silva de. **Livros de viagens**: Relatos de estrangeiros sobre as províncias do norte e a zona de contato. 2006. 142f. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução Histórica da Economia Piauiense**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001. Cultura, 1964.

SPIX, J. B. von.; MARTIUS, C.F.P. von. **Viagem pelo Brasil (1817–1820)**, 1976.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil (1817–1820)**, 1981.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**: a questão do outro. 3 ed. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Recebido em 31 mar. 2025. Aprovado em 10 jul. 2025.

Casamentos e formação de parentelas nos sertões do Rio Grande do Norte: aproximações ao estudo de pessoas cabras na Freguesia do Seridó (séculos XVIII–XIX)²

Helder Alexandre Medeiros de Macedo¹

*Marriages and the formation of families
in the sertões of Rio Grande do Norte:
a study of “Cabra” Individuals in the
Freguesia do Seridó (18th–19th Centuries)*

Revista Galo v. 6 n. 12
<https://doi.org/10.53919/g12d2>

Resumo. A história da escravidão e das mestiçagens, no Seridó do Rio Grande do Norte, tem avançado consideravelmente, com trabalhos que buscam compreender esses fenômenos como conectados e dos quais resultaram, em grande medida, a formação de parte das famílias sertanejas. A partir da análise de fontes paroquiais da Freguesia do Seridó, feita com o concurso da metodologia da História Quantitativa e da Micro-História, o trabalho investiga a presença de pessoas qualificadas como “cabras”, no Seridó, a partir do seu casamento e da formação de núcleos familiares entre 1788 e 1834.

Palavras-chave. Família. Mestiçagens. Escravidão. História dos Sertões.

Abstract. The history of slavery and miscegenation in the Seridó of Rio Grande do Norte has advanced considerably, with works that seek to understand these phenomena as connected and which resulted, to a large extent, in the formation of part of the sertanejo families. From the analysis of sources from the Parish of Seridó, made with the help of the Micro-History and Quantitative History methodologies, the work seeks to investigate the presence of individuals identified as “cabras” in the Seridó region, focusing on their marriages and the formation of family units between 1788 and 1834

Keywords. Family. Miscegenations. Slavery. History of the sertões.

¹Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Departamento de História (DHC), do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com atuação nos Programas de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) e do CCHLA (PPGH-UFRN). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Estagiário de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB), sob a supervisão da Prof.^a Cláudia Lago. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5967-7636>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8883637703704518>. E-mail: helder.macedo@ufrn.br.

²Uma versão anterior deste artigo foi apresentada na XIII Semana Nacional de História do CFP/UFCG — Os sertões em questão: memórias, representações e identidades, realizada em Cajazeiras-PB no ano de 2023 e publicada nos anais eletrônicos do referido congresso (Macedo, 2024). O texto aqui apresentado aprofunda as questões levantadas, originalmente, no evento, à luz de outras reflexões.

Introdução

A Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó foi criada em 1748, desmembrada do Curato de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó. Em sua extensão máxima, até o ano de 1788, era composta de porções territoriais por onde passava o curso do rio Seridó e seus diversos afluentes, em território das antigas Capitânias da Paraíba e Rio Grande do Norte. A sede dessa cartografia da fé era a antiga Povoação do Caicó (ou do Seridó, em documentos coevos), que foi elevada a vila em 1788, com o título de Vila Nova do Príncipe (Macedo, 2011; 2020). Nos dias de hoje, a freguesia chama-se Paróquia de Sant'Ana e localiza-se na cidade sertaneja de Caicó, sede de município de mesmo nome, na porção centro-sul do Rio Grande do Norte – outrora, a Vila Nova do Príncipe.

Os estudos que venho conduzindo, nos últimos anos, têm se focado na análise de vivências de populações sertanejas circunscritas a esse território da Igreja Católica. Interessa-me tanto estudar o processo de territorialização dessa freguesia, quanto as mestiçagens que aconteceram entre os diversos tipos de indivíduos e grupos sociais que se localizaram nos sertões do Rio Grande do Norte a partir do século XVIII.³ Entendo o território como sendo formado a partir do espaço, resultante de uma ação conduzida por um determinado ator ou grupo social em qualquer nível, uma apropriação que leva à territorialização do espaço, a partir de relações de poder (Raffestin, 1993). Relações de poder, por sua vez, projetadas no espaço, espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial (Souza, 2009).

A proposta que adoto é a de pensar a territorialização colonial dos sertões como um fenômeno que deve levar em conta todos os seus agentes produtores, desde aqueles ligados ao gerenciamento político do território (vigários, capitães-mores, juízes ordinários, vereadores, por exemplo) até aqueles ligados ao mundo do trabalho – livre e escravo – e que deixaram suas marcas no cotidiano das fazendas. Pensar a territorialização dos sertões, assim, a partir de vários prismas.

Assim, tenho me questionado sobre como pessoas não-brancas – cabras, pardos, mulatos, curibocas, caboclos, mamelucos, “africanos”⁴, crioulos, indígenas – participaram do processo de territorialização do espaço desse sertão específico, o do Seridó, cuja administração religiosa estava ligada diretamente aos contornos da Freguesia dedicada à Sant'Ana. Particularmente,

³Essas investigações são desenvolvidas no âmbito da UFRN, por meio de apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESq), com bolsas de iniciação científica (PIBIC), da própria universidade e do CNPq. Trata-se de três projetos de pesquisa em curso: Estudo do processo de territorialização das Freguesias do Seridó e Acari (sertão do Rio Grande do Norte, séculos XVIII-XIX); História das mestiçagens nos sertões do Rio Grande do Norte por meio de um léxico das “qualidades” (séculos XVIII-XIX) - 2ª Parte; e Sertões mestiços: um estudo sobre o léxico das qualidades nas Freguesias do Piancó, Seridó e Acari (Paraíba e Rio Grande do Norte, 1734-1888).

⁴A palavra ‘africano’ está em destaque, na primeira vez de seu uso, por se tratar de um anacronismo. Conforme pontua Sheila Faria (2004), usar o termo sem problematização, principalmente para se referir ao período colonial e parte do Império, pode levar a uma generalização que não havia, na medida em que a palavra não designava a vasta composição étnica da África, trazida para as Américas via Atlântico. Da metade do século XIX em diante é que a palavra foi se popularizando e aparecendo nos registros de época.

neste texto, exponho resultados preliminares de uma verticalização da pesquisa em torno das pessoas que foram qualificadas, nos registros de época, como “cabras”, a partir da análise dos casamentos realizados na Freguesia do Seridó entre 1788 e 1834 e a formação de núcleos familiares envolvendo essas gentes.

Esse objetivo parte do diálogo com dois conjuntos de produções historiográficas. O primeiro, de estudos que vêm sendo feitos, desde os anos de 1980, especificamente sobre a formação sócio-histórica do Seridó e o papel de pessoas não-brancas nesse processo. Alguns desses trabalhos direcionaram-se para a compreensão de como a atual região do Seridó foi constituída historicamente: Muirakytan Macêdo (1998) analisou as narrativas de intelectuais sertanejos que contribuíram para a proclamação de uma região específica do Rio Grande do Norte, o Seridó; Ione Moraes (2005), por seu turno, estudou os processos socioespaciais que contribuíram para a tessitura do que é o Seridó, problematizando a sua atual configuração como uma geografia da resistência; e Isac Medeiros (2020), que investigou a origem e expansão da Freguesia do Seridó como parte integrante do processo de cristianização do espaço dos sertões.

Os outros trabalhos dedicaram-se a investigar temas ligados às populações sertanejas do Seridó em contextos espaciais e temporais diversos, a saber: a pobreza como impedimento para o desenvolvimento socioeconômico na Vila e posterior Cidade do Príncipe entre 1850-1890 (Mattos, 1985); escravidão negra no período colonial e imperial e a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos (Borges, 2000); populações indígenas existentes na freguesia em contato com outros indivíduos e grupos sociais entre os séculos XVIII e XIX (Macedo, 2011); escravidão na Vila do Príncipe (Lopes, 2011); história da família na ribeira, no século XVIII, explorando as relações entre o patrimônio e o cotidiano sertanejo (Macêdo, 2007); e a agência “escrava”⁵ na Comarca do Príncipe (Pereira, 2021).

Ainda dentro desse bloco de trabalhos ligados ao Seridó, uma parcela mais recente dedicou suas atenções, especificamente, a assuntos ligados ao fenômeno das mestiçagens: Helder Macedo (2020) estudou genealogias mestiças, com ancestrais pretos, crioulos e pardos; Maiara Araújo (2023) examinou a participação de mestiços na administração militar, com ênfase naqueles que residiram na ribeira entre os séculos XVII, XVIII e XIX; Alda Medeiros (2022) perscrutou a presença de mulheres não brancas – índias, africanas, pretas, negras, mamalucas, cabras, crioulas, mulatas, mestiças e pardas – e a construção de representações sobre suas qualidades na documentação de época; e Matheus Santos (2022), que pesquisou representações sobre pessoas não brancas na Data do Totoró e adjacências. A maioria dos estudos citados nos dois últimos parágrafos referiram-se a existências de pessoas qualificadas como cabras,

⁵Em diversos pontos do texto será utilizada a palavra “escravo” ou “escrava” para referir-se às pessoas que foram, à revelia, transportadas de África e que passaram pelo processo de escravização, transmitido, também, a seus descendentes e suas descendentes. Tal uso reflete a forma como os documentos históricos do período em estudo – séculos XVIII e XIX – se referiam a essas pessoas.

no Seridó, todavia, sem terem aprofundado o tema em função dos próprios objetivos a que estavam destinados.

O segundo conjunto de estudos com que esse artigo dialoga é o de investigações que tomaram como enfoque, no todo, ou em partes, a história das pessoas cabras. Evidentemente, não estou apresentando um levantamento exaustivo dessa historiografia, mas, tão somente, exemplos pontuais que fundamentaram a pesquisa. Inicialmente, o trabalho de Maria Leonia Resende (2003) tratou da trajetória e vivência de indígenas e seus descendentes em vilas e lugarejos de Minas Gerais no século XVIII. Nele, a autora discute que, dentre os “índios coloniais”, alguns de seus filhos foram referidos, em fontes oficiais, como cabras ou “cabras da terra”, com a ressalva de que, em alguns casos, fazia-se referência ao passado indígena por meio da menção a categorias como “carijó” ou “gentio da terra”.

Voltando suas atenções para os sertões do Ceará, Ana Sara Cortez Irffi (2015), em sua tese de doutorado, investiga como a palavra cabra transformou-se em um conceito no decurso do Oitocentos, especificamente no Cariri, associando o seu uso, de forma pejorativa, como categoria social, para trabalhadores não brancos, fossem livres, libertos ou escravos. Segundo a autora, na segunda metade do século XIX, o termo cabra deixou de designar pessoas, apenas, pelo critério étnico, fosse de ancestralidade indígena ou mesmo misturada com aqueles provenientes de África. No bojo das discussões sobre a construção do perfil do cidadão nacional, bem como, no contexto do apego aos discursos cientificistas sobre a população, esse termo – cabra – passou a distinguir, principalmente, pessoas pobres, despossuídas, de tez escura e que foram arregimentadas, pelos senhores de terra do Cariri, como mão-de-obra para o trabalho e para guerras.

O estudo de Márcia Amantino (2016), que é parte integrante do livro ‘De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos – escravidão e mestiçagens’, tem como objetivo mapear o uso do termo cabra pelas populações coloniais para designar pessoas provenientes da mistura entre índios e negros e como esta classificação foi mudando ao longo do tempo. Com base em fontes de época e resultados de pesquisas de historiadores desenvolvidas em diversas partes do Brasil, Amantino considera, como ponto de partida para se pensar a questão, que, até a primeira metade do século XVIII, o termo cabra poderia designar pessoas misturadas, com ancestrais indígenas e/ou negros. Da segunda metade desse século em diante, é possível que o termo cada vez mais se referisse a mestiços provenientes de pessoas negras em suas interações com outras pessoas já misturadas – também com ancestralidade negra, como mulatos ou pardos.

Segundo Marcia Amantino (2016), a qualidade de cabra, diferenciada da de ‘pardo’ e de ‘mulato’, precisa ser considerada como um dos designativos de menor valor hierárquico nas sociedades ibero-americanas. Embora os resultados das interações entre índios e negros ou destes últimos – fossem crioulos ou africanos – com mulatos e pardos recebessem, nos documentos oficiais, diversas denominações, quando evocada a palavra cabra, quase sempre, estava ligada à ideia de pessoa de baixa categoria.

Gian Carlo Silva (2018), em estudo sobre a escravidão e as mestiçagens em uma freguesia do litoral da Capitania de Pernambuco, também sublinha a importância da reflexão sobre o termo cabra. A partir da análise de documentação paroquial da Freguesia de Santo Antonio do Recife, o autor chama atenção para o cotejamento que deve ser feito entre os significados das palavras presentes nos dicionários de época e o seu efetivo uso, no cotidiano dos colonos, no âmbito das cerimônias da Igreja Católica, com posterior registro nos livros de assento das paróquias.

Originalmente, no ‘Vocabulario portuguez e latino’ de Bluteau, cabra estava posto como nome dado, pelos portugueses, a indígenas (Bluteau, 1728, v. II, p. 21). Pouco mais de meio século mais tarde, no ‘Diccionario da lingua portuguesa’, compilado e reformado a partir do Vocabulário anterior por Morais Silva, a palavra designa “O filho, ou filha de pái mulato, e mãe preta, ou as avessas” (Morais Silva, 1789, v. I, p. 314). Em Santo Antonio do Recife, as crianças qualificadas como cabras, batizadas entre 1790 e 1801, tinham, como pais, pessoas crioulas e/ou pardas, sendo possível que o vocábulo aqui em discussão remetesse a uma ‘regressão’, remetendo à tez mais escura daqueles levados à pia batismal (Silva, 2018, p. 72). Feita a síntese do balanço historiográfico, exponho, a seguir, o caminho teórico-metodológico da investigação e alguns resultados.

Os homens cabras e as mulheres cabras no Sertão do Seridó

Inicialmente, fiz a consulta a bancos de dados, produzidos no *software Microsoft Access*, relativos a 10 livros de assento paroquial da Freguesia do Seridó: Livro de Casamentos (LC), nº 01, de 1788 a 1809; nº 02, de 1809 a 1821 e nº 03, de 1821 a 1834; Livro de Batizados (LB), nº 01, de 1803 a 1806; nº 02, de 1814 a 1818; nº 03, de 1818 a 1822 e nº 04, de 1825 a 1831; e, Livro de Óbitos (LO), nº 01, de 1788 a 1811; nº 02, de 1812 a 1838 e nº 03, de 1838-1857. Eventualmente, para conferir ou checar informações já indexadas, recorri a fotografias dos originais desses livros, que estão depositados na Casa Paroquial São Joaquim (Caicó-RN) ou de microfilmes disponíveis no site *Family Search*.⁶

A busca pela trajetória dessas pessoas, chamadas, pelos sacerdotes, de cabras, levou em conta alguns conceitos-chave, dentre outros, que nortearam a investigação, como o de *qualidade* e *condição*, a partir das problematizações feitas por Anthony Russell-Woold (1985), Suely Almeida (2015), Suely Almeida e Janaína Bezerra (2019) e Eduardo Paiva (2015; 2023a). Em termos metodológicos, o estudo foi conduzido sob inspiração do Método Indiciário (Ginzburg, 1989) operacionalizado, ao se efetuar o cruzamento nominativo de fontes, com o Método Onomástico (Ginzburg e Poni, 1989). A elaboração do perfil das pessoas cabras foi feita, também, com o concurso da História Quantitativa (Furet, 1976). Após a consulta e análise das fontes, o perfil foi elaborado a partir dos seguintes critérios: qualidades e condições dos

⁶Family Search. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

noivos e noivas; nomes, sobrenomes, filiações e senhorio (no caso das pessoas escravizadas); e qualidades e condições dos descendentes.

Observando, por meio dos documentos históricos, a Freguesia do Seridó, uma parcela reduzida da sua população era aquela constituída de cabras. As fontes paroquiais revelam que, dos 2.250 óbitos assinalados nesse espaço, entre 1788 e 1838, 08 eram de pessoas expressamente qualificadas como cabras e 03 outras tiveram os seus pais – ou mães – qualificados enquanto tal. É o caso de Antonio, que morreu em 1790 e era filho de outro Antonio, cabra, e Leutéria Maria de Jesus, escravos, respectivamente, de Apolônia Barbosa de Araújo e de dona Maria da Conceição, todos moradores no Riacho de Fora.

Sobre o perfil das pessoas a partir do nascimento, dos 4.824 batizados realizados entre 1803 e 1831, no Seridó, excluídos aqueles em que o sacerdote não identificou a origem, 1.847 pessoas foram descritas, em termos de suas qualidades, expressamente, como cabras, mulatas ou pardas e, nas bordas do livro de assento, com a letra 'P' e suas variações (como P.C., P. Cat., P. Esc.). Como será discutido adiante, a letra P poderia identificar, a princípio, indivíduos pardos, mas, também, a depender do contexto e de quem identificava, poderia se referir a uma pessoa preta. Pela experiência que tenho no trato com essa documentação paroquial e com a reconstrução de genealogias de diversas famílias, em muitas das situações, essa letra – o P – estava atrelada ao significado de pardo.

Desses batizados, três únicas crianças foram qualificadas, expressamente ou ao lado do assento, como cabra. Uma delas foi Davi, cabra, batizado em 1803 na sede da freguesia, filho natural de Felícia, também cabra, escrava de dona Ana Tereza de Jesus, moradora na Vila Nova do Príncipe. Todavia, entre 1803 e 1831, localizei registros de batismo de 24 crianças em que a mãe ou o pai eram cabras. Desses, 18 casos eram de famílias matrifocais, isto é, aquelas em que só se dispõe do nome da mãe, presumindo-se que o pai fosse ausente ou não tivesse papel destacado nas condições de sobrevivência.

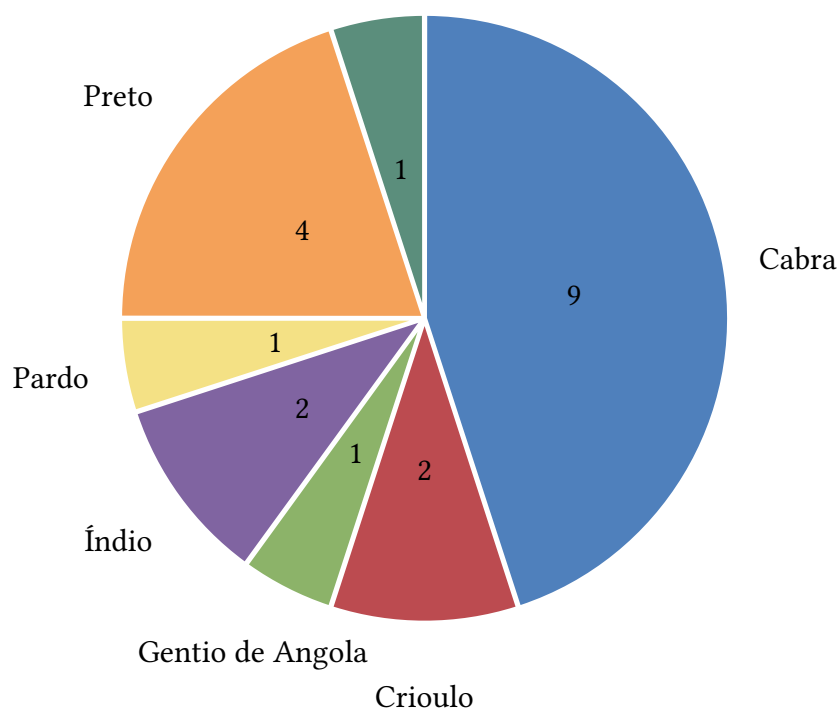
Qualidades e condições como forma de hierarquização

Em relação aos casamentos celebrados na freguesia, constata-se, a partir do exame dos respectivos livros de assento, que foram realizados 1.691 matrimônios, no Seridó, entre os anos de 1788 a 1834. Dentro desse recorte, encontrei 20 casamentos, entre os anos de 1797 a 1833, onde o noivo ou a noiva foram pessoas expressamente qualificadas, pelo sacerdote que fez o registro, como cabras. Em apenas um desses assentos a qualidade de cabra aparece no espaço ao lado do registro, onde, geralmente, se colocavam averbações.

O primeiro critério de análise é aquele ligado às qualidades e condições dos nubentes, conforme gráficos abaixo. Tomando como recorte de análise esses 20 casamentos, a primeira verificação feita atesta que, do ponto de vista das qualidades, o número de homens é inferior ao de mulheres. Havia, portanto, mais mulheres cabras (16) casando que homens (9), na freguesia, no período estudado.

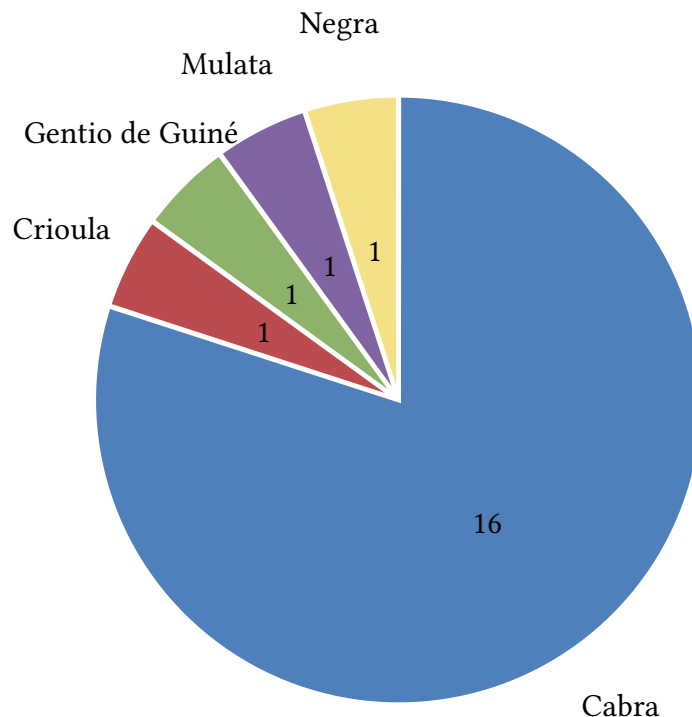
A grande maioria dos matrimônios, 10, no total, ocorreu entre cabras e pessoas africanas (Angola, Guiné e pretos ou negros) e crioulas; seguidos de 5 casamentos entre cabras; 2 entre cabras e indígenas; e 2 entre cabras e pessoas misturadas – de qualidade parda e mulata. Uma das uniões envolveu um homem forro, sem identificação da qualidade, e uma mulher cabra. Refiro-me, aqui, ao laço estabelecido, em 1802, na Matriz do Seridó, entre Antonio Manuel dos Santos e Domiciana. Ele, natural do Brejo de Areia, Freguesia de Mamanguape, na Capitania da Paraíba; ela, cabra, escrava de João de Araújo Franco, morador na Fazenda Espírito Santo.

Figura 1 — Perfil dos noivos em casamentos envolvendo pessoas cabras na Freguesia do Seridó (1797–1833) por qualidade
Sem qualidade



Fonte: elaboração do autor a partir de bancos de dados relativos a livros de casamentos da Freguesia do Seridó (1788-1834). Universo amostral: 20 celebrações.

Figura 2 — Perfil das noivas em casamentos envolvendo pessoas cabras na Freguesia do Seridó (1797-1833) por qualidade



Fonte: elaboração do autor a partir de bancos de dados relativos a livros de casamentos da Freguesia do Seridó (1788-1834). Universo amostral: 20 celebrações.

No que diz respeito às condições jurídicas dessas pessoas, os 9 noivos cabras foram descritos como escravos nos assentos matrimoniais. Em se tratando das 16 noivas, 12 eram escravas, 02 foram registradas como forras e as outras duas não tiveram sua condição aposta (seriam, portanto, livres?). Em relação às parceiras dos noivos cabras, excetuando as mulheres de mesma qualidade, todas eram escravas. Já em relação aos parceiros das noivas cabras, sem contar com os noivos de mesma qualidade, a maioria estava em processo de escravização (8), 1 era forro e 2, os indígenas, presumivelmente, livres.

Nomes, sobrenomes, filiações e senhorio

Pelo segundo critério de análise, que destacou nomes, sobrenomes, filiação e senhorio, aferi que, para as 25 pessoas qualificadas como cabras – homens e mulheres –, nos casamentos, pode-se falar de 04 situações específicas. A primeira, em que 17 pessoas tiveram informados, no assento de matrimônio, apenas o seu prenome, junto com o nome completo do senhor ou senhora a quem serviam. É o caso de Rita, Domiciana, Joana, Vicência, Ana, André, Francisco, Inácio, Severina, Joana, Tomázia, Ana, Teodósio, Joaquina, Luiz, João e Antonia. Tomando-se, para exemplificação, o casamento que ocorreu na Matriz do Seridó em 24/02/1797, o qual

teve como noivos Antonio, pardo, escravo de Ventura Fernandes e Rita, cabra, escrava de Luiz Teixeira da Fonseca.

A segunda situação é aquela em que 04 pessoas cabras tiveram registrado, no termo de casamento, o prenome e sobrenome, com a respectiva filiação: André Cordeiro (filho legítimo de Leandro Cordeiro e Damázia Maria), que casou em 1801, na mesma matriz já mencionada, com Teodora Maria (filha legítima de Valério Dias e Joana Maria), ambos, cabras; Ângela Maria da Silva, cabra, forra, filha natural de Antonio da Rocha e Engrácia Maria, que casou, em 1803, na referida matriz, com Carlos, preto, escravo de Miguel Pinheiro; e Joaquina Maria da Conceição, cabra, filha natural de Maria dos Prazeres, que casou em 1814, na Capela de Santa Ana dos Currais Novos, com o índio Manuel Acioli do Nascimento, filho natural de Leonor Maria.

Sobre a terceira situação, trata-se daquela em que 03 pessoas tiveram o prenome e sobrenome registrados, acompanhados do nome do senhor ou senhora, antigo ou atual, a depender do contexto. Refiro-me a João Tavares, cabra, que casou, em 1805, na Matriz do Seridó, com Vicência, cabra, ambos escravos de Félix Gomes Pequeno; a João Januário, cabra, escravo do padre José Antonio de Mesquita, que casou, em 1806, na Matriz do Seridó, com Felícia Rosa, cabra, escrava de Ana Teresa de Jesus. A quarta e última situação refere-se a Maria da Conceição, cabra, filha de Ana Tereza, que casou, na Capela de Santa Ana dos Currais Novos, em 1817, com o índio Damázio Pereira, filho natural de Josefa Maria. Nessa ocasião, Maria da Conceição foi declarada liberta de Manuel José Lisboa. O registro, pois, referiu-se ao seu prenome e sobrenome, filiação, e antigo senhor.

Qualidades e condições da descendência das pessoas cabras

Por fim, o último critério de análise está ligado à percepção das qualidades dos descendentes das pessoas cabras cujos casamentos foram mapeados – na impossibilidade, nesse primeiro momento, de conseguir aferir a ascendência dessas pessoas. Após o cruzamento dos dados dos casamentos com os livros de assento de batizado e óbito, detectei a presença de descendentes em 08 trajetórias de famílias parentais, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 — Trajetórias de famílias parentais envolvendo pessoas cabras na Freguesia do Seridó (1788–1857)

Nº	Pai, qualidade e condição*	Mãe, qualidade e condição*	Quantidade de filhos	Qualidades e/ou condições dos filhos e das filhas
1	Antonio, pardo, escravo	Rita, cabra, escrava	3	01 pardo 02 sem identificação da qualidade

Nº	Pai, qualidade e condição*	Mãe, qualidade e condição*	Quantidade de filhos	Qualidades e/ou condições dos filhos e das filhas
2	Antonio Manuel dos Santos, forro	Domiciana, cabra, escrava	2	Sem identificação da qualidade
3	Pedro, preto do Gentio de Angola, escravo	Joana, cabra, escrava	1	Preto
4	João Tavares, cabra, escravo	Vicência, cabra, escrava	2	01 sem identificação da qualidade 01 N.C.
5	João, Gentio da Guiné, escravo	Severina, cabra, escrava	1	N.C.
6	Fidélis, crioulo, escravo	Joana, cabra, escrava	1	N.C.
7	Francisco, crioulo, escravo	Ana, cabra, escrava	7	05 N.C. 02 P.C.
8	Damázio, índio	Maria da Conceição, cabra, liberta	2	P

Fonte: elaboração do autor a partir de bancos de dados relativos a livros de assento paroquial da Freguesia do Seridó (1788-1857). Legendas: * Qualidade e condição no ato do casamento; N.C. = é provável que fosse “negro cativo” ou “negro crioulo”; P = é provável que fosse “pardo” ou ainda “preto”; P.C.: = é provável que fosse “pardo cativo” ou “preto cativo” ou ainda “preto crioulo”. Todos esses prováveis significados alertam para o cuidado que se deve ter com essas letras usadas pelos sacerdotes para qualificar os seus fregueses, as quais devem ser analisadas a partir do contexto do registro e de quem as mobilizou.

Nessas trajetórias, rastreadas a partir do Método Indiciário e do Método Onomástico, é notório que a grande maioria dos núcleos familiares estão atravessados pela escravidão, gerando, portanto, num primeiro momento, descendentes ainda sob a égide do cativo. É o caso da maior parentela aqui rastreada, formada por Francisco, Ana e seus 07 rebentos. O casamento de ambos foi realizado na Matriz do Seridó, sede da freguesia, em 30/09/1816, ocasião em que suas qualidades foram realçadas – ele, crioulo; ela, cabra –, bem como, suas condições de escravo e escrava, respectivamente, do capitão-mor Manuel de Medeiros Rocha e de Pedro Paulo de Medeiros. Estes eram pai e filho, o primeiro, morador na fazenda Remédio, ribeira do Rio São José (Medeiros Filho, 1981).

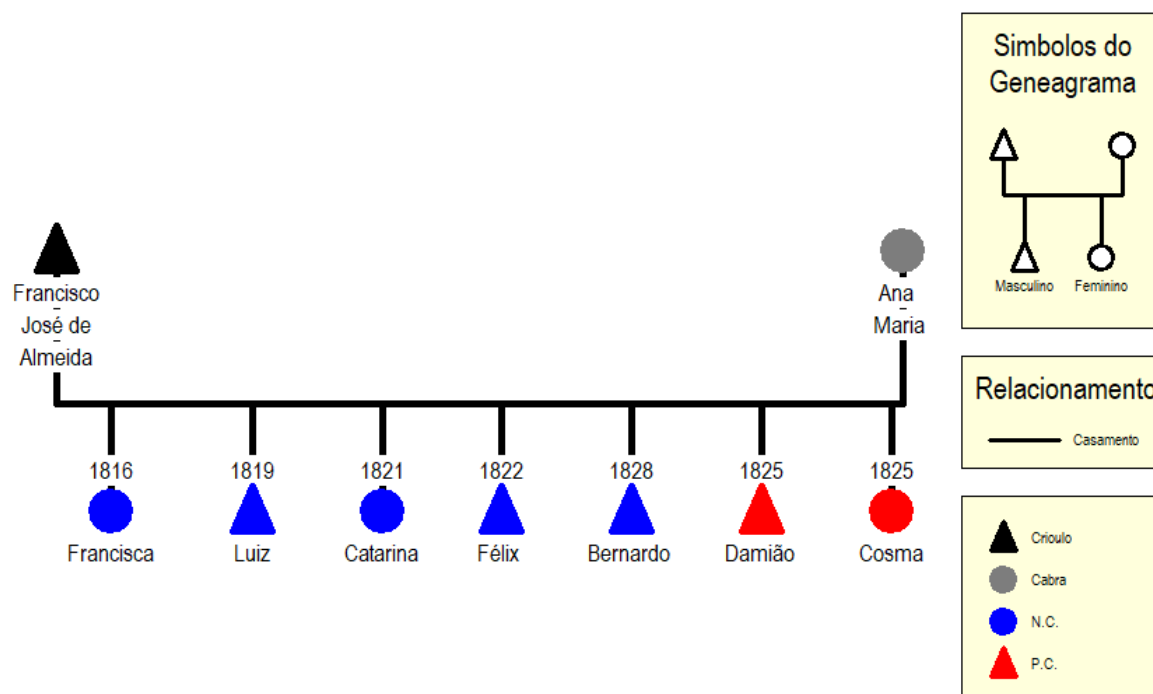
No caso de Francisco, a qualidade de crioulo, termo, provavelmente, de origem africana (Paiva, 2015, p. 202), indicava os escravos nascidos na América portuguesa e que eram filhos de pretos, isto é, de pais nascidos na África (Faria, 2004, p. 68; Karasch, 2000, p. 37; Mattoso, 2003, p. 105-106). Eduardo França Paiva (2015), porém, considera que é mais prudente falar de crioulos como aqueles que nasceram nas possessões portuguesas na América e que eram filhos de mãe africana. Essa proposição fundamenta-se no fato de que, na maioria dos registros

documentais, a paternidade dos crioulos era omitida, dando-se precedência, portanto, ao registro do nome e qualidade da mãe – do que resulta não se ter uma ideia bem clara, ainda, acerca de como seriam qualificados os filhos de um casal em que apenas o pai fosse africano. O significado que o dicionário de Rafael Bluteau (1728, v. II, p. 613) forneceu para crioulo, todavia, considera-o como sendo o “Escravo, que nasceo na casa do seu senhor”. Esta definição, segundo a opinião de Eduardo França Paiva (2015), soa como problemática, já que, entre as gentes nascidas no território americano houve, também, mestiços de diferentes qualidades, não confundidos com crioulos. É possível, segundo o autor, que o dialeto utilizado no dicionário de Rafael Bluteau estivesse usando a palavra “escravo” como sinônimo de “negro” ou “preto”, daí o equívoco em relação ao significado da palavra crioulo.

Já a qualidade de cabra, atribuída a Ana, indica, supomos, algum grau de mestiçagem. As discussões sobre o termo, atribuído a pessoas nos mais diversos rincões da América portuguesa, da segunda metade do século XVIII em diante, como já afirmado em parágrafos precedentes, convergem para o entendimento de que os significados dessa palavra, em sentido adjetival, associavam homens e mulheres a situações de mestiçagem, ou seja, em que seus pais provinham de diferentes origens étnicas e/ou sociais (Cortez, 2015; Amantino, 2016; Silva, 2018). Essas mestiçagens, conforme a pontuação de Márcia Amantino, seriam resultantes de pessoas negras com outras já mescladas, também com ancestrais negros, a exemplo de mulatos e pardos. A qualidade de cabra, enquanto pessoa ‘misturada’, estava entre os designativos de menor valor hierárquico atribuído a pessoas nas sociedades ibero-americanas, ao lado de outras denominações, como coiotes, zambaios – no mundo hispânico –, fulas e curibocas – na América de colonização lusa (Amantino, 2016, p. 97).

Voltando ao exame da trajetória de vida do casal Francisco e Ana, entre 1816 e 1825 eles batizaram 07 filhos: Francisca, em 1816; Luiz, em 1819; Catarina, em 1821; Félix, em 1822; Bernardo, em 1828; e os gêmeos Cosma e Damião, em 1825. O geneograma abaixo detalha o mapeamento da primeira geração dos filhos de Francisco e Ana:

Geneagrama 1 — Descendência de Francisco José de Almeida e Ana Maria



Fonte: elaboração do autor, com o software GenoPro, a partir de bancos de dados relativos à Freguesia do Seridó (1788-1857)

Algumas considerações podem ser feitas a partir do exame do geneagrama. A primeira delas diz respeito ao nome do casal, que anteriormente, nomeiei, apenas, como Francisco e Ana, a partir do registro do casamento, em 1816. Era comum, ressalvadas algumas exceções, que as pessoas que estavam enredadas nos grilhões da escravidão fossem diferenciadas, apenas por seus nomes, na documentação oficial. Os sobrenomes do casal vieram à tona quando encontrei o registro do óbito de Ana, ocorrido em 1854, momento em que contava com, aproximadamente, 70 anos. Ela morreu e foi sepultada no corpo da Matriz do Seridó, o mesmo templo onde casara, no início do século. Na ocasião, foi referida como Ana Maria, esposa de Francisco José de Almeida. Além disso, o padre que fez o assento indicou que ambos, ela e o marido, eram libertos de Pedro Paulo de Medeiros. Provavelmente, com a morte do capitão-mor Manuel de Medeiros Rocha, em 1837 (Medeiros Filho, 1981, p. 43), Francisco e Ana devem ter sido partilhados e destinados para servir na casa de Pedro Paulo, ambiente onde conseguiram sua alforria. Isso explica, de forma indiciária, a adoção de sobrenomes por parte de ambos, embora, o “Almeida” seja, ainda, uma incógnita.

A segunda questão relaciona-se às qualidades e condições dos filhos de Francisco de Almeida e de Ana Maria, atribuídas pelos sacerdotes, nos registros paroquiais: alguns foram identificados com as letras *N.C.* ao lado do assento; outros, com as letras *P.C.* O que queriam dizer as letras inseridas pelos sacerdotes nos espaços que margeavam os registros nos livros paroquiais?

Douglas Libby (2010), de modo acertado, já chamara a atenção para a problematização que precisa ser feita sobre esses sinais gráficos no contexto da produção da massa documental das antigas freguesias.

Em estudo anterior (2020), a julgar pelo fato de algumas das pessoas qualificadas expressamente como pardas, estudadas no Sertão do Seridó, terem sido, também, assentadas com a letra P, ao lado de seus registros, ponderei, por convenção, que *P* significaria, a princípio, pardo ou parda. O aprofundamento de meus estudos, sobretudo, a partir do constante diálogo travado com Maiara Araújo, Alda Medeiros e Matheus Santos, por ocasião da orientação de suas dissertações de mestrado sobre o Seridó (Araújo, 2023; Medeiros, 2022; Santos, 2022), fez-me recuar dessa postura cartesiana e relativizar essas atribuições, procurando compreender o contexto da aposição de uma letra ao lado do registro, quem fazia essa inserção e, o mais importante: qual a árvore genealógica da pessoa a quem se marcava, no assento, uma letra, fosse *P*, *B* ou mesmo a letra *I*, comumente ligada a indígenas.

É fato que essa atitude, de ter cautela em fazer associações de letras nos registros paroquiais a determinadas qualidades, foi também motivada pelas importantes provocações de Eduardo Paiva, Suely Almeida e Janaína Bezerra, que chamam atenção para o quanto as denominações feitas a pessoas, nas sociedades de Antigo Regime, no mundo ibero-americano colonial, eram complexas (Paiva, 2015; Almeida, 2015; Almeida; Bezerra, 2019). Posteriormente, continuei questionando os sentidos dessas letras nas fontes deixadas pelo aparelho burocrático da Igreja Católica (Macedo, 2023a; 2023b), a ponto de perguntar se a letra *P* poderia significar pardo/parda ou mesmo preto/preta.

A letra *N*, atribuída aos filhos Luiz, Félix e Bernardo, e às filhas Francisca e Catarina, provavelmente, estava ligada à qualidade de “negro” ou “negra”, palavras que eram correlatas, a depender do contexto de nomeação, a “preto” e “preta”. Termos que se referiam, respectivamente, à percepção fenotípica da cor da pele (negro-negra) e/ou à procedência geográfica de África (preto-preta), conforme reflexão anterior (Macedo, 2023a). De cara, já podemos descartar essa última situação, pois, se trata de pessoas que nasceram na América portuguesa. Talvez fosse, nesse caso, a cor da pele, o que levou os padres a nomearem os cinco filhos de Francisco de Almeida e Ana Maria como *N.C.*⁷

Em se tratando dos gêmeos Damião e Cosma, nascidos em 1825, o padre responsável por registrar o seu batizado os distinguiu, ao lado do assento, com as letras *P.C.* Seria, nesse caso, o *P*, referente à qualidade de pardo ou parda? Pardo é um dos termos usados para denominar pessoas cuja ancestralidade provém, em parte, de mesclas. Bluteau, no seu “Vocabulário” de 1728, enuncia que se tratava de “Cor entre branco, & preto, própria do pardal” (Bluteau,

⁷No estudo de Macedo, acerca das práticas de nomeação de pessoas negras no Seridó, os qualificativos “negro” e “negra” foram usados, também, como sinônimos de pessoas crioulas, como se os sacerdotes, autores dos registros, estivessem sintonizados com o processo de criouliização que estava acontecendo na América (Macedo, 2023, p. 70).

v. VI, 1728, p. 265). Estudos recentes, para o litoral da Capitania de Pernambuco, dão conta da complexidade de se achar um significado único para o termo (Bezerra, 2016; Silva, 2018).

Eduardo Paiva, em texto recente, coloca o termo *pardo*, ao lado de *mulato*, como palavras-coringa, que, em diversas vezes, foram utilizadas com conveniências específicas, historicamente, pelos detentores do poder da escrita. Segundo ele, em regiões com maior população africana e crioula, a exemplo de Minas Gerais e Bahia, os dois termos podem ter sido mais usados para a nomeação de filhos de negros, pretos e crioulos com brancos ou pessoas já misturadas. Enquanto que, em regiões com maior expressividade de população indígena, os referidos termos poderiam ter se referido, com mais frequência, a indivíduos provenientes de misturas entre os nativos e outros grupos sociais. É o caso do Estado do Grão-Pará e Maranhão e das Capitanias de Goiás, Mato Grosso e aquelas do Norte do Estado do Brasil (Paiva, 2023a, p. 258). Evidentemente, tais chaves devem ser entendidas como pontos de partida para a investigação e não fórmulas conceituais fechadas. Nesse sentido, levando-se em conta o que já foi explanado acerca dos possíveis significados da letra *N* para os seus irmãos, uma outra possibilidade é que o *P*, nesse caso, para Cosma e Damião, significasse preto e preta, numa referência à cor da pele dos gêmeos.

Falamos das letras *N* e *P*, atribuídas enquanto qualidades, aos filhos e filhas de Francisco de Almeida e Ana Maria. Mas, e a letra *C*, que se associou, ao lado dos assentos paroquiais? Há, pelo menos, três possibilidades possíveis para o seu sentido. O primeiro, significando crioulo, a julgar pela qualidade do patriarca da família. O segundo, identificando a qualidade de cabra, lembrando a origem da matriarca. E, o terceiro, aludindo à condição jurídica de cativo ou cativa. Nas seis cerimônias religiosas em que os padres da Freguesia do Seridó distinguiram os filhos do casal, no espaço destinado à averbação dos assentos, Francisco e Ana eram, ainda, escravos da família Medeiros. Como a escravidão era transmitida pelo ventre materno, faria sentido, pois, que os sete filhos fossem, àquela altura, também, cativos. Com o avançar das pesquisas, à medida que esses dados forem cruzados com documentação judicial, como inventários *post-mortem* e cartas de alforria, será admissível esmiuçar, melhor, tais significados imputados aos descendentes dos homens cabras e das mulheres cabras no Seridó.

Considerações finais

Face aos resultados que foram anteriormente apresentados, é possível inferir que, sob o olhar da Igreja Católica, pessoas cabras foram registradas em 20 casamentos nos livros de assento paroquial na Freguesia do Seridó, na ribeira de mesmo nome, entre 1797 e 1833.

Em relação às qualidades desses casamentos, predominou a presença de cabras, expressiva, entre os homens (9, dentre 20) e majoritária entre as mulheres (16, entre 20). No que tange à condição jurídica, os homens cabras eram todos escravos. Dentre as mulheres, a maioria era escrava (9, de 16), sendo, as demais, forras (2, de 20) e, provavelmente, livres (2, entre 20). Esse resultado dialoga e confirma, em parte, situações já apontadas pela historiografia (Cortez, 2015; Amantino, 2016), em que a grande parte das pessoas qualificadas como cabras,

no Brasil, tiveram, em algum momento de sua existência, ligação com o mundo do trabalho, especificamente, a escravidão.

De 25 pessoas qualificadas como cabras, que estão assinaladas nos 20 casamentos registrados nos livros da Freguesia do Seridó, 17 tiveram, apenas, assentado nos livros, o prenome, junto do nome completo do senhor ou senhora, caracterizando a despersonalização da identidade das pessoas promovida pela escravidão. Outras situações detectadas foram as seguintes: 04 pessoas tiveram o prenome e sobrenome, com filiação, registrados; 03 tiveram o prenome e sobrenome, com o nome do senhor ou senhora – fosse antigo ou atual – e 01 teve o prenome e sobrenome, filiação, e nome do antigo senhor assentados.

Das 20 uniões sacramentadas pela Igreja Católica, realizadas na Matriz do Seridó, na Capela do Acari e nas respectivas zonas de influência territorial, consegui detectar, a partir do cruzamento de dados, famílias parentais em 08 trajetórias. No processo geracional, levando-se em conta apenas uma geração – a dos filhos de casais envolvendo pessoas cabras –, não foi possível constatar que a qualidade de “cabra” foi repassada para os filhos, ao menos, nos documentos ligados ao seu batizado.

Por outro lado, percebeu-se a presença de filhos sem a identificação de qualidade ou designativos com variações diversas, como descrevo a seguir. Em um casal com pai pardo e mãe cabra, escravos, houve filhos pardos. Em um casal com pai forro – sem qualidade – e mãe cabra, escrava, identificou-se filhos sem qualidade definida pelo sacerdote no momento do batizado. Em casais com pai “africano” (Gentio de Angola ou de Guiné), com mãe cabra, escravos, percebeu-se filhos pretos ou com a abreviatura *N.C.* Em um casal onde pai e mãe eram cabras, escravos, houve um filho sem qualidade e outro com a mesma abreviatura *N.C.* No caso em que o pai era índio e a mãe, cabra, liberta, os filhos tiveram a qualidade *P* aposta ao registro. Finalmente, nos dois casais em que o pai era crioulo e a mãe era cabra, ambos escravos, houve filhos qualificados como *N.C.* e outros como *P.C.* na averbação dos registros.

Trata-se, aqui, da trajetória do crioulo Francisco de Almeida e da cabra Ana Maria, que foram cativados por pessoas da família Medeiros e, durante esse período, na primeira metade do século XIX, tiveram, pelo menos, 07 filhos. As qualidades de seus descendentes e suas descendentes variou, conforme os padres que lavraram os seus assentos na freguesia: alguns, qualificados como *N.C.*, e, outros, como *P.C.*, demonstrando a necessidade de se refinar a análise acerca das nomeações de pessoas atravessadas pelo fenômeno da escravidão e das mestiçagens.

Considerando esse recorte específico dos descendentes das 8 trajetórias envolvendo pessoas cabras, e se for levado em conta que a abreviatura *N.C.* possa significar “negro cativo” ou ainda “negro crioulo”, pode-se supor, concordando, aqui, com o raciocínio traçado por Márcia Amantino (2016), que, a qualidade de “cabra”, do pai ou mãe desses filhos, remetesse majoritariamente, no período estudado, à ancestralidade preta e/ou oriunda da África, ou, quiçá, à tonalidade mais escura da pele. Claro que se trata, aqui, de resultados preliminares, os

quais poderão ser confirmados, ou não, em investigações futuras sobre as pessoas qualificadas como cabras nos sertões do Nordeste do Brasil.

Referências

- ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. Pensando as mestiçagens: processos e dinâmicas de mestiçagem da América portuguesa XVII a XVIII. **Boletim do Tempo Presente**, Recife, n. 10, p. 1-19, 2015.
- ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; BEZERRA, Janaína Santos. Cor, Qualidade e Condição: uma reflexão sobre conceitos no Brasil Colonial no século XVIII. **Luso-Brazilian Review (Online)**, Wisconsin, v. 56, p. 130-160, 2019.
- AMANTINO, Marcia. Cabras. In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel E. Fernandez; GARCÍA, Rafael M. Perez. (Org.). **De que estamos falando?** Antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, v. 1, p. 83-97.
- ARAÚJO, Maiara Silva. **Tropas Pagas e Ordenanças**: perfil social dos militares da Capitania do Rio Grande (séculos XVII-XIX) Mossoró, RN: Edições UERN/ FAPERN, 2023.
- BEZERRA, Janaína Santos. **A fraude da tez branca**: a integração de indivíduos e famílias pardas na elite colonial pernambucana (XVIII). 2016. 322f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...** : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1728. 8 v.
- BORGES, Cláudia Cristina do Lago. **Cativos do Sertão**: um estudo da escravidão no Seridó, Rio Grande do Norte. 2000. 131f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Franca, 2000.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey (1700–1850). 2004. 278f. Tese (Concurso para Professor Titular em História do Brasil – Departamento de História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (FGSSAS). **Livro de Casamentos nº 01, de 1788 a 1809; nº 02, de 1809 a 1821; nº 03, de 1821 a 1834** [banco de dados construído a partir do original presente na Casa Paroquial São Joaquim, Caicó-RN].
- Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (FGSSAS). **Livro de Batizados nº 01, de 1803 a 1806; nº 02, de 1814 a 1818; nº 03, de 1818 a 1822; nº 04, de 1825 a 1831** [banco de dados construído a partir do original presente na Casa Paroquial São Joaquim, Caicó-RN].
- Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (FGSSA). **Livro de Óbitos nº 01, de 1788 a 1811; nº 02, de 1812 a 1838; nº 03, de 1838 a 1857** [banco de dados construído a partir do original presente na Casa Paroquial São Joaquim, Caicó-RN].
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-80.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-91.

IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. **O Cabra do Cariri Cearense**: a invenção de um conceito oitocentista. 2015. 354f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2015.

LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; Martins, Ilton César (Org.). **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 41-62.

LOPES, Michele Soares. **Escravidão na Vila do Príncipe, província do Rio Grande do Norte (1850/1888)**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças no sertão do RN. Curitiba: CRV, 2020.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Outras famílias do Seridó: uma proposta para se refletir sobre as mestiçagens no sertão do Rio Grande do Norte. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de (Org.). **Fazendo ciência nos sertões**: Experiências e idealizações no Seridó. Sobral-CE: SertãoCult, 2023b, p. 73-92.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte**: história e mestiçagens. Natal: EDUFRN, 2011.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Práticas de nomeação de pessoas “negras” nos Sertões do Seridó: primeiras aproximações. In: OLIVEIRA, Antônio José de (Org.). **História dos Sertões**: Sociedades Coloniais. Aracaju, SE: Criação Editora; Caicó-RN: Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023a, p. 57-71.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó**: espaço e história no regionalismo seridoense. 1998. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais**: patrimônio familiar e cotidiano nos sertões do Seridó (século XVIII). 2007. 300f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe – 1850/1890**. Sertão do Seridó – Um estudo de caso da pobreza. 1985. 247f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS, Isac Alisson Viana de. **Matriz, capelas e desobrigas**: um olhar sobre a cristianização do espaço da Freguesia do Seridó (1788-1838). 2020. 289f. Dissertação (Mestrado em História) – CCHLA, UFRN, Natal, 2020.

MEDEIROS, Maria Alda Jana Dantas de. **Vastas e ermas**: mulheres não brancas no sertão do Rio Grande (Seridó, séculos XVIII e XIX). 2022. 279f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) – CERES, UFRN, Caicó, 2022.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense**: uma geografia da resistência. Caicó: ed. do autor, 2005.

PAIVA, Eduardo França. Circulação do léxico da escravidão e das mestiçagens. In: PAIVA, Eduardo França; PEREIRA, Josenildo de Jesus; SILVA, Rodrigo Caetano; ROLAND, Samir Lola (Org.). **Reescrevendo histórias do Brasil**: conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e XIX). Belo Horizonte: Caravana, 2023a.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo**: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PAIVA, Eduardo França. Mestiçagens na Ibero-América, entre os séculos XVI e XIX: definições, empregos e historicidades dos conceitos — o caso do designativo “branco”. *In*: REYES, Andrea Armijo; PONCE, Xochitl Inostroza; CAMPOS, Maximiliano Salinas (Edit.). **Colonialismo en América**. Prácticas, imaginarios, resignificaciones siglos xvi-xxi. Santiago de Chile: Editorial Universidad de Santiago de Chile, 2023b.

PEREIRA, Ariane Medeiros. **Escravos em ação na Comarca do Príncipe - Província do Rio Grande do Norte (1870-1888)**. Teresina/Piauí: Editora Cancioneiro, 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista**. Tese de doutorado apresentada na Unicamp, 2003.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Matheus Barbosa. **Neste mesmo chão, outros passos: indivíduos não-brancos nos Sertões do Rio Grande (Ribeira do Acauã, Totoró, Séculos XVIII-XIX)**. 2022. 194f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) - CERES, Caicó, 2022.

SILVA, Antonio de Moraes. Bluteau, Rafael. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.

SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na cor da pele, o negro: escravidão, mestiçagens e sociedade no Recife colonial (1790-1810)**. Maceió: Edufal, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Território da divergência (e da confusão)**. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 57-72.

Recebido em 30 jun. 2025. Aprovado em 31 jul. 2025.

Atribuições de cor/raça dada as crianças batizadas na cidade sertaneja pernambucana de Floresta no século XIX (1868–1888)

Edmilson Bezerra do Nascimento
Júnior¹

*Racial attributes assigned to baptized children
in the sertaneja city of Floresta, Pernambuco,
in the 19th century (1868–1888)*

Revista Galo v. 6 n. 12
<https://doi.org/10.53919/g12d3>

Resumo. O presente artigo faz uma análise quantitativa e qualitativa referente às atribuições de cor/raça dadas as crianças nascidas (registradas) na cidade sertaneja pernambucana de Floresta entre os anos de 1868 à 1888. Trata-se de pesquisa em fontes primárias desenvolvido segundo as normas historiográficas realizada em livros eclesiásticos reunidos pelo projeto Itaparica de Salvamento Arqueológico e Histórico, UFPE-CHESF, na década de 1980, preservadas de forma digital no acervo do Laboratório de Pesquisas e Ensino de História da UFPE. O principal objetivo deste artigo juntamente com a documentação eclesiástica analisadas da cidade supracitada é mostrar como as crianças, fossem elas nascidas em famílias estruturadas ou não, foram caracterizadas (marcadas) a partir da sua cor de pele.

Palavras-chave. Cor/Raça. Floresta. Cor de Pele.

Abstract. This article provides a quantitative and qualitative analysis of the color/race attributions given to children born (registered) in the backlands city of Floresta Pernambuco between 1868 and 1888. This is a study of primary sources developed according to historiographical norms in ecclesiastical books collected by the Itaparica Archaeological and Historical Salvage Project, UFPE-CHESF, in the 1980s, preserved in digital form in the collection of the Laboratory of Research and Teaching of History of UFPE. The main objective of this article, together with the ecclesiastical documentation analyzed from the aforementioned city, is to show how children, whether born into structured families or not, were characterized (marked) based on their skin color.

Keywords. Color/Race. Floresta. Skin Color.

Introdução

Antes de passarmos para as análises dos livros eclesiásticos da cidade de Floresta, que discutiremos neste artigo, precisamos situá-la. No tocante à sua fundação, os registros de sua

¹Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2023). Graduado no curso de História - Licenciatura plena pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2024.1). Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 2016). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3637-5499>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9194440548594004>. E-mail: edmilsonbjunior2017@gmail.com.

história² apontam que era uma região habitada por indígenas e banhadas pelo rio Opara – “nome indígena do São Francisco” (Ferraz, 1999, p. 22) - ou por seus afluentes, sendo aldeadas por indígenas que habitavam a região pelas ordens religiosas católicas. O mapa que segue mostra como foi o povoamento de Floresta e destaca a hidrografia da região.

Abaixo, segue uma imagem a partir de uma fotografia original datada de 1865 e que está delgada em placa de ferro a qual, Ferraz (1992, p. 111) apresenta uma imagem da Vila que originou a cidade de Floresta: aparece, em primeiro plano, o caminho de chegada; à esquerda, um trecho de rua; ao fundo, a Igreja Matriz.

Figura 2 — Vila de Floresta



Fonte: FERRAZ, C. A. de S. **Floresta do Navio: capítulo da história sertaneja**. Prefácio de José Luiz Marques Delgado. Recife, Prefeitura Municipal de Floresta / CEPE, 1992.

Floresta nasce a partir de uma fazenda denominada “Fazenda Grande” e este título permanece por muitos anos, mesmo após a fundação da Vila de Floresta em 1846 (Pereira da Costa, 1983, p. 126). A Prefeitura Municipal de Floresta³ diz que a cidade teve início, no século XVIII, nas fazendas Curralinho e Paus Pretos, mas foi na Fazenda Grande que se iniciou sua povoação. Na segunda metade do século XVIII, a Fazenda Grande servia de curral temporário para o gado que vinha da Bahia abastecer os engenhos de açúcar pernambucanos. Com a expansão da Fazenda Grande, foi criado um açude e foi cedido um espaço no território para a construção da Igreja Matriz em substituição da capela. É neste ínterim que, em 1801, a Freguesia de Fazenda Grande foi criada pelo bispo-governador D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. Naquela localidade até então pouco povoada, gerou-se uma progressiva população: “... de sorte que, em 1840 contava já em toda a sua zona territorial 911 fogos⁴, com 4731 habitantes, de cujo desenvolvimento e importância veio o seu predicamento de vila,

³Ver mais em: <https://floresta.pe.gov.br/historia/>. Acesso em 21 mar. 2023.

⁴Fogo(s) era o termo utilizado, principalmente nos registros censitários, para designar a unidade domiciliar.

com o nome de Floresta, pela Lei Provincial a 153 de 31 de março de 1846” (Pereira da Costa, 1983, p. 126).

Figura 3 — Floresta do Navio



Fonte: FERRAZ, C. A. de S. **História Municipal de Floresta — Os vales, o povo, a evolução sociocultural e econômica**. FIDEM, Prefeitura Municipal de Floresta, 1999.

Outro nome dado à Floresta é “Floresta do Navio”, por conta da pedra com silhueta de embarcação (pode-se notar na imagem acima), que acabou atribuindo ao afluente que a cortava o nome de riacho do Navio. Trata-se do maior e mais importante afluente do rio Pajeú, que servia de caminho para as boiadas que passavam do sertão para o litoral. Uma outra explicação para o nome da cidade diz que por Fazenda Grande ter sido uma freguesia que se emancipou de Flores, quiseram conservar o vínculo afetivo: por isto a similitude entre os nomes Flores e Floresta. É pertinente relatar que no período de 1864 a 1888 a ausência de estradas que ligassem a cidade ao litoral não permitia a frequente emigração (Ferraz, 1992, p. 25–83).

É pertinente falar sobre os indígenas, especificamente na cidade de Floresta, uma vez que há muitas abordagens eurocêntricas. Ferraz (1992, p. 25), por exemplo, afirma: “o índio cedeu espaço ao colonizador”, justificando que os nativos que não se adaptaram aos colonizadores mantiveram desequilíbrio do estado de beligerância, implantando-se a lei do mais forte. Ou seja, uma explicação para a ausência ou diminuição acentuada dos grupos indígenas na região que pode relativizar os assassinatos dos indígenas, assim como seu apagamento em documentações pertencentes à elite.

Sobre a população negra de Floresta, Ferraz (1992) diz que “o elemento servil foi, de certo modo, reduzido no sertão, onde bem se caracterizava o trabalho do escravo e não o trabalho escravo”. Acrescentando que “o homem de cor geralmente, era cativo do seu *amo*”, expressão que denotava “certo conteúdo de afetividade” (Ferraz, 1992, p. 41). Tal expressão, racista e coligada à ideologia da democracia racial, refletia as fortes crises que atingiam a região, fossem elas de secas ou econômicas. Ademais, é quase impossível imaginarmos uma relação harmoniosa entre patrão (amo) e seu trabalhador (o escravo).

Neste tópico, é válido destacar como Muirakytan K. de Macêdo reflete sobre o apagamento do contingente populacional negro dos sertões, algo comum em toda região dominada pela pecuária:

O Seridó, antiga ribeira das Capitanias do Norte, não tinha sofrido, de forma significativa, a repercussão da escravidão negra, onipresente em todo Brasil colonial,

nem experimentado as misturas étnicas tão próprias desse caldeamento histórico. Esta versão não é isenta de intenção, como qualquer outra versão do passado. Está a serviço de um processo de “branqueamento” historiográfico, muito comum em discursos regionalistas, especialmente, em regiões de ocupação colonial pela pecuária. Tudo se passa como a se reconhecer somente o que parecia ser uma obviedade histórica: o poder onipresente da elite proprietária branca. Desse modo, preservar-se-ia o poder da memória como capital político/simbólico dos descendentes daquelas elites e se colocaria “para baixo do tapete” outros sujeitos sociais que viveram na subalternidade: mulheres, crianças, índios, negros, mestiços. (Macêdo, 2017, p. 11).

Estes apagamentos evidenciados pela autora também ecoam em Ferraz (1992, p. 73), quando diz que o “escravo” do sertão valia menos que o do engenho, pois este laborava com o gado ou cuidava da agricultura sujeita à seca. Novamente, a expressão “trabalho do escravo” surge como se a população negra da região fosse privilegiada se comparada à população escravizada da zona canavieira.

Apoiados nos pressupostos acima resumidos, partiremos para a análise dos livros eclesiásticos da cidade de Floresta, principalmente os livros de batismo. Abaixo, seguem as tabelas que construímos a partir de análises frente às questões de cor/raça. Encontraremos palavras que representam condição ou “casta”, termo que representava a cor/raça das crianças nos livros eclesiásticos. Para cada tabela foi utilizado o período que correspondia a cada livro, sendo estas datas a base inicial para nossas análises.

Análise Quantitativa do Livro de Batismo de Floresta 1868–1888

Na primeira tabela referente às crianças batizadas na cidade de Floresta, colocamos o termo “cor de pele”, enquanto nas demais “cor/raça”, pelo fato de que, as demais abrangem o ano de 1872, ano em que no Brasil o termo pardo passa a ser utilizado por um órgão oficial do governo como denotador de raça no primeiro recenseamento. Neste censo, outras cores de pele que denotavam qualidade ou hierarquia, então utilizadas pela sociedade imperial, foram retiradas. Além disso, especificamos como cor a palavra “escravo”, pois, mesmo sabendo que ela condiciona a criança batizada no livro, denota uma característica como as outras cores, diferenciando ou atribuindo qualidade.

As tabelas estão identificadas de acordo com os períodos que correspondem a cada livro analisado. As duas primeiras apresentam o número de crianças batizadas na cidade de Floresta de 1868 a 1871 e de 1871 a 1876, respectivamente. Comparando estes dois períodos, verificamos um aumento considerável no número de crianças ditas pardas e naquelas sem atribuição de cor/raça. As pardas passaram de 548 (1868–1871) para 694 (1871–1876). Já para as que não tiveram cor/raça atribuída, o número foi ainda maior, passando de 49 (1868–1871) para 474 (1871–1876). Podemos ler esses dados a partir da seguinte afirmação: “na verdade, a ausência de uma denominação de cor também era uma estratégia de inserção social” (Bezerra, 2016,

Tabela 1 — Cor atribuída às crianças batizadas (registradas)⁵ na cidade de Floresta entre os anos de 1868–1871

Cor da Pele	Número	Percentual
Pardo	548	54,1
Branco	308	30,4
Semi-Branco	23	2,27
Índio	10	0,99
Crioula	25	2,46
Preta	29	2,86
Mulata	16	1,58
Negra	2	0,2
Cabra	1	0,1
Escravo	2	0,2
Sem cor	49	4,84
Total	1013	100

Fonte: Acervo do Laboratório de Pesquisa e ensino de História (LAPEH) da UFPE — Projeto Sertão — Documentos Eclesiásticos do Município de Floresta (1868–1871).

Tabela 2 — Cor/Raça atribuída às crianças batizadas na cidade de Floresta entre os anos de 1871–1876

Cor/Raça	Número	Percentual
Pardo	694	46,61
Branco	292	19,61
Semi-Branco	3	0,2
Índio	5	0,34
Crioula	2	0,13
Preta	18	1,21
Mulata	1	0,07
Sem Cor	474	31,83
Total	1489	100

Acervo do Laboratório de Pesquisa e ensino de História (LAPEH) da UFPE — Projeto Sertão — Documentos Eclesiásticos do Município de Floresta (1871–1876).

p. 57). É válido destacar que, enquanto o número de crianças ditas pardas no livro de batismo cai no período de 1876 a 1881, o número de crianças ditas sem cor cresce vertiginosamente.

⁵A palavra “batizadas” será utilizada, aqui, como sinônimo de “registradas”.

Tabela 3 — Cor/Raça atribuída às crianças batizadas na cidade de Floresta no período de 1876–1881

Cor/Raça	Número	Percentual
Pardo	259	19,11
Branco	170	12,54
Índio	1	0,07
Preta	4	0,29
Negra	1	0,07
Sem Cor	921	67,92
Total	1356	100

Acervo do Laboratório de Pesquisa e ensino de História (LAPEH) da UFPE — Projeto Sertão — Documentos Eclesiásticos do Município de Floresta (1876–1881).

Tabela 4 — Cor/Raça atribuída às crianças batizadas na cidade de Floresta no período de 1881–1883

Cor/Raça	Número	Percentual
Pardo	859	36,57
Branco	526	22,4
Semi-Branco	9	0,38
Índio	12	0,51
Preta	28	1,19
Caboclo	1	0,04
Sem cor	914	38,91
Total	2349	100

Acervo do Laboratório de Pesquisa e ensino de História (LAPEH) da UFPE — Projeto Sertão — Documentos Eclesiásticos do Município de Floresta (1876–1881).

Em relação ao crescente número de crianças ditas pardas e sem cor, acreditamos também no impacto gerado pela Lei do Ventre Livre e, principalmente, pelo censo de 1872, que impulsionou a categoria parda como raça, além de questões como ascensão social e apagamentos identitários. Acrescentando, também, que a Lei do Ventre Livre não garantia, literalmente, a liberdade, e que outro aspecto denotado no censo de 1872 foi que muitos escravizados foram denominados como pardos.

Ao analisarmos esses dados, é importante observar os apagamentos diretamente relacionados aos números de crianças indígenas. Sabe-se que existiam muitos indígenas aldeados pela Igreja nas cidades do sertão, onde foram catequizados. Porém, conforme detalham Ferraz e Barbosa (2015), existia uma espécie de “tolerância racial”: brancos, negros e mulatos mantinham uma aliança que facilitava o extermínio dos nativos ou a expulsão de suas terras. Além disso,

muitos “índios” podem ter sido subsumidos na categoria de pardos nos registros eclesiásticos (Silva, 2018).

Nas três primeiras tabelas, que correspondem aos períodos de 1868 a 1871, 1871 a 1876 e de 1876 a 1881, respectivamente, notamos uma redução considerável no número de crianças atribuídas à cor/raça branca, passando de 308 (1868–1871) para 170 (1876–1881). Ademais, percebemos a ocorrência, nos períodos de 1868–1871, 1871–1876 e 1881–1883 da atribuição *semibranca* a crianças. Costa (2015, p. 7) considera que o termo designava um qualitativo usado entre o final do século XVIII até o ano de 1889, sendo um indicativo para os livres que nunca tiveram experiências com o cativo. Outros termos que verificamos nestas tabelas são “crioulo” que era registrado como cor de pele para os (as) filhos (as) de africanos e “cabra” que significava miscigenação.

Sobre o termo “crioulo”, Luis Nicolau Parés (2005), analisando a sociedade escravocrata baiana, afirma: “além de denotar a cor negra, redundava, sobretudo, uma importante marca de nascimento: crioulo era o negro nascido no país, por oposição aos seus progenitores de ultramar” (Parés, 2005, p. 95). Sheila Faria (apud SILVA, 2018, p. 68), por seu turno, ao analisar dados sobre o Rio de Janeiro entre 1700 e 1850, diz que “os filhos de crioulos eram pardos, não importando a cor da pele”.

Em relação às crianças atribuídas com a cor/raça preta, notamos que nos períodos destacados, elas não passam de 2% na documentação eclesiástica de Floresta. No período de 1876–1881, elas não representam 1% daquelas crianças. O que pode ter influenciado nesta classificação é uma diferenciação social: no período da escravidão, “negro” era o escravo insubmisso e rebelde; e “preto” era o cativo fiel (Schwarcz, 2009, p. 84). O termo preto também poderia ser considerado cor, além de denotar condição e raça:

Em determinadas situações, o termo preto poderia ser utilizado como sinônimo de ex-escravo. Recordemos do ex-escravo João Alves, que foi identificado como “preto liberto”. Num processo instaurado contra o ex-escravo Roque, na povoação de Muritiba, uma das testemunhas referiu-se a ele como “preto Roque”. Em muitos casos a cor aparece como marca distintiva da condição pregressa do indivíduo. Aqui, a condição escrava e racial confundiam-se. (Filho, 2006, p. 304–305).

Embora as considerações dos autores supracitados não se refiram a uma análise sobre o Estado de Pernambuco, são coadunadas, neste artigo, pois num contexto macro da sociedade brasileira, mesmo em uma época remota, aspectos sociais como as questões de cor/raça acabam sendo semelhantes. É o que podemos notar com o pensamento de Costa (2015) quando afirma que a cor/raça preta em Pernambuco indicava pessoas livres e escravizadas (Costa, 2015, p. 2). E com o pensamento de Silva (2018, p. 73) quando diz que preto e negro eram termos empregados como sinônimos, ora designando “cor”, ora significando “escravo”. Percebendo estas distinções de termos nestes livros, tivemos a necessidade de analisar ano a ano para verificarmos melhor o crescimento ou decréscimo das cores/raças atribuídas às crianças.

Uma das primeiras questões que identificamos no avançar da pesquisa — em relação ao livro que registra o período de 1881–1883 — é que havia crianças batizadas até 1888. A partir deste procedimento, também analisamos o livro de 1866–1868 para coletarmos os dados referentes ao ano de 1868. Os livros apresentam sempre os primeiros nomes das crianças e suas cores em algumas ocasiões, já que existe uma enorme quantidade de crianças sem atribuições de cor/raça. Porém, há algumas especificidades que nos chamaram atenção, as quais destacaremos adiante.

Primeiramente, em relação ao ano de 1868: dos 216 pardos batizados nos livros que correspondem ao período de 1866–1868 e de 1868–1871, existem **doze** que são especificados como filhos de escravizados, seja apenas como filho natural de uma mãe “escrava” ou legítimo de um casal de pais escravizados. Estas mesmas especificações ocorreram para **três** dos cinco crioulos batizados, assim como para **cinco** dos trinta e quatro sem cor atribuídas e para **quatro** dos oitos pretos registrados neste ano de 1868. Além disso, identificamos crianças batizadas nesse ano especificadas com suas cores ou não condicionadas como “escravas”. Isto aconteceu para **uma** preta, **três** sem cor e **duas** pardas. Também em 1868, uma criança, filha de uma indígena com um escravizado, foi batizada sem atribuição de cor.

Para o ano de 1869, das nove crianças batizadas como pretas, **sete** foram especificadas como filhas naturais de mães escravizadas ou de casais de pais escravizados. O mesmo aconteceu para **24** dos 217 pardos batizados, para **duas** das seis crioulas, para a criança negra e, ainda, para **duas** das 11 crianças registradas sem atribuição de cor. Já em 1870, **onze** dos 125 pardos batizados eram crianças filhas naturais de mães escravizadas ou de pais escravizados. O mesmo aconteceu para **nove** dos 15 atribuídos com a cor preta. Das 30 atribuídas sem cor, **uma** foi batizada com a condição de “escrava”, porém sem especificação de cor ou condição paterna. Em 1871, notamos que **quinze** dos 197 pardos batizados eram filhos naturais de mães escravizadas ou de pais escravizados. O mesmo aconteceu para **doze** das 17 crioulas batizadas, **um** dos oito mulatos, para as duas pretas e para **uma** cabra (miscigenada). Das duas crianças descritas como escravizadas, uma não tinha especificidade de cor/condição para sua mãe. Já para as três crianças batizadas como indígenas, uma era filha legítima de um pai caboclo com uma mãe escravizada. Fato bastante intrigante, pois, como relatado na nossa primeira análise, quase não se observam indígenas. Além disso, percebemos como a cor do pai prevalece frente à da mãe.

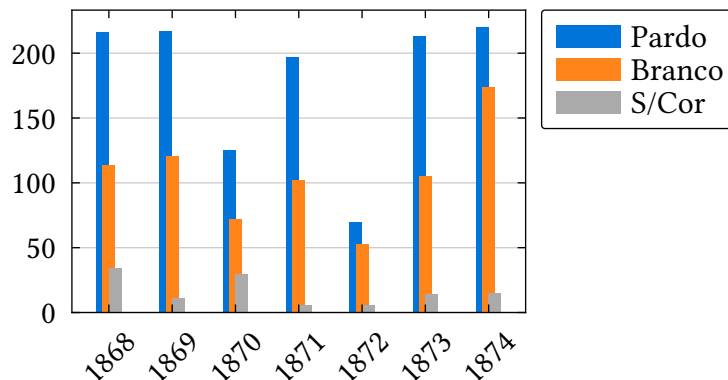
Para os anos de 1872 até 1875, não encontramos dados que nos chamassem atenção frente às questões de cor/raça. Em 1876, dos 122 pardos batizados, havia duas crianças de pais indígenas, enquanto apenas uma criança foi especificada como indígena. Já em 1877, das 99 crianças atribuídas com a cor/raça parda, **uma** nos chamou atenção pelo fato de seu pai ser especificado como escravizado. Já em 1878, **uma** criança batizada sem notificação de cor/raça das 233 nos chamou atenção pelo fato de ter sua mãe especificada como liberta. Outro fator de relevância é a quase totalidade de crianças registradas sem cor, representando 97,08% das 240 crianças batizadas na cidade de Floresta naquele ano. Em 1879, das 116 crianças batizadas sem atribuição de cor/raça, **uma** era filha legítima de um pai escravizado com uma mãe sem

especificação de cor ou condição. Apesar de o número de crianças atribuídas com a cor/raça parda ter tido um leve crescimento, ainda notamos um número desproporcional em relação aos ditos sem cor. Nos dados de 1880, verificamos que **uma** das 12 crianças batizadas como pardas era filha legítima de um pai escravizado; e **uma** das 200 crianças batizadas sem atribuição de cor/raça era filho legítimo de um pai escravizado. Destaca-se também o percentual alto de crianças registradas sem atribuição de cor/raça. Das 198 crianças batizadas em Floresta no ano de 1881 atribuídas sem cor/raça, **uma** era filha natural de uma mãe escravizada.

Para os anos de 1882 e 1883, não encontramos fatos relevantes sobre as crianças batizadas. Porém, notamos o crescimento vertiginoso dos ditos pardos e brancos em comparação ao ano de 1881, além de uma redução considerável em relação aos sem atribuição de cor/raça no ano de 1883, passando para apenas 2,24% dos batizados neste ano. Já em 1884, das 77 crianças batizadas como pardas, **uma** era filha legítima de um escravizado com uma mãe sem especificações de cor/raça/condição. O ano de 1885, das 154 crianças batizadas com a cor/raça parda, **uma** era filha natural de uma escravizada. As demais, pardas, pretas e brancas tiveram as profissões de seus pais detalhadas (lavradores, domésticas, costureiras, fiadeiras, criadores etc.). Uma delas, denotada como branca, era filha de um criador e uma prestadora de “serviços de mestiços” (expressão que possivelmente se referia a serviços domésticos). Todas as 28 crianças batizadas sem atribuição de cor/raça não tiveram as profissões de seus pais especificadas. Em 1886, destaca-se a não especificação da profissão dos pais para muitas crianças. O padrão se repetiu em 1887, uma vez que só voltam a nomear profissões dos pais a partir de maio de 1888, justamente no mês em que foi criada a lei que “libertou” os escravizados. Outro fator preponderante também ocorreu a partir de 1888: para as crianças atribuídas sem cor/raça, especificou-se que seus pais eram brasileiros e suas respectivas profissões. Nos demais anos analisados, não se detalhava nada a respeito da grande totalidade dos pais das crianças ditas sem cor/raça.

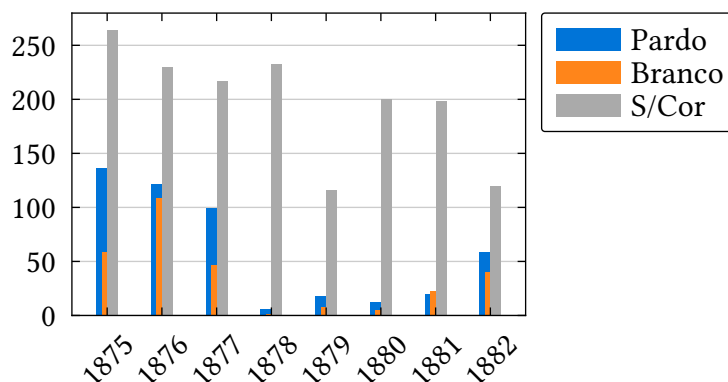
Dentre os períodos analisados, ainda podemos ressaltar que dos apenas 25 indígenas batizados como “índios” nos livros, para nenhum deles os pais foram especificados como indígenas. Ao nos depararmos novamente com os números representados de cada ano, verificamos um crescimento constante em relação aos pardos e em relação às crianças batizadas como brancas, ocorrendo um auge no ano de 1874. Já para os ditos sem cor, observamos que sua representação é bem pequena em comparação com estas outras cores/raças (branca e parda). Abaixo, seguem gráficos relativos a esse período.

Figura 4 — Comparativo dos batizados na cidade de Floresta no período de 1868–1874



Fonte: Acervo do Laboratório de Pesquisa e ensino de História (LAPEH) da UFPE — Projeto Sertão — Documentos Eclesiásticos do Município de Floresta.

Figura 5 — Comparativo entre os registrados na cidade de Floresta no período 1875–1882



Fonte: Acervo do Laboratório de Pesquisa e ensino de História (LAPEH) da UFPE — Projeto Sertão — Documentos Eclesiásticos do Município de Floresta.

Se no gráfico que representa os anos de 1868–1874, os ditos sem cor quase não são representados, não observamos este mesmo dado nos anos de 1875–1882, quando ocorreu uma alta preponderância dos batizados sem atribuição de cor/raça. Principalmente nos anos de 1878, 1879, 1880 e 1881, quando os ditos brancos e pardos não ultrapassam trinta crianças batizadas com estas respectivas cores/raças. Já para os ditos pardos, no período que compreende os anos de 1880–1882, notamos um crescimento ascendente.

Para qualificar os dados destas análises quantitativas, retomamos os livros eclesiásticos de Floresta e elaboramos outros quadros a partir de um cruzamento de planilhas, conforme as análises descritas adiante.

Análise Qualitativa do livro de Batismo de Floresta 1868–1888

Primeiramente, focando nos dados sobre as diversas crianças registradas com pai e mãe denominados nos livros de batismo, agrupamos uma pequena amostra em um quadro dentre os anos de 1868–1888 com crianças de mesmo pai e mãe, cujos filhos permaneceram com a mesma cor/raça ou que tiveram outra criança com cor/raça diferente com o passar dos anos. No quadro abaixo constam o ano em que a criança foi batizada, o local, a data de seu nascimento, seu nome e os nomes de seus pais.

Quadro 1 — Mostra qualitativa de crianças batizadas com pai e mãe atribuídos

Local	Filiação	Nome da criança	Cor/raça	Nascimento	Batismo
Floresta	Pai: Angelo José Leite Mãe: Violante Pereira da Silva	Firmino	Branco	18/03/1876	1876
		Galdino	Pardo	18/04/1877	1877
		João	S/cor	18/04/1877	1877
Floresta	Pai: Candido B. de Carvalho Mãe: Alexandra M ^a de Jesus	Joaquim	S/cor*	26/01/1876	1876
		Mariana	S/cor*	31/01/1879	1879
Igreja Matriz	Pai: Cap. José G. Torres Mãe: Captulina M ^a de C. Barros	Ancilon	Branco*	31/10/1882	1882
		Anna	Branca*	23/07/1884	1884
		Amalia	Branca*	02/04/1886	1886
Floresta	Pai: Cel. F ^{co} de B. do Nascimento Mãe: Clara G. de Oliveira Barros	Christina	Branca	25/10/1869	1869
		Maria	Branca	12/12/1873	1874
		Maria	S/cor	02/11/1879	1879
		Pedro	Branco	29/06/1883	1883
Floresta (Malhada Da Pedra)	Pai: F ^{co} Gomes Alexandre Mãe: Rozalina Maria de Jezus	Gabriel	Mulato	14/03/1871	1876
		Manoel	Pardo	28/12/1873	1879
Jacaré (Floresta)	Pai: F ^{co} Miguel Da Silva Mãe: Anna Maria Gomes	Ubalda	Semi-branca*	09/01/1868	1869
		Porfidia	Semi-branca*	09/03/1869	1869
Curralinho (Serra Talhada)	Pai: João Correia de Mello Mãe: F ^{ca} Perfeita da Silva	Juvino	Semi-branco*	05/01/1870	1870
		Pacifica	Semi-branca*	01/04/1871	1871
Capim Grosso (Floresta) Alagoinha	Pai: Manoel V. de Souza Mãe: Jacintha M ^a de Jezus	Anna	Mulata*	05/12/1869	1870
		Joaquim	Mulato*	05/12/1869	1870
Floresta	Pai: Rufino Pereira De Souza Mãe: Mariana F ^{ca} Do Nascimento	Marcelina	Parda	05/07/1868	1868
		Joana	Parda	01/08/1870	1870
		Manoel	Preto	06/06/1874	1874
		Jose	S/cor	21/12/1877	1877

Fonte: Acervo do Laboratório de Pesquisa e ensino de História (LAPEH) da UFPE - Projeto Sertão — Documentos Eclesiásticos do Município de Floresta

Das 24 crianças apresentadas neste quadro, nota-se que 11 foram batizadas com a mesma cor/raça que seus respectivos irmãos (sinalizadas no quadro na coluna “cor/raça” com o asterisco “*”), porém, dentre estas, 2 não tiveram atribuição de cor/raça, sendo representadas no quadro por “sem cor”. Quatro foram registradas como semi-brancas, três como brancas e duas como mulatas. Já as demais crianças, seus respectivos pais lhes atribuíram cores/raças diferentes. Como o Coronel Francisco de Barros do Nascimento e sua esposa, Clara Grata de Oliveira Barros, que tiveram quatro filhos (Christina, Maria, Maria e Pedro) entre os anos de 1869–1883 e batizaram a criança Maria, nascida em 02/11/1879, sem atribuição de cor/raça (sem cor). Seus demais filhos foram registrados com a cor/raça branca.

Outro destaque é Rufino Pereira de Souza e Mariana Francisca do Nascimento, que tiveram quatro filhos entre 1868 e 1877, sendo que Marcelina e Joana, nascidas respectivamente em 05/07/1868 e 01/08/1870, foram batizadas com a cor/raça parda. Já Manoel, nascido em 06/06/1874, foi batizado com a cor/raça preta e José, nascido em 21/12/1877, batizado sem atribuição de cor/raça, ou seja, sem cor.

Abaixo, elaboramos um quadro com dados sobre onze crianças indígenas nascidas na cidade de Floresta, filhas de pais que, mesmo que não sejam especificados como indígenas, fica implícito que eram, pois todas são registradas como “índio/índia”. Destas, em apenas uma é relatado que seus pais são “escravos” de uma mulher e é atribuído ao seu pai um sobrenome, o qual é possivelmente a sua característica étnica (caboclo). É o caso de Manoel Caboclo e Gertrudes, “escravos” de Margarida de Souza Ferraz, os quais tiveram um filho chamado Luiz, nascido em 25/06/1871, batizado com a cor/raça “índio”. Nos chama atenção, também, uma criança (a identificada com asterisco “*”), classificada como parda, sendo que sua mãe é a única especificada como “índia” e sem pai atribuído. É o caso de Gertrudes, nascida em 27/09/1873, filha de Maria, indicada no livro de batismo como sendo “índia”.

Quadro 2 — Crianças indígenas batizadas em Floresta com seus pais especificados

Batismo	Local	Nascimento	Nome	Cor/Raça	Pai	Mãe	Escrava de
1871	Floresta (Catende)	01/07/1871	Joanna	Índia	Benedicto Fernandes da Silva	Joanna Francisca de Souza	
1884	Igreja Matriz	16/03/1884	Josefa	Índia	Chripim Manoel de Souza	Joana Maria da Conceição	
1871	Fazenda Grande	1870	Balbina	Índia	Domingos Caboclo	Joanna Cabocla	
1869	Areias (Floresta)	27/08/1868	Lourenço	Índio	Francisco Antonio da Silva	Maria Angela de Jesus	

Batismo	Local	Nascimento	Nome	Cor/Raça	Pai	Mãe	Escrava de
1869	São Silvestre (Floresta)	15/02/1869	Pedro	Índio	Francisco Jozé de Souza	Maria da Conceição	
1869	Floresta (Posso da Pedra)	07/04/1869	Thereza	Índia	João Soares dos Santos	Alexandra Barbara	
1871	Fazenda Grande	27/09/1871	Manoel	Índio	Jose de Sousa	Maria Joaquina	
1876	Serra Negra	27/09/1873	Gertrudes*	Parda		Maria (Índia)	
1887	Oratorio Privado do Siri de João Pereira da Silva (Serra Negra)	09/11/1886	Pedro	Índio	Jozé Clemente de Souza	AngelaAntonia da Conceição	
1871	Fazenda Grande	25/06/1871	Luiz	Índio	Manoel Caboclo	Gertrudes	Margarida de Sousa Ferraz
1869	São Silvestre (Floresta)	02/01/1869	Marcolino	Índio	Pedro Ferreira	Ignacia de Souza Ferraz	

Acervo do Laboratório de Pesquisa e ensino de História (LAPEH) da UFPE — Projeto Sertão — Documentos Eclesiásticos do Município de Floresta.

Outro quadro que consideramos pertinente, apresentado a seguir, demonstra crianças batizadas nos livros de batismo de Floresta, tendo apenas suas mães, “escravas”, especificadas.

Quadro 3 — Crianças batizadas com suas mães especificadas como escravizadas

Batismo	Local	Nascimento	Nome	Cor/Raça	Pai	Mãe	Escrava de
1883	São Gonçallo	05/08/1883	Manoel	Semi-Branco	Aguida	Manoel Jeronimo de Menezes	1868
São Gonçallo	17/04/1868	Virgino	Pardo (escravo)	Antonia	Francisco Leite de Sá	1869	Floresta

Batismo	Local	Nascimento	Nome	Cor/Raça	Pai	Mãe	Escrava de
16/06/1868	Aureliano	Preto	Benedita	Manoel Jacinto de Sá	1871	Floresta	27/04/1871
Tertuliano	Preto	Benedita	Manoel Jacinto de Sá	1868	Roçado	17/04/1868	Anna
Parda	Dominga	Anna Maria de Barros	1870	Roçado	02/05/1870	Francisca	Preta
Dominga	Anna Maria de Barros	1868	Navio	02/03/1868	Cassimiro (bastardo)	S/Cor*	Eulabia
Anna Carolina de Souza Ferraz	1871	Floresta	22/09/1871	Manoel	Mulato	Generoza	Dos herdeiros da Finada Jozefa Alves Da Luz
1868	Nesta Freguezia	07/03/1868	Delmiro	Escravo (do mesmo da mãe)	Joana	Francisco Antonio de Souza	1868
Fazenda Queimada	07/03/1868	Jozé (escravo)	S/Cor*	Marcella	Lourenço Bezerra de Vasconcelo	1868	Fazenda Canabrava Freguezia de Cabrobó
23/01/1868	Paulo	Pardo (escravo)	Maria	Luis Pinto	1871	Sitio Florez (Manoel)	20/01/1871
Vicencia	Escrava	Maria	Braz Rodrigues da Cruz	1868	Salgado	07/02/1868	Cacimira
Escrava (do Mesmo da Mãe)	Pastora	Francisco Antonio de Souza	1868	Fazenda Queimada	07/02/1868	Manoel (escravo)	S/Cor*
Rita	Antonio Francisco de Souza						

Acervo do Laboratório de Pesquisa e ensino de História (LAPEH) da UFPE - Projeto Sertão — Documentos Eclesiásticos do Município de Floresta

Percebe-se que dentre estas 14 crianças, 3 (sinalizadas com asterisco “*”) foram batizadas sem atribuição de cor/raça, representadas no quadro por “sem/cor”. Na descrição de duas destas 3 crianças, também foi dito que eram “escravas” do mesmo “senhor” da mãe. É o caso de Jozé, filho de Marcella, “pertencentes” a Lourenço Bezerra de Vasconcelo; e de Manoel, filho de Rita, “pertencentes” a Antonio Francisco de Souza. Além destas duas denominadas “escravas”, encontramos mais duas registradas com a cor/raça parda, sendo atribuído a elas a condição de “escravas”. É o caso de Virgino, filho de Antonia, “pertencentes” a Francisco Leite de Sá e Paulo, filho de Maria, “pertencentes” a Luis Pinto. Além de mais três crianças às quais não é atribuído dado de cor/raça, mas é especificado que são “escravas”. É o caso de Vicência, filha de Maria, “pertencente” a Braz Rodrigues da Cruz; Delmiro, filho de Joana, “pertencentes” a Francisco Antonio de Souza e Cacimira, filha de Pastora, “pertencentes” a Francisco Antonio de Souza.

Considerações Finais

Nesse artigo, em linhas gerais, tivemos como objetivo central pesquisar como as atribuições de cor/raça eram dadas as crianças nascidas (registradas/batizadas) na cidade de Floresta, sertão pernambucano, nos fins dos oitocentos precisamente entre os anos de 1868–1888, anos estes que compreendem os mesmos anos dos livros eclesiásticos (batismos). Para isso, desenvolvemos uma pesquisa quantitativa, qualitativa e, também podemos dizer, comparativa, pois analisamos aspectos da sociedade brasileira da época dos fins dos oitocentos para poder entender o que se passava em tal cidade em relação as atribuições de cores/raças dadas às suas crianças batizadas (registradas) em tais livros.

Com as análises dos dados obtidos dos livros eclesiásticos de Floresta, construímos tabelas que nos mostraram um quadro geral que reflete como aquela cidade pensava, agia ou, simplesmente quais preceitos era “impostos” para cadastrar (registrar) suas crianças no que se referia às suas cores/raças. Fizemos comparativos com os anos em que tivemos maiores números de crianças pardas, brancas, assim como nos seus decréscimos. Esta análise quantitativa nos dava um referencial geral e, num primeiro momento, seguimos fazendo a análise de acordo com os anos que correspondiam em cada livro, o que podia nos levar para uma resposta equivocada, já que deveria ser necessário um olhar ano por ano sobre aqueles registros. Foi, então, que fizemos uma análise ano a ano e pudemos perceber se tais dados obtidos anteriormente condiziam com os atuais. Uma das coisas que mais nos chamaram atenção nas análises quantitativas foi o fato da não atribuição de cor/raça a algumas crianças, as quais chamamos de sem/cor nas tabelas, nos gráficos e nos quadros construídos. Estas crianças não eram somente filhas de pais e mães que supostamente seriam brancos (nos livros não especificavam suas cores/raças, mas tinham alguma adjetivação como “dona” ou “coronel” e seus sobrenomes nos davam a nítida sensação de serem desta cor/raça), mas também de mães que eram escravizadas.

Tais dados nos ajudaram a compor várias respostas e suposições com a ajuda de pesquisadores que falam sobre as questões raciais no período analisado, mas faltava um olhar focado diretamente naqueles nomes que surgiam nos livros. Seja dos pais, dos padrinhos, estes nomes podiam e podem revelar muitas questões sobre a sociedade da época, de modo geral. Assim, tentamos fazer uma análise qualitativa inserindo em quadros os dados para que ficassem de uma forma mais nítida e pudéssemos destrinchá-los, obtendo novas conclusões e suposições. Em relação aos padrinhos, os livros que pesquisamos no Condepe/Fidem nos mostraram que tais pessoas faziam parte de famílias abastadas, tradicionais das cidades pesquisadas e, sendo assim, possivelmente influenciaram determinados pais na hora de batizar (registrar) seus filhos. Acreditamos ter forte indício desta influência nas crianças classificadas nos livros de batismo como escravizadas, já que elas, assim como seus pais, possuíam um “dono”. Sobre isto, a pesquisadora Valéria Gomes Costa, no texto “Mônica da Costa e Teresa de Jesus: africanas libertas, *status* e redes sociais no Recife oitocentista”, diz o seguinte: “as afilhadas cativas, provavelmente, encontravam nos padrinhos as possibilidades de obter auxílio, sobretudo financeiro para a conquista de alforria, enquanto os (as) libertos (as) tinham no casal, nomes que lhes facilitariam adentrar não só espaços religiosos, mas em especial sociais” (Costa, 2012, p. 102). Por outro lado, também se percebe a utilização do termo pardo pelos pais escravizados para que seus filhos não tivessem uma cor/raça que os remetesse ao seu mesmo passado, bem como a não atribuição de cor/raça aos mesmos.

Contudo, percebemos que pesquisar e interpretar os dados históricos referentes às questões raciais no Brasil é necessário para o entendimento do que somos e pensamos hoje. Uma das questões que notamos no processo de pesquisa e produção desse artigo é a presença de famílias que tiveram filhos — dos mesmos pais e mães — de diversas cores/raças. Ao interpretarmos os dados, quando os pais não atribuíam uma cor/raça a seus filhos, seria mais compreensível para nós, mas tiveram pais que atribuíram a um filho a cor/raça branca e a outro a cor/raça parda. Será que para eles já existiam as mesmas dúvidas que enfrentamos até hoje em relação a nossa cor de pele? Nos dias de hoje, muitos que são brancos (socialmente falando também) não se reconhecem como brancos e se dizem pardos; e outros que são pardos, não se reconhecem como negros.

Referências

Fontes

1. Históricos — Acervo LAPEH / Projeto sertão — Documentos Eclesiásticos do Município de Floresta.
2. Históricos — Acervo da Biblioteca do Condepe/Fidem

Bibliografia

BEZERRA, Janaína Santos. **A fraude da tez branca: a integração de indivíduos e famílias pardas na elite colonial pernambucana (XVIII)**. Tese (Doutorado em História) 323f. UFPE, Recife, 2016.

Atribuições de cor/raça dada as crianças batizadas na cidade sertaneja pernambucana de Floresta...

COSTA, Valéria Gomes. Liberdade e racialização no Recife oitocentista: um estudo introdutório sobre categorias de raças e cor da pele nas relações sociais. In: **XVIII Simpósio Nacional de História**: Florianópolis, 2015.

COSTA, Valéria Gomes. Mônica da Costa e Teresa de Jesus: africanas libertas, *status* e redes sociais no Recife oitocentista. In: **Mulheres negras no Brasil escravista e pós-emancipação**. Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias, Flávio gomes (orgs). — São Paulo: Selo Negro, 2012.

FERRAZ, C. A. de S. **Floresta do Navio: capítulo da história sertaneja**. Recife, Prefeitura municipal de Floresta / CEPE, 1992.

FERRAZ, C. A. de S. **História Municipal de Floresta — os vales, o povo, a evolução sociocultural e econômica**. FIDEM, Prefeitura municipal de Floresta, 1999.

FERRAZ, Socorro e BARBOSA, Bartira. **Sertão: fronteira do medo**. Recife: Editora UFPE, 2015.

FILHO, W. F. **Encruzilhadas da Liberdade**. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.

MACÊDO, M. K. de. Notas sobre a escravidão nos sertões do semiárido (Seridó- XVIII e XIX). In: **Experiências históricas afro-brasileiras** [recurso eletrônico] / Organizado por: Helder Alexandre Medeiros de Macedo e Joel Carlos de Souza Andrade. — Natal: EDUFRN, 2017.

PARÉS, Luis Nicolau. O processo de criouliização no recôncavo baiano (1750–1800). In: **Revista Afro-Ásia**, 33 (2005), 87–132.

PEREIRA da COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos**. Vol. 8. Diretoria de Assuntos Culturais, Recife, 1983.

SCHWARCZ, L. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVA, G. C. de Melo. **Na cor da pele, o negro: escravidão, mestiçagens e sociedade no Recife Colonial (1790–1810)**. Maceió: EDUFAL, 2018.

Recebido em 28 jun. 2025. Aprovado em 20 jul. 2025.

A moça caetana e a “morte domada” sertaneja: mentalidade medieval na representação do morrer, da morte e do sagrado em O Romance d’A Pedra do Reino de Ariano Suassuna

Ewerton Matheus Menezes Sousa Brito¹
Angélica dos Santos Freire²

*The Caetana Maiden and the Sertão's
'Tamed Death': Medieval Mentality in the
Representation of Dying, Death, and the
Sacred in Ariano Suassuna's Novel A
Pedra do Reino*

Revista Galo v. 6 n. 12
<https://doi.org/10.53919/g12d4>

Resumo. Este artigo propõe uma análise da representação da morte, do morrer e do sagrado na obra O Romance d’A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta, de Ariano Vilar Suassuna. A pesquisa busca evidenciar as reminiscências medievais do mundo ibérico presentes na literatura do autor paraibano, identificando a interação entre esses elementos culturais e as realidades sociopolíticas do Brasil do século XX. Para tanto, utilizaremos do arcabouço teórico metodológica da História das Mentalidades, particularmente as contribuições de Philippe Ariès e Michel de Certeau, para aprofundar a conexão entre a representação da morte na obra suassuniana, nomeada como Moça Caetana e a mentalidade medieval acerca do fenômeno social da morte. Conceitos como a “boa morte”, a “morte interdita” e a “morte domada”, serão abordados a fim de esclarecer como esses elementos se entrelaçam na construção da narrativa. Este estudo, portanto, propõe uma reflexão sobre como a literatura de Ariano Suassuna, ao incorporar reminiscências do mundo medieval, se torna um campo de resistência simbólica e cultural frente a modernidade capitalista, ao mesmo tempo em que oferece uma profunda meditação sobre a condição humana diante da morte, do morrer e da finitude da vida.

Palavras-chave. Moça Caetana. Mentalidade. Morrer. Medieval.

Abstract. This article proposes an analysis of the representation of death, dying, and the sacred in the work O Romance d’A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta by Ariano Vilar Suassuna, published during the Brazilian Civil-Military Dictatorship. The research aims to highlight the medieval reminiscences of the Iberian world present in the literature of the author from Paraíba, identifying how these cultural elements interact with the socio-political realities of 20th-century Brazil. To achieve this, we will use the theoretical-methodological framework of the History of Mentalities, with particular focus on the contributions of Philippe Ariès and Michel de Certeau, in order to deepen the connection between the representation of death in Suassuna’s work, symbolized by Moça Caetana, and the

¹Mestre pela Universidade Federal de Sergipe. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9739-5696>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8156826985437051>. E-mail: matheus_hist01@outlook.com.

²Mestra em Ensino e Formação Docente (PPGEF - IFCE/UNILAB), Professora de História da Rede municipal/Prefeitura de Fortaleza (PMF). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3524-2427>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6865365471940677>. E-mail: angeltfreire@gmail.com.

medieval mentality preserved through singers, poets of cordel literature, and popular religiosity in the Brazilian backcountry. Concepts such as the ‘good death’, ‘unnamed death’, and ‘dominated death’ will be explored to clarify how these elements intertwine in the narrative construction. Moça Caetana, the Providence of Cariri, the backcountry, the past, the present, and the future will be understood as a symbolic fabric that guides the teleological structure of the work, whose deeper meaning is revealed only to those who ‘let themselves bleed’ by the claws of death. Thus, this study proposes a reflection on how Ariano Suassuna’s literature, by incorporating reminiscences of the medieval world, becomes a space of symbolic and cultural resistance, while simultaneously offering a profound meditation on the human condition in the face of death, spirituality, and the transience of life.

Keywords. Moça Caetana. Mentality. Death. Middles Ages.

Introdução

“Calai-vos, filhas — respondeu Dom Quixote. — Bem sei o que me cumpre fazer.” (Cervantes, 2016, p. 565)³, em frente a morte, o famoso cavaleiro errante Dom Quixote torna-se lúcido e tranquilo, não existia mais espaço para a fantasia, o morrer cristão precisava ser preparado. Sobre sua cama pacientemente ouviu as lamentações de seu fiel Sancho, escreveu um testamento separando seus bens, recriminou sua vida de loucura e cavalaria e por fim em privado com seu padre, confessou seus pecados, recebeu os sacramentos e descansou. Quixote não chorou, morreu cercado pelos que amava, seus amigos no leito romperam em lágrimas copiosas, expurgaram a dor da perda sem constrangimento, porém rapidamente recuperavam sua alegria rotineira, assim completava todas as etapas do morrer e do luto, Alonso Quijano descansara enfim.

Miguel de Cervantes (1547–1616), escreveu os últimos capítulos da vida de Dom Quixote já um homem maduro e longo, representou a morte seguindo uma longa tradição que remonta os tempos medievais cristão, uma manifestação coletiva e direta, não permitindo espaço para enganar o moribundo ou os familiares, afinal todos precisam se preparar, a morte nesta concepção de mundo não é mais importante do que o bem morrer, ou seja, existe uma própria ritualística na manifestação do morrer que a torna um fenômeno social possível de ser estudado e compreendido.

Ariano Vilar Suassuna (1927–2014), escritor paraibano com séculos de distância de seu ídolo, Miguel de Cervantes, nasceu no Palácio da Redenção, na cidade de Nossa Senhora das Neves, atualmente João Pessoa, capital do estado, torna-se órfão de pai ainda na infância, vítima de um crime político. Criança, ele e sua família fogem dos perigos da cidade para o interior rural, onde tem contato com um universo cultural que preserva através da música, do teatro, da religiosidade popular e do cordel variados traços temas e técnicas do mundo medieval.

³CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote de La Mancha**. volume 2. Tradução de Almir de Andrade e Milton Amado, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

Velho, escritor já renomado, Suassuna discursa na posse de sua cadeira na Academia Brasileira de Letras em 9 de agosto de 1990⁴, apresentou ao público o que concebia ser uma das chaves que abriria seu universo poético: a literatura como forma de protestar e internalizar a dor da morte do pai ainda quando criança.

Foi de meu pai, João Suassuna, que herdei, entre outras coisas, o amor pelo Sertão, principalmente o da Paraíba, e a admiração por Euclides da Cunha. Posso dizer que, como escritor, eu sou, de certa forma, aquele mesmo menino que, perdendo o pai assassinado no dia 9 de outubro de 1930, passou o resto da vida tentando protestar contra sua morte através do que faço e do que escrevo, oferecendo-lhe esta precária compensação e, ao mesmo tempo, buscando recuperar sua imagem, através da lembrança, dos depoimentos dos outros, das palavras que o pai deixou. (Suassuna, 2008a, p. 237).

A internalização do fim trágico do pai, a fuga da família para o sertão do Cariri, o amor crescente e que durou toda a vida pela literatura de cordel e seu contato com universo religioso popular ainda enquanto criança até o fim de sua vida, tornaram-se para o escritor paraibano ingredientes para criar um universo poético em uma tentativa de resistir, compreender e aceitar a morte. Suassuna, menos de uma década antes de sua própria morte, concedeu uma entrevista a Andrade Magalhães, naquele momento apenas um jovem escritor de mestrado da UFRN em 2013⁵, nesta entrevista apresenta o principal motivo para a criação do **Romance d’A Pedra do Reino e do Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta**⁶:

Ariano: Entra. Olhe, eu vou lhe dizer, na verdade já tem relatos por aí. Na verdade, A Pedra do Reino surgiu de dois fracassos meus. Eu, nos anos de 1950, tentei escrever uma biografia do meu pai. Mas eu não consegui levar adiante, aquilo era como se eu estivesse mexendo numa ferida nunca cicatrizada, não consegui. Aí eu tive o primeiro fracasso, que eu não consegui fazer essa biografia. Depois eu tentei fazer um longo poema épico sobre ele, que se chamaria Cantar do Potro Castanho, mas eu também não conseguia. A poesia dava um distanciamento maior mesmo, mas, mesmo assim, eu não conseguia (Magalhães, 2013, p. 122).

O romance discutido neste artigo, surge como substituto poético da poesia, da biografia e do testemunho que Suassuna não conseguia escrever. Em contraste de uma biografia que apelaria para uma maior objetividade histórica, Suassuna imerge no universo poético e simbólico,

⁴SUASSUNA, Ariano. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. In: **Almanaque Armorial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008a.

⁵MAGALHÃES, Yuri de Andrade. **A Travessia do Trágico no Romance d’A Pedra do Reino de Ariano Suassuna**. Natal/RN: UFRN, 2013.

⁶SUASSUNA, Ariano. **Romance d’A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta**. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

misturando a fantasia com a realidade de uma forma a criar uma ponte entre o escritor e o mundo, de modo que o romance se torna em última instância, uma forma de “testemunho” que não só materializa uma reflexão sobre sua vida em todas suas tragédias e alegrias, mas também a do que ele compreendia como aquilo que definia o povo brasileiro. Sua reconstrução poética e mística de um passado familiar trágico, revela a apropriação que o paraibano intencionalmente realizou do universo acerca da morte que durante séculos fora representado pelos cantadores e cordelista, ao mesmo tempo que responde a uma vontade interna dele de dar nome a dor que não conseguia nomear.

Nessa procura que mistura biografia, expressão artística, apropriação de um universo religioso e cultural popular, estrutura a sua obra de maior fôlego, o **Romance d’A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta** em cinco seções, semelhante a literatura de cordel cada seção sendo separada por uma diversidade de oitenta e cinco “folhetos”, que são: I — Pedra do Reino; II — Os Emparedados; III — Os três irmãos; IV — Os lunáticos, e finalmente, V — A busca do sangral.

Em todas as partes da gigantesca obra, a morte se faz um personagem central, não existindo uma única secção que ela não seja situada como um dos temas centrais da narrativa, já no terceiro folheto, denominado **A Aventura da Emboscada Sertaneja**, que testemunhamos pela primeira vez a morte de um personagem, o matinador da bandeira José Colatino. Suassuna já retoma o imaginário sertanejo acerca do período medieval, iniciando a aventura de seus personagens em uma curiosa cavalgada, liderados por um profeta messiânico filho de antigos coronéis do sertão, Sinésio, o Aluminoso, o grupo em uma emboscada acaba sendo atacado por ciganos e cangaceiros, em meio ao intenso conflito, por “milagre” ou “providência” apenas um homem morre, Colatino. Em estado de choque, o profeta do sertão de Suassuna exige a parada da cavalgada, descreve a seus companheiros o que sente a ver pela primeira vez alguém morrer:

É a primeira vez que eu vejo a morte!

— É assim mesmo, é a vida! — disse o Doutor, apanhando a bandeira, espanando com o lenço que a sujeira e passando-a a outro, para que assumisse o posto de matinador, de Colatino. Hoje ou amanhã, de tiro ou de doença, de qualquer jeito um dia ele tinha de morrer! Depois, talvez não seja esta a primeira vez que você vê a morte! Talvez você esteja somente esquecido, *por causa de tudo o que passou*, de outras mortes que viu, *antes*. (Suassuna, 2014, p. 56. Grifo do autor).

Mesmo sobre o perigo de um novo ataque, a comitiva que escoltava o Aluminoso precisou parar, carregar o corpo do antigo companheiro em cima de um cavalo para poder receber os devidos preparativos para o enterro. Nota-se acerca do tecido fabricado por Suassuna, certos elementos estruturais para seu romance: a morte como elemento constitutivo da vida, a qual não se deve negar ou ocultar; a necessidade de certos elementos ritualísticos para garantir uma

boa passagem desta vida para a próxima e por último uma interpretação mística da realidade sensível.

Tempo e espaço, língua e cultura, forma de sociedade e contexto histórico diferente, e ainda sim ambos Miguel de Cervantes na Espanha e Ariano Vilar Suassuna no nordeste brasileiro, apropriaram-se de uma fonte comum, a mentalidade medieval diante da morte: o enfrentamento da finitude, que deve ser encarado com temor, respeito, porém de forma direta e honesta, tratamento do morrer imbuído em uma “ritualização” cristã e coletiva para uma boa passagem.

A historiadora brasileira Ligia Vassalo (1993), em seu livro **O sertão medieval: origens europeias do teatro de Ariano Suassuna**⁷, sustenta que, ao serem preservados os aspectos da mentalidade medieval na literatura de cordel, nos cantores e na religiosidade popular, encontra-se uma visão de mundo que se distancia dos padrões modernos acerca do viver e do morrer.

Enquanto o velho continente ingressava no mundo da escrita e da indústria, emigrou para a América aquela da voz e, com ele, a superestrutura intelectual que o acompanha. Ele não é um resíduo estratificado sobrevivente na memória de alguns, mas é vivo e atuante na prática dos contadores de história, nos improvisos dos cantadores; nos folhetos de cordel capazes de incorporar a cada instante novos eventos do cotidiano. A cultura nordestina consome ainda hoje temas e técnicas medievalizantes (Vassalo, 1993, p. 163).

Compreende-se que diversos aspectos da cultura medieval subsistem na cultura sertaneja, adaptando-se e transformando-se ao longo do tempo. A apropriação e representação da mentalidade medieval nas obras de Ariano Suassuna permite uma análise aprofundada a partir da História das Mentalidades, que busca identificar como certos elementos dessa mentalidade, como as concepções de morte, do morrer e do sagrado, persistem e se reconfiguram em um contexto temporal e espacial distinto. Embora não esteja relacionado à Europa medieval ibérica nem à Idade Média, mas ao Brasil do século XX, os vestígios desse período histórico continuam presentes, surgindo como fragmentos concretos de notável energia vital.

Assim, o estudo das mentalidades possibilita a compreensão de como esses resquícios culturais permanecem e se manifestam na literatura de Suassuna, estabelecendo um diálogo entre o legado medieval e a realidade do sertão nordestino no século XX. O presente artigo tem como objetivo central analisar de forma qualitativa os aspectos medievais acerca da representação do morrer, da morte e do sagrado no **Romance d'A Pedra do Reino e O Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta**. Para tanto, a pesquisa se orienta pelo arcabouço teórico-

⁷VASSALO, Ligia. **O sertão medieval: origens europeias do teatro de Ariano Suassuna**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

-metodológico da História das Mentalidades, particularmente auxiliado pelos conceitos e reflexões dos historiadores franceses Phillippe Aires (2015)⁸ e Michel de Certeau(2014)⁹.

A “morte domada” medieval à “morte interdita” moderna: apropriação e representação do imaginário e dos rituais de despedida

Semelhante a estrutura narrativa do **Romance d’A Pedra do Reino** de Ariano, façamos um movimento cíclico de ir e voltar, do passado próximo para o mundo medieval, do Brasil do século XX para a Europa da Alta Idade Média, comecemos nossa análise já no primeiro folheto, ainda no prelúdio da obra, nomeada de **Pequeno Cantar Acadêmico a Modo de Introdução**, que o protagonista, Pedro Dinis Quaderna descreve pela primeira vez o sertão, a Providência do Cariri e a morte sertaneja. Representa o sertão como uma cadeia e acrescenta qualidade regionais as forças místicas, a figura da cadeia escolhida pelo autor de forma intencional para alegorizar a estrutura como elemento de distinção, aquilo que separa o que está “dentro” e o que está “fora”, espaço e cultura distinto que conservaria contra as influências do mundo moderno cosmopolita.

Daqui de cima, porém, o que vejo agora é a tripla face, de Paraíso, Purgatório e Inferno, do Sertão. Para os lados do poente, longe, azulada pela distância, a Serra do Pico, com a enorme e alta pedra que lhe dá nome. (...)

Aí, talvez por causa da situação em que me encontro, preso na Cadeia, o Sertão, sob o Sol fagulhante do meio-dia, me aparece, ele todo, como uma enorme Cadeia, dentro da qual, entre muralhas de serra pedregosas que lhe servissem de muro inexpugnável a apertar suas fronteiras estivessem todos nós, aprisionados e acusados, aguardando as decisões da Justiça; sendo que, a qualquer momento, a Onça-Malhada do Divino pode se precipitar sobre nós, para nos sangrar, ungir e consagrar pela destruição (Suassuna, 2014, p, 32).

Assim, o sertão, representado como uma cadeia, não é só um espaço geográfico, mas um território resistente às influências externas, que constrói e preserva uma forma de vida particular. Aqui, o autor insere uma dualidade em seu romance, ao mesmo tempo de afastamento e proteção. A cadeia se estende como um limite entre dois mundos: o sertão e o resto do mundo. Suassuna, descreve o sertão como uma fortaleza que possui uma cosmovisão da realidade sensível e metafísica distinta do restante do mundo, forças subterrâneas que demandam de seu povo uma interpretação diferente dos fenômenos sociais.

⁸ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

⁹CERTEAU, Michel de. O inominável: morrer. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

Preso, temeroso e excitado pelas aventuras passadas, Quaderna continua a descrever para o seu inquisidor na prisão na esperança de que seu relato seja lido pelo máximo possível de brasileiro e quiçá de humanos ao redor do mundo, no folheto **Cavalladas de São João na Judeia**, descreve seu encontro com a morte sertaneja, a Moça Caetana:

Até mesmo a Morte, Sr. Corregedor, era, agora, para mim, uma sagração bela e heráldica, armorial. Aparecia-me como uma gigantesca Cobra-Coral, enroscada no Céu à nossa espreita. Era negra de “sable”, branca de “prata” e vermelha de “goles”, com asas de Gavião, com dentes e garras de Onça — uma Cobra cujo veneno passava a ser, para nós, o óleo sagrado, necessário para ungir-nos, indispensável à sagração sem a qual não podemos unir-nos ao Divino para identificar-nos com ele, para nos tornarmos também divinos. (Suassuna, 2014, p. 562).

A morte no universo poético de Suassuna é nomeada, viva e presente, sobrevoa o céu do sertão, meio único a qual o sertanejo se encontra com o divino. Intima, ela revela-se ao moribundo, exige sua atenção e seu olhar sobre a finitude para poder assim iniciar os rituais necessários e coletivos para sua boa “transfiguração” para o além. A imagem da morte representada por Ariano, reflete a cultura dos cordéis espalhados no sertão brasileiro até os dias de hoje, ela não é “interdita” ou individualizada, ela é sentida, nomeada e coletiva. Em Suassuna, o sertanejo não morre só e não foge a morte, ela é o caminho pelo qual respeitado o processo permite a todos entrar no sagrado.

Suassuna e a literatura de cordel dessa forma proporciona um limiar crítico sofisticado ao pensamento do historiador francês Philippe Ariès acerca dos avanços e dos recuos da modernidade acerca da representação do fenômeno social da morte. Em seu livro **O homem diante da morte**¹⁰, desenvolve a tese de que existe uma clara distinção acerca do morrer nas sociedades medievais cristãs e nas sociedades modernas capitalistas, fugindo de uma “boa morte” ou uma “morte domada” para uma morte “inominada” ou “interdita”.

A “morte domada”, conceito definido por Ariès (2003a) para compreender o imaginário medieval acerca da representação da morte no período medieval, apresentava elementos bastante claros: o moribundo era avisado por forças sobrenaturais do fim de sua vida, não para assustá-lo, mas para garantir que teria tempo necessário para que ele e a comunidade fossem capazes de preparar sua partida e organizassem seus sentimentos e rituais cristão. O ato de morrer acontecia, frequentemente, no seio do lar, cercado por familiares e entes queridos, incluindo as crianças, simbolizando a morte como um fenômeno compartilhado, impregnado de significado e respeito.

A cerimônia funerária, longe de ser um evento secreto ou oculto, era pública, um espaço de acolhimento e de despedida. A tranquilidade era essencial, e a morte, quando se aproximava,

¹⁰ ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Tradução de Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

deveria ser experimentada por todos, pois o próprio moribundo, de acordo com a visão da época, deveria estar em paz consigo mesmo, aceitando serenamente a transição. A morte, dessa forma, não era vista como um rompimento brusco, mas como um movimento suave, aceito, que integrava o indivíduo e seus familiares em um processo de aceitação, em uma relação de cumplicidade silenciosa com o fim.

Não morrem de qualquer maneira: a morte é regulada por um ritual habitual, descrito com complacência. A morte comum, normal, não surge traiçoeiramente, mesmo se for acidental na sequência de um ferimento, mesmo se for o efeito de uma emoção demasiado grande, como acontecia.

O seu carácter essencial consiste em dar tempo para o aviso. «Ah, meu bom senhor, pensais então morrer tão cedo?» «Sim», responde Gauvain, «sabei que não viverei dois dias.» Nem o «médico», nem os companheiros, nem os padres, estes últimos ignorados e ausentes, sabem tão bem como ele. Só o moribundo avalia o tempo que lhe resta (Airès, 2003, p. 2).

Com o avanço da modernidade, particularmente a partir do século XIX e XX, algo drasticamente foi transformado no fenômeno social do morrer. A “morte interdita”, conceito que o historiador usa para demonstrar o contraponto da “morte domada” surge com a modernidade, o avanço da ciência médica e o forte processo de higienização misturado com a individualização teria deslocado o morrer da família e da comunidade para os domínios cada vez mais impessoais dos hospitais e das instituições, longe da vista dos olhos familiares e dos entes queridos.

O adoecer moderno seria cheio de vergonha e alienação, o moribundo é alienado das decisões, não morre mais em sua casa, existiria um constrangimento taciturno entre ele e os parentes que se vêm alienados de sua antiga função de cuidadores. Segundo Airès (2003a), o morrer teria se tornado uma jornada solitária, silenciosa, marcada pela presença da vergonha e do constrangimento, onde existiria uma separação entre os saudáveis e os moribundos. O luto é apressado, as despedidas são rápidas e frias, e o sofrimento se dissolve entre máquinas e protocolos. A morte, que antes era parte da vida, agora parece ser tratada como uma falha, um erro a ser evitado, e não mais uma como um evento natural e indissociável da vida. No mundo onde todos se enxergam como imortais, o lembrete da morte torna-se uma ofensa para aqueles que obstinadamente procuram esquecer.

A ênfase recai sobre o “aceitável”. Uma morte aceitável é uma morte que possa ser aceita ou tolerada pelos sobreviventes. Tem o seu contrário: a *embarrassingly graceless dying*, que deixa os sobreviventes embaraçados porque desencadeia uma emoção demasiado forte, e é a emoção o que é preciso evitar, tanto no hospital quanto na sociedade de um modo geral. Só se tem o direito à comoção em particular, ou seja, às escondidas. Assim se tornou a grande cena da morte, que havia mudado tão pouco

durante os séculos, senão milênios. Os ritos dos funerais também se modificaram. (...) Em outros lugares, na região da morte nova e moderna, procuram-se reduzir ao mínimo decente as operações inevitáveis, destinadas a fazer desaparecer o corpo. Antes de tudo, é importante que a sociedade, a vizinhança, os amigos, os colegas e as crianças se apercebam o mínimo possível de que a morte ocorreu. (Ariès, 2003b, p. 87).

Esta tese possui como defensor, o historiador Michel de Certeau, a qual escreveu **A invenção do cotidiano**, complementando a teoria de Airès destacando o deslocamento do processo do morrer de um fenômeno familiar, comunitário e ritualístico para uma crescente burocratização e institucionalização, mediado por médicos, enfermeiros, coveiros e burocratas, que tentam despojar de sua força existencial para transformar em algo técnico e controlado, “higienizado”. Esse processo de “domesticação” do morrer converge com a vontade das sociedades modernas de racionalizar e burocratizar marcado pela ocultação e pela perda dos ritos comunitários e funerários (Certeau, 1994, p. 295).

O autor prossegue sua análise do fenômeno social do morrer, com foco na linguagem. Compreende que, na modernidade, existe no vocabulário dos hospitais e das práticas legais um afastamento da morte, tratando-a como um evento estranho e jamais aceito. Segundo Certeau, ao ser incorporada ao contexto hospitalar e ao sistema de saúde, a morte assume uma natureza técnica, desprovida de significados simbólicos ou existenciais, sendo tratada como algo “inominável” — ou seja, algo que não pode ser nomeado ou discutido no discurso cotidiano. Esse distanciamento reflete a transformação da morte em uma operação administrativa e pragmática, típica de uma sociedade capitalista, na qual o morrer é encarado não como uma experiência vital, mas como um processo a ser gerido de maneira impessoal e sem significado (Certeau, 1994, p. 296).

Dessa forma, a produção do autor paraibano que se apropria do universo religioso e poético da cultura popular brasileira encontra-se em um limiar interessante para a crítica da tese do historiador francês: Suassuna, escritor moderno, expositor de uma mentalidade sertaneja repleta de aspectos que preservam a mentalidade medieval acerca da morte e do “bom morrer”. Através da religião e da mística criada e desenvolvida pelo protagonista Pedro Dinis Quaderna, intitulada como catolicismo sertanejo que poderemos vislumbrar com a cultura sertaneja preservou uma forma de ver a vida, o sagrado e a morte divergente do mundo capitalista moderno.

A morte é nomeada no catolicismo sertanejo de ariano suassuna, ela chama-se moça caetana.

Segundo estudiosos como Candido (1998),¹¹ SOUZA (1986)¹² e Queiroz (2003),¹³ os movimentos rurais com profundo caráter messiânico como Canudos, Contestado, Pedra Bonita, entre

¹¹CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre a caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1998.

outros, nasceram influenciados por aquilo que os intelectuais nomearam de “cultura rústica”. Logo, o homem do campo segundo estes autores, graças as particularidades da colonização da América Portuguesa, produziu uma cultura única, que mistura e transforma elementos indígenas, ibéricos e africanos, originando uma expressão popular e regional distinta do restante do mundo ocidental.

A natureza da população colonial impôs novas preocupações teóricas, alterando mais uma vez o rumo do trabalho. Sua especificidade residia na convivência e interpenetração de populações de procedências várias e credos diversos. Múltiplas tradições culturais desaguavam, assim, na feitiçaria e na religiosidade popular. Dar conta dessa complexidade significava compreendê-la como o lugar em que se cruzavam e reelaboravam níveis culturais múltiplos, agentes de um longo processo de sincretização (Souza, 1986, p. 16).

A “cultura rustica” define-se, portanto, como uma produção cultural e um fenômeno social resultado de uma fusão por violência ou por necessidade de sobrevivência das condições adversas da colonização portuguesa na América. Ela reflete o processo de ajustes e negociações culturais que ocorrem quando os colonizadores portugueses se estabeleceram no Brasil, precisando misturar-se e dominar com tradições distintas como a indígena e africana. Candido, ressalta que essa transição não se resumiu a aspectos concretos, como as relações de trabalho e a economia alimentar, mas também a dimensão espiritual e religiosa, como a representação da morte e do sagrado (Candido, 1997, p. 21).

A representação da morte, enquanto elemento simbólico e central nos movimentos rurais e na religiosidade popular, desempenha um papel crucial na configuração do “catolicismo rústico” e na emergência de fenômenos messiânicos, como os observados em Canudos, Pedra Bonita e Contestado. A morte, nesse contexto, não seria apenas um fim biológico, mas um ponto de transição e elevação espiritual, que, muitas vezes, se entrelaça com a ideia de resistência e renovação nas sociedades rurais. Ela se torna, portanto, um canal para a transformação social e religiosa, refletindo as tensões e as crises do campesinato.

Nos movimentos messiânicos do século XVIII e XIX, a morte apareceu frequentemente como um simbolismo de martírio e sacrifício, representando a luta contra as estruturas de opressão e a promessa de uma vida espiritual redimida. A religiosidade popular, com sua forte relação com o sobrenatural, aproxima a morte da noção de enfrentamento, cotidiano e revelação, onde o encontro com o fim é vista como uma oportunidade de alcançar uma existência superior, seja pela intervenção divina ou pela luta profética.

A tese de doutorado da historiadora Marinalva Vilar, intitulada **Loas que Carpem: a**

¹²Souza, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

¹³QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Messianismo no Brasil e no Mundo**. São Paulo, AlfaÔmega, 2003.

Morte na Literatura de Cordel¹⁴, analisa como a representação da morte e do morrer medievais foram apropriados, preservados e representados no universo popular e literário do cordel. Investiga como esse tema apresenta características específicas em cada poeta, porém ressaltando que é preciso compreender que sua arte é pensada e produzida em um espaço cultural específico, logo o morrer é tratada de maneiras variadas, abraçando uma vastidão de personagens históricos e literário, como beatos, coronéis, políticos, cangaceiros e jagunços, porém existe um universo simbólico popular que a maioria dos poetas se apropriam e representam de sua forma. Todo cordel, romance e poesia é ao mesmo tempo singular e plural, individual e coletivo.

O cordel do poeta João Martins de Athayde em final do século XIX cria a história trágica de **Elzira, a Donzela Virgem**¹⁵, combinando um forte apelo popular com elementos de tragédia e romance, apresenta uma bela jovem virgem, onde as virtudes cristãs são exaltadas por todos, porém em um amor inicialmente não correspondido e não aceito no seio familiar, sofre em demasia e em melancolia adoece:

Bom padre confessou
com muita calma e atenção
depois de benzer Elzira
lhe deu absolvição
em seguida ministrou-lhe
os ritos da Extrema-Unção
o cura recomendou
logo a dona Floribela
tivesse todo cuidado
com a doetinha donzela
porque se aproximava
o último momento dela. (Ataíde, 2025, p. 18).

Semelhante a literatura de Ariano Suassuna e o descrito com o conceito para definir os aspectos particulares da morte medieval por Airès (2014), a protagonista do cordel é avisada pela natureza e pelos seus entes queridos da aproximação de sua morte, a representação da morte no cordel não permite espaços para mentiras, pois seguindo a tradição cristã ela precisa perpassar um processo de ritualização da morte. Feitos os rituais, ela pode enfim morrer ao redor de seus entes queridos, a eles sobra apenas chorar com intensidade e perpassar o luto no seio de sua comunidade.

Ao refletir sobre esses desdobramentos, a obra de Ariano Suassuna em **A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta** segue este processo de representação da morte,

¹⁴LIMA, Marinalva Vilar de. **Loas Que Carpem**: A Morte na Literatura de Cordel. 2003.

¹⁵ATAÍDE, João Martins de. **Elzira a morta virgem**. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=cordelfcrb&pagfis=7431>. Acesso em: 6 fev. 2025.

especialmente ao retratar personagens que se veem imersos em conflitos messiânicos, onde a morte não é apenas um ato de desespero ou sofrimento, mas uma manifestação de resistência e transcendência. A morte, assim, se configura como uma ferramenta de luta espiritual e resistência cultural, um tema recorrente nos movimentos proféticos que marcaram a história do Brasil rural.

Em alinhamento com os estudos de Lima (2010)¹⁶, Godoy (2005)¹⁷ e Hoornaert¹⁸ (1991), que analisam o impacto do “catolicismo popular” nos movimentos messiânicos do século XIX e da fase colonial, a morte emerge como um vetor simbólico que catalisa a transformação religiosa e social no sertão. Esses estudiosos destacam como os adeptos desses movimentos frequentemente adotam a morte como um meio para afirmar sua fé e sua identidade coletiva, muitas vezes levando a uma forma de martírio que reforça os princípios de resistência e renovação espiritual.

Portanto, a morte não é apenas uma representação de fim no contexto do catolicismo sertanejo, mas um símbolo potente de transformação, resistência e promessa de salvação, que se configura de maneira única no contexto cultural e religioso do sertão. No Folheto LXIV, intitulado **O Caso do Jaguar Sarnento**, Quaderna reflete sobre o desenvolvimento da religião criada por ele a partir da mistura entre religiosidade popular e história do povo brasileiro:

Sr. Corregedor, a criação da minha Igreja Sertaneja foi muito parecida com a da minha Poesia-epopeica! Foi uma questão, ao mesmo tempo, de fé, de sangue, de ciência, de estro e de planeta! Tudo surgiu a partir da minha herança do sangue da Pedra do Reino, de uma crise de Fé, de uma visagem que tive e do cruzamento dos Astros zodiacais com as vicissitudes da minha vida-errante, extraviada e perdida por tudo quanto foi caminho e descaminho deste nosso Sertão velho da Paraíba do Norte! Não sei se já contei a Vossa Excelência que fui destinado, por meu Pai, a ser o Padre da família Quaderna (Suassuna, p. 535, 2014).

Inspirado na literatura de cordel, Suassuna descreve a religião criada por seu protagonista como força capaz de unir elementos conflitantes: astrologia e ciência, deus e o diabo, vermelho e azul, destino e liberdade, catolicismo e religiosidade africana, história e ficção. Descrevendo para o seu inquisidor sobre os rituais de sua religião, Quaderna lembra-o de um almoço “sagrado” que realizou no alto de um morro, abrindo os “caminhos místicos” com uma mistura de vinho com farnel e paçoca, em meio ao medo de seu futuro incerto grita para o céu:

¹⁶LIMA, Luis Filipe Silvério. **O Império dos Sonhos**: narrativas proféticas, sebastianismo & messianismo brigantino. São Paulo, 2010.

¹⁷GODOY, Marcio Honorio. **Dom Sebastião no Brasil**: Fatos da Cultura e da Comunicação em Tempo/Espaço. São Paulo, editora Perspectiva, 2005.

¹⁸HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der.; BORD, Benno. **História da Igreja no Brasil** — ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época. Tomo II. Petrópolis, Vozes: 1977.

Ó Adonai! Ó meu Deus judaico-tapuio e mouro-sertanejo! Considerai que qualquer coisa é bastante para me tirar a vida! Uma gota de salmoura que desça ao coração entupindo uma artéria, uma veia importante que rompa em meu peito, uma sufocação de tosse, uma forte pressão interna, um fluxo impetuoso do meu sangue, uma Cobra-Coral que me morda, uma febre, uma picada, um corisco de pedra-lispe incendiada, um raio, uma pedrinha de areia nos rins, um inimigo audacioso, uma pedra que se despenque de um serrote –tudo isso e qualquer coisa pode me cortar o Nó do sangue, roubando-me a vida em dois tempos! Por isso, Senhor, não leveis a mal que, enquanto estou aqui no Mundo, capaz de gozar esta vida que Vós mesmo engendrastes – juntando o barro da terra sertaneja com o Sol e o furor dos vossos lombos –eu vos preste as homenagens deleitosas que devo à Divindade e que as inicie bebendo uma boa lapada do meu Vinho Tinto e Sertanejo da Onça Malhada! Dizendo estas palavras, Sr. Corregedor, peguei o pichel de couro de bode, tirei-lhe a tampa de madeira e, levando o gargalo à boca, ergui a cara para o céu e tomei a primeira grande lapada de vinho. (Suassuna, 2014, p. 551- 552).

Semelhante, a mentalidade medieval e a “cultura rústica” defendida por Candido (1997), não se abala diante da iminente sombra de sua morte, mas antes a aceita, a reconhece e se liberta para experimentar em vida aquilo que deseja, um gozo que não é trivial ou efêmero, mas um salto no divino, representado por Suassuna não como um ser intangível, mas como um “ser-outro” que, apesar de sua distância ontológica, manifesta-se na realidade concreta, o divino semelhante como a morte não é algo que se contempla, mas que se toca, algo que se sente.

O autointitulado profeta Quaderna, alega para todos que através de seu contato com a Moça Caetana materializa em sua frente o elo entre o visível e o invisível, o ser humano e o ser divino. Encontra-se dessa forma em um ponto de intersecção, capaz de enxergar na realidade sensível os desejos e desígnios da providência para o povo sertanejo:

Lembraí-vos de quantas vezes, contra minha vontade, já me vi metido nas correrias, guerras e emboscadas do Sertão! Posso, de novo sem querer, me ver metido noutra e ser assassinado, com meu corpo deixado ao Sol, na estrada empoeirada, para ser comido pelos Carcarás! E mesmo que eu tenha a sorte de morrer na cama, ainda assim nada muda: serei sepultado na terra dura, quente e seca do Sertão, para ser pasto de animais cegos e salamandras de fogo, de pele luzidia! (...) Assim, este corpo, que agora me dá tantos estremeços de prazer com Maria Safira, há de apodrecer. Minha cara, minha boca, meus cabelos, hão de cair aos pedaços. Meus olhos vão ser comidos pelos Gaviões! Meu corpo se tornará um esqueleto, a princípio fétido e medonho; depois, embranquecidos pelo Sol, meus ossos hão de separar-se uns dos outros! Minha cabeça há desse apartar do tronco, como aconteceu com a de meu bisavô na Pedra do Reino! Assim, já que vou ser comido pelos Gaviões e Carcarás,

pelos Urubus e Cachorros-do-Mato errantes no Sertão, ó Senhor, não leveis a mal que agora, enquanto estou vivo, eu me deleite comendo a carne dos bichos que cacei e matei principalmente esta carne-de-paçoca e estes nacos de carne de sol assada, tirados do lombo do patim do Bode que sangrei, ontem, em vossa homenagem! (Suassuna, 2014, p. 552–553).

No **Romance d’A Pedra do Reino**, a representação da morrer e da morte semelhante a “Morte domada” de Ariès (2015) é integrada à vida dos personagens, apresentada não como um fim absoluto, mas inserida em um processo que mistura fé, religiosidade popular e resistência, onde cada fim é também um prenúncio para uma renovação. A imagem do sertanejo construída por Suassuna, a morte reflete a resistência à pobreza, à seca, as revoltas populares, o abandono do estado, mas também um processo de encontro com o divino, expressado na religiosidade popular materializada nas preces, festas, procissões, devoções e ritos. Contudo, com o avanço da modernidade, a representação da morte- com sua religiosidade, suas crenças populares e sua identidade enraizada- estaria sobre perigo de ser apagada pelo forte processo de racionalização e pela força do consumismo.

A poesia e a força que Quaderna qualifica sua obra literária está no enfrentamento da cultura burguesa moderna, logo a luta pela criação e proliferação do seu catolicismo-sertanejo transforma-se na vontade de preservar a identidade de um povo, que se perderia à medida que o povo brasileiro se moderniza, cada vez mais imitando fórmulas estrangeiras e abandonando suas próprias raízes culturais e históricas. A “morte” da identidade cultural e não a morte biológica se torna o centro da preocupação do protagonista, e o gozo reside na própria resistência de ser. A “morte” identitária, esse apagamento pela modernidade, imprime a Suassuna e Quaderna uma crise: não se teme a morte, mas teme-se o desaparecimento de sua cultura.

Ó Adonai! Ó Onça Tapuia, Negra e Malhada do Divino do Sertão! Esta República dominada por Burgueses gordos é, sem dúvida, um grande mal para o Império do Sertão do Brasil! Ela pretende minar e desmoralizar o Povo da Onça Castanha e o nosso Catolicismo-sertanejo, esta obra-prima de Deus, religião mais perfeita e mais antiga do que o Catolicismo Romano! Este, tem somente vinte séculos, enquanto a nossa sagrada Religião da Pedra do Reino foi fundada no Deserto sertanejo da Judéia, junto às Pedras do Reino do Sinai e do Tabor! O Presidente da República, seus cupinchas e os gordos ricos, entendem que podem governar, trair e vender o Império do Brasil a seu bel-prazer! No entanto, o Brasil está predestinado para o Monarca Castanho do Povo, aquele que foi legitimamente constituído por Deus para fazer o bem e a grandeza do Povo Brasileiro! O poder do Presidente não é legítimo, a República não é legítima! Todo poder legítimo é uma emanção da Onipotência eterna do Deus Sertanejo através do Povo, e, portanto, está sujeito à regra divina da nossa Santa Igreja da Pedra do Reino, tanto na ordem temporal como na espiritual! (Suassuna, 2014, p. 553).

Realizado o ritual com essas palavras, alega para o seu inquisidor ter experimentado uma epifania sobre as forças cósmicas que fundamentam o sertão: existe um confronto e uma união entre a Onça da Vida e a Onça da Morte, o primeiro símbolo da energia vital do sertanejo, o impulso por resistência e criação, enquanto a segunda reflete a finitude, o mistério e a transcendência. A partir dessa revelação, a compreensão do protagonista sobre o mundo sensível recebe uma dimensão apocalíptica, sobre a qual a “libertação da ralé sertaneja” só pode ser realizada em uma luta política e identitária contra a burguesia e a modernidade.

A figura de Quaderna, como profeta, simboliza a esperança de uma conservação de uma forma de representar a morte e a vida, uma nova força a favor da particularidade local contra o cosmopolitismo externo. Profetizar sobre a morte, não se refere apenas a uma revolução política, mas a reafirmação de uma identidade nacional profundamente enraizada na religiosidade e na história popular brasileira.

Quaderna, subindo à sua Pedra, entoará com o Povo o sagrado Canto que o mesmo Quaderna fez, dizendo: ‘Cantemos ao Deus de Fogo do Sertão, porque ele manifestou gloriosamente seu poder, precipitando no Mar as máquinas e as empresas, os engenhos infernais dos Estrangeiros e traidores, castigando a força e o opróbrio dos Poderosos que nos oprimiam e exaltando o Sertão, com sua coragem, suas pedras, seus espinhos, seus cavalos e seus Cavaleiros!’ (Suassuna, p. 558. 2014).

Descreve Suassuna, seu protagonista em um abismo, assustado e com sede, recitando o encantamento para todos aqueles sertanejos oprimidos pelo mundo moderno que desejassem ouvir, passa a declamar uma vontade por uma revolução fantástica, uma verdadeira transfiguração do mundo e dos pobres camponeses. Com a chegada do messias, do profeta escolhido pela Providência do Cariri, Quaderna não buscava mudar a balança social, mas transformá-la em poesia. Morte e vida, tragédia e alegria, sagrado e profano recriados para representar uma estética por uma forma de viver, sonhar e morrer.

(...)uma Cavallhada como as que eu 127 fazia aqui na rua e que eram, também, rituais do meu Catolicismo –as minhas Procissões. Essa Cavallhada do Mundo –da qual Deus era o Chefe e Rei-Mouro-e-Cruzado (como eu era das minhas) –não se arrastava mais, acovardada e feia, em direção do Reino de Cinza da Morte, mas sim galopava valentemente em direção ao Sol Divino, ao Sol do Terrível. Por isso, o Mundo não me aparecia mais como um animal doente e leproso, como um lugar sarnento e pardo, nascido do Acaso, mas sim como um Sertão glorioso, fundado na Pedra, ao mesmo tempo harmonioso e ardente. Do mesmo modo, a parte deste Mundo que me fora dada –o Sertão –não era mais somente o “sertão” que tanta gente via, mas o Reino com o qual eu sonhava, cheio de cavalos e Cavaleiros. (Suassuna, 2014, p. 561).

Assustado com a possibilidade da prisão, no folheto XLIV, **A Visagem da Moça Caetana**, a qual Quaderna descreve seu encontro com a morte sertaneja, a Moça Caetana. Suassuna, representa a morte semelhante ao homem no início do gênesis bíblico, completamente nu, coberta apenas pelos seus animais totêmicos: cobras corais e gaviões. Atraente e assustadora, a morte sertaneja, exige do protagonista para ter acesso ao seu “divino mel”, uma relação erótica fatal, sobre a qual no momento do seu gozo, ele morreria na terra para encontra-se então com o sagrado.

O vestido, porém, era aberto nas costas, num amplo decote que mostrava um dorso felino, de Onça, e descobria a falda exterior dos seios, por baixo dos braços. Os pelos de seus maravilhosos sovacos não ficavam só neles: num tufo estreito e reto, subiam a doce e branca falda dos peitos, dando-lhes uma marca estranha e selvagem. Em cada um dos seus ombros, pousava um gavião, um negro, outro vermelho, e uma Cobra-coral servia-lhe de colar. Ela me olhava com uma expressão fascinadora e cruel. Mas não disse nada. Encaminhou-se para um pedaço branco e despido da parede, e, sem deixar de me olhar, ergueu a mão, começando a traçar, com o indicador, linhas e linhas horizontais, na parede que ficava por trás dela. À medida que o dedo ia indicando as linhas, a parede se cobria de palavras escritas a fogo. Eu, aterrado, indagava de mim mesmo quem era ela. Mas, no fundo, já sabia: era a terrível Moça Caetana, a cruel Morte sertaneja, que costuma sangrar seus assinalados, com suas unhas, longas e afiadas como garras. (Suassuna, 2014, p. 305).

Em epifania, além de seu controle, Quaderna continua a escrever em um papel, o corpo movimentando-se além de sua vontade, dominado por uma força ontológica, resultando segundo ele em uma profecia e sentença para todos que ainda acreditavam na cultura sertaneja:

A sentença já foi proferida. Saia de casa e cruze o Tabuleiro pedregoso. Só lhe pertence o que por você for decifrado. Beba o Fogo na taça de pedra dos Lajedos. Registre as malhas e pelo fulvo do Jaguar, o pelo vermelho da Suçuarana, o Cacto com seus frutos estrelados. Anote o Pássaro com sua flecha aurinegra e a Tocha incendiada das macambiras cor de sangue. Salve o que vai perecer: O Efêmero sagrado, as energias desperdiçadas, a luta sem grandeza, O Heróico assassinado em segredo, O que foi marcado de estrelas -tudo aquilo que, depois de salvo e assinalado, será para sempre e exclusivamente seu. Celebre a raça de Reis escusos, com a Coroa pingando sangue; o Cavaleiro em sua Busca errante, a Dama com as mãos ocultas, os Anjos com sua espada, e o Sol malhado do Divino com seu Gavião de ouro. Entre o Sol e os cardos, entre a pedra e a Estrela, você caminha no Inconcebível. Por isso, mesmo sem decifrá-lo, tem que cantar o enigma da Fronteira, a estranha região onde o sangue se queima aos olhos de fogo da Onça-Malhada do Divino. Faça isso, sob pena de morte! Mas sabendo, desde já, que é inútil. Quebre as cordas de prata da

Viola: a Prisão já foi decretada! Colocaram grossas barras e correntes ferrujosas na Cadeia. Ergueram o Patíbulo com madeira nova e afiaram o gume do Machado. O Estigma permanece. O silêncio queima o veneno das Serpentes, e, no Campo de sono ensanguentado, arde em brasa o Sonho perdido, tentando em vão reedificar seus Dias, para sempre destroçados. (Suassuna, 2014, p. 306).

A profecia instigada pela “Moça Caetana”, mas criada por Ariano Suassuna, em suas linhas sinuosas, apresenta para todos os ouvintes seu caráter político, identitário e essencial, posicionando o sertanejo e sua cultura como antítese do modelo civilizatório moderno, convidando a todos que ouvem reconhecer uma “dupla verdade”: a efemeridade da vida e a permanência da arte. A arte sertaneja, ao se manter intacta, garante a preservação de um legado, um modo de ser que resiste à imposição da modernização. Ela se torna, portanto, um campo de afirmação identitária, essencial para a continuidade e a valorização da cultura do sertão.

O próximo encontro entre Quaderna e a morte sertaneja, no folheto LXXIII, **Cavallhadas de São João na Judeia**, perdido novamente caminhando pelo sertão e bebendo o vinho sagrado da religião do catolicismo sertanejo, fechando os olhos após se deitar em seu travesseiro, vê a Moça Caetana o convidando a ver seu próprio corpo, este que semelhante aos santos do antigo testamento estava repleto de feridas abertas, sabendo intuitivamente que para se curar precisaria se levantar contra todas as dores e caminhar até o alto de uma serra em encontro a morte (Suassuna, 2014, p. 567).

De pés descalços, descreve seu caminhar como que perpassado por pedras escaldantes que massacravam seus pés, porém sentia que precisava caminhar, a morte o convidava, ela não podia ser negada, apenas aceita, em uma mistura de sonho, pesadelo e profecia, chega ao topo e exige que suas palavras sejam escritas no auto de seu processo:

E aí, milagre dos milagres! Eu descobria, afinal, ou melhor, eu sentia com meu sangue, que tudo era divino: a Vida e a Morte, o sexo e a secura desértica, a podridão e o sangue. (...) tudo isso se encorpou às visagens e rituais da minha Igreja. Agora, ali, bêbado de vinho e de sonhos, meu Lajedo começou, também, a se povoar, mas não de cavalos, e sim de Mulheres, que logo começaram a me acariciar da maneira mais excitante que o senhor possa imaginar. Enquanto elas faziam isso, outra Mulher, nua, espichava-se deitada, em cima da pedra, ao meu lado, chamando-me para cima dela (...) “A viração, porém, continuou (...) Não havia, mais aquela oposição entre a Mulher nua, que me tentava em cima do Lajedo, e o Reino do Sertão que se agitava e me deslumbrava lá embaixo. Agora, tudo era uma coisa só, pois o Reino me aparecia, ao mesmo tempo, como uma cena de Batalha bandeira e como uma bela Mulher nua, estendida e deitada sobre a grande cascata de ouro de seus próprios cabelos, com o corpo perfeito também dourado pelo Sol. Por esse “Reino da Princesa da Pedra Fina” que era ela, por essa Terra encantada, povoada de grutas e colinas, errava eu,

também encantado e enfeitado, descobrindo, acariciando, tocando, descerrando, e logo assolando, invadindo, bebendo, penetrando, mordendo [...]. E foi chegando o momento em que tudo aquilo começou a se reunir numa sensação de tanto gozo e glória, que os cascos do Cavalo começaram a galopar em meu peito e nas minhas têmporas, pulsando e estremecendo ao ritmo do meu sangue. E eram cargas e tropéis, Guerreiras estranhas em desfiles e combates mouros, ao som amarelo e vermelho dos Clarins, tudo se confundindo com o galope dos cavalos, com os gemidos da Mulher que estava chegando ao cume do Reino juntamente comigo, e finalmente com o tiro amarelo e ensolarado de um mosquete, que, ao mesmo tempo que partia de mim, me atingia no sangue, nos olhos e no centro de mim mesmo, com o estralejar e afulguração do Cobre incendiado. (Suassuna, 2014, p. 567–568).

A dicotomia entre opostos, ao ser reinterpretada no ponto culminante da jornada, revela que tudo, em sua essência, para o escritor paraibano é sagrado: viver e morrer, alegria e dor, Deus e o Diabo, a história e o tempo sagrado. Elementos dentro do catolicismo sertanejo se apropriando do universo religioso popular não podem ser vistos como contrários, mas como expressões de uma força providencial que permeia o Cariri. No plano espiritual, como indicado pela representação da morte criada por Suassuna, a Moça Caetana, Quaderna recria o Nordeste e o mundo em um espaço que remete ao imaginário medieval, perpetuado e reinterpretado constantemente através da literatura de cordel e das cavalcadas que percorrem o sertão, um lugar de beleza sublime, onde cavaleiros, donzelas e corcéis marcham ao compasso de muita música e cantoria.

Logo, compreendemos ao longo do artigo apresentado que a morte, longe de ser temida, surge como um guia, uma mestra que, ao ser enfrentada, permite aos seres humanos uma nova forma de se relacionar com a vida. Ao se deparar com várias tragédias em sua vida e imerso no universo religioso popular, Suassuna recria a morte na figura da Moça Caetana refletindo aspectos da mentalidade medieval, exigindo que ela seja reconhecida, desafiada e, se possível, cortejada. A morte sertaneja, em vez de ser encarada como o fim, é vista como uma das chaves que preservam o povo sertanejo daquilo que deve temer segundo o escritor, a “morte cultural”, essa ministrada não por um ser providencial, mas sim pelo avanço da modernidade sobre valores tradicionais brasileiros.

Em síntese, o que se evidencia neste artigo é o limiar crítico que posiciona a obra do autor paraibano e da literatura de cordel acerca das discussões da representação da morte, do morrer e do sagrado no mundo medieval e moderno. Por um lado, através da apropriação e representação do universo religioso brasileiro através do catolicismo sertanejo, Suassuna consegue recriar aspectos medievais vivos na religiosidade popular, por outro lado reforça o medo de que uma vez que a modernidade cresça no Brasil, esta mesma forma de ver a vida e a morte desapareçam por completo.

No universo do sertão armorial de Quaderna, a imagem da morte, nomeada como Moça Caetana — ser híbrido que transita entre a conservação de valores e práticas culturais particulares e o conflito existencial universal — configura-se como um ponto crucial para a análise das reminiscências medievais da morte, bem como da cultura que marca o sertão suassuniano. Assim, percebe-se no conjunto documental uma ligação entre dois tempos e realidades distintas, em que vestígios medievais permanecem no universo religioso do sertanejo e estes são apropriados por Suassuna para dar vazão a uma dor pessoal. Esses vestígios, originários de uma tradição cristã-medieval, foram ressignificados em um universo literário que, entre outros aspectos, procurava expressar a forma como o sertanejo se via, enxergava a sociedade, o mundo e o sobrenatural para servir como arma que busca preservar uma identidade que segundo o autor estava em forte ameaça.

Considerações finais

Suassuna, ainda criança, viu-se em frente ao abismo da perda, o assassinato de seu pai, em um contexto de um Brasil em crise econômica e política, ecoa em toda sua obra, um início trágico para sua odisseia, encontrou ainda jovem na cultura popular brasileira e na literatura de cordel a matéria-prima para criar seu próprio universo poético. Em vida, escrevia para criar um altar de resistência, unindo através da mistura elementos por todos vistos como antagônicos, o vermelho e o azul, o sagrado e o profano, a morte e a vida, o popular e o erudito, o medieval e o contemporâneo, para defender e celebrar a identidade brasileira. Seu maior romance publicado em vida se tornou assim, uma forma de redenção e reconciliação, uma busca para positivar a cultura popular a dignidade e o reconhecimento que, em inúmeras vezes, lhe foram negados pelo mundo moderno.

Em conclusão, a análise da forma como o **Romance d'A Pedra do Reino** representa a morte, o morrer e o sagrado revela uma visão de mundo que remete à concepção medieval, cristã e ocidental que sobreviveu sendo apropriada e transformada através do universo religioso e poético da cultura popular brasileira, particularmente no mundo dos cordéis, cavalgadas e tradição cristã. Essa perspectiva exige uma ritualização específica entre os moribundos e suas comunidades, estabelecendo uma ligação direta e simbólica com o fim da vida. Além disso, Suassuna mantém uma consistência ao adotar essa maneira singular de compreender a realidade, em que diferentes elementos históricos, tanto nacionais quanto globais, se conectam por um sentido universal, messiânico e simbólico. Ao explorar essas dimensões, o autor constrói um universo literário no qual os aspectos da cultura popular brasileira, imbuídos de religiosidade e simbolismo medieval, são ressignificados, oferecendo uma leitura renovada do sertão e da identidade nacional.

Nomeia a morte, chama de Moça Caetana, alça sua representação como a chave para compreender como o sertanejo vive e reflete sobre a vida, longe de ser um elemento que precisa ser alienado e silenciado por apagar as centelhas dos homens e das mulheres, ela os acorda, a morte relembra sobre seu papel, ela o revela enquanto humano, demasiadamente brasileiro.

Suassuna, representa seu protagonista no fim de suas aventuras semelhante a Quixote, lúcido e sereno, abandonando seus erros sob o olhar atencioso de Caetana, desejando apenas uma vida justa, bela, cavaleiresca e encantada para si e para o povo brasileiro: guerrear sem mortes, lutar sem feridos, amar a todos, aceitar o trágico da vida e matar enfim a pobreza para todos cantarem.

Em 2017, a representação da morte, do morrer e do sagrado na literatura de Ariano Suassuna recebe um novo acréscimo, em seu romance **Romance de Dom Pantero no Palco dos Pecadores** (Suassuna, 2017), descreve em seu último volume, intitulado **O Palhaço Tetrafônico**, seu protagonista chamado Dom Pantero desgostoso das escolhas de Miguel de Cervantes para seu cavaleiro, rescreve o fim de **Dom Quixote**. Nesta nova interpretação, Quixote enganará a todos com sua falsa doença e temporária “lucidez”, apenas para no calar da noite vestir sua armadura de cavaleiro medieval, chegar nos estábulos, assovia para seu cavalo Rocinante, montá-lo e seguir com alegria e “loucura” rumo a enfrentar novamente “gigantes” e salvar “donzelas” em perigo.

Meados de 2013, poucos dias depois de finalizada seu romance, aos oitenta e sete anos, o coração que em vida viu tantas tragédias sofreu um infarto. Recolhido às pressas para uma unidade médica, acompanhado por uma multidão de amigos, parentes e admiradores que pelos próximos dois dias ficariam em vigília rezando por sua recuperação. No entanto, no fim da tarde do dia vinte e três de julho, Suassuna abraça a Moça Caetana, bebê seu mel e enfim deixa seu povo com sua mensagem de defesa daquilo que nos torna verdadeiramente brasileiro, a cultura de seu povo.

Referências

- ARIËS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Tradução de Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- ARIËS, Philippe. **O homem diante da morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 10, nov. 2000.
- CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote de La Mancha**. volume 2. Tradução de Almir de Andrade e Milton Amado, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- CERTEAU, Michel de. O inominável: morrer. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DIMITROV, Eduardo. **O Brasil dos espertos**: uma análise da construção social de Ariano Suassuna como criador e criatura. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**: Seguido de “Envelhecer e morrer”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O Messianismo no Brasil e no Mundo**. SP: Alfa-Omega, 2003.
- LEAL-MCBRIDE, Maria Odília. **Narrativas e narradores em A Pedra do Reino**: estruturas e perspectivas cambiantes. New York: Peter Lang Publishing, 1989.

A moça caetana e a “morte domada” sertaneja: mentalidade medieval na representação do morrer...

LIMA, Marinalva Vilar de. **Loas Que Carpem**: A Morte na Literatura de Cordel. 2003.

MAIOLI, Juliana Bevilacqua. **Aspectos da literatura de cordel em A Pedra do Reino, de Ariano Suassuna**. Assis, 2008.

SILVA, Marcos. **A religião católico-sertaneja**: reminiscências do criptocabalismo a partir do Seridó judaico. — Natal: Sebo vermelho, 2019.

SZESZ, Christiane Marques. **Uma história intelectual de Ariano Suassuna**: leituras e apropriações. 2007. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SUASSUNA, Ariano. **Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta**. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

SUASSUNA, Ariano. **Romance de Dom Pantero no Palco dos Pecadores**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

VASSALO, Ligia. **O sertão medieval: origens europeias do teatro de Ariano Suassuna**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

Recebido em 11 mar. 2025. Aprovado em 3 jul. 2025.

Viajando pelos sertões de José de Alencar: uma análise do conceito de sertão na obra *O Sertanejo* (1875)²

André Vilaça Guerra Monteiro¹

*Traveling through the sertões of José de Alencar:
an analysis of the concept of sertão in the book O
Sertanejo (1875)*

Revista Galo v. 6 n. 12
<https://doi.org/10.53919/g12d5>

Resumo. No livro *O sertanejo*, de 1875, José de Alencar traz contribuições importantes para os estudos sobre os *sertões*. A obra nos permite compreender as transformações do seu pensamento em relação à construção da nação no Brasil. A questão central que procuro desenvolver neste artigo é a seguinte: no livro *O sertanejo*, o *sertão* aparece como espaço híbrido, o ponto de encontro entre a civilização e a selva (Martins, 1997). Ao situar o *sertão* nesse espaço de entre-lugares, questiono o porquê de uma mudança tão significativa em relação ao conceito de *sertão* em comparação com suas obras anteriores - *O Guarani* (1857), *Iracema* (1867) e *As Minas de Prata* (1867), nas quais o *sertão* aparece como um elemento secundário. Ao analisar o conceito de *sertão* no livro *O sertanejo* formulei a seguinte hipótese: José de Alencar, ao desfazer a dualidade sertão x civilização, insere o sertão na sua concepção de civilização.

Palavras-chave. Civilização. Literatura. Fronteira.

Abstract. In his 1875 book *O sertanejo*, José de Alencar made some important contributions to studies of the “*sertões*”. The book also allows us to understand the transformations in his thinking in relation to nation-building in Brazil. The central question I seek to develop in this article is the following: in the novel *O Sertanejo*, the *sertão* is presented as a hybrid space, a meeting point between civilization and the jungle (Martins, 1997). By placing the *sertão* in this in-between space, why is there such a significant shift in its representation compared to the author’s earlier works—*O Guarani* (1857), *Iracema* (1865), and *As Minas de Prata* (1867)—in which the *sertão* appears as a secondary element? In analyzing the concept of the *sertão* in *O Sertanejo*, I have formulated the following hypothesis: José de Alencar deconstructs the binary opposition between *sertão* and civilization, integrating the *sertão* into his broader conception of civilization.

Keywords. Civilization. Literature. Frontier.

¹Mestre pelo programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura — PUC-Rio. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2680-843X>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9497877470001777>. E-mail: andrevilaca-guerra@hotmail.com.

²Esse artigo é uma versão resumida da minha dissertação de mestrado defendida em 2024 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura — PUC-RIO, intitulada: *Os sertões de José de Alencar na obra O sertanejo* (1875).

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar os novos significados que o conceito de *sertão* adquire na obra *O Sertanejo* (1875) de José de Alencar. A questão central que procuro desenvolver é a seguinte: no livro *O Sertanejo*, o *sertão* aparece como espaço híbrido, ponto de encontro entre a civilização e a selva (Martins, 1997). Ao colocar o *sertão* nesse espaço de entre-lugares, por quê uma mudança tão significativa em relação ao *sertão* em comparação com suas obras anteriores *O Guarani* (1857), *Iracema* (1867) e *As Minas de Prata* (1867), nas quais o *sertão* aparece como um elemento secundário?

A história do livro *O Sertanejo* se passa no ano de 1764, na fazenda Oiticica³, localizada no *sertão* de Quixeramobim e comandada pelo Capitão-Mor Gonçalo Pires Campelo. O romance tem início com o narrador lamentando as transformações causadas pelo avanço da civilização sobre o *sertão*, que o impede de reviver os momentos felizes da sua infância naquela terra. Somente no décimo parágrafo o narrador informa o ano e a região exata em que a história se passa. O enredo do romance gira em torno da vida na fazenda Oiticica e tem como personagem principal Arnaldo, um dos sertanejos que ali trabalham. Arnaldo, embora um serviçal da fazenda e obediente às ordens do Capitão Mor, agia mais pelos seus sentimentos, protegendo Flor, filha de Campelo, por quem é apaixonado. Nos dois principais momentos de tensão, o incêndio, logo no começo do romance, e a invasão na fazenda, Arnaldo age como um herói para salvar a filha de Campelo. Além de Arnaldo, sua mãe, Justa, Daniel Ferro e o Capitão Marcos Fragoso são os outros sertanejos que aparecem no romance, mas que apresentam personalidades diferentes entre si e de Arnaldo.⁴ Outros personagens compartilham o protagonismo com Arnaldo: o touro Dourado e, não menos importantes, os outros animais que habitam o *sertão*, como as onças.

Uma das chaves de leitura possíveis é que Alencar busca narrar a história do *sertão* cearense ao descrever tanto o *sertão* de sua época, quanto o de períodos anteriores, como no século XVIII e no início da colonização, no século XVI. Entretanto, um outro viés de leitura nos faz ver que, o *sertão* não exerce somente o papel de cenário, mas também é um personagem e os significados mobilizados por José de Alencar ultrapassam as concepções geográficas. O *sertão*, sem localização geográfica precisa, aparece como um personagem central do romance, assim como um elemento importante para a compreensão do Brasil. É por meio dessa segunda possibilidade de leitura que analiso a obra *O Sertanejo*, formulando a hipótese de que José

³Oiticica também é uma árvore que compõe a vegetação de transição entre o sertão e a floresta amazônica. Na obra tanto o nome aparece referente ao nome da fazenda como também referente à árvore.

⁴Para uma análise mais detalhada dos diferentes personagens que aparecem na obra ver: MONTEIRO, André Vilaça Guerra. **Os sertões de José de Alencar na obra O sertanejo (1875)**. 2024. 91f. Dissertação de mestrado em história social da cultura — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. MARTINS, Eduardo Vieira. **A imagem do sertão em José de Alencar**. 1997. 163f. Dissertação de mestrado em Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

de Alencar, ao desfazer a dualidade *sertão* X civilização, insere o *sertão* na sua concepção de civilização.

Para abordar a história conceitual utilizo como referencial teórico os trabalhos de Reinhart Koselleck, que foram de grande importância para estabelecer uma base metodológica para esse campo e suas distinções em relação aos demais campos da historiografia. Segundo o autor, todos os conceitos são polissêmicos, possuem uma história, seus significados se modificam ao longo do tempo, dependendo do contexto e da forma como são mobilizados pelos sujeitos históricos. Além disso, apresentam uma estrutura temporal, isto é, os significados atribuídos a determinados conceitos possuem múltiplas temporalidades, remetem a experiências passadas, expressam certas realidades e carregam expectativas para o futuro (Koselleck, 2020). O autor nos alerta que as mudanças de significados de um conceito ocorrem de forma mais lenta em comparação ao desenrolar dos acontecimentos históricos, e todos os conceitos possuem também camadas de significados, ou seja, carregam em sua semântica tanto sentidos antigos quanto novos, que podem ser mobilizados ao mesmo tempo (Koselleck, 2020). Esse referencial teórico exige que a história do conceito de *sertão* seja analisada tal como ele foi mobilizado no Brasil, desde o período Colonial até a o contexto em que o livro *O sertanejo* foi escrito.

A história do conceito de *sertão*

A origem da palavra *sertão* é controversa entre os filólogos. Segundo Barroso, a etimologia é de origem angolana, mais propriamente do dialeto *Bunda*, da palavra *mulceltão*, derivando posteriormente em *celtão* e, por fim, *certão* (Barroso, 1962). O significado atribuído a essa palavra remetia ao mato, sendo empregado pelos moradores do interior da África Portuguesa para designar as regiões de mato afastadas da costa. Para outros especialistas, a palavra vem do vocábulo latino “*desertus*”, que significa “lugar inculto, distante das povoações ou das terras cultivadas, longe da costa. Outra hipótese para o surgimento é a partir da abreviação da palavra “desertão” (Cunha, 1986, p. 718). Há registro de que, desde o século XIV e possivelmente antes, Portugal já utilizava o conceito para se referir a áreas no interior do seu próprio território (Amado, 1995). Nesse sentido, os portugueses introduziram o conceito de *sertão* durante a colonização dos continentes africano e americano. Nas colônias africanas, os colonizadores se referiam ao *sertão* para falar da paisagem com vegetação densa e florestas. Mais importante do que determinar a origem da palavra, é compreender esses significados iniciais que lhe foram atribuídos.

No Brasil, o conceito de *sertão* é mobilizado desde os primeiros momentos da colonização portuguesa, como se observa na carta de Pero Vaz de Caminha escrita para D. Manuel. Ao fazer um relato sobre as novas terras, Caminha escreve “Pelo sertão adentro nos pareceu muito grande vista do mar, porque ao estender os olhos não víamos senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa” (Caminha, 2021, p. 80). O conceito também está presente em relatórios de ministros, dos governadores das províncias, nos diários, cartas, relatos dos viajantes,

cronistas e missionários, sendo utilizado seja de forma negativa, positiva ou ambas.⁵ Nos relatos do padre Simão Vasconcelos, por exemplo, é possível identificar os aspectos negativos em relação ao *sertão*:

(...) pelo sertão corço horrível de altas serranias, incultas, impenetráveis, muros enfim eternos da natureza. Este era o sítio d'aquelles bárbaros; d'aqui saia o mor terror dos portugueses d'aquellas partes e destas praias despedião número de canoas guerreiras formidável e do sertão exércitos temerosos de frecheiros, que como feras rompiam as matas (...) (Vasconcelos, 1865, p. 8)⁶

Nessa passagem, o *sertão* é associado à barbárie, ao perigo, habitado por “selvagens” sem fé ou religião. Em outra passagem desse mesmo documento, Vasconcelos sugere que o *sertão* aparece como o lugar da esperança para os colonizadores encontrarem metais e pedras preciosas:

(...) no *sertão* muitos rios, e lagoas, que fazem seu bojo dilatado: acham-se n'elle mais de vinte ilhas habitáveis: e este he aquelle rio, que guia a grandes haveres, e mina do *sertão*, como já n'outra parte dissemos, pelo qual abaixo descerão em canoas de cascas de arvores muitos companheiros de Antonio Dias Adorno, que subindo pelo rio das Caravelas acima desentranhara estes *sertões*, e descobrira esmeraldas, safiras, e outros minerais (Vasconcelos, 1865, p. 32)⁷ (Grifo meu).

Essa dualidade em relação à representação do *sertão* era bastante comum nos relatos dos cronistas e viajantes. Outra importante característica que o cronista atribuiu ao *sertão* era de não possuir uma delimitação geográfica, presente nesse outro trecho:

Pera o sertão não tem um limite certo, senão o que se achar por divisão de terras entre Portugal e Castella, e devem ser como trezentas léguas, mais ou menos, segundo o computo de alguns dos Geógrafos (Vasconcelos, 1865, p. 214).⁸

Nas análises que Sérgio Buarque de Holanda faz dessas fontes portuguesas, o historiador destaca que “Tendo levado em sua companhia, ao que parece, o Padre Azpilcueta Navarro, também súdito do rei católico, voltará com muitas notícias de haver entre o gentio do sertão minas de ouro e prata” (Holanda, 2000, p. 53). Quando o conceito de *sertão* é associado a esses locais de minas, frequentemente são mobilizadas as imagens paradisíacas e míticas, o que

⁵Ver: CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta de achamento do Brasil**. São Paulo: Unicamp, 2021. GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado de terras do Brasil**: história da província de Santa Cruz. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. NÓBREGA, Manuel da. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2017. SOUSA, Gabriel Soares. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Hedra, 2010.

⁶Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242811>. Acesso em 12 jun. 2024.

⁷Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242811>. Acesso em 12 jun. 2024.

⁸Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242811>. Acesso em 12 jun. 2024.

acaba por enriquecer “(...) a geografia mítica dos sertões ocidentais” (Holanda, 2000, p. 55). Tais dimensões também aparecem nos relatos do cronista Pero de Magalhães Gandavo, quando comenta sobre a existência de uma lagoa dourada mítica nos *sertões* (Gandavo, 1980). Holanda analisa os motivos dessas imagens paradisíacas, que ele denominou de “geografia fantástica”:

A geografia fantástica do Brasil, como do restante da América, tem como fundamento, em grande parte, as narrativas que os conquistadores ouviram ou quiseram ouvir dos indígenas, e achou-se contaminada, desde cedo, por determinados motivos que, sem grande exagero, se podem considerar arquetípicos (Holanda, 2000, p. 83).

O *sertão* aguçava a imaginação desses cronistas, viajantes e colonizadores e, sem abdicar dos seus interesses, constituíram com ele uma relação permeada por sensibilidade, emoção, alteridade e medo.

Ao longo do século XIX, novos significados foram incorporados ao conceito de *sertão*. No contexto da construção dos novos estados americanos, à luz de uma nova consciência histórica vinculada a uma concepção de tempo histórico linear do progresso (Koselleck, 2015), essas nações emergentes elaboraram projetos e ideias que as inserissem no estágio mais elevado da civilização. Os sujeitos históricos pertencentes aos diversos grupos políticos, que assumem o papel de enfrentar o desafio de elaborar projetos para a construção do Império do Brasil, mobilizaram o conceito de *sertão* ao se referirem àquilo que deveria ser modificado para alcançar o patamar das nações civilizadas. Na hipótese de Maria Elisa Noronha de Sá, o conceito de *sertão* é temporalizado, isto significa que o mesmo está inserido no tempo histórico linear do progresso, incorporando várias temporalidades, ao ser associado ao “atraso” e “barbárie”, sendo ao mesmo tempo dotado de uma carga de futuro, representada, por exemplo na esperança de civilizá-lo (Sá, 2017).

Civilizar os sertões era uma das prioridades dos construtores do Império, como se observa no projeto de José Bonifácio de transferir a capital do Império do Rio de Janeiro para o *sertão*, de 1833, publicado no *Jornal do Comercio*:

Parece muito útil até necessário, que se edifique huma nova Capital do Império no interior do Brazil para assento da Corte da Assembleia Legislativa e dos Tribunaes Superiores, que a Constituição determinar esta Capital poderá chamar-se Petropole ou Brasili.

Disse, que esta cidade não é só útil, mas necessária, e vou desenvolver as razões, em que me fundo. Sendo ella central e interior fica o assento do Governo e da Legislatura livre de qualquer assalto, ou surpresa feita por inimigos externos. Chama se para a província do *Certão* o excesso da Povoação sem emprego das Cidades marítimas e mercantis.⁹ (Grifo meu).

Segundo Bonifácio, a justificativa para a mudança da capital era povoar e civilizar o *sertão*, porque, para ele, o Rio de Janeiro já se encontrava civilizado. Com a nova sede do governo no *sertão*, todo um aparato administrativo ali seria implementado, atraindo novos habitantes e promovendo o desenvolvimento do comércio e a construção de estradas.

O romance também foi um espaço em que o conceito de *sertão* foi bastante mobilizado. Além das obras de José de Alencar, podemos citar os livros *Inocência* (1872), *Dias de guerra e de sertão* e *Visões do sertão*, de Visconde de Taunay e *O sertão* (1896) de Coelho Neto. Mas não foi só nos periódicos e nos romances que o conceito de *sertão* foi mobilizado ao longo do século XIX. Ele estava presente em todas as partes, como nos relatórios dos governadores das províncias, nas falas dos deputados na Câmara, nos diários e relatórios dos viajantes. Nessas diferentes fontes o *sertão* desafiava, e ainda desafia, a compreensão dos homens e mulheres, colocando-os no limite entre a razão e a sensibilidade. Em outras palavras, o *sertão* os leva a experimentar sensações íntimas, tanto negativas quanto positivas, como argumenta Naxara (Naxara, 2004). Nesse sentido é possível perceber que o *sertão* permanece no imaginário social brasileiro desde o Período Colonial até os dias atuais, com significados e formas de representações distintas.

O *sertão* nas obras de José de Alencar antes de *O sertanejo* (1875)

Os livros *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865) são obras indianistas, nas quais um dos objetivos de José de Alencar era investigar o passado histórico brasileiro à procura das nossas especificidades. Apesar de não ser um elemento central da narrativa, como o é em *O sertanejo*, em ambas as obras Alencar mobiliza o conceito de *sertão*: onze vezes em *O Guarani* e quatorze vezes em *Iracema*. Uma semelhança entre os romances é que ambos têm como cenário o *sertão*. Em *O Guarani*:

Assim vivia, quase no meio do sertão, desconhecida e ignorada essa pequena comunhão de homens, governando-se com as suas leis, os seus usos e costumes; unidos entre si pela ambição da riqueza, e ligados ao seu chefe pelo respeito, pelo hábito da obediência e por essa superioridade moral que a inteligência e a coragem exercem sobre as massas (Alencar, 2012, p. 29).

E em *Iracema*:

Mais rápida que a corça selvagem, a morena virgem corria o sertão e as matas do Ipu, onde campeava sua guerreira tribo, da grande nação tabajara. O pé grácil e nu, mal roçando, alisava apenas a verde pelúcia que vestia a terra com as primeiras águas (Alencar, 2020, p. 17).

⁹BONIFÁCIO, José. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 9 de julho de 1833, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_02/4263?pesq=sertão. Acesso em 15 de junho de 2024.

Outro ponto de continuidade está nos finais dos livros, referente ao futuro mestiço do Brasil. Em *O Guarani*, Peri acaba ficando com Ceci, sugerindo o futuro mestiço; já em *Iracema*, a mestiçagem se realiza com Moacir, filho da indígena Iracema com o colonizador Martim. *O Sertanejo* é a concretização desse futuro na figura do sertanejo, o mestiço entre o indígena e o português.

Em *O Guarani* a história se passa no *sertão* do Rio de Janeiro durante o Período Colonial, no ano de 1604. O *sertão* são as terras que necessitam ser colonizadas, como nesta passagem:

D. Antônio tinha ajuntado fortuna durante os primeiros anos de sua vida aventureira; e não só por capricho de fidalguia, mas em atenção à sua família, procurava dar a essa habitação construída no meio de um *sertão*, todo o *luxo* e *comodidade* possíveis (Alencar, 2012, p. 27). (grifos meus).

Surge também como lugar em que se encontrará riquezas “Ele, que havia muito viajado pelo sertão e se dera à vida de aventureiro, falou-me um dia de tentarmos uma expedição, cujo resultado seria grande riqueza para nós ambos” (Alencar, 2012, p. 115). Nessas passagens, Alencar atribui ao conceito os significados de atraso, e por isso a necessidade de colonização, mas também como lugar da esperança de encontrarem as tão sonhadas riquezas. O *sertão* também aparece como selva e lugar de perigo, como nessas passagens “Vais jurar que amanhã deixarás a casa de D. Antônio de Mariz, e nunca mais porás o pé neste sertão; por tal preço tens a vida salva” (Alencar, 2012, p. 148). E “Não; fugir é nos denunciar e perder. Três homens sós neste sertão, obrigados a evitar o povoado, não podem viver; temos inimigos por toda a parte” (Alencar, 2012, 196).

Em *Iracema* a história se passa no *sertão* cearense, em um momento anterior ao *O Guarani*, no início do processo de colonização, no chamado período “primitivo” da nossa literatura, conforme classificação de José de Alencar. O autor seleciona a lenda de Iracema como argumento histórico para a fundação do Ceará “(...) e que simboliza um aspecto importante da literatura americana: o contato espiritual e afetivo do europeu com o primitivo” (Candido, 1996, p. 307). O conceito de *sertão* aparece referido ao local onde habitam os indígenas, a selva, e também como uma virgem: “Virgem formosa do sertão, esta é a última noite que teu hóspede dorme na cabana de Araquém, onde nunca viera, para teu bem e seu. Faze que seu sono seja alegre e feliz”¹⁰ (Alencar, 2020, p. 57). O termo “virgem” funciona como uma metáfora para se referir ao *sertão*, atribuindo ao conceito o significado de terras a serem colonizadas. Em ambos os romances os significados atribuídos ao conceito de *sertão* se assemelham.

Em outro livro de Alencar, *As Minas de Prata*, o conceito de *sertão* aparece quarenta e uma vezes. O romance foi escrito em dois momentos diferentes. Em 1862 foi publicado pela *Biblioteca Brasileira Quintino Bocaiúva*. A primeira parte do romance histórico possui dezenove capítulos e trazia o título inicial *As Minas de Prata: continuação de O Guarani*. Em 1865 retomou

¹⁰Conforme o original.

a escrita do livro, publicando-o em seis volumes pela editora Garnier. Nessa continuação Alencar faz uma importante modificação, retirando o subtítulo “*continuação de O Guarani*.” O romance se passa na Bahia no período Colonial e narra a busca do minerador Robério Dias pelas minas de prata. Após sua morte seu filho, Estácio continua a busca.

O conceito de *sertão* é mobilizado com diferentes significados ao longo do livro. Em passagens como “Logo depois de nossa chegada, meu pai fez uma entrada no sertão, donde trouxe avultado cabedal em pedrarias de diamantes (...)” (Alencar, 1865, p. 358).¹¹ Ou: “Foi público e notório o lucro que meu pai tirou de suas explorações no sertão.” (Alencar, 1865, p. 358). E ainda: “Pensáveis naquele que está longe, e ausente no sertão, onde se foi em busca de riquezas para vos merecer.” (Alencar, 1865, p. 1268). Nessas passagens o conceito refere-se ao local em que os colonizadores encontraram as riquezas que tanto almejavam.

Os sertões na obra *O Sertanejo*

Começamos a nossa viagem pelos diversos *sertões* que José de Alencar nos apresenta na sua obra *O Sertanejo*. Utilizo as palavras “viagem” e “sertões” porque Alencar nos leva em uma viagem no tempo para nos mostrar as transformações do *sertão* cearense ao longo dos séculos, dos séculos iniciais da colonização até o momento em que o autor escreve. Nessa viagem o autor nos mostra pelo menos três *sertões* diferentes, mas que se sobrepõem um ao outro, ou seja, ao falar de um *sertão* é possível perceber vestígios do anterior. Utilizando não só os relatos dos naturalistas, mas principalmente os relatos descritivos, os roteiros de viajantes e mesclando esses documentos com as fontes orais e as lembranças de suas viagens, quando criança pelo interior do Ceará, o *narrador historiador* de Alencar, como Sússekind o caracteriza, faz uma história dos sertões do Ceará, mas que de fato simbolizam os diversos outros sertões espalhados pelo Brasil (Sússekind, 1990). Em sua concepção, o *sertão* passa a ser um espaço de intensas transformações e central para o seu projeto de construção da nacionalidade.

O primeiro¹² *sertão* que é apresentado aparece no momento inicial do texto:

Quando te tornarei a ver, sertão da minha terra, que atravessei há muitos anos na
aurora serena e feliz da minha infância?

Quando tornarei a respirar tuas auras impregnadas de perfumes agrestes, nas quais
o homem comunga a seiva dessa natureza possante.

¹¹ ALENCAR, José de. **As Minas de Prata**: volume III. Rio de Janeiro: Garnier, 1865. p. 358. Disponível em: <https://biblioteca.torres.rs.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/alencar-jose-martiniano-de-as-minas-de-prata.pdf>. Acesso em 3 jun. 2024.

¹² Utilizo o critério cronológico para classificar como primeiro, segundo e terceiro os *sertões* descritos no livro *O sertanejo*. O primeiro se refere ao sertão do momento que o autor escreve o livro. O segundo seria o sertão localizado no contexto em que se passa o livro. O terceiro seria o sertão anterior ao contexto em que se passa o romance.

De dia em dia aquelas remotas regiões vão perdendo a primitiva rudeza, que tamanho encanto lhe infundia.

A civilização que penetra no interior corta os campos de estradas, e semeia pelo vastíssimo deserto as casas e mais tarde as povoações (Alencar, 2012, p. 11).

Esse é o único momento em que o autor faz referência ao *sertão* referente ao tempo histórico em que ele escreve o livro, mas não deixa de ser bastante ilustrativo. Nessa passagem Alencar comenta que sente saudades do *sertão* da sua infância e mais na frente escreve “A civilização que penetra no interior corta os campos de estradas, e semeia pelo vastíssimo deserto as casas e mais tarde as povoações.” (Alencar, 2013, p. 11). O *sertão* do seu presente está sendo desconfigurado pelo projeto de civilização. Não por acaso o autor utiliza o conceito de civilização de maneira negativa e crítica, embora isso não signifique que ele seja contra a civilização. Como veremos mais adiante, o *sertão* do contexto em que se passa a narrativa da obra *O sertanejo* é um *sertão* já civilizado.

Antes de falar do segundo *sertão*, passo para o terceiro *sertão*, situado em um contexto anterior àquele em que se desenvolve a história do livro *O sertanejo*.

No tempo da fundação da fazenda ainda o *formoso* e *ameno* sertão de Quixeramobim, que os primeiros povoadores haviam denominado Campo maior por causa da extensão, achava-se inabitado.

Apenas se encontravam alguns ranchos onde se acolhia uma população *vagabunda* de aventureiros, que percorriam o sertão, vivendo das rapinas e dos recursos que lhe oferecia a fartura da terra. (...) (Alencar, 2013, p. 35).

Alencar recupera significados comuns relacionados ao conceito de *sertão*, como inculto, lugar de perigo que necessita de ordem, para se referir ao *sertão* do período inicial da colonização. Trata-se do mesmo *sertão* das obras *O Guarani* e *Iracema*, ambientadas no momento inicial da colonização portuguesa, quando o *sertão* começava a ser desbravado. Esse *sertão* embora situado no passado em relação ao contexto da narrativa principal, não foi completamente esquecido pelos personagens e ainda guarda vestígios no contexto em que se passa à história do livro, como nessa passagem “A cavalgada atravessa agora uma zona, onde o sertão ainda inculto ostenta a riqueza de sua vária formação geológica.” (Alencar, 2013, p. 161). A diferença desse terceiro *sertão* para o segundo é que esse *sertão* ainda não tinha sido civilizado.

Passemos para o segundo *sertão*, situado no contexto em que se desenvolve a narrativa e sobre o qual Alencar se debruça mais longamente. As primeiras descrições aparecem na abertura do romance, em que o autor faz uma exaltação ao *sertão* desse tempo passado. Tal exaltação, no entanto, não significa que o autor exclua os aspectos negativos do *sertão*, tampouco as dificuldades enfrentadas pelos seus moradores. Pelo contrário essas dificuldades

contribuem para Alencar exaltar a figura do sertanejo. Nessa abertura, o autor faz o exercício de lembrar o *sertão* da sua infância e suas travessias nele. Na primeira edição do livro, os editores incluíram uma nota explicativa para dizer que o autor se refere às viagens que realizou das províncias do Ceará à Bahia entre os anos de 1838 e 1839 e a nota continua:

A essa jornada cheia de accidentes e feita aos nove anos, deve o author as mais vigorosas impressões da natureza americana, e das quaes se acham os traços em muitos de seus livros, especialmente no Guarany e Iracema e agora no Sertanejo (Alencar, 1875, p. 340).

A nota é bastante ilustrativa, porque reforça o argumento de Eduardo Martins (Martins, 2005, p. 157) de que o livro *O Sertanejo*, bem como a escolha do cenário cearense, tem o propósito de rebater as críticas que Alencar recebia, na década de 1870, de ser um escritor de gabinete, ou seja, não conhecer a região que ele escreve e não conseguir representar a *cor local*. Eduardo Wright Cardoso associa esse conceito à *retórica pitoresca*, um conjunto de expressões que possibilitam identificar a presença da *cor local*¹³, incorporando novas dimensões, como as transformações temporais e espaciais das paisagens, ou seja, o espaço é historicizado (Cardoso, 2018).

José de Alencar não fica somente nas suas recordações. Recorrendo à ficção para preencher as brechas ou inconsistências das fontes, leva-nos a um certo *sertão* cearense, bastante movimentado, hierarquizado e palco de com intensas relações. Alencar descreve esse *sertão* com palavras fortes e muitas vezes opostas, como nas passagens abaixo:

Quem pela primeira vez percorre o sertão nessa quadra, depois de longa seca, sente confranger-se-lhe a alma até os últimos refolhos em face dessa inanição da vida, desse imenso holocausto da terra.” (Alencar, 2013, p. 15).

E continua no parágrafo seguinte;

É mais fúnebre do que um cemitério. Na cidade dos mortos as lousas estão cercadas por uma vegetação que viça e floresce, mas aqui a vida abandona a terra, e toda essa região que se estende por centenas de léguas não é mais que um vasto jazigo de uma natureza extinta e o sepulcro da própria criação (Alencar, 2013, p. 15).

Essa descrição cria um contraste com outras passagens:

Nessas horas do ocaso o sertão perde o aspecto morno, acerbo e desolador que toma ao dardejar do sol em brasa. A sombra da tarde reveste-o de seu manto suave

¹³A noção de “Cor Local” é entendida no século XIX como um elemento importante na construção dos discursos que evocam imagens e que permitem a visualização não só do escritor, mas também do leitor, possibilitando dar uma maior legitimidade ao mesmo relato.

melancólico; é também a hora que chega a brisa do mar e derrama por essa atmosfera incandescente com uma fornalha a sua frescura consoladora (Alencar, 2013, p. 16).

Ou na passagem em que o autor descreve o período de inverno nos sertões cearenses:

A frescura deliciosa das manhãs serenas do sertão no tempo do inverno derramava-se pela terra, como se a luz celeste que despontava trouxesse da mansão etérea um eflúvio de bem-aventurança” (Alencar, 2013, p. 153).

É usando o recurso desses contrastes que Alencar procura retratar a paisagem do *sertão* no tempo em que se passa a narrativa.

Martins argumenta que José de Alencar concebe esse *sertão* como um entrelugar, em outras palavras, um espaço situado no meio entre a cidade de Recife e a selva (Martins, 1997).¹⁴ Em uma edição mais recente do livro *O Sertanejo*, de 2013, os editores colocaram uma nota de rodapé para explicar o nome Oiticica:

(...) termo que, quando aparece com inicial maiúscula, refere-se a uma cidade localizada no atual estado do Ceará. Com inicial minúscula, trata-se do nome popular de uma árvore pertencente à família das crisobalanáceas e que pode atingir até 15 metros de altura. Nativa do Brasil, ela ocorre na Caatinga e ajuda a compor a vegetação de transição do sertão semiárido nordestino com a floresta amazônica. (Alencar, 2013, p. 13).

Durante a construção da fazenda a beleza da árvore “(...) moveu o fazendeiro a respeitá-la, destinando-a a ser como que o lar indígena da nova habitação fundada aí nesses ermos” (Alencar, 2013, p. 33). Essa informação é importante porque indica que a construção da fazenda procurou preservar, na medida do possível, um espaço para os indígenas que já habitavam aquelas terras, e a árvore oiticica ajuda a compor a vegetação de transição entre o *sertão* e a floresta amazônica. Ao aderir o nome Oiticica, a fazenda passa a personificar a árvore, exercendo a função de transição ou junção entre a civilização e a floresta. Em uma outra passagem, também é perceptível essa posição ocupada pelo *sertão*:

Na frente elevava-se no terreiro, a algumas braças da estrada, a frondosa oiticica, donde viera o nome da fazenda. Era um gigante da antiga mata virgem, que outrora cobria aquele sítio. Na ocasião da derrubada, sua majestosa beleza moveu o fazendeiro

¹⁴Essa constatação de que José de Alencar pensa o *sertão* como entre a cidade e a selva foi elaborada pelo crítico literário Eduardo Vieira Martins na sua tese de mestrado. Ver: MARTINS, Eduardo Vieira. **A imagem do sertão em José de Alencar**. 1997. 163f. Dissertação de mestrado em Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Essa posição ocupada pelo *sertão* também aparece na análise de Marcia Regina Capelari Naxara. Ver: NAXARA, Marcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UnB, 2004.

a respeitá-la, destinando-a a ser como que o lar indígena da nova fundação da habitação fundada aí nesses ermos (Alencar, 2013, p. 33).

Percebe-se, nessa descrição, que a floresta se torna o horizonte do *sertão* e mais além, na direção oposta, está localizada a cidade de Recife. Ao longo da história, tal percepção se evidencia se analisarmos as locomoções dos personagens; Campelo viaja para Recife, enquanto Arnaldo se desloca para a floresta. O ponto de andança em comum entre os dois personagens é a região da fazenda, inserida dentro do *sertão*. Nessa mesma direção encontra-se o argumento de Naxara em relação ao *sertão*. Em sua hipótese, o *sertão* desafia o limite entre a razão e a sensibilidade, conduzindo os homens e mulheres que o percorriam a experimentar sensações íntimas, negativas e positivas; possibilitando a incorporação de uma variedade de significados ao conceito. Assim escreve a autora:

Sertão, sertões, outro (s) pedaço (s) da natureza brasileira, parte do caleidoscópio, que parece das mais diferenciadas e diversificadas formas, algo quase indefinível ou mesmo indefinível e, talvez por isso, atraente — desconhecido — mais sentido do que propriamente aprendido pela razão e dominado pela palavra, prestando-se a representações estéticas de grande força plástica. Mesmo quando descritos, comportam uma variação enorme, são vários os sertões, representados simultaneamente por sertão, mundo meio sem fim que, na verdade, não é nem natureza virgem propriamente, mas também não está sob domínio completo dos homens e da civilização - lugar pouco ou mal conhecido e difícil de definir (Naxara, 2004, p. 32).

Para ela, ao ser incorporado a uma variedade de significados opostos entre si e que muitas vezes são utilizados juntos, o *sertão* se configura como um “(...) lugar que não é propriamente um lugar, é móvel na fronteira entre o civilizado e o não civilizado (...)” (Naxara, 2004, p. 33).

Ao considerarmos que esse *sertão* se configura como um meio ou um entrelugar, podemos acrescentar às argumentações de Martins e Naxara a concepção de fronteira de Sérgio Buarque de Holanda. No livro *Caminhos e Fronteiras*, o autor define o conceito de fronteira:

O fato é que essa própria mobilidade é condicionada entre elas e irá, por sua vez, condicionar a situação implicada na ideia de “fronteira”. Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterógenos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelados mais ativos, mais robustos ou melhor equipados (Holanda, 1994, p. 12–13).

Essa noção de fronteira encontra-se em várias passagens do livro *O Sertanejo*, em que Alencar descreve algumas situações em que ocorrem essa mistura entre colonizador e colonizado, como:

Era a uma dessas montearias ou vaquejadas que naquela madrugada saía o capitão-mor, e a presença de sua família indicava ainda um traço de semelhança entre os nossos costumes sertanejos daquela época e as tradições da nobreza europeia (Alencar, 2013, p. 156).

Esse *sertão* também não possui uma delimitação geográfica, apesar do autor nos dizer que a história se passa nos sertões do Ceará, na região de Quixeramobim. A falta de uma delimitação geográfica é perceptível em alguns momentos, como quando o autor se refere à “imensidade daquele sertão” (Alencar, 2013, p. 200) ou quando se refere ao *sertão* no plural, “(...) vagava ele pelos sertões da terra” (Alencar, 2013, p.44) passando a ideia de infinitude, bastante comum na história do conceito desde sua utilização no Brasil.

A aparente contradição entre a ideia de fronteira com a falta de uma limitação geográfica é desfeita quando analisamos a categoria de espaço. A concepção dos antropólogos e geógrafos em relação à categoria de espaço se assemelham, sendo concebida de maneira geral como uma construção humana ao longo do tempo. O geógrafo Moraes analisa que a categoria de espaço é um produto histórico. As pessoas movidas por interesses, desejos, sonhos e fantasias, depositam no espaço suas próprias representações e subjetividades (Moraes, 2005). Os antropólogos Gupta e Ferguson definem a categoria de espaço de maneira semelhante a de Moraes, acrescentando que os espaços de uma determinada localidade possuem relações hierárquicas entre si, ou seja, o espaço não é uma categoria neutra e é importante para a construção de identidades (Gupta; Ferguson, 2000). Tanto Moraes, da Geografia, quanto Gupta e Ferguson, da Antropologia, com as diferenças dos respectivos campos, enfatizam que a construção do espaço envolve a subjetividade dos homens e como consequência acaba ultrapassando os contornos geográficos. Tal categoria nos ajuda a pensar o *sertão*, como analisa Moraes ao discorrer sobre como o conceito é estudado na Geografia:

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferentes lugares. Trata-se de um símbolo imposto — em certos contextos históricos — a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valorização. Enfim o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes nesse processo (Moraes, 2003, p. 2).

Ao considerarmos as semelhanças no modo como a categoria de espaço é abordada na Geografia e na Antropologia, e tendo em mente a nossa discussão sobre o *sertão*, é interessante pensarmos o espaço como uma categoria construída ao longo do tempo, pela imaginação e pelo discurso dos sujeitos históricos.

As fazendas em Alencar são os espaços inseridos dentro dos *sertões* e nos possibilitam compreender melhor como autor compreende a civilização e sua relação com o *sertão*. Ao se dirigir a Arnaldo, Campelo nos diz sobre o funcionamento interno da fazenda:

Agradecemos a sua dedicação, Arnaldo; mas uma fazenda, e ainda mais, rica e importante como a Oiticica, não dispensa um regime, que mantenha quantos a ela pertencem na obediência e respeito do dono. Essa regra e disciplina não se guarda sem muito rigor, sobretudo para coibir os maus exemplos, que são motivo de escândalo para os bons e de excitação para os maus (Alencar, 2013, p. 97).

Bem mais adiante no livro, o narrador da história faz o seguinte comentário, que ajuda a complementar a fala de Campelo: “Por toda a fazenda da Oiticica, sujeita a um certo regime militar, apagavam-se os fogos e cessava o burburinho da labutação quotidiana” (Alencar, 2013, p. 275).

Toda essa rigidez no funcionamento interno da fazenda nos mostra que a função desse espaço era implementar ordem nos *sertões*, que no momento anterior da construção, se encontrava quase inabitado, acolhendo somente “alguns vagabundos”. Essa rigidez era afrouxada “(...) nas noites de festa dispensava o capitão-mor essa rigorosa disciplina, e dava licença para os sambas, que então por desforra atravessavam de sol a sol” (Alencar, 2013, p. 275). Eram festas cortesãs, que possuíam um encanto especial por serem realizadas no meio dos desertos. Tal encanto se perderia se essas festas fossem realizadas nos palácios e os enfeites da própria natureza fossem substituídos por peças de cristal e ouro, escreve Alencar. As festas não tinham somente a importância de afrouxar a rigidez do regime, mas também de ser um momento de socialização e manifestação das tradições sertanejas, ou seja, não houve uma tentativa de proibir essas manifestações, mas sim de preservá-las. É nessa direção que José de Alencar insere o *sertão* na sua concepção de civilização.

Ao nos apresentar os três sertões e as mudanças nesse espaço, Alencar acrescenta um elemento importante: o tempo, no sentido da análise de Sússekind. Para a autora, a grande diferença entre o *narrador historiador* da segunda metade do século XIX e os narradores de prosa-ficção dos anos 1830 e 1840 é a atribuição de uma dimensão histórica à *paisagem* – não mais pensada como *só natureza* (Sússekind, 1990). Ao acrescentar o tempo “A paisagem natural passa, portanto, por diversas transfigurações históricas possíveis.” (Sússekind, 1990, p. 201). É o que faz Alencar em *O Sertanejo*, ao analisar esses três *sertões*, deixando perceptíveis as múltiplas temporalidades presentes na forma como o conceito é mobilizado ao longo do livro, como observara Koselleck em relação às estruturas temporais dos conceitos (Koselleck, 2015). Cada um desses *sertões* possui temporalidades distintas. Ao se referir ao *sertão* anterior à colonização, os significados mobilizados são de barbárie e atraso. O *sertão* do enredo da história não está parado no tempo, preservando um passado original; pelo contrário, é um *sertão* já colonizado e hierarquizado, como argumenta Sússekind ao afirmar que a natureza

alencariana é uma natureza domesticada (Süssekind, 1990). É, portanto, um *sertão* já civilizado e consequentemente há uma mudança na temporalidade ao ser inserido na civilização (Sá, 2017)

Analisando os significados atribuídos ao conceito de *sertão* na obra *O Sertanejo*, vê-se que Alencar recupera os significados já anteriormente atribuídos ao conceito por outros intelectuais. Ao se referir ao *sertão* anterior à colonização, o autor utiliza termos como “inculto”, “inabitado” e “população vagabunda”, recuperando a imagem do *sertão* como lugar da barbárie, vazio de civilização e de desordem. Nesse caso, o autor apropria-se de significados negativos que foram incorporados ao conceito no Período Colonial e ao longo do século XIX, deixando de fora os significados positivos. Ao se referir ao *sertão* do contexto da do momento em que se passa a narrativa, o autor utiliza o termo “deserto”, bastante comum no período para se pensar o *sertão* ou a “seca”; e utiliza imagens fortes como “holocausto de terra”, “onde vida abandona a terra”. Como já destacado, entretanto, essas imagens fortes entram em contraste com visões positivas como: “Frescuras deliciosas da manhã” ou “Primavera do sertão”.

A sombra da tarde reveste-o de seu manto suave e melancólico; é também a hora em que chega a brisa do mar e derrama por essa atmosfera incandescente como uma fornalha, a sua frescura consoladora (Alencar, 2013, p. 16).

Esses termos, ligados a biomas, climas, estações do ano ou aos períodos do dia, não apenas se referem a esses lugares e momentos, mas também qualificam o *sertão*, evocando tanto uma imagem de resistência e de dificuldades para sobreviver, quanto calma, frescura, abrigo e repouso. Em outras palavras, os elementos da natureza e das estações do ano conferem sentido a esse *sertão*. A grande inovação de Alencar não está nos significados, mas em compreender o *sertão* como um entrelugar, desfazendo a dualidade entre *Civilização* x *Sertão*.

Civilização e *sertão* na obra *O sertanejo*

A visão de José de Alencar sobre a *civilização* é tema de uma extensa bibliografia. Autores que veem um posicionamento crítico em Alencar argumentam que sua principal preocupação, em relação à *civilização*, era com a imitação de ideias vindas da Europa e dos Estados Unidos. Nessa direção, as ideias estariam “fora do lugar” (Schwarz, 2014) e o Brasil teria feito uma imitação pelo riso e não pela ciência (Rodrigues, 2001), correndo o risco de que a *civilização* acabasse descaracterizando as heranças culturais brasileiras. Para Alencar, o presente estava ligado à desgraça civilizatória herdada da colonização portuguesa e, nesse sentido, seríamos muito mais ocidentais do que orientais. O resultado seria um processo de modernização artificial, já que não teríamos formado uma base sólida; em outras palavras, nos faltaria história, cultura, ideias e imaginação. Outros autores¹⁵ também identificam essa preocupação em Alencar, mas fazem uma ressalva argumentando que ele, além de artista, era político e homem de ação e, por

¹⁵RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. **José de Alencar**: O poeta armado do século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

isso, não podia recusar as inúmeras vantagens que a moderna civilização industrial poderia trazer ao Brasil, embora não consiga dissimular a prevenção e hostilidade que alimentam em relação a ela (Almeida, 1981).

O conceito de civilização chega ao Brasil no século XIX pelas fontes francesas, mas já no século XVIII as palavras “civil”, referente à polícia, e “cível” referente à cidade e urbanidade já eram mobilizadas (Sá, 2012). A primeira aparição do conceito é registrada em 1831, nos dicionários, referindo-se ao ato de civilizar, isto é, obedecer às ordens e a lei. Ao mesmo tempo, o conceito também passou a significar um estágio de superioridade moral, organização social, política e cultural alcançado por determinado povo, além de indicar ação e movimento, como escreve Noronha de Sá (Sá, 2012).

No Brasil da década de 1870, o conceito de civilização estava interligado aos conceitos de modernidade e progresso. Embora similares naquele contexto, esses termos possuíam significados variados, como argumenta Margarida de Souza Neves (Neves, 1986). Uma parcela dos intelectuais vinculava esses conceitos à necessidade de reformas políticas estruturais, como a abolição da escravidão, reformas urbanas, “democratização” das instituições políticas, implementação de uma república. Em outras palavras, o conceito de *civilização* era entendido como modernização política e era relacionado às ideias científicas que embasavam o projeto de modernização (Alonso, 2002). Já outros intelectuais, como o Barão do Rio Branco, ao implementarem uma reforma modernizadora, pensavam a *civilização* como sinônimo de avanços tecnológicos, como por exemplo a construção de ferrovias (Alonso, 2002). O Brasil procurava exibir os produtos fabricados pelas indústrias nacionais, como telégrafos, armamentos militares, entre outros, nas exposições Universais, das quais o Império participava desde a edição de 1862, realizada em Londres.

No livro *O Sertanejo*, o único momento em que José de Alencar utiliza o conceito de *civilização* ocorre logo em sua na passagem inicial, na qual o autor escreve:

De dia em dia aquelas remotas regiões vão perdendo a primitiva rudeza, que tamanho encanto lhe infundia.

A civilização que penetra no interior corta os campos de estradas, e semeia pelo vastíssimo deserto as casas e mais tarde as povoações (Alencar, 2013, p. 11).

Alencar utiliza o conceito de *civilização* de maneira negativa, argumentando que a *civilização* estava desconfigurando o *sertão*. Essa crítica é personificada no personagem Frágoso, o sertanejo que deixa o *sertão* e para viver na cidade de Recife. Ao colocá-lo como vilão, Alencar alerta que, ao se inserir na civilização e abandonar as suas origens sertanejas, o personagem se torna um sertanejo desconfigurado. Apesar das críticas, isso não significa que o autor seja contra a noção de *civilização*. O *sertão* exaltado na abertura já é um “*sertão* civilizado”, e a cidade do Recife, que simboliza a *civilização*, não é descrita de forma negativa, pelo contrário, é o espaço das festas, das mercadorias luxuosas e frequentada por homens com o caráter

cavalleiresco. Percebemos que o medo da imitação gratuita, isto é, sem um olhar crítico em relação à imitação das ideias, não significava a recusa da civilização.

Considerações finais

A dicotomia entre *sertão* e litoral, ou ainda entre *sertão* e *civilização*, constituiu-se um referencial incontornável no pensamento social brasileiro. Nas palavras de Nísia Trindade Lima:

O dualismo sertão / litoral apresenta duas faces. Numa delas o polo negativo é apresentado pelo sertão — identificado com a resistência ao moderno e à civilização. Na outra o sinal se inverte: o litoral é apresentado como sinônimo de inautenticidade, enquanto antítese da nação (Lima, 2013, p. 108).

Fernández Sebastián analisa a problemática das dicotomias nas abordagens históricas. Segundo ele, no contexto hispano-americano, os historiadores dos séculos XIX e XX que se propuseram analisar as revoluções concentram-se no aspecto da novidade e na perspectiva de um futuro marcado pela modernidade nos países latino-americanos. Fernández Sebastián alerta para os principais perigos e equívocos dessa análise. O primeiro é de privilegiar uma visão linear do tempo. O segundo é que as categorias de “tradição” e “inovação” estavam presentes até nos mais revolucionários, ou seja, esses sujeitos, mesmo que negando, sempre vão herdar as categorias do passado nas suas ações, e as novidades inauguradas por eles, só podem ser entendidas à luz do passado. Por fim, essa dicotomia entre modernidade e tradição impossibilita pensar em situações híbridas. (Fernández, 2023).

José de Alencar apresenta uma concepção distinta acerca da relação entre *sertão* e *civilização*. A análise do *sertão* do enredo do romance nos permite compreender melhor essa perspectiva. Como argumenta Martins, Alencar compreende o *sertão* como um entrelugar, situado entre a floresta e a cidade de Recife (Martins, 1997). Esse argumento permite formular a hipótese de que, para Alencar, o *sertão* está inserido na sua concepção de *civilização* e não em oposição à mesma. O *sertão* incorpora os aspectos da tradição brasileira, a indígena, e do legado europeu, o português. Nesse movimento, o autor desfaz a dualidade da oposição entre *sertão* e *civilização*, tão recorrente no pensamento brasileiro, e procura pensar a nação por meio do diálogo entre esses dois legados, atribuindo ao *sertão* um papel central. Alencar não descreve somente os aspectos positivos do *sertão*, mas também inclui os negativos. Assim, o autor percebe a centralidade dos *sertões* para o Brasil, compreendendo que só seria possível construir uma nacionalidade desfazendo-se a oposição *sertão* e *civilização*. Essa dualidade, além de fragmentar a nação, criava uma hierarquia que impossibilitava uma unidade coesa.

Fontes

A. Obras de José de Alencar

ALENCAR, José de. *As minas de Prata*: volume III. Rio de Janeiro: Garnier, 1865, p. 358. Disponível em: <https://biblioteca.torres.rs.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/alencar-jose-martiniano-de-as-minas-de-prata.pdf>

ALENCAR, José de. **O sertanejo**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

ALENCAR, José de. **O guarani**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

ALENCAR, José de. Bênção paterna. In: SOUSA, Roberto Acízelo de. (Org). **Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores** (1825–1888), volume 1. Rio de Janeiro: Caetés, 2014.

ALENCAR, José de. **Iracema**: lenda do Ceará. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2020.

B. Biblioteca Nacional (Imprensa)

Jornal do Comercio (1830–1840).

C. Fontes secundárias

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado de terras do Brasil**: história da província de Santa Cruz. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

VASCONCELOS, Simão. **Chronica da companhia de jeju do estado do Brasil e do obraram seus filhos nesta parte do novo mundo**. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242811>. Acesso em 12 de junho de 2024.

Bibliografia

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**. A geração 1870 na crise do Brasil — império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALMEIDA, José Mauricio Gomes de. **A tradição regionalista no romance brasileiro**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

BARROSO, Gustavo. Vida e história da palavra sertão. In: BARROSO, Gustavo. **À margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962.

CANDIDO, Antonio. **A formação da literatura brasileira**: V.2 São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CARDOSO, Eduardo Wright. A visualização da paisagem nacional: apreensões diversas da cor local em José de Alencar e Euclides da Cunha. In: **Revista de História da Unisinos**, v. 22, p. 62–74, 2018.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. **História conceitual no atlântico ibérico**: linguagens, tempos, revoluções. Tradução de Alessandra Seixlack e Priscila Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-RIO; São Paulo: HUCITEC, 2023.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. ARANTES, Antonio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, editora PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **História de conceitos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LIMA, Nisia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2013.

MARTINS, Eduardo Vieira. **A imagem do sertão em José de Alencar**. 1997. 163f. Dissertação de mestrado em Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**. São Paulo, n. 4–5. P. 1–8. 1 de Janeiro 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

NAXARA, Marcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Unb, 2004.

NEVES, Margarida de Souza. **As vitrines do Progresso**. Rio de Janeiro, PUC-Rio; FINEP; CNPQ, 1986.

RODRIGUES, Antonio Edimilson Martins. **José de Alencar**: O poeta armado do século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. **O vazio**: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII. 1995. 104f. Dissertação de mestrado em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. O sertão: território da imaginação social do Brasil. *In*: BOTELHO, André; STARLING, Heloísa Murgel. (Org.). **República e democracia**: impasses do Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Ufmg, 2017.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vendedor as batatas**. São Paulo: Editora 34, 2012.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

Recebido em 3 jun. 2025. Aprovado em 5 jun. 2025.

Os diamantes de Nova Lorena Diamantina: as grandes pedras em disputa no Brasil Colônia

Pedro Henrique de Andrade¹
Fabrício Rodrigues dos Santos²

*Diamonds of Nova Lorena Diamantina: the large
stones in dispute in Colonial Brazil*

Revista Galo v. 6 n. 12
<https://doi.org/10.53919/g12d6>

Resumo. O Brasil se tornou o maior produtor mundial de diamantes no século XVIII com a descoberta de aluviões diamantíferos em Minas Gerais, em pleno Ciclo do Ouro durante o período colonial. Os diamantes brasileiros inundaram o mercado mundial com inúmeras pedras de poucos quilates do vale do rio Jequitinhonha, mas grandes diamantes também foram negociados de forma legal e ilegal a partir de meados do século XVIII, principalmente com as novas descobertas diamantíferas no oeste de Minas Gerais (Sertão do Abaeté), na segunda demarcação extrativista chamada Nova Lorena Diamantina. A Coroa portuguesa assumiu o protagonismo mundial da comercialização de diamantes produzidos na sua principal colônia, onde controlavam a exploração com a política da Real Extração de Diamantes e a Intendência Diamantina estabelecida no arraial do Tijuco (Diamantina). No entanto, grande parte da produção era contrabandeada, principalmente pedras maiores que 20 quilates que pertenciam por lei à Coroa portuguesa. Esta é a história de dois grandes diamantes que foram encontrados no final do século XVIII, incluindo uma pedra de 138,5 quilates que foi a gema brasileira mais famosa deste período e outra de 35 quilates, ambos pertencentes ao Tesouro Real português. O primeiro trata-se do Diamante do Abaeté, encontrado por sertanistas em um afluente desse rio em 1792, enquanto o segundo, cuja origem era até então desconhecida, é demonstrado neste estudo se tratar de um diamante encontrado em 1799 no Rio Indaiá pelo famoso garimpeiro Isidoro, ambos provenientes de rios do Sertão do Abaeté.

Palavras-chave. Brasil colônia. Real Extração Diamantina, Nova Lorena Diamantina.

Abstract. Brazil became the world's largest producer of diamonds in the 18th century with the discovery of alluvial diamonds in Minas Gerais, at the height of the Gold Cycle in the colonial period. Brazilian diamonds flooded the world market with countless stones of a few carats from the Jequitinhonha River valley, but large diamonds were also traded legally and illegally from the mid-18th century onwards, mainly with new discoveries in western Minas Gerais (Sertão do Abaeté), in the second extractive demarcation called Nova Lorena Diamantina. The Portuguese Crown assumed global leadership in the commercialization of diamonds produced in its main colony, where they controlled exploration with the Royal Diamond Extraction policy and the Diamantina Intendency established in the Tijuco village (Diamantina). However, much of the production was smuggled, especially stones larger than

¹Médico graduado pela UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9442-352X>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4897558391162075>. E-mail: phaa80@gmail.com.

²Professor titular do Departamento de Genética, Ecologia e Evolução, ICB, UFMG. Coordenador do IN2PAST.BR, o INCT sobre o Patrimônio Brasileiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9088-1750>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1352681664551083>. E-mail: fabricao-santos@ufmg.br.

20 carats that belonged by law to the Portuguese Crown. This is the story of two large diamonds from the Sertão do Abaeté that were found at the end of the 18th century, including a 138.5 carats stone that was the most famous Brazilian gem of this period and another of 35 carats, both belonging to the Portuguese Royal Treasury. The former is the Abaeté Diamond, discovered in 1792 by “sertanistas” in a tributary of that river, while the latter, whose origin was unknown, is shown by the present study to be a diamond found in 1799 in the Indaiá River by the famous prospector Isidoro, both coming from rivers of the Sertão do Abaeté.

Keywords. Colonial Brazil. Diamond Royal Extraction, Nova Lorena Diamantina.

Introdução

As navegações transcontinentais permitiram o início do grande fenômeno social e econômico que conhecemos atualmente como globalização. A motivação inicial para tal empreendimento era principalmente econômica, quando monarcas europeus se interessaram por bens ultramarinos que poderiam ser comercializados em transações muito lucrativas. As riquezas do Novo Mundo despertaram um enorme interesse desde o primeiro anúncio de riquezas em ouro feito por Cristóvão Colombo em 1492 (Manzo *et al.* 2021). A corrida colonial europeia tomou um novo rumo no século XVI com as inúmeras riquezas em ouro, prata e pedras preciosas que eram inicialmente saqueadas dos indígenas americanos pelos invasores espanhóis, principalmente no México e Peru. A Coroa portuguesa não teve a mesma “sorte”, pois o ouro e a prata não eram extraídos ou fundidos por nenhuma das mais de mil etnias (e línguas) indígenas existentes no território brasileiro (Rodrigues, 1993).

Após dois séculos de colonização portuguesa na América do Sul, alguns bandeirantes paulistas movidos por lendas como a do Eldorado (a cidade de ouro) e do Sabarabuçu (uma serra cheia de prata e pedras preciosas), se aventuraram pelo Sertão dos Cataguases (atual Minas Gerais) e encontraram ricas jazidas de ouro de aluvião (Souza, 2004). Logo no início do Ciclo do Ouro em Minas Gerais, depósitos aluviais de diamantes também foram descobertos na região de Serro do Frio (entre Serro e Diamantina), achados que foram confirmados oficialmente pela Coroa portuguesa em 1729 (Barbosa, 1991). Além do ouro produzido em larga escala, os diamantes da província de Minas Gerais começaram a ser comercializados na Europa, concorrendo com aqueles raros e exóticos de origem asiática (Teixeira, 2023). Para assegurar o monopólio real sobre os diamantes brasileiros, a Coroa portuguesa criou a Intendência Diamantina em 1734 para demarcar, fiscalizar e taxar a extração nas terras diamantíferas, além de estabelecer como propriedade exclusiva da fazenda real aqueles diamantes “de especial grandeza”, isto é, acima de 20 quilates (Santos, 1868, Teixeira, 2023).

Na Europa, o excesso de oferta (legal e ilegal) de diamantes brasileiros diminuiu o preço das pedras brutas, forçando a Coroa portuguesa a tomar medidas drásticas, tal como a proibição da exploração de diamantes entre 1735 e 1740 (Santos, 1868; Martins, 2018). Isso permitiu a estabilização do valor de mercado dos diamantes e possibilitou à Coroa portuguesa elaborar um plano de longo prazo para garantir o seu monopólio das pedras na Europa e

combater a exploração não regulada na colônia. A estratégia reguladora de maior sucesso foi o estabelecimento em 1760 da “Reserva em Segredo” ou Fundo Capital (nome oficial), ou seja, o controle do fornecimento de diamantes na Europa através da retirada de milhares de quilates (ct) do comércio, equivalentes a cinco anos de exploração no Brasil (Teixeira, 2023). Essa reserva estratégica de diamantes tinha o valor aproximado de cinco toneladas de ouro e foi vinculada ao estabelecimento de contratos exclusivos com compradores e lapidários, garantindo o domínio português no comércio europeu de diamantes até o final do século XVIII (Teixeira, 2023).

A exploração de diamantes no Brasil colônia

Os diamantes foram descobertos em Minas Gerais no início do século XVIII, nos mesmos aluviões onde também exploravam ouro na bacia do rio Jequitinhonha na região de Serro do Frio. Embora a Coroa portuguesa tenha reconhecido oficialmente a existência dos diamantes apenas em 1729, as gemas brasileiras já eram comercializadas na Europa muitos anos antes deste anúncio (Teixeira, 2023). Com a criação da Intendência Diamantina em 1734 e subsequente proibição da exploração de diamantes que durou até 1740 (Santos, 1868), Portugal tentava ao mesmo tempo equilibrar o comércio devido à grande oferta de pedras brasileiras na Europa e regulamentar a mineração em sua colônia com a instalação de uma infraestrutura administrativa e fiscal em áreas diferentes das que produziam a maior parte do ouro, que também já era taxado e fiscalizado.

A demarcação do Distrito Diamantino de Serro do Frio foi promulgada em 1734, junto à criação da “Intendência dos diamantes” no arraial do Tijuco (atual Diamantina). Até 1740 foram definidas várias regras e estabelecidos inúmeros postos de fiscalização nesta região, bem como a assinatura do primeiro contrato particular de exploração outorgado pela Intendência, inicialmente a apenas um contratador (Santos, 1868). Em 1745 foram também criados os Registros, que eram pontos de controle dos residentes do Distrito Diamantino que estavam sujeitos à autorização da Intendência. O sistema de contratos particulares foi extinto em 1771 com a criação da “Real Extração dos Diamantes” em um novo regime administrativo que garantia à Coroa portuguesa a exclusividade de exploração e comercialização dos diamantes. A Real Extração criou a Junta Diamantina no arraial do Tijuco que era diretamente subordinada à Administração Diamantina na cidade de Lisboa, que foi transferida em 1808 para o Rio de Janeiro, com a vinda da Corte real portuguesa (Santos, 1868). Este regimento de controle monárquico sobre os diamantes foi mantido com algumas modificações após a independência do Brasil em 1822, que em 1832 levou à revogação da Intendência e em 1838 foi abolido o sistema de controle imperial (Boxer, 1969).

Obviamente, as leis e a fiscalização nunca impediram que parte significativa da produção de diamantes no Distrito Diamantino continuasse sendo contrabandeada e comercializada na Europa no século XVIII. No entanto, as penas para os infratores eram severas, envolvendo prisão e o confisco de todos os bens familiares, sendo que alguns eram condenados ao degredo

na África (Eschwege, 2011). O controle da exploração diamantífera se tornou mais complexa com as descobertas de novas jazidas no interior do Brasil, particularmente nos estados de Goiás, Mato Grosso e no oeste de Minas Gerais.

Os diamantes do oeste da capitania de Minas Gerais

No extremo oeste da capitania de Minas Gerais, os rios Abaeté e Indaiá, ambos afluentes da margem esquerda do Rio São Francisco, eram conhecidos por serem diamantinos desde meados do século XVIII, descobertos eventualmente por aventureiros que buscavam faisqueiras de ouro (Souza, 2004). Vários sertanistas eram atraídos aos terrenos inóspitos do oeste mineiro por um antigo roteiro chamado de “Gameleira e Três Irmãos” que povoava o imaginário de muitos aventureiros na comarca de Sabará, pois tratar-se-ia de um grande tesouro em ouro supostamente deixado por um garimpeiro no Sertão do Abaeté, cuja única pista do paradeiro era o dito roteiro (Rihgb, 1844³). Por exemplo, esse itinerário foi aparentemente seguido por Manoel Pinto da Fonseca, morador em uma fazenda do distrito de Papagaio (próximo à vila de Pitangui), que escreveu ao governador Conde de Valadares em 1768 dizendo ter encontrado um provável descoberto de ouro no “Abayté e Gameleira”. (Apm, 1764–1769⁴) O governador enviou forças policiais para checar a informação sobre o descoberto de ouro que não se efetivou, mas constatou-se que esta região era frequentada por garimpeiros há mais de uma década. (Apm, 1768–1769⁵).

Entretanto, as informações sobre os diamantes do Sertão do Abaeté eram sempre incertas e contraditórias até que em 1786, a Junta Administrativa do Tijuco enviou uma campanha exploratória para a região distante a mais de 60 léguas. Era formada pelo administrador geral dos serviços Miguel Ribeiro de Araújo junto a feitores e escravizados para determinar com exatidão se convinha tentar-se um serviço de maior importância no Sertão do Abaeté. Essa exploração inicial resultou em três oitavas e doze vinténs em diamantes, além do mapeamento de outros lugares com “formações de esperança” para futura exploração, que a Junta do Tijuco concluiu que seria de utilidade um serviço estabelecido ali regularmente. (Santos, 1868).

A notícia correu a capitania e a região começou a receber um grande influxo de garimpeiros, fato que pode ser demonstrado pelo depoimento de José Basílio de Souza, preso pela última vez em 1789, quando relatou que mil pessoas garimpavam diamantes nos rios Abaeté, Indaiá (afluentes do Rio São Francisco), Santo Antônio (afluente do Rio Paranaíba) e Sono (afluente do Rio Paracatu, bacia do Rio São Francisco) (Santos, 1868). O garimpo clandestino de diamantes escalou de tal forma que o Visconde de Barbacena ordenou a instalação de um destacamento

³Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Resumo da memória do segundo vereador da Câmara de Pitangui, oferecida na vereação de 30 de dezembro de 1819, Rio de Janeiro, t. VI, 1844, p. 284.

⁴Arquivo Público Mineiro SC SG 143 – Registro de cartas do governador ao vice-rei, outros governadores e diversas autoridades da capitania; circulares, ordens, representações e respostas, instruções e cartas de autoridades ao governador, 1764–1769, fl. 121–121v.

⁵Arquivo Público Mineiro SC SG 159 – Registro de cartas do vice-rei e autoridades da capitania ao governador, 1768–1769, fl. 54.

da Cavalaria Regular na margem direita do Rio de Santo Antônio que ficou conhecido como Quartel Geral de Santo Antônio do Abaeté. No ofício de 11/07/1789 para a Corte portuguesa, o Visconde de Barbacena informava que foram abortados os planos de Tiradentes e seus sócios, mas também denunciava:

“pela pouca tropa que restava dos destacamentos, aumentados presentemente com um de maior força, que guarda os sertões dos rios Abaeté, Santo Antônio e do Sono, cujos diamantes começavam a ser roubados por grande número de garimpeiros, e com algumas outras guardas mais pequenas, em caminhos e picadas por onde se encaminharam os extravios, julguei conveniente pedir ao vice-rei do estado duas companhias de infantaria”. (Rihgb, 1877, p. 170⁶).

Em 1791 foi iniciada a primeira exploração oficial dos diamantes aluviais do Sertão do Abaeté por uma tropa enviada pela Junta Diamantina com duzentos trabalhadores comandados pelo administrador Antônio José Alves Pereira. No ano seguinte, foi criado um destacamento de cavalaria chamado Quartel Geral do Indaiá com a finalidade de fiscalizar esse empreendimento que durou quatro anos e resultou em “grandes despesas”, até que foi ordenada sua interrupção em 1795 (Santos, 1868). No entanto, a exploração privada estava proibida nesta região diamantífera que foi oficialmente demarcada pelo naturalista tijucano José Vieira Couto durante uma expedição de mapeamento e exploração do potencial mineral no ano de 1800 (Vieira-Couto, 1842).

A descoberta do Diamante do Abaeté

No oeste de Minas Gerais foram registrados vários dos maiores diamantes brutos brasileiros, encontrados nos rios do Alto São Francisco (Abaeté, Indaiá e Borrachudo) e do Alto Paranaíba (Svisero *et al.* 2017). O primeiro destes grandes diamantes brasileiros foi encontrado no final do século XVIII e reconhecido mundialmente como o Diamante do Abaeté (Mawe, 1812, Balfour, 2008) ou Regente de Portugal (Pinto-Casquilho, 2023), cujas referências históricas são repletas de lendas (Correa, 1948; Fiúza, 1988) e confusões com outros diamantes e pedras semipreciosas (Svisero *et al.* 2017; Pinto-Casquilho 2020, 2023), entre estas o famoso “Diamante de Bragança” que se trata provavelmente de uma água-marinha de 1700 ct atualmente em exibição no Museu Tesouro Real de Lisboa (Carvalho, 2006; SANTOS *et al.* 2023).

O Diamante do Abaeté foi encontrado em 1792 por um grupo de aventureiros atraídos pelo roteiro da “Gameleira e Três Irmãos”, quando exploravam um dos afluentes do Rio Abaeté. Esta campanha era liderada por Manuel de Assunção Ferraz Sarmento e composta pelo alferes Manuel Gomes Baptista e seu filho Antônio Gomes Baptista, além de outros aventureiros que incluíam 14 escravizados, totalizando 46 pessoas. Um relato feito em 1819

⁶Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Cópia do ofício do Visconde de Barbacena, dando conta para a corte de haverem abortado os planos do Tiradentes e seus sócios, *In*, tomo XL, 1877.

na câmara de vereadores de Pitangui (Rihgb, 1844⁷) menciona que Manuel Gomes Baptista e o padre Anastácio Gonçalves Pimentel tiveram acesso ao roteiro “Três Irmãos” em Pitangui e planejaram a exploração do Sertão do Abaeté, contando com a coordenação logística e guia local de Manuel Sarmento, que era um explorador conhecido da região e residia próximo ao Rio Abaeté (Ahu, s.d⁸).

Um dos integrantes (provavelmente Manuel ou Antônio Gomes Baptista) encontrou um diamante com um peso descomunal (Figura 1). Após algumas desavenças sobre o destino da pedra, os garimpeiros acordaram em entregá-la às autoridades (Eschwege, 2011). Surpreendidos por uma tropa de cavalaria no caminho, foram escoltados até Vila Rica (atual Ouro Preto) onde foram recebidos em 06 de dezembro de 1792 pelo tesoureiro da Junta da Real Fazenda, o coronel Afonso Dias Pereira Manoel, para quem entregaram duas pedras que foram analisadas pelo Visconde de Barbacena e alguns deputados da Junta (Ahu, 1799⁹). As pedras foram confirmadas como diamantes e pesadas; a primeira com 7 oitavas e 51 grãos (27,5 g) e a menor com 4 grãos (0,26 g). A pedra maior, o Diamante do Abaeté (Figura 1) de 138,5 quilates, foi enviada a Portugal no ano seguinte de acordo com as recomendações do Visconde de Barbacena ao Conde de Rezende (Vice-Rei do Brasil), que autorizavam o chefe da campanha, Manuel de Assumpção Ferraz Sarmento, acompanhar a pedra durante a viagem (Adf, 1894¹⁰). Após cinco anos, uma ordem real estipulou as recompensas aos membros da campanha que encontrou o Diamante do Abaeté (Apm, 1797¹¹).

⁷O padre secular Anastácio Gonçalves Pimentel era oriundo de Sabará e recebeu a terceira maior recompensa em dinheiro e um emprego (cargo de coadjutor e futuro pároco na Vila de Pitangui) pela oferta do Diamante do Abaeté à Coroa portuguesa. No entanto, não foi encontrada qualquer fonte primária que comprove a sua presença na expedição de 1792, mas talvez tenha atuado no planejamento da expedição como relatado na câmara de vereadores de Pitangui (Rihgb, 1844), ou tenha aconselhado os membros da campanha a entregarem o diamante à Coroa e acompanhado o envio da pedra a Lisboa como relata um mineralogista britânico (Mawe, 1812), ou até mesmo atuado como um intermediário na negociação para reconhecimento dos membros da partida como dignos de recompensa pela oferta do diamante ao Real Erário.

⁸Arquivo Histórico Ultramarino AHU_ACL_CU_011, Cx. 126, D. 23 – Requerimento de Manuel de Assumpção Sarmento “Serta Nota” arrematante do contrato dos dízimos das Minas Gerais, solicitando a licença de quatro meses para acabar a rematar os contratos. S.d.

⁹AHU_ACL_CU_011, Cx. 155, D. 12 – certidão com a cópia do livro primeiro da receita de diamantes nele a folhas vinte se acha o termo de entrega do diamante do Abaeté de 6 de dezembro de 1792, passado em 8 de maio de 1793, fl. 23.

¹⁰Arquivo do Districto Federal: Revista de documentos para a história da Cidade do Rio de Janeiro. 1894. Vol. 1. p. 578.

¹¹Arquivo Público Mineiro SC SG, Cx. 32, D. 42 – Aviso do marquês de Ponte de Lima à Junta da Administração da Real Fazenda da capitania de Minas Gerais sobre a gratificação que a Rainha mandou dar aos garimpeiros que acharam um diamante grande nas cabeceiras do rio Abaeté e a liberdade aos presos que trabalhavam na partida. 6 de julho de 1797.

Figura 1 — O Diamante do Abaeté de 138,5 ct (PNA inv.4876) que foi roubado durante uma exposição no museu de ciências de Haia na Holanda em 2002



Fonte: foto de Manuel Silveira Ramos (1991) do acervo do Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

A premiação de 1797 foi a resposta final a diversos requerimentos que se arrastaram por cinco anos desde o descobrimento do Diamante do Abaeté em 1792. Os integrantes da campanha buscavam reconhecimento pelo achado e pela oferta à Coroa portuguesa, visto que o garimpo de diamantes por particulares não era permitido e a Coroa havia ordenado uma exploração oficial de diamantes organizada pela Junta Diamantina entre 1791 e 1795 no Sertão do Abaeté. Durante o Brasil colônia, o termo garimpeiro se aplicava aos catadores furtivos de diamantes, uma atividade que deveria ser reprimida (Martins, 2018). Cabia então aos integrantes da campanha que encontrou o Diamante do Abaeté convencerem as autoridades através dos instrumentos legais de que não eram garimpeiros ou contrabandistas, mas sim cidadãos de boa índole que, em uma campanha para pesquisar a ocorrência de ouro nos sertões, encontraram, ocasionalmente, o grande diamante e, por isso, eram dignos de receber uma recompensa pelo achado.

Nas diversas petições concluiu-se que alguns membros da partida não eram mineradores profissionais (faiscadores), mas sim garimpeiros furtivos que em determinadas épocas do ano abandonavam suas atividades nas fazendas e vilas para se arriscarem na descoberta de minerais (Ahu, 1799). É o caso, por exemplo, de Antônio Pereira de Castro, que morava desde 1777 na Fazenda Japão (atual município de Quartel Geral-MG) onde vivia da agricultura com

sua família (Apm, 1807¹²), uma localidade a poucos quilômetros do Quartel Geral do Indaiá que foi fundado em 1792. Outro garimpeiro da partida, Manuel Rodrigues Lima, era nascido e residente na vila de Sabará com o título de Comandante de Ordenanças. O provável achador do grande diamante, o alferes Manuel Gomes Baptista que estava acompanhado de seu filho mais velho, Antônio Gomes Baptista (também apontado como provável achador), eram oriundos de Lavras do Funil na freguesia de Carrancas. A família Gomes Baptista aparentemente já tinha propriedades ou residia na região além do Rio São Francisco em 1792, sendo que Manuel registrou em 1799 uma sesmaria nas Gerais próxima ao ribeirão dos Veados, atual município de Dolores do Indaiá-MG (Apm, 1798–1799¹³). Após o recebimento do prêmio pela oferta do Diamante do Abaeté à Coroa portuguesa, que coube ao alferes Manuel a segunda maior recompensa, nota-se que os Gomes Baptista se tornaram grandes proprietários de terras na região. (Ihp, 1823¹⁴).

O chefe da expedição, Manuel de Assunção Ferraz Sarmento, era capitão e sertanista experimentado, bem como um profundo conhecedor do Sertão do Abaeté desde a década de 1780. Em um requerimento de 1793 escrito para a rainha Maria I quando ele estava em Portugal, diz que “desprezando a vida e sujeitando-se a incríveis trabalhos penetrou o inculto sertão e fechada Mata da Corda” onde fez primeiro a descoberta da mina de Chumbo (minério galena) em 1790 em um afluente do braço norte do Rio Abaeté e, posteriormente, o “descoberto do sítio da Gameleira e Três Irmãos e Chapada Alta” onde encontrou o grande diamante que levou a Lisboa. (Ahu, s.d).

No ofício de 1797 da rainha Maria I de Portugal, 43 membros da partida foram recompensados com pagamentos que totalizavam 10.400 contos de réis para toda a comitiva, além de decretar a alforria de 14 escravos e nomear 15 membros brancos a cargos públicos. Por exemplo, o comandante Manuel Sarmento foi nomeado “Capitão-mor do novo descoberto da Gameleira e Três Irmãos”, o alferes Manoel Gomes Baptista foi nomeado “Tesoureiro de uma das fundições da Capitania” onde também seu filho Antônio recebeu outro cargo (Apm, 1797).

Isidoro de Amorim e seu diamante

Na comarca de Serro do Frio havia um insigne garimpeiro chamado Isidoro de Amorim Pereira, que juntamente com alguns de seus filhos formou uma numerosa comitiva de agregados com quem andava a garimpar pelos seus rios e córregos diamantinos. Vendo-se perseguido e acossado pelos ministros e tropas da guarda, fugiu para as comarcas de Sabará e Rio das

¹²Arquivo Público Mineiro SC SG, Cx. 72, D. 30 – Bilhete de licença para residir no Quartel Geral do Indaiá, enquanto convier aos reais interesses, passado a Antônio Pereira de Castro, morador na sua fazenda do Japão, onde vive de roça, casado, com 4 filhos, e 2 escravos, visto que se matriculou nos livros da extração. 24 de dezembro de 1807.

¹³Arquivo Público Mineiro SC SG 285 – Registro de Sesmarias, 1798–1799, fl. 183v.

¹⁴Instituto Histórico de Pitangui. Inventário de Manoel Gomes Baptista, 1823 CX 076, D.018.

Mortes onde se estabeleceu com sua comitiva nos sertões do Campo Grande e cabeceiras dos rios Indaiá e Abaeté até o limite com Goiás. (Ahu, 1801¹⁵).

O bando de Isidoro tinha grande mobilidade e estreitas relações políticas e econômicas desde a capitania de Goiás, nos rios Grande, Quebra Anzol, Paranaíba, Abaeté, Indaiá, passando por Pitangui, Bambuí, Formiga, arraial das Candeias, Santo Antônio do Amparo, Santa Rita, São João Del Rey, até o norte do estado de São Paulo e a cidade do Rio de Janeiro, onde esteve pelo menos uma vez entre 1794 e 1797 para vender seus diamantes ou cobrar uma dívida. (Apm, 1798¹⁶). Em 1797, o grupo garimpava no Rio Elvas (próximo a São João Del Rey) onde alguns integrantes foram presos em uma emboscada policial. Com a abertura de uma devassa, alguns companheiros delataram que Isidoro valia-se da proteção de autoridades em muitas vilas onde vendia o produto de suas explorações e para evitar ser reconhecido, usava um nome falso (Apm, 1798). Alguns meses depois, Isidoro protagonizou uma grande confusão na vila de Pitangui com um comerciante local durante um ajuste de contas, fato que veio ao conhecimento do governador que enviou o Sargento Mor Antônio José Dias Coelho com uma escolta de soldados para prendê-lo. A prisão de Isidoro mais uma vez não se concretizou, não obstante os soldados o terem cercado e seus animais de carga e bagagem tenham sido capturados. (Ahu, 1801¹⁷).

Em 1798, o garimpeiro Isidoro já empobrecido e vendo-se na impossibilidade de continuar suas explorações “ilegais”, arquitetou uma rendição que sustentasse o perdão dos crimes de que era acusado. Para isso, é plausível que Isidoro tenha tomado como referência a premiação conseguida em 1797 pelos descobridores do Diamante do Abaeté. Chegando em Vila Rica, Isidoro compareceu à Mesa da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda no dia 21/06/1799 que era presidida pelo governador Bernardo José de Lorena. Isidoro ofereceu ao governador e outros ministros a denúncia de um lugar na capitania que “só ele e um filho

¹⁵AHU_ACL_CU_011, Cx. 158, D. 22 – carta de Francisco de Paula Beltrão, Intendente do ouro da Comarca do Sabará, para João Filipe da Fonseca (Oficial maior da Secretaria de Estado da Marinha de Ultramar de Portugal) sobre a diligência a que fora mandado pelo governador das minas, na exploração de locais ricos em diamantes, ouro e prata no rio Abaeté, indicados por denunciante. 28 de julho de 1801.

¹⁶Arquivo Público Mineiro CC, Cx. 89, D. 20287 – Auto de perguntas feitas a Domingos Jaime Gonçalves Viana referente às informações sobre o garimpeiro Isidoro, 29 de dezembro de 1798.

¹⁷A pedra oferecida à Real Fazenda foi avaliada pelo Sargento Mor Roberto de Mascarenhas Vasconcelos Lobo e o alferes Manuel Alves Ramos, ambos experimentados na Extração Diamantina do Serro do Frio. Foram unânimes em afirmar que se tratava de um valioso diamante de duas oitavas de peso (7,2 g) que foi recolhido pelo Tesoureiro Geral para ser enviado ao Real Erário. O diamante de mais de 20 quilates foi pesado pelo ensaiador da Real Casa de Fundição de Vila Rica e descrito da seguinte maneira “com a figura irregular, [...] de um lado se observa uma crosta e do lado oposto uma excrescência na ponta do dito lado”. (Ahu, 1799) A confirmação da autenticidade do diamante de 7,2 g (35,8 quilates) foi suficiente para que dessem um crédito imediato a Isidoro, embora o governador tenha afirmado que a prata que ele prometera pegar em bateias no rio pudesse vir das conhecidas minas de galena do Rio Abaeté. O governador Bernardo de Lorena nomeou Isidoro como “capitão do regimento dos homens pardos de Vila Rica” e deu ordens para iniciar a organização de uma grande expedição com a finalidade de confirmar a denúncia de riquezas no Sertão do Abaeté. A partir deste momento, o capitão Isidoro havia sido perdoado em nome de Sua Alteza Real pelos crimes de contrabando e pela denúncia de participação no assassinato de um cadete de cavalaria em 1791. (Ahu, 1801).

sabiam”, “abundantíssimo” e muito rico em diamantes, ouro e prata. Para confirmar o que dizia, Isidoro entregou uma grande pedra dizendo que “animado na diligência de descobrir ouro no Rio Indaiá da Comarca do Sabará, Termo da Vila de Pitangui, no sítio vizinho à Guarda da Marmelada, sucedeu achar no dito rio uma pedra qual a que apresentava por julgar ser Diamante.” (Ahu, 1799¹⁸).

A expedição ao “novo descoberto do capitão Isidoro”

Em 1800 foi organizada a expedição para o Sertão do Abaeté que deveria averiguar a denúncia do novo descoberto de diamantes, ouro e prata feita pelo capitão Isidoro. A expedição oficial foi liderada por Francisco de Paula Beltrão, o Intendente do Ouro de Sabará, e era composta por militares, faiscadores (mineradores legais de diamantes), escravos e pelo naturalista tijucano José Vieira Couto. Logo após atravessarem o Rio São Francisco, a expedição passou alguns dias na Fazenda Santa Fé de propriedade do capitão Amaro da Costa Guimarães, no atual município de Dolores do Indaiá-MG. Ali se encontraram com a comitiva de Isidoro de Amorim Pereira e seu filho (Bento) que iria guiar a expedição ao “novo descoberto de Isidoro” (Vieira-Couto, 1842). Após vários meses de exploração no Sertão do Abaeté, o Intendente de Sabará declarou que “só se viu a pobreza de uns lugares tão públicos e sabidos que até já estavam vedados e guardados com quartéis e destacamentos de soldados” (Ahu, 1801¹⁹). O intendente Beltrão acusou Isidoro de enganar o governador, pois não foi verificado nada do que prometeu, não chegando a salvar-se a despesa de toda a expedição com algumas poucas dezenas de pequenos diamantes recuperados dos rios Indaiá e Abaeté. Cumprindo ordens do governador Lorena, o Dr. José Vieira Couto foi responsável pela elaboração de um mapa detalhado do imenso território de extração exclusiva da Coroa portuguesa que indicava as trilhas, potenciais riquezas minerais, acidentes geográficos e destacamentos militares na região que ele nomeou “Nova Lorena Diamantina” (Vieira-Couto, 1842). Segundo a descrição do Dr. Vieira Couto, a nova área demarcada no Distrito Diamantino do Indaiá e Abaeté ocupava “um longo espaço

¹⁸AHU_ACL_CU, Cx. 149, D. 5 – Termo de entrega do diamante oferecido por Isidoro Amorim à Junta da administração e arrecadação da Real Fazenda, na diligência de descobrir ouro no rio Indaiá da comarca do Sabará, termo da Vila de Pitangui, no sítio vizinho à Guarda da Marmelada, sucedeu achar no dito rio uma pedra qual a que apresentava por julgar ser diamante. 21 de junho de 1799.

¹⁹O bando de Isidoro tinha grande mobilidade e estreitas relações políticas e econômicas desde a capitania de Goiás, nos rios Grande, Quebra Anzol, Paranaíba, Abaeté, Indaiá, passando por Pitangui, Bambuí, Formiga, arraial das Candeias, Santo Antônio do Amparo, Santa Rita, São João Del Rey, até o norte do estado de São Paulo e a cidade do Rio de Janeiro, onde esteve pelo menos uma vez entre 1794 e 1797 para vender seus diamantes ou cobrar uma dívida. (Apm, 1798). Em 1797, o grupo garimpava no Rio Elvas (próximo a São João Del Rey) onde alguns integrantes foram presos em uma emboscada policial. Com a abertura de uma devassa, alguns companheiros delataram que Isidoro valia-se da proteção de autoridades em muitas vilas onde vendia o produto de suas explorações e para evitar ser reconhecido, usava um nome falso (Apm, 1798). Alguns meses depois, Isidoro protagonizou uma grande confusão na vila de Pitangui com um comerciante local durante um ajuste de contas, fato que veio ao conhecimento do governador que enviou o Sargento Mor Antônio José Dias Coelho com uma escolta de soldados para prendê-lo. A prisão de Isidoro mais uma vez não se concretizou, não obstante os soldados o terem cercado e seus animais de carga e bagagem tenham sido capturados. (Ahu, 1801).

entranhado nos chamados sertões” cujos limites eram ao oeste a capitania de Goiás (que incluía o atual Triângulo Mineiro), ao leste o Rio São Francisco, ao sul o Rio Bambuí e ao norte os rios Paracatu e Preto, afluentes do Rio São Francisco (Vieira-Couto, 1842).

Prisão e morte de Isidoro

Após a constatação que o “novo descoberto” do Capitão Isidoro no Sertão do Abaeté era na realidade a região conhecida e explorada por algumas campanhas da Junta Diamantina, Isidoro retornou às suas atividades consideradas ilegais pela Coroa. Isidoro de Amorim Pereira foi finalmente preso em junho de 1809 pela Junta Diamantina e interrogado sob tortura durante vários dias pelo intendente Câmara, Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar, que esperava a delação de seus colaboradores de contrabando. A delação não ocorreu e Isidoro veio a falecer na prisão em Diamantina quando foi aclamado como inocente e herói pela sociedade tijucana. (Santos, 1868). Atualmente, a cidade de Diamantina comemora o Dia do Garimpo em 24 de agosto, que tem Isidoro, o Mártir, como Patrono dos Garimpeiros (Lei 3857/2014, Prefeitura Municipal de Diamantina).

O destino dos diamantes de Nova Lorena Diamantina

Os diamantes do Abaeté e Isidoro encontrados no final do século XVIII foram depositados nos cofres da Corte portuguesa, sendo anexados à coleção da Reserva em Segredo, portanto se tornaram uma propriedade do Estado português durante o período colonial. Os dois diamantes foram mantidos em estado bruto na Reserva e registrados nos inventários reais dos bens da Coroa que foram feitos nos séculos XIX e XX. Toda a Reserva em Segredo veio com a Corte portuguesa para o Brasil em 1808, somente retornando a Lisboa com Dom João VI em 1821 (Roa, 1941²⁰ Spix, 2017, p. 39).

O inventário de Dom João VI (Torre do Tombo, 1826²¹) registra dois diamantes brasileiros: “hum grande diamante bruto que foi oferecido a sua majestade por Manoel da Encarnação que o tinha achado no Abayté, e peza 135 kilates” e “outro semelhante oferecido que pesa 35 kilates. Os dois diamantes não têm avaliação pela grandeza das pedras”. Os mesmos diamantes também continuaram listados nos inventários depois da Proclamação da República em Portugal. No inventário judicial republicano feito em 1910 constam os dois diamantes brutos, um com peso de 27,7 gramas (138 ct) e outro de 7,1 gramas (35,8 ct), quando foram transferidos para o Banco de Portugal em 07/04/1941 e, posteriormente, reincorporados ao acervo do Palácio Nacional

²⁰Revista da Ordem dos Advogados. (Portugal) Ano 1, número 2º, 1941. p. 464.

²¹Torre do Tombo, Portugal. Autos de inventário e partilha do espólio e herança de D. João VI pt/tt/gav/16/3/74 cópia microfilmada, mf. 3518 pg 174 n° 28 e 29. 1826.

²²O Palácio Nacional da Ajuda (PNA) foi erguido em Lisboa por ordem do Marquês de Pombal após o devastador terremoto de 1755, para abrigar a Corte e o Tesouro Real. Recentemente foi restaurado e construído um anexo especial para preservar o acervo das riquezas históricas do estado português, o “Museu Tesouro

da Ajuda (PNA²²) com as indexações PNA IW 4875 CAT 80 (Inv. 4875) e PNA IW 4876 CAT 80 (Inv. 4876), respectivamente. (Dgfp, 1910²³).

Convertendo os pesos aferidos na época de seus descobrimentos (Carvalho, 2021), vemos que o diamante de 1792 teria 27,648 gramas (sete oitavas e cinquenta e um grãos) e o de 1799 teria 7,172 g (duas oitavas), valores quase idênticos aos encontrados em 1910, mesmo considerando as limitações de precisão das balanças das diferentes épocas. O diamante maior possuía dimensões de 32 x 19 x 20 mm sinais de clivagem e uma cor acastanhada devido à presença de impurezas ferruginosas superficiais, além de evidências de dissolução na superfície (Tesouros Reais, 1991²⁴). O diamante menor é descrito como proveniente de Minas Gerais, do fim do século XVIII com as dimensões de 25,1 × 13,9 × 11,4 mm; com 7,16 gramas (35,8 ct), em balanças modernas de alta precisão (Carvalho, 2021). As demais características são muito parecidas àquelas do diamante maior, contendo impurezas ferruginosas na superfície e sinais de forte dissolução em um ambiente magmático, testemunhos de que partiram de um contexto geológico semelhante compartilhado pelos rios Borrachudo, Abaeté e Indaiá (Borges *et al.* 2014). Ao analisar os dois diamantes em paralelo, uma das hipóteses levantadas pelos consultores do PNA foi de que estas duas pedras poderiam ter sido parte de um mesmo diamante de maior tamanho, visto que diamantes com superfícies modificadas por dissolução são incomuns e ambos possuíam as mesmas características externas (Santos *et al.* 2023, p. 35). No entanto, a hipótese de que ambos poderiam ser fragmentos de um único diamante muito maior não é sustentada se considerarmos tanto a geologia (Borges *et al.* 2014), visto que ambos são oriundos da mesma região (rios Abaeté e Indaiá) quanto a história, cujo registro de dois diamantes brutos de características externas parecidas vindos da mesma região foram oferecidos à Coroa portuguesa por campanhas diferentes em 1792 e 1799. O Diamante do Abaeté que estava em posse do príncipe regente de Portugal (Dom João VI) é descrito por Mawe no início do século XIX como a maior pedra brasileira até então recuperada, tendo peso de 7/8 de uma “onça-troy” que equivaleria a aproximadamente 27,2 gramas e tendo sido encontrada no Rio Abaeté (Mawe, 1812).

Após minuciosa análise de documentos históricos e estudos gemológicos (Santos *et al.* 2023), conclui-se que o diamante de 7,1 gramas, atualmente exposto no Museu Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda, é, com alto grau de certeza, o mesmo diamante oferecido por Isidoro de Amorim Pereira às autoridades portuguesas em 1799. Essa averiguação preenche uma lacuna importante na história da mineração brasileira e contribui para a compreensão das práticas de exploração de diamantes no período colonial.

Real”. O museu abriga um acervo de inestimável valor histórico e artístico, com destaque para a ourivesaria, a tapeçaria e o mobiliário, que testemunham a opulência e o poder da monarquia portuguesa. Entre as peças mais emblemáticas, destacam-se aquelas da coleção “Ouro e diamantes do Brasil”. <https://www.tesouroreal.pt>.

²³Direção Geral da Fazenda Pública. Arrolamento dos Paços Reais. Inventário Judicial, v. 7, fl. 2519 verso m0321.tif, 1910.

²⁴Tesouros Reais [Secretaria de Estado da Cultura]. Palácio Nacional da Ajuda. Instituto Português do Patrimônio Cultural. Lisboa: Printer Portuguesa. 1991. p. 344.

No entanto, o Diamante do Abaeté foi roubado em 2002 durante uma exibição no Museon, um museu de ciências em Haia na Holanda (Público, 2019²⁵). O Diamante Isidoro (Figura 2) de 35,8 ct (7,2 g) é certamente o maior diamante bruto encontrado no século XVIII que se encontra atualmente em uma exibição destacada na coleção “Ouro e Diamantes do Brasil” do Museu Tesouro Real (PNA Inv. 4876), que é parte do Palácio Nacional da Ajuda em Lisboa, Portugal. (Santos *et al.* 2023).

Figura 2 — O Diamante Isidoro de 35,8 quilates (PNA inv.4876) que está atualmente em exibição no Museu Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda em Lisboa, Portugal



Fonte: foto de Manuel Silveira Ramos (1991) do acervo do Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

Considerações finais

O ouro e os diamantes do Brasil colônia enriqueceram a nação portuguesa, mas também permitiram a construção de uma identidade própria na América do Sul para a nação que se tornou independente de Portugal em 1822. O próprio movimento da Inconfidência Mineira se forjou nas desigualdades entre colonizado e colonizador frente às altas taxas e recompensas insatisfatórias ao árduo trabalho na busca e exploração das riquezas minerais. Estes dois grandes diamantes achados “ilegalmente” foram oferecidos à Coroa portuguesa na expectativa das devidas recompensas que foram recebidas pelos descobridores do Diamante do Abaeté em

²⁵Público. Os ladrões demoraram 40 minutos a roubar as jóias da coroa portuguesa e não foram apanhados. Sônia Trigueirão, 2019. <https://www.publico.pt/2019/08/31/sociedade/noticia/quarenta-minutos-bastaram-roubar-joi-as-coroa-portuguesa-museu-haia-1884863>.

1792. No entanto, para o descobridor do Diamante Isidoro, a estratégia arquitetada em 1799 terminou tragicamente com sua execução em Diamantina no ano de 1809, quando passou a ser reconhecido como o Mártir Isidoro. Ironicamente, o Diamante do Abaeté foi roubado e, provavelmente, fragmentado e lapidado na Holanda em 2002, enquanto o Diamante Isidoro está atualmente exposto na coleção “Ouro e diamantes do Brasil” do Museu Tesouro Real em Lisboa.

Agradecimentos

Essa pesquisa é parte do IN2PAST.BR, o INCT sobre Patrimônio Cultural e Natural com verba do CNPq (APQ 406864/2022–5) e FAPEMIG (APQ 04006–24). Agradecemos ao Dr. José Alberto Ribeiro, diretor do Palácio Nacional da Ajuda em Lisboa (Portugal), pela disponibilidade, apoio e acesso ao acervo, fotos e dados históricos sobre os diamantes e ao Dr. Rui Galopim de Carvalho, que forneceu dados técnicos detalhados sobre o estudo gemológico da coleção do Museu Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda. Também somos muito gratos aos colegas do Instituto Diadorim pelo apoio e discussões prévias sobre história da região.

Referências bibliográficas

- BALFOUR, I. **Famous Diamonds**. London: Antique Collectors' Club Ltd. 2008.
- BARBOSA, O. **Diamante no Brasil**: histórico, ocorrência, prospecção e lavra. Brasília: CPRM. 1991.
- BORGES, L.A.D., CHAVES, M.L.S., KARFUNKEL, J. Diamonds from Borrachudo River, São Francisco Basin (Tiros, MG): Morphologic and Dissolution Aspects. In: **Rev. Esc. Minas**, v. 67, n.2, p. 159–165. 2014.
- BOXER, C. **A Idade de Ouro do Brasil**. Tradução de Nair de Lacerda. São Paulo: Campanha Editora Nacional, 1969.
- CARVALHO, R.G. The Bragança “Diamond” Discovered? In: **Gems & Gemology**, v. 42, n. 3, p. 132–133. 2006. <https://www.gia.edu/doc/FA06.pdf>.
- CARVALHO, R.G. Understanding gem-stone weights. In: **Gamma**, v. 1, n. 4, p. 62–64. 2021
- CORREA, C.C. **Serra da Saudade**. Belo Horizonte, 1948.
- ESCHWEGE, W.L. **Pluto Brasiliensis**. Tradução de Domicio de Figueiredo Murta. Brasília: Senado Federal, 2011.
- FIÚZA, R. **O diamante do Abaeté & outros contos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1988.
- MANZO, A.D.M., HERRERÍA M.E.E., MANZANO R.L.M. Europa ante América: encuentros de varios mundos y nuevas civilizaciones. In: **Revista Universidad y Sociedad** v. 13(S2), p. 8–16. 2021.
- MARTINS, M.L. Faiscadores e garimpeiros na ordem escravista: lutas e resistências nos terrenos diamantinos das Minas Gerais. In: **Anais da IV Semana de História**, org. E. Chaves e C. P. Silva. Diamantina: UFVJM. 2018.
- MAWE, J. **Travels in the Interior of Brazil, particularly in the Gold and Diamond Districts of that Country**. London: Longman, 1812.
- PINTO-CASQUILHO, J. Sobre o Enigma do Diamante Português. In **Diálogos**, v. 5, p. 215–247. 2020 - <https://doi.org/10.53930/27892182.dialogos.5.57>.

PINTO-CASQUILHO, J. Rastreado o Diamante Bragança: semiose veiculada por esplendor e sigilo. *In: Diálogos*, v. 8, p. 206–248. 2023 - <https://doi.org/10.53930/27892182.dialogos.8.139>.

RODRIGUES, A. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *In: Delta*, v. 9, n. 1, p. 83–103. 1993.

SANTOS, J.C., RIBEIRO, J.A., MOREIRA, P. (orgs). **Museu Tesouro Real**. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2023, p. 348.

SANTOS, J.F. **Memórias do districto diamantino da comarca do Serro Frio**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868.

SOUZA, L.M. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

SPIX, J. B. **Viagem pelo Brasil (1817–1820)**. Tradução de Lucia Furquim Lahmeyer. vol. 2 Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

SVISERO, D.P., SHIGLEY, J.E., WELDON, R. Brazilian Diamonds: A Historical and Recent Perspective. *In: GEMS & GEMOLOGY*, v. 53, n. 1, p. 2–33. 2017 <http://dx.doi.org/10.5741/GEMS.53.1.2>

TEIXEIRA, J.J.R. A consolidação do monopólio dos diamantes como pilar da joalheria real portuguesa no período Mariano: 1730–1790. *In: Revista de História*, n. 182, p. 1–25, 2023. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2023.212365>.

VIERA-COUTO, J. V. **Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais, suas descrições, ensaios, e domicílio próprio**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1842.

Recebido em 20 dez. 2024. Aprovado em 6 jun. 2025.

Artigos livres



História do jornalismo no Rio Grande do Norte: jornalismo e política na província

Gustavo Leite Sobral¹
Juliana Bulhões Alberto Dantas²

*History of journalism in Rio Grande do Norte:
journalism and politics in the province*

Revista Galo v. 6 n. 12
<https://doi.org/10.53919/g12l1>

Resumo. As relações políticas, os cargos públicos, a propriedade de jornais, a história da política e da imprensa da província do Rio Grande do Norte no Império se confundem com a biografia das figuras que transitaram pela política e utilizaram os jornais como suporte e ferramenta. Nesse contexto, é objetivo deste artigo de caráter descritivo discorrer sobre a história do jornalismo no Rio Grande do Norte no século XIX por meio da investigação acerca da política praticada na província sertaneja, pois identificamos que são duas searas indissociáveis. Para tal, em um primeiro momento nos debruçamos sobre uma contextualização do jornalismo (e da imprensa) praticado à época e seus marcos; dissertamos sobre o sistema político vigente; buscamos compreender a interseção entre política e jornalismo; elencamos os veículos surgidos durante esse período; e tecemos análises contextuais sobre esse jornalismo.

Palavras-chave. Jornalismo. História do Jornalismo. Jornal. Rio Grande do Norte.

Abstract. Political relations, public office, newspaper ownership, and the history of politics and the press in the province of Rio Grande do Norte during the Empire are intertwined with the biographies of the figures who were involved in politics and used newspapers as a tool and support. In this context, the objective of this descriptive article is to discuss the history of journalism in Rio Grande do Norte in the 19th century through an investigation into the politics practiced in the backlands, since we have identified that these are two inseparable areas. To this end, we first look at the contextualization of journalism (and the press) practiced at the time and its milestones; we discuss the current political system; we seek to understand the intersection between politics and journalism; we list the media outlets that emerged during this period; and we make contextual analyses of this journalism.

Keywords. Journalism. History of Journalism. Newspaper. Rio Grande do Norte.

Introdução

Este estudo é parte de uma série de pesquisas empreendidas pelos autores acerca da história do jornalismo no Rio Grande do Norte que teve início em 2016, com um levantamento sobre

¹Mestre em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM-UFRN). ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6130-988X>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4597440453072251>. E-mail: gustavo@gustavosobral.com.br.

²Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (FAC-UnB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6221-2696>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6317449171496875>. E-mail: julianabulhoes.ad@gmail.com.

biografias, autobiografias e memórias de jornalistas brasileiros do século XX, e que seguiu adiante, contribuindo para as pesquisas em história do jornalismo, biografia e crônica³.

Uma outra faceta deste interesse reside no registro memorialístico que os autores empreenderam a partir da coleta de depoimentos de jornalistas e que resultou na publicação do livro *Memórias do jornalismo no Rio Grande do Norte* e, em seguida, outro acerca da história do jornalismo de mulheres jornalistas do Rio Grande do Norte, entre as décadas de 1970 e 2010.

Uma história do jornalismo local que começa a ser contada a partir da catalogação dos jornais com a publicação de Fernandes (1998), período que vai desde 1832 a 1908, e para a qual estes autores procuraram também contribuir ao se dedicar a compor um levantamento bibliográfico acerca do tema e a pesquisar aspectos da história do jornalismo em estudos sobre o primeiro jornal, o primeiro tipógrafo, a primeira reportagem publicada, a primeira jornalista mulher e ao qual este artigo sobre o jornalismo político é parte, desdobramento e continuidade.

É certo e sabido que a história do jornalismo no Rio Grande do Norte ainda é uma história a ser escrita, sobretudo, um capítulo que antecede o emprego da impressão *offset*, do jornalismo-empresa, do jornalismo que se praticava entre os ruídos das máquinas de escrever, em redações tomadas pela fumaça dos cigarros e que se estendia no pós-expediente ao bar da esquina, neste retrato romantizado do que foi o jornalismo no século XX.

Existe uma pré-história do jornalismo que é tanto a continuidade deste, quanto sua base fundante, ou pode até ser um antagonista, e que é simplesmente desconsiderada pelos estudos do jornalismo, pois a história do jornalismo que se conta é a do século XX, do glamour dos grandes veículos.

A história do jornalismo começa bem antes disso e, no Rio Grande do Norte, podemos identificar como marco fundante a publicação do *O Natalense*, cujo primeiro número saiu em 1832, impresso em províncias vizinhas e que depois ganhou uma tipografia própria instalada na cidade do Natal. É o começo de tudo.

Em contexto, é preciso relembrar que antes disso não havia imprensa no Brasil, porque era proibida. A permissão é advento da mudança da corte portuguesa para o país em 1808,

³Os autores publicaram os seguintes trabalhos: Artigos — Zila Jornalista. *Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*, v. 62, p. 68–73, 2020; Zila Mamede, jornalista. *Passagens*, v. 10, p. 46–56, 2019; Crônica: jornalismo autobiográfico nos jornais da cidade do Natal (1950–1980). *Temática*, v. XIV, p. 16–29, 2018; Jornalismo e literatura: a crônica de Rachel de Queiroz. *Letras Escreve*, v. 8, p. 241–257, 2018; A biografia como fonte documental para pesquisas sobre história do jornalismo: impressões a partir de Chatô, o rei do Brasil. *Temática*, v. 13, p. 222, 2017; A faceta jornalística de Rachel de Queiroz: perspectivas biográficas. *Temática*, v. 13, p. 15–28, 2017; Rachel de Queiroz, jornalista. *Estudos de Jornalismo e Mídia*, v. 14, p. 39–50, 2017; narrativas autobiográficas na crônica de Berilo Wanderley. *Revista Passagens*, v. 8, p. 123–134, 2017; O uso de biografias e autobiografias de jornalistas na construção da história do jornalismo brasileiro. *Temática*, v. 12, p. 206–221, 2016; Rubem Braga, jornalista: o cronista repórter. *Leituras do Jornalismo*, v. 2, p. 85–98, 2016; Livros - *Memórias do Jornalismo no Rio Grande do Norte*. Natal: Caravela Selo Cultural, 2018. *Jornalismo, biografia e crônica*. Campina Grande, EDUEPB, 2023; *História do jornalismo no Rio Grande do Norte (1832–1889)*. Natal: Biblioteca Ocidente, 2025. *Memórias do Jornalismo no Rio Grande do Norte: As jornalistas*. Natal: Biblioteca Ocidente, 2025.

quando uma série de mudanças foram impostas, dentre elas, a permissão para imprimir livros e jornais. Foi um passo para que jornais começassem a nascer nas províncias.

Neste ano foram publicadas as primeiras edições da Gazeta do Rio de Janeiro (jornal institucional produzido pela Imprensa Régia) e do Correio Braziliense (jornal editado em Londres pelo brasileiro Hipólito José da Costa, livre de censura e controle da Imprensa Régia); estes foram assim, os primeiros jornais a circular no país, com público restrito devido ao analfabetismo quase absoluto dos habitantes do Brasil colônia (Bulhões; Renault, 2023).

O surgimento de um primeiro jornal é um marco que se tece e se faz também por outros marcos significativos, pois para fazer jornais era preciso uma tipografia e a figura do tipógrafo, o profissional responsável a tornar o jornal possível, e, se era necessário o equipamento, também era preciso de quem operasse aquela tecnologia nova.

É preciso entender também este jornalismo fundante como um avanço, por empregar tecnologia de ponta para confeccionar jornais e distribuir informes, notícias e ideias. Assim, não se conta esta história sem a história da tecnologia empregada e do seu operador.

Os jornais nascem no contexto de um Brasil colônia, ou melhor, vice-reino de Portugal, com a corte instalada no Rio de Janeiro; esses periódicos rapidamente se espalham pelas províncias e se consolidam com um Brasil independente politicamente de Portugal e, na sequência, um Brasil imperial e sua pluralidade de jornais.

A imprensa no Império era livre, pois livre era a iniciativa para criação de jornais, que foram tantos nas províncias. Todos de vida curta e continuados ao sabor das mudanças de gabinete e das dissidências dentro dos próprios grupos partidários, pois eram os jornais vinculados aos partidos políticos, despejando a ideologia e os rumores do momento de forma apaixonada e radical.

Uma diversidade de títulos de existência breve, vocacionados para uma atitude panfletária nas disputas e querelas, na polvorosa que foi a primeira metade do século XIX no Brasil: Independência, Primeiro Reinado, revoltas mil, e, depois da Maioridade, o Segundo Reinado.

Um jornalismo que se fez também aos sabores do termômetro político, base da produção editorial. Na expressão de Barbosa (2010), o jornalismo praticado consistia em uns falando para os outros, uns contra os outros e, assim, a imprensa e os jornalistas criaram uma espécie de teatralização da política e dos temas do cotidiano.

Se se conta este cenário como um desenho da primeira metade do século XIX, ou dos primeiros cinquenta anos de jornalismo no Brasil, é preciso pensar que novas nuances vão se apresentar na segunda metade, e não se fala só do que mais se destaca, ou seja, as ideias republicanas e a causa abolicionista, mas dos jornais irem pouco a pouco envolvendo outros temas.

O longo Segundo Reinado, quando se alternam no governo, de forma precária, com as constantes interferências do Poder Moderador, conservadores e liberais, e a presença de maquinário e técnicos para operá-los com a instalação das tipografias, viu o florescimento dos jornais que nas províncias viviam como veículos dos partidos. Um jornalismo político e

noticioso empreendido por redatores que eram os letrados bacharéis em Direito e Medicina, figuras que tomavam assento como deputados nas assembleias provinciais.

Este contexto é o berço do jornalismo no Brasil, coisa recente, pois se o marco é 1808, há pouco ultrapassou os duzentos anos de atividade e, em se tratando do jornalismo do Rio Grande do Norte, cujo marco é a publicação de *O Natalense*, em 1832, ainda não chegamos nessa marca. Sem contar que, com o fim deste jornal em 1837, e era o único, só vão aparecer jornais no estado no final dos anos 1840, ou seja, o pleno estabelecimento da imprensa no Rio Grande do Norte é mais recente do que se pensa.

No Rio Grande do Norte consta ainda, para além deste jornalismo político partidário, no século XIX, a existência de jornais vinculados a grêmios e grupos juvenis, jornais recreativos, literários, voltados especificamente para o público feminino, jornal espírita, jornal maçom, mas o que prevalece mesmo numa linha quase contínua sem interrupções, em longa duração, é o jornalismo partidário vinculado aos dois partidos políticos existentes à época: o jornalismo político conservador e o liberal.

É este jornalismo do século XIX, que nasce e vive em um Brasil Imperial excludente, escravocrata e analfabeto, o primeiro jornalismo, aquele em que a prática do jornalismo tem por único meio e por única medida o jornal impresso, portanto, neste período, a história do jornalismo é a história da imprensa e a história da imprensa é a história do jornalismo.

Nesse contexto, é objetivo deste artigo de caráter descritivo percorrer sobre a história do jornalismo no Rio Grande do Norte no século XIX por meio da investigação acerca da política praticada na província sertaneja, pois identificamos que são duas searas indissociáveis.

Para tal, em um primeiro momento nos debruçamos sobre uma contextualização do jornalismo (e da imprensa) praticado à época e seus marcos; dissertamos sobre o sistema político vigente; buscamos compreender a interseção entre política e jornalismo; elencamos os veículos surgidos durante esse período; e tecemos análises contextuais sobre esse jornalismo.

Jornalismo e imprensa

Jornalismo naquele tempo era imprensa. Um jornalismo que se fez em papel jornal por tipografias, tipógrafos e redatores. Jornalismo era prática de redatores e articulistas que escreviam a matéria do jornal, costumeiramente sem assinatura ou sob pseudônimo, e dos tipógrafos-compositores que traduziam os garranchos manuscritos na composição dos tipos móveis e os imprimiam em papel jornal.

Não havia um expediente nos jornais que registrasse estes seus compositores, tampouco os textos eram assinados e quando em sua maioria figuravam as iniciais ou pseudônimos ao final de cada matéria, e só muito depois no cabeçalho começaram a ser nomeados os redatores. Esta prática é coisa do jornalismo do século XX no Brasil.

Este primeiro jornalismo era praticamente anônimo, por isso a importância de trabalhos como o de Fernandes (1998), que fixaram na medida do possível os proprietários, redatores e principais colaboradores dos jornais que circulavam no Rio Grande do Norte no século XIX.

É a partir do levantamento realizado por ele, compondo um catálogo de jornais do período de 1832 a 1908, em atenção a um pedido do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na efeméride das comemorações do primeiro centenário da imprensa no Brasil, e depois publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na década de 1910, e, em livro, nos anos 1990, que é possível recuperar os títulos existentes e seus colaboradores.

Um jornalismo que era opinião, em forma de artigos; um jornalismo que publicava os atos oficiais, na forma de comunicados, editais, leis etc.; um jornalismo que praticava informes diversos, chegadas e partidas marítimas, um pouco de literatura e divertimento, como charadas, quadrinha etc. Um jornalismo que era político partidário e unia notícias, opinião, utilidade pública, literatura e entretenimento.

Nada sabemos sobre a tiragem e a circulação, tampouco sobre os equipamentos utilizados para a sua confecção, embora saibamos das casas tipográficas, seus impressos e endereços, pois são informações que constam nas páginas do jornal.

Os jornais não eram diários, ou saíam em dias determinados, ou alternados, a periodicidade era ao sabor de cada veículo e eram essencialmente políticos e partidários, como já mencionamos, e assim se intitulavam e tomavam partido.

É a base geral sob a qual soam as variações que um olhar debruçado sobre as figuras dos redatores desses jornais, seus arranjos políticos e suas relações de parentesco é capaz de traçar um percurso entre um veículo e outro, entre uma gazeta e outra, a que prescinde conhecer o sistema político partidário e suas engrenagens como condição para entender as engrenagens sobre as quais se praticava este jornalismo.

Política e jornalismo na província

O sistema político instituído pela Constituição Imperial de 1824 era o monárquico-constitucional que incluía a representação popular e a separação dos poderes. Entre os anos de 1831 e 1840, vivia-se o período regencial, cujos regentes eram eleitos pelo voto popular. É neste contexto que o jornalismo vai se estabelecer no Rio Grande do Norte. Nasce os jornais, assumindo também o papel de publicações oficiais, espécie de diário oficial da província, quando o veículo era partidário do governo em exercício, ou seja, ao presidente da província.

Acontece que os presidentes eram substituídos de dois em dois anos, então se ele não fosse simpático ao jornal, mudava para outro de seu agrado, ou fundava-se uma gazeta para tanto, como se verá.

A Constituição de 1824 garantia a liberdade de imprensa, explícito no artigo 179, inciso IV: “Todos podem communicar os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publical-os pela Imprensa, sem dependencia de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio deste Direito, nos casos, e pela fórma, que a Lei determinar” (Brasil, 1824a p. 01).

Sob este preceito se fez jornalismo no Brasil durante o período imperial. Mas para além da Constituição, houve um Ato Adicional que foi responsável por fundar a estrutura político-

-administrativa das províncias e que traçou também, de alguma forma, os caminhos que o jornalismo iria assumir neste século XIX.

Foi o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 (Brasil, 1824b) o responsável pela grande mudança na estrutura política e governamental do Império. O Ato reduziu a centralização política e administrativa e criou as Assembleias Legislativas Provinciais, em substituição aos Conselhos Gerais instituídos pela Constituição de 1824.

Cada uma das assembleias legislativas devia contar com 36 membros nas Províncias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo; 28 no Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Sul; e 20 em todas as outras - incluindo a província do Rio Grande do Norte.

As eleições corriam assim: era preciso uma renda mínima para participar, prática comum no sistema eleitoral da época também em outros países – os únicos que não exigiam renda e permitiam o sufrágio universal masculino eram a França e a Suíça, e isso após 1848. O voto era obrigatório e as eleições dividiam-se em dois grupos: os votantes e os eleitores. Os votantes escolhiam os eleitores e os eleitores elegiam deputados e senadores.

Podiam ser votantes os homens com idade mínima de 25 anos e que tivessem pelo menos 100 mil réis de renda ao ano, o que incluía entre os votantes assalariados e pequenos proprietários. Os eleitores, por sua vez, deveriam ter uma renda de pelo menos 200 mil réis ao ano. Para ser candidato, também havia uma exigência de renda mínima.

Os mandatos para a assembleia tinham duração de dois anos e cabia reeleição. Os deputados provinciais eram invioláveis pelas opiniões emitidas no exercício da função e deveriam receber uma pecúnia e ajuda de custos caso não residissem na cidade onde se instalava a assembleia.

A política no Império foi o tempo todo marcada pela alternância do poder entre os dois partidos dominantes: o conservador e o liberal, como mencionamos anteriormente. Os conservadores defendiam um estado central forte; os liberais, a descentralização política e administrativa.

O Partido Conservador reunia os burocratas, os comerciantes e os proprietários de terra cuja produção destinava-se à exportação; o Liberal, reunia os profissionais liberais e os proprietários de terras cuja produção estava voltada ao mercado interno. Depois que vieram os partidos Progressista e Republicano.

No Rio Grande do Norte, a primeira Assembleia Legislativa Provincial foi eleita em 10 de novembro de 1834. Na Igreja Matriz, em Natal, sede da província, os 70 eleitores habilitados votaram em 121 nomes e escolheram os 20 deputados. Dos eleitos, funcionários públicos, e foram eles: um magistrado, nove padres e proprietários de terras, que em sua maioria formavam a Guarda Nacional.

Segundo Carvalho (2020), os eleitos e os eleitores constituíam uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Eram os letrados que possuíam renda suficiente não só para votar como para serem votados. No Rio Grande do Norte, além de serem os alfabetizados, sabendo ler e

escrever, eram os que haviam cursado a Faculdade de Direito em Olinda (depois transferida para o Recife) e a Faculdade de Medicina da Bahia e, quando padres, o Seminário de Olinda.

Muitos dos deputados passaram pelo judiciário, na função de promotores e magistrados, alguns foram chefes de polícia, exercendo ao longo da vida outras carreiras no judiciário e na máquina pública. Os padres, por sua vez, eram funcionários não só da Igreja Católica, mas também do Estado, pagos pelo Governo Central.

Lyra (2008) descreve os primórdios deste cenário local, nada mais do que uma amostra do que corria pelo país: nos primeiros anos não havia arregimentação partidária, a política vivia em torno dos presidentes de província, solicitando graças e favores.

Embora coubesse ao Imperador, por prerrogativa constitucional, nomear os presidentes de província, o soberano seguia a nomeação dos ministérios que nomeavam os presidentes ao seu interesse. A presidência da província, portanto, se tornava uma extensão do governo central e sujeita aos seus humores. Era uma forma de controle.

Os presidentes de província, assim, acompanhavam os ministérios, se o ministro fosse liberal, o presidente vinha dos liberais; se conversador, seria conservador. O mesmo acontecia nas províncias, liberais e conservadores alternavam-se no poder a depender do gabinete em exercício. Tão descontinuadas e ligeiras se tornaram as governanças nas províncias quanto eram as durações dos ministérios.

Para Holanda (2010), os presidentes de província se tornaram praticamente agentes para garantir nas províncias a vitória do ministério nas eleições. O presidente da província, para tanto, contava com o auxílio dos chefes de polícia, delegados, subdelegados e da Guarda Nacional. É esta engrenagem que movimenta a roda da vida na província: o papel do presidente nomeado pelo poder central e as assembleias provinciais.

Em 1840, os conservadores aprovaram no parlamento uma interpretação do Ato Adicional que reduzia os poderes dos presidentes de província, inclusive, à nomeação e transferência de funcionários. A reviravolta liberal, em contrapartida, veio com a campanha para antecipação da Maioridade de Dom Pedro II.

Os liberais formaram um governo que não durou um ano e vieram novamente os conservadores a desmanchar as medidas dos liberais e as eleições que haviam sido realizadas. Esta seria a vida política do império: constituir e desmanchar, desmanchar e constituir.

A antecipação da maioridade de Dom Pedro II marca o início do II Reinado, que vai de 1840 até a Proclamação da República em 1889, um novo tempo para a Assembleia Provincial e um novo capítulo para o jornalismo no Rio Grande do Norte. É definitivamente no final da década de 1840 que o jornalismo vai se sedimentar de forma perene em títulos que se sucedem tanto do lado dos liberais, quanto dos conservadores, compondo um contínuo.

Os deputados provinciais, por sua vez, se articulavam em torno dos seus propósitos. Alguns nomes desapareceram nas primeiras legislaturas, outros se perpetuaram escrevendo não só a sua história política, mas também a história política do Rio Grande do Norte do Império e, por conseguinte, a história do jornalismo.

Observar as listas dos eleitos, legislatura a legislatura, faz destacar nomes de algumas figuras que permaneceram por diversos mandatos, eleitos e reeleitos 3, 4, 5, 7 e até 9 vezes (Cascudo, 1972), e, não só isso, foram estas figuras as que fundaram e geriram os jornais.

Mudanças nas regras eleitorais tinham a intenção de provocar novos arranjos nas províncias e, conseqüentemente, alterações no jogo político, refletindo também na manutenção dos jornais que eram subordinados a estes grupos. Quando o decreto 842 de 19 de setembro de 1855 (Brasil, 1855) elevou o número de deputados em Goiás, Rio Grande do Norte e Mato Grosso a 22, a província foi dividida em distritos eleitorais.

O decreto não só dividiu a província em distritos, mas também estabeleceu o sistema de eleições por círculos e as condições de inelegibilidade, proibindo funcionários públicos de concorrerem nos seus distritos. A divisão em distritos correspondia ao número de deputados na assembleia geral. O Rio Grande do Norte possuía dois deputados, portanto, ficaria dividido em dois distritos. Cada distrito elegeria 11 deputados provinciais.

Mudanças que na prática não beneficiavam os eleitores, pois, como aponta Carvalho (2020) a manutenção do envolvimento popular em níveis baixos foi um traço marcante do sistema político do Império, completamente excludente.

Isto favorecia a perpetuação e continuidade destes mesmos grupos atuando nos partidos conservador e liberal e publicando os jornais de seus órgãos políticos, de maneira que o jornalismo provincial se fez ao espelho de sua política: não somente partidário, mas também excludente.

Um arranjo que um dia teve um fim; foi abalado com a queda dos conservadores e a última ascensão liberal com o Gabinete de Ouro Preto em 1889, que chegou na província com o dismantelo dos partidos existentes e a fundação do Partido Republicano e do jornal *A República*. Os conservadores perderam a liderança; e entre os liberais, houve segregações. Chegou no dia 15 de novembro de 1889, pondo fim à monarquia e à assembleia provincial.

E, por tabela, uma nova ordem, e uma nova possível história para o jornalismo não muito diferente da que havia sido, pois estas velhas figuras que fizeram a política e o jornalismo no Império foram as mesmas que permaneceram a ditar as cartas na república recente. Mas esta é uma outra história. Para entender o jornalismo praticado no Rio Grande do Norte no Império é importante conhecer os veículos, seus proprietários e seus redatores que não são outros que os deputados da Assembleia Provincial.

Jornais políticos

Jornalismo e política eram indissociáveis, pois eram as ideias, as paixões e os candidatos dos partidos a razão de existirem os jornais em sua quase plena maioria. Uma divisão clara que separa, de um lado, os jornais que atendiam aos interesses (e pertenciam) dos conservadores; e, por outro lado, os liberais, no jogo de atuação nas assembleias provinciais e em torno dos presidentes da província.

Esta é a tônica do jornalismo, entre conservadores e liberais, acompanhando na província os movimentos políticos com as trocas constantes dos presidentes das províncias que acompanhavam as mudanças de gabinete.

Os jornais começaram a nascer no Brasil por iniciativas de grupos políticos. Diferente não foi a história de *O Natalense* no contexto dos idos de 1832. O fundador, o Padre Guerra, foi quem instalou e presidiu a Assembleia Provincial no Rio Grande do Norte e tinha a benesse da amizade com o regente Feijó. O Rio Grande do Norte precisava de um veículo também para a impressão dos atos oficiais.

Entre 1832 e 1889, surgem no Rio Grande do Norte diversos veículos, jornais impressos, reunindo as respectivas agremiações, a começar pelo *O Sulista* e *O Nortista*, arregimentando os respectivos correligionários. Nortistas e Sulistas que dariam lugar definitivamente às alcunhas Conservadores e Liberais que farão o jogo político no Império até o aparecimento da República.

Especificamente em 1849 surgem *O Nortista* e *O Sulista*. E, para além deles, *O Brado Natalense*, redigido por João Valentino Dantas Pinagé, que seguia a mesma orientação política de *O Nortista*, de quem era “filho abortivo”, na expressão crítica dos adversários.

O Nortista dizia-se político e moral e pertencia aos bacharéis Jerônimo Cabral Raposo da Câmara e aos seus irmãos Otaviano Cabral Raposo da Câmara e Leocádio Cabral Raposo da Câmara. Já *O Sulista* foi um jornal de ocasião, veio para defender a candidatura de Moraes Sarmento a deputado geral, objetivo combatido pelo *O Nortista*. Ao que se dizia, era o redator d'*O Sulista* o próprio candidato, que o publicava na capital do Maranhão. Feita a eleição e Sarmento eleito deputado, o jornal desapareceu.

Vale ressaltar que a vida dos jornais era apenas aparentemente breve, pois se morriam os títulos, mas a essência se perpetuava na continuidade do grupo que os publicavam e na mesma defesa partidária nascendo sob um novo título de jornal.

Em 1851, o falecido *O Nortista* se transforma em *O Constitucionalista Nortista*, que obedecia à direção política dos irmãos Cabral já mencionados e substituía o jornal na defesa de suas ideias. Já *O Brado Natalense*, redigido por João Valentino Dantas Pinagé, também conservador, vai ser sucedido, em 1851, pelo *O Clarim Natalense*; ao qual, *O Argos Natalense*, de José Moreira Brandão Castello Branco, de orientação liberal, vinha se opor e que já em 1852, se tornava *O Jaguarary*, homenagem ao indígena potiguara Simão Soares.

O Jaguarary substituiu *O Argos Natalense* pelo mesmo Moreira Brandão que era o seu redator, e, como o seu antecessor, era particularmente político e dedicado ao partido liberal.

Os liberais, mais à frente, vão se reunir em uma nova publicação, *O Rio Grandense do Norte* (1858–1862), redigido, entre outros, por Moreira Brandão, chefe do mesmo partido, Luiz Carlos Wanderley, Vicente Inácio Pereira e Luiz Rodrigues de Albuquerque; enquanto isso, os conservadores fizeram oposição por meio do jornal *O Dois de Dezembro* (1859–1862), sob a direção política de Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti. Jornal que, posteriormente, passaria a ser *O Correio Natalense* (1862–1868), sob a mesma direção.

Havia também as dissidências, e este foi o caso para o surgimento de *O Progressista* em 1862. Uma fracção do Partido Conservador, sob a direcção do coronel Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara, e outra do Liberal, sob a chefia de Moreira Brandão, uniram-se, formando um novo partido. Em 1863, Olinto Meira assumiu a administração e o jornal passou a defender o governo e a publicar os atos oficiais. Entre os redatores, Luiz Carlos Wanderley e Vicente Ignacio Pereira. Já em 1866, *O Progressista* passou a chamar-se *O Rio-Grandense*, continuando a publicar o expediente do governo.

Em oposição ao jornal *O Progressista*, aparece *O Liberal do Norte* (1868–1872), que nada mais era que uma nova versão de *O Correio Natalense* de Amaro Cavalcanti, redigido pelos quatro primeiros membros do diretório: Amaro Cavalcanti (presidente), Hermógenes Joaquim Barbosa Tinoco (secretário), Luiz Rodrigues de Albuquerque e Jefferson Mirabeau de Azevedo Soares. Entre os colaboradores, registram-se José Maria de Albuquerque Mello, Vicente Ignacio Pereira, Manuel Januário Bezerra Montenegro e Joaquim Maria Carneiro Vilella.

Acontece que os movimentos políticos constantes trouxeram mais mudanças no jogo das publicações partidárias. Em 1869, aparece *O Conservador*. A facção conservadora chefiada pelo coronel Bonifácio voltou a seu legítimo posto de ação e o fundou como jornal político e noticioso partidário da administração da província, rompendo com os Cabral. Só com a reconciliação entre os dois grupos conservadores, depois de uma interrupção na publicação, *O Conservador* voltou à sua antiga posição de folha oficial.

Foi o que teve vida mais longa, pois, não obstante as interrupções, viveu doze anos. Foram seus principais redatores: Francisco Gomes da Silva, Henrique Leopoldo Soares da Câmara, padre João Manuel de Carvalho e major Joaquim Guilherme de Souza Caldas.

Em 1872, Jerônimo Cabral Raposo da Câmara, que embora conservador nunca tenha se identificado com o coronel Bonifácio e seus correligionários, assumiu o governo da província na qualidade de seu vice-presidente e criou *O Constitucional*, que logo passou a publicar os atos oficiais. Publicava-se uma vez por semana com assinatura a 10\$000 por ano para a capital e 12\$000 para o interior da província; franqueava aos assinantes uma coluna para sua defesa e publicava gratuitamente os anúncios comerciais.

Retirando-se Amaro Bezerra para Pernambuco pouco depois da ascensão do partido conservador, em princípios de 1872, assumiu Moreira Brandão a chefia do partido liberal, pondo-se à frente da redacção de *O Liberal do Norte*, que passou a chamar-se simplesmente de *O Liberal*, jornal que rendeu até 1883. Este e *O Conservador* ficaram sendo, pois, os legítimos órgãos dos dois partidos durante mais de dez anos.

O Liberal pregava a liberdade da imprensa, do ensino, da consciência, do culto, da indústria e comércio; a descentralização, a independência da magistratura, a garantia de todos os direitos, a verdade das eleições e a pureza do governo representativo. Defendia o desenvolvimento do elemento democrático da constituição e uma maior amplitude e garantias das liberdades individuais e políticas.

Em 1877, aparece *A Situação*, jornal partidário dos conservadores, redigido por Henrique Leopoldo Soares da Câmara, dissidente do partido conservador e em oposição àquele jornal. Era impresso na tipografia Riograndense, cedida por seu diretor e proprietário Moreira Brandão. Henrique Câmara instalou o jornal na sua própria residência, a princípio, na Rua Nova, hoje Avenida Rio Branco e depois na Rua da Conceição.

Outro jornal de autor foi o *Correio do Natal* (1878–1889), redigido por João Carlos Wanderley. Quando, em 1885, caiu o partido liberal, defendia-o na imprensa, em substituição ao jornal *O Liberal*, há pouco desaparecido, por meio do *A Liberdade*, que neste caráter continuou até a Proclamação da República, quando desapareceu. Sem redatores ostensivos, sabe-se, entretanto, que, sob a direção do coronel José Bernardo de Medeiros, lugar-tenente de Amaro Bezerra, durante muito tempo esteve à frente da redação o jornalista Manuel do Nascimento Castro e Silva.

Fazia oposição ao jornal *Gazeta do Natal* (1888–1890), do Partido Conservador, e teve por redatores Manuel Porfírio de Oliveira Santos, cunhado e representante do padre João Manuel de Carvalho, diretor e proprietário do jornal e o chefe da política conservadora no segundo distrito da província; e Antônio de Amorim Garcia, representante de Tarquínio de Souza, chefe da mesma política no primeiro distrito.

É neste jogo que os jornais surgem e desaparecem para continuar em outros títulos acompanhando o movimento político, seja nas sucessões de presidentes das províncias, eleições para assembleia provincial, perpetuando-se como fundadores e redatores em suas alianças e relações de parentesco um mesmo time que por sucessivas legislaturas ocupou a Assembleia Provincial.

Assim, as relações, entre alianças e oposições, os cargos públicos, a propriedade de jornais, a história da política e da imprensa da província do Rio Grande do Norte no Império se confundem com a biografia das figuras que transitaram pela política e utilizaram os jornais como suporte e ferramenta. Torna-se imprescindível percorrer essas relações como forma de entender as configurações que traçaram o caminho do jornalismo no Rio Grande do Norte no Império.

Deputados, redatores, jornalistas

Repassar algumas destas histórias pessoais é tarefa possível a partir dos dados biográficos traçados por Cascudo (1972) que revelam o quão similares eram estas trajetórias e as suas relações de parentesco e alianças, entre a política e o jornalismo: “Bacharel, deputado, político, são sinônimos brasileiros de jornalismo” (Cascudo, 1972, p. 362).

A proposta é valer-se da prosopografia, gênero de estudos e de narrativa que permite analisar em conjunto as biografias de pessoas que pertenceram a uma mesma categoria social, levando em conta que

Pode auxiliar a história, justamente, porque ela articula as trajetórias individuais, notadamente lançando mão da noção de geração, fazendo emergir entre elas, para além da vida singular de cada indivíduo e de suas ações isoladas, as articulações, as trocas, as interferências, as colaborações que estabelecem entre si, fazendo com que essas atitudes e trajetórias individuais terminem por configurar uma ação coletiva (Albuquerque Júnior, 2013, p. 120).

Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, (Recife, 1825; Rio de Janeiro, 1890), bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda (1847), veio para o Rio Grande do Norte assumir o cargo de Promotor Público da Comarca de Maioridade (Martins) em 1848.

No ano seguinte, já atuava como aliado político do juiz de Direito João Valentino Dantas Pinajé (Acari, 1801; ?), bacharel por Olinda, em Direito, 1835, chefe do Partido Nortista de onde saiu o futuro Partido Conservador, diretor de *O Natalense*, de *O Brado Natalense* e do *Clarim Natalense*. Deputado Provincial por seis biênios, presidiu a Assembleia e, na condição de vice-presidente, a província.

Assumindo a presidência da província em 1850, o chefe liberal João Carlos Wanderley, por ser o vice, em razão da morte do presidente, que era conservador, Wanderley tomou a demitir os conservadores em Maioridade, foi o motivo para a revolta de Cavalcanti e Pinajé que se recusaram a cumprir as ordens de posse do presidente que não contou conversa e mandou a força pública cumprir a ordem, como a vice-presidência era interina a coisa toda se resolveu porque logo chegou o presidente conversador nomeado.

Em seguida, segundo Cascudo (1872), Amaro Cavalcanti foi galgando os degraus, vindo do sertão para o litoral, até se tornar na província o chefe político incontestado dos conservadores. Foi eleito cinco vezes deputado provincial por sucessivos biênios e chegou a Deputado Geral, eleito oito vezes.

Aproximou-se dos Cabral, parentes do coronel Bonifácio Câmara. Até que virou liberal em 1868, desbancando José Moreira Brandão Castelo Branco, que organizou o partido no Rio Grande do Norte. Foi então que Moreira Brandão e o Coronel Bonifácio se uniram para formar o Partido Progressista.

José Moreira Brandão Castelo Branco (Goianinha, 1828; Natal, 1895) era formado na Faculdade de Direito de Olinda (1849), foi Deputado Provincial por dez mandatos e presidente da casa inúmeras vezes, inclusive na última reunião da Assembleia Provincial em 1889. Moreira Brandão fundou jornais, inúmeros – *O Rio Grandense do Norte*, *O Progressista*, *O Rio Grandense*, *O Liberal* e *O Ceará-Mirim*.

Vicente Inácio Pereira (Natal 1833; Ceará-Mirim, 1888), médico, do Partido Liberal, chefiado por Moreira Brandão, Deputado Provincial por dois biênios, foi também redator *O Rio Grandense do Norte*.

Por sua vez, João Carlos Lins Wanderley (Açu, 1811; Sítio da Estrela, 1899) foi chefe dos liberais, sete vezes Deputado Provincial, quatro vezes vice-presidente da província, inventou

diversos jornais, inclusive, em 1847, enquanto vice-presidente, tentou criar a Imprensa Oficial. No dizer de Cascudo (1972), onde fixava morada, fundava um jornal. Entre os títulos que criou estão *O Açuese*, em Açú, primeiro jornal de lá, que se transformou no *Correio do Assú*; retornando a Natal, fez o *Correio do Natal*.

Seu genro, Luiz Carlos Lins Wanderley (Açú, 1831; Natal, 1890), médico, professor, romancista, poeta, teatrólogo, do Partido Liberal, tendo sido filiado ao Conservador, Deputado Provincial por seis biênios, também colaborou como redator de *O Rio Grandense do Norte*.

Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara (Natal, 1813–1884), Coronel da Guarda Nacional, ocupou diversos cargos públicos e foi seis vezes Deputado Provincial. Chefe do Partido Conservador, seu jornal, *O Conservador* é um exemplo da influência da política ao humor dos presidentes de província nomeados e de como esta relação redundou no jornal.

O presidente Pedro de Barros, ao preferir simpatizar com os Cabral e não com o Coronel Bonifácio, que suspendeu *O Conservador*, teve um novo revés com a nomeação do novo presidente e fez da folha de Bonifácio a oficial.

Dois sobrinhos do Coronel Bonifácio colaboraram com *O Conservador*: Henrique Leopoldo Soares da Câmara (Ceará, 1844; Rio de Janeiro, 1868), médico, cinco vezes Deputado Provincial; e Francisco Gomes da Silva (Natal, 1837; Recife, 1880), que fez o curso jurídico na Sorbonne, Paris, França, por graça de uma lei sancionada pelo presidente da província autorizando despesa anual para custear os estudos, concluindo-o em 1882. Foi Deputado Provincial por oito biênios e chegou a ser presidente da Assembleia.

O padre João Manuel de Carvalho (Natal, 1841; Rio de Janeiro, 1899), por sua vez, foi um dos conservadores bandeados para o lado do Coronel Bonifácio, de quem depois se apartou. Quando o Coronel faleceu em 1884, o Partido Conservador ficou dividido entre o Padre e o grupo de Tarquínio de Souza, fundando, respectivamente, os grupos da Botica e o da Gameleira.

Deputado Provincial por três biênios, o padre João Manuel começou escrevendo para *O Conservador*. Foi também redator de *O Correio Natalense*, juntamente com Guilherme de Souza Caldas (Natal, 1836–1898), este cinco vezes Deputado Provincial e adepto do seu grupo da Gameleira.

Outro agraciado com a ajuda de custos para estudar em Paris em 1859 foi Hermógenes Joaquim Barbosa Tinoco (Natal, 1839–1900), Deputado Provincial por três biênios e um dos quatro primeiros membros do diretório do Partido Liberal que se tornaram redatores de *O Liberal do Norte*, juntamente com Luiz Rodrigues de Albuquerque e Jefferson Mirabeau de Azevedo Soares. Também escreveu para *O Liberal*, que deu lugar ao *Liberal do Norte*.

Já Jerônimo Cabral Raposo da Câmara (Açú, 1821; São Gonçalo, 1900), bacharel em 1847, dono de engenho em Ceará-Mirim, dez vezes Deputado Provincial, presidindo a Assembleia em diversas ocasiões, e tendo governado a província na condição de vice-presidente, não se submetia ao parente Coronel Bonifácio.

Enquanto Jerônimo Cabral, o doutor Loló, dirigiu uma facção do Partido Conservador, com os seus irmãos Otaviano e Leocádio, conhecidos como os Cabral, fundou os jornais *O*

Nortista, O Constitucional do Norte e O Constitucional. Otaviano Cabral Raposo da Câmara (Açu, 1819;?, 1872), por sua vez, foi o chefe dos Cabral, bacharel em Direito por Olinda (1843), passou do Partido Nortista ao Conservador, Deputado Provincial por seis biênios, chegou a Deputado Geral. Governou a província, pois foi vice-presidente.

Considerações finais: jornalismo ontem e hoje

A história do jornalismo não é só e apenas objeto de estudo da sua própria história factual e fonte documental útil para estudos diversos, mas é também uma ferramenta capaz de revelar a prática da mídia que não é tão e não muito diferente do mundo atual, por isso, a história do jornalismo tem uma importância e é uma necessidade que vai além do registro.

A história do jornalismo é um caminho para compreender também o presente. Traz muitos prejuízos a completa exclusão da história do jornalismo da pauta dos estudos do jornalismo para além da efeméride das datas comemorativas.

O jornalismo do século XIX está mais próximo do jornalismo do século XXI do que se imagina. Depende da tecnologia como meio e de um operador que a domine, é informativo, opinativo e provincial, pois é cada vez mais fragmentário, e continua a reproduzir os conceitos, preconceitos e necessidades de sua própria época, embora pregue a objetividade e a isenção como razão de ser e existir.

Se nasceu antes da democracia e da liberdade de imprensa, é parte destas duas conquistas e considerado a garantia para ambas. É a par destas considerações, que é possível voltar aos jornais do século XIX para entender as suas relações com a política partidária para traçar o caminho do jornalismo político partidário no século XIX no Rio Grande do Norte. O contexto político e a trajetória dos seus partícipes se tornam essenciais para entender a forma como se construíram e como se fizeram jornais no Rio Grande do Norte.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Os inventores: um ensaio de prosopografia. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1800–1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. 1824a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm.

BRASIL. **Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834**. 1834b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824--1899/lei-16--12-agosto-1834--532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>.

BRASIL. **Decreto 842, de 19 de setembro de 1855**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824--1899/decreto-842--19-setembro-1855--558297-publicacaooriginal-79444-pl.html>.

BULHÕES, Juliana; RENAULT, David. Profissionalização do Jornalismo no Brasil: Raízes Portuguesas. **Âncora**, v. 10, n. 2, 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Uma história da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte**: conclusões, pesquisas e documentos. Natal/RN: Fundação José Augusto, 1972.

FERNANDES, Luiz. **A imprensa periódica no Rio Grande do Norte**: 1832 a 1908. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de História do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal/RN: Edufrn, 2008.

Recebido em 3 jun. 2025. Aprovado em 9 jul. 2025.

Deslocamentos e literatura na educação de jovens e adultos (EJA): leituras mediadas na EMEB Professor Ruy Coelho, em Ferraz de Vasconcelos (SP)

Leonardo da Silva Claudiano¹
Marcos Pontes Lavrador²
Nathalia Fernanda Prado Campos³

Displacements and Literature in Youth and Adult Education (EJA): Mediated Readings at EMEB Professor Ruy Coelho, in Ferraz de Vasconcelos (SP)

Revista Galo v. 6 n. 12
<https://doi.org/10.53919/g12i2>

Resumo. Este artigo, fundamentado em um relato de prática docente, propõe uma reflexão, por meio de uma escrita ensaística, sobre o papel da leitura literária na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com ênfase na construção de espaços subjetivos de pertencimento, escuta e ressignificação de experiências. A proposta foi desenvolvida na EMEB Professor Ruy Coelho, situada no município de Ferraz de Vasconcelos (SP), ao longo das segundas-feiras do primeiro semestre de 2025, por meio de um projeto pedagógico que promoveu leituras mediadas de crônicas, contos e poemas com estudantes do Ensino Fundamental I e II da EJA. A fundamentação teórica articula Miguel G. Arroyo, que concebe os sujeitos da EJA como passageiros de percursos marcados por deslocamentos e rupturas; Antonio Candido, ao defender a Literatura como um direito humano essencial; Michèle Petit, cuja obra destaca a potência das narrativas na elaboração simbólica do mundo; Yolanda Reyes, pelo entendimento da palavra como elemento de conexão íntima entre tempos e espaços distintos, e Walter Benjamin, na opção ético-política por uma história à contrapelo, escrita pelos vencidos.

Palavras-chave. Educação de Jovens e Adultos. Literatura. Leitura.

¹Mestre e Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Especialização em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pesquisador do Núcleo de Estudos de História da Cidade (NEHSC | PUC-SP); coordenador do Grupo de Estudos Literatura e Ditaduras (GELD | PUC-SP). Professor de Ensino Fundamental II, pela SME de São Paulo (EMEF Desembargador Achilles de Oliveira Ribeiro); professor de Educação de Jovens e Adultos, pela SME de Ferraz de Vasconcelos (EMEB Prefeito Helmuth Hans Hermann Louis Baxmann; EMEB Professor Ruy Coelho). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2010-350>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0306680959770318>. E-mail: leonardo.claudiano@gmail.com.

²Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Graduação em Letras/Literatura pela Universidade Estácio de Sá. Professor de Português e Literatura na Educação de Jovens e Adultos pela SME de Ferraz de Vasconcelos (EMEB Professor Ruy Coelho). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3895-649X>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9203341756920500>. E-mail: marcospontes00@gmail.com.

³Graduação em Pedagogia pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Pós-graduada em Alfabetização e Letramento; Educação de Jovens e Adultos; Gestão Escolar pela Faculdade de Conchas. Coordenadora Pedagógica pela SME de Ferraz de Vasconcelos (EMEB Professor Ruy Coelho). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8688-7755>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4212919203652927>. E-mail: nathalia.f.prado@gmail.com.

Abstract. This article, grounded in a report of teaching practice, proposes a reflection—through an essayistic writing style—on the role of literary reading in Youth and Adult Education (EJA), with an emphasis on the construction of subjective spaces of belonging, listening, and the resignification of experiences. The proposal was developed at EMEB Professor Ruy Coelho, located in the municipality of Ferraz de Vasconcelos (SP), throughout the Mondays of the first semester of 2025, as part of a pedagogical project that promoted mediated readings of chronicles, short stories, and poems with students from Elementary Education I and II in the EJA program. The theoretical framework articulates the contributions of Miguel G. Arroyo, who conceives EJA subjects as travelers along paths marked by displacements and ruptures; Antonio Candido, who defends literature as a fundamental human right; Michèle Petit, whose work emphasizes the power of narratives in the symbolic construction of the world; Yolanda Reyes, for her understanding of the word as an intimate connector between different times and spaces; and Walter Benjamin, in his ethical-political choice for a history told against the grain, written by the defeated.

Keywords. Youth and Adult Education. Literature. Reading.

Quando os camponeses de Macondo, insones, perderam a memória, foi preciso pôr etiquetas nas coisas para que tudo não se tornasse caótico, indistinto. Para que os espaços em crise sejam novamente habitáveis talvez eles devam recuperar toda uma consistência simbólica, imaginária, lendária, marcos e referências (Michèle Petit).

[...] a experiência literária brinda o leitor com coordenadas para nomear-se e ler-se nesses mundos simbólicos que outros seres humanos construíram. E ainda que ler literatura não mude o mundo, pode sim fazer com que se torne mais habitável, porque o fato de nos vermos em perspectiva e de nos reconhecermos na experiência de outras pessoas contribui para abrir novas portas para a sensibilidade e para o entendimento de nós mesmos e dos outros (Yolanda Reyes).

Passageiros da noite

Passageiros da noite. A imagem, criada por Miguel G. Arroyo⁴ (2017), é de uma carga simbólica imensa. Ela descreve, metaforicamente, os estudantes que frequentam a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Diz, de forma poética, serem vidas feitas de percursos, em sua maioria, difíceis: acidentados, truncados, fragmentados. Refere-se aos deslocamentos geográficos, mas, igualmente, aos caminhos sociais. Ambos – trajetos socio-existenciais e idas/vindas pela cidade – reforçam as injustiças a que foram submetidos. Entretanto, os dias e o transporte público, que os levam a inúmeros locais, também os conduzem às salas da EJA. Assim, podemos afirmar que esses homens e essas mulheres carregam consigo a insatisfação com os lugares que ocupam, e fazem da passagem, imagética e cartográfica, não apenas denúncia de exclusão, mas esperança de justiça.

⁴A imagem, “Passageiros da noite”, foi inspirada no romance “Passageiros do fim do dia”, de Rubens Figueiredo (Arroyo, 2017).

Esses alunos vêm de longe, vão para longe. Movimentam-se por ruas, quarteirões, linhas de trens periféricas. Leem o centro e as bordas da urbe. Reconhecem os limites que lhes são impostos e procuram driblá-los. Buscam viver nos desvãos de uma metrópole que se mostra generosa para alguns e violentamente hermética para outros. Para eles... Vêm de longe, vão para longe e se encontram, ratificamos, nas salas da EJA, em múltiplas histórias que se individualizam e se assemelham. Trazem consigo todas as contradições e violações de um cotidiano que pune aqueles que não possuem o saldo bancário aceitável, a cor conveniente, o gênero correto, o endereço permitido. Ainda assim, não esmorecem. Querem o trânsito de um lugar social para o outro, querem saber-se. Para isso, apostam na retomada da educação, interrompida por inúmeros motivos, quase todos frutos de falhas estruturais de um modelo econômico que muito produz e parcamente redistribui. Os discentes noturnos da EJA vinculam o retorno aos bancos escolares a uma vida mais justa, tranquila. Por tudo que trazem, provocam. Mostram aos docentes seus caminhos cindidos, agora religados. Exigem práticas pedagógicas que levem em consideração essas jornadas inconclusas. Que reconheçam o deslocamento. Quase sempre, forçado. Sempre, resistente.

Entre a Luz e Ferraz de Vasconcelos

A linha 11, Coral, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), parte da histórica Estação da Luz, no centro da capital paulista, e finaliza sua rota na Estação Estudantes, na cidade de Mogi das Cruzes, importante município da região do Alto Tietê. O percurso, imenso (50 km), corta todo quadrante Leste de São Paulo, a transportar centenas de milhares de passageiros por dia. Durante o itinerário, um observador ainda não acostumado aos imensos contrastes da paisagem paulistana, perceberá, sem muito esforço, como a desigualdade se manifesta no espaço público: na estação inicial, defronte à Pinacoteca e próxima à Sala São Paulo, verá como a especulação imobiliária mobiliza os braços armados do Estado para dispersar os usuários de entorpecentes, naquilo que vulgarmente se batizou de “Cracolândia”. Notará os tempos sobrepostos da cidade de São Paulo, com charmosas construções de fins do século XIX e início do XX, mescladas com prédios de arquitetura recente, padronizada, com um quê de homogeneidade opressiva, despersonalizante. As formas, antigas e contemporâneas, aos seus olhos, apresentar-se-ão numa espécie de simbiose pontuada por estranhamentos, que se completam na mesma medida em que se rejeitam.

O som será estridente, no anúncio das portas que se fecharão. O trem seguirá.

No movimento da composição, chegará ao antigo bairro operário do Brás – hoje, um aglomerado de comércio popular. Em suas calçadas, registrará pedestres e compradores em uma disputa por espaço, a contornarem os inúmeros vendedores ambulantes. Ele se surpreenderá com a enorme densidade demográfica. Os ruídos e cheiros se confundirão em seus ouvidos e nariz. Será impossível discerni-los. Imerso na multidão, a sensação de solidão será intensa... na plataforma, contemplará os proletários de rostos fadigados a aguardar o transporte, impacientes – boa parte deles, rumo aos bairros periféricos e municípios dormitórios da Grande São Paulo.

Novamente, o som. E o trem parte, congestionado. De pessoas, de cansaços.

Esse observador verá, então, a cartografia urbana se alterar mais uma vez. Prédios, inúmeros, erguem-se. São Paulo de arranha-céus. Torres de formatos variados, mas sempre impessoais, inibem o horizonte, privatizam os raios solares e entregam sombras que não acolhem, mas reforçam o sentimento de pequenez e indiferença – na cidade, nos homens.

Trilhos. Trilhos. Trilhos. Estação Tatuapé.

Mooca, Belém, Tatuapé, Carrão. Bairros que se sucedem, em velocidade. Nos *flashes* captados pelo mover, as imagens que ficam para trás repetem as que virão. Nesses territórios, as construtoras realizam plenamente seu projeto de sequestro do Plano Diretor. Sem pudores, redesenham-no segundo seus interesses financeiros mais imediatos, predatórios. O preço do solo, proibitivo, torna as moradias exclusivas para uma classe média de poder aquisitivo elevado. Aos corpos exaustos que embarcam na Luz e no Brás, o acesso é negado.

Seguem rumo ao longe. O trem, os passageiros do distante.

O Leste se torna extremo. Após a Vila Matilde, ele perceberá que o apetite das empreiteiras por essas vias é, por enquanto, tímido. O que compõe, majoritariamente, a paisagem, é a desordem de habitações, feitas e refeitas ao longo da história, em meio a migrações, segregações e adensamentos suburbanos.

Itaquera. Dom Bosco. José Bonifácio. Guaianases. Os vagões começam a esvaziar: muitos trabalhadores chegam. Outros tantos continuarão a chegar.

Pelo alto-falante dos vagões, o aviso de uma voz computadorizada: próxima estação, Ferraz de Vasconcelos.

EMEB Professor Ruy Coelho, Ferraz de Vasconcelos

A localidade de Ferraz de Vasconcelos é resultado dessa política de gentrificação. A estação, homônima, recebe muitos desses sujeitos que retornam após longas jornadas, laborais e geográficas. A maioria vai para cômodos, próprios ou alugados. Outros – aqueles que desejam retomar percursos escolares interrompidos – dirigem-se às escolas da EJA⁵. Como já mencionado, levam consigo o registro de uma série de injustiças sociais e o desejo de reparação. A eles, retomar o fraturado é (re)existir. (Arroyo, 2017).

A EMEB Professor Ruy Coelho faz parte da Secretaria Municipal de Educação de Ferraz de Vasconcelos e disponibiliza os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental para Educação de Jovens e Adultos. O corpo discente que percorre seus corredores é composto por esses passageiros noturnos. No intuito de acompanhar tantos passos que transitam, de maneira concreta e abstrata, nós, professores de História (Leonardo da Silva Claudiano) e Português/Literatura (Marcos Pontes Lavrador), em conjunto com a Coordenação Pedagógica (Nathalia Fernanda Prado Campos), recorreremos às palavras – principalmente, pela vocação que possuem

⁵ A cidade de Ferraz de Vasconcelos possui quatro escolas municipais que ofertam Educação de Jovens e Adultos: EMEB Halim Abissamra, EMEB Prefeito Helmuth Hans Hermann Louis Baxmann, EMEB Professora Nurimar Martins Hiar e EMEB Professor Ruy Coelho.

de irem além de tempos e espaços, de se movimentarem. Por intermédio delas, vozes antigas, remotas, tornam-se próximas. Essenciais, convocam sentidos que permitem a conexão e o entendimento com aqueles que foram, em diferentes paragens; com quem somos, na contemporaneidade de mudanças constantes; com aqueles que virão, nas utopias que nos sonham e na materialidade que os antecedem. Frente a tamanho poder evocativo – vivo – sucessório, elaboramos um Projeto de Leitura, que foi desenvolvido em encontros semanais, às segundas-feiras, no primeiro semestre de 2025. Contemplamos os alunos do 6º, 7º, 8º e 9º anos, acrescido de um grupo vindo da multisseriada (alfabéticos/ortográficos).

Reverentes que somos, às palavras, fundamentamos a base teórica pautados em um compromisso pedagógico pela autonomia, articulado por leituras críticas e insurgentes.

É preciso imaginar, ao longo de todo o caminho

Há uma cena belíssima, trazida por Yolanda Reyes (2021, p. 15): “Tudo começa num quarto iluminado por uma lamparina e alguém que nos conta uma história”. Ela nos toca. Chama-nos a atenção para que, desde o princípio, rumo às memórias mais antigas, somos formados, percorridos, protegidos por palavras, narrativas. Precisamos da linguagem para sermos no mundo, para o conhecermos e dele nos apoderarmos. “A história da espécie humana parece reforçar a velha frase: ‘no começo era o verbo’” (Reyes, 2021, p. 15). Assim, existimos por um conjunto de letras que nos caracterizam, entre tantas: o nome. Com as horas, com as experiências, o lapidamos e nos tornamos: temos uma face. O sobrenome reforça a nossa presença no instante e o eterniza, pois nos liga à ascendência e prenuncia o legado que deixaremos.

Por fazermos parte de uma saga escrita com palavras, precisamos ser nutridos, não somente com leite, mas também protegidos por estas mantas: histórias, contos e poemas – capazes de ligar os que estão chegando com os que chegaram há tempos e com os que já se foram. Ler é assistir a essa conversa entre os que estão – aqui e agora –, os que vivem longe ou já morreram e os que viverão quando já não estivermos aqui (Reyes, 2021, p. 15-16).

Portanto, só é possível estar, pela elaboração de significados que se edificam por meio dos vocábulos, das histórias... Hoje, imersos num cotidiano de deslocamentos intensos, de rupturas constantes, de alienação generalizada – de si, dos homens e de todas as coisas socialmente produzidas – faz-se necessário reviver o momento primordial, relembrar a tênue luminosidade do aconchego, a cadência de uma voz que trouxe as aventuras de terras longínquas e eras pretéritas... os gestos no ar a apontar castelos sombrios, picos inescaláveis, riachos límpidos em vales verdejantes... Imagens e imaginários, porém, mais palpáveis que os lençóis que nos cobriram, que o quarto que nos acolheu e defendeu. Curioso: esquecemos do palpável que nos envolvia, mas nos reconectamos às sensações que despertavam os enredos que nos contavam, em fins de tarde, em noites sem fim. Pela ficção, o universo interior, o universo ao redor.

Acreditamos, como Reyes (2021), que todo Projeto de Leitura deve ser conduzido de forma a recuperar esse sentimento de (re)descoberta íntima e concreta. A narrativa literária subverte a alienação, tanto particular, quanto externa – ela nos devaneia e nos dá repertório para imaginar o que já não é e para que possamos esboçar o porvir. Nesse processo, é indispensável o livro, o leitor e o mediador – aqui, traduzido na figura do professor.

Estas questões se apresentaram irresistíveis e irreversíveis, a nós. Nas reuniões realizadas, quando da elaboração da proposta, decidimos por ressaltar o aspecto da construção subjetiva, proporcionada pela Literatura. Optamos pela letra viva, pela seiva que escorre das fábulas que nos percorrem e que permitem um fresco contato com a concretude dos dias, de (re)conhecimento, de alteridade, de alteração. Como nos lembra Michèle Petit (2010), o mundo que se realiza possui uma relação dialética com o mundo que se concebe, pela ficção. Dito de outra maneira, a transformação do real se dá pela narrativa/linguagem e, num movimento indissociável, a narrativa/linguagem se realiza no real. Além do mais, insistimos na leitura literária, pois entendemos que é preciso dizer, para adiante dos discursos hegemônicos. Auxiliados por poemas, crônicas e contos, planejamos estabelecer um elo com os alunos da EJA, na EMEB Professor Ruy Coelho: mediar palavras, emprestar dizeres, entregar a posse das ideias alheias para que, com elas, suas experiências e jornadas ganhassem, também, expressão estética. Para que, por intermédio da elaboração interior, a fala se organizasse em novos vocábulos que lhes permitissem outros olhares... ao espelho, ao próximo. Ler e dizer são, portanto, indissociáveis. Apropriar-se de ambos é retirar do poder o monopólio da narração e da configuração das mentalidades.

Como se nota, deixamos à margem procedimentos mecânicos, tal qual o contato com o texto vinculado a uma série de atividades pré-determinadas que direcionam a compreensão, que impõem homogeneidades. Não obstante a importância da função mais utilitária e imediata da linguagem, de nomeação, estimulamos a leitura vagabunda⁶, indômita, desobediente, de modo a valorizar a liberdade dos estudantes, permitindo a mobilização de sentimentos insondáveis. Outra vez mais, estruturamo-nos em Reyes, que declara ser basilar, para o entendimento pleno das ficções, dos lugares e dos tempos, a conexão “[...] com sensações, emoções, ritmos interiores, símbolos talvez arcaicos e zonas recônditas e secretas de nossa experiência” (2021, p. 28). Em resumo, desconsiderar a importância da leitura literária na constituição e refazimento de espaços internos, em privilégio de perguntas e respostas sobre a obra – qual o tema, a data e local de nascimento do autor, o clímax, o desfecho? – é criar obstáculos à construção de pontes rumo ao material simbólico que ressignifica as vivências e que repensa a sociedade. Queremos que o ato de ler acolha a criatividade e a sensibilidade.

Por fim, uma questão: como perpetuar o costumeiro, ao sermos inquiridos por reflexões poderosas, como as de Antonio Candido, em “O direito à literatura” (2023)? Nesse artigo, o

⁶Segundo o historiador Roger Chartier (*apud* Pesavento, 2005, p. 8), “a leitura é rebelde e vagabunda”. “Leitores e ouvintes têm suas próprias trajetórias de vida, sua bagagem de experiências e de capital cultural [...]. Viajam no tempo e no espaço, tecendo redes de conexões tão vastas ou distantes que o texto se transfigura” (p. 8-9).

autor afirma ser a ficcionalização uma condição inerente para a reorganização e, com isso, a restituição de nós mesmos. Ora! Nesse cotidiano caótico e estilhaçado, no qual tudo escapa e o real se torna borrão, diante da aceleração provocada pela acumulação de capital, a literatura é o respiro que (re)ordena o sujeito, ao retirá-lo do turbilhão. Ela permite o (re)fazimento do trivial, ao tornar inteiro o que antes se encontrava descontínuo (Candido, 2023).

Ah... o poder das ficções! Como elas são fundamentais à aceitação da diferença e à não aceitação de um estado de coisas que nos aliena! Michèle Petit, que tateia pelas mesmas considerações de Candido, insere as artes/literatura no âmbito das produções de espaços íntimos, sem os quais torna-se impossível a relação consigo e com o próximo. É ela quem anuncia que, sem o sonho das palavras, faz-se inviável a elaboração de universos distintos, e a utopia torna-se inerte, deixa de nos movimentar a outras perspectivas. Temos, então, a mesmice a nos arrastar pelo tédio opressivo de horas inacabáveis carregadas de injustiças sociais. Imaginar é preciso. Imaginar é uma prerrogativa.

Yolanda Reyes (2021), Antonio Candido (2023) e Michèle Petit (2010): a literatura humaniza e todos dispomos do direito à sua fruição. Afinal, um país que se quer democrático, tem por obrigação garantir o tangível, como emprego, moradia, alimentação, e o intangível, como a arte/literatura.

Escola, professores e discentes: Projeto de Leitura

EMEB Professor Ruy Coelho.

A arquitetura da escola é antiga. Muros a cercam, portões de ferro a emolduram. Ambos, elementos dúbios, que protegem na mesma medida que segregam. Não obstante as simbologias contraditórias carregadas por esses dispositivos, a EMEB Professor Ruy Coelho é acolhedora e possui boa convivência com os moradores do entorno. Além da Educação de Jovens e Adultos, no período noturno, a escola oferece, nas manhãs e tardes, o Ensino Fundamental I – junto de algumas turmas de período integral. Não é raro que membros de um mesmo grupo familiar frequentem as salas de aulas durante todo o dia, em revezamento: os filhos, sobrinhos e netos, do nascer ao pôr do sol (regular), e os pais, tios e avós, quando a lua surge e a noite avança (EJA). Há mais: homens e mulheres que tiveram, em seus percursos, longos parênteses a fragmentar suas histórias. Aqueles(as) que, ainda meninos(as), sentaram-se nas carteiras infantis desse mesmo lugar... e que brincaram em devaneios, enquanto as professoras lhes ensinavam os primeiros substantivos, as básicas operações matemáticas... esses(as), cuja vida rompeu de forma violenta a trajetória acadêmica, retornam, resilientes e resistentes, ao mesmo pátio, aos mesmos corredores. Vêm (e virão) de outros trajetos, encontram (e encontrarão) outros professores. Entretanto, estão (e estarão) na EMEB Professor Ruy Coelho. Esses aspectos geracionais, essas cisões/uniões cronológicas, atestam processos históricos de marginalização socioeducacional. Adicionalmente, dão testemunho da insubmissão de seus agentes, que teimam em saber-se.

Segunda-feira, 17 de março de 2025.

A sala de aula é espaçosa e tem boa luminosidade. Ao fundo, armários com materiais e uma estante com alguns livros infantojuvenis, a serem trabalhados com as crianças do Fundamental I. Nas paredes, adesivos que fazem alusão ao reino das fantasias, elaborado por narrativas envolventes que promovem a junção simbólica entre o visível e o sentido. É possível pontuar que há certo empenho no fomento à leitura, já nos anos iniciais⁷. Direção, coordenação pedagógica e corpo docente realizam uma série de atividades, nesse quesito⁸. Incentivam a oralidade, estabelecem conexões mediadas no uso dos contos de fadas e fábulas das mais diversas – o que é indispensável ao exercício criativo. Precisamos, desde os passos iniciais, sair do presente, para a ele retornar, em dinâmicas de redefinições. Aos miúdos, é uma nova dimensão que se mostra. Petit (2019, p. 23), ao citar Hannah Arendt, lembra-nos que é urgente estimular um coração inteligente: “[...] é preciso transmitir o mundo às crianças, ensiná-las a amá-lo, para que um dia tenham a responsabilidade por ele. Pois ‘é o amor pelo mundo que nos traz uma atitude mental política’”.

Desnecessário dizer que a nossa relação com os discentes da EJA foi desenvolvida com o mesmo gesto, que procura a (re)apresentação e a (re)transmissão do mundo. Recusamos a lógica escolar que descarta o simbólico em nome do didatismo. A leitura, aqui, é campo de reconfiguração do sujeito, do redor. É um narrar-se; é um situar-se: poeticamente, filosoficamente, humanamente.

19H.

Oferecemos o Projeto de Leitura aos estudantes. Destacamos que a prática a ser desenvolvida não tem como finalidade avaliações posteriores, mas o intercâmbio de experiências, debates, entendimentos dissidentes do texto e do que está além do texto – de tudo aquilo que é bagagem pregressa a ser posta em diálogo, nessas múltiplas vivências operárias, migrantes. Leitura da palavra, leitura das gentes, leitura das estruturas, em dialética. Todo o processo foi mediado, compartilhado e modelado, em conjunto, diante das necessidades de seu próprio movimento.

Nesse primeiro dia, elencamos a lista de narrativas pré-selecionadas. Apresentamos nossas visões, ao ressaltar o horizonte emancipatório que mobilizamos na definição de contos, crônicas e poemas. Todos eles contemplariam autores(as) brasileiros(as), argentinos, uruguaios e chilenos. Nosso foco, indisfarçável, era o de abordar a literatura latino-americana. Com ela,

⁷ A Secretaria Municipal de Educação de Ferraz de Vasconcelos, no ano letivo de 2024, ciente da importância da leitura literária, criou, em todas as escolas, aulas próprias para essa finalidade. O público-alvo contemplou, em um primeiro momento, os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental I. A experiência, entretanto, foi descontinuada, já em 2025. Pesou, principalmente, a dificuldade em preencher o quadro docente. Trata-se de algo a ser contornado, caso as aulas de leitura sejam institucionalizadas.

⁸ Conscientes de que, além da oralidade, é preciso, desde o princípio, o contato com a materialidade da palavra escrita, para que o envolvimento íntimo com os livros ganhe contornos, um acervo foi adquirido (obras ilustradas, histórias em quadrinhos, mangás etc.), e a organização de uma biblioteca/gibiteca está para ser concluída.

pretendíamos tecer considerações acerca de uma história comum de colonização, ditaduras e resistências; tecer a identidade que estabelecesse o sentimento de solidariedade, por meio de uma herança e de um devir em comunhão. Descartamos o uso de escritos que tratassem, apenas, a realidade circundante. Nosso desejo era o de ampliar suas perspectivas, estender cronologias e cartografias. Era o de apresentá-los ao diferente, tornando o extraordinário, ordinário; fazendo do externo, íntimo. Que se enxergassem sujeitos, sim, de uma memória própria, mas, igualmente, atores de possíveis. Eis as escolhas: “Perguntas de um trabalhador que lê”, “Se os tubarões fossem homens” (Brecht); “Meu ideal seria escrever...” (Rubem Braga); “A última crônica”, “O homem nu”, “Notícia de jornal” (Fernando Sabino); “Uma galinha” (Clarice Lispector); “Provocações”, “A mancha” (Luis Fernando Verissimo); “As mãos de meu filho” (Erico Verissimo); “Pai contra Mãe” (Machado de Assis); “Geografias”, “Ausências” (Mario Benedetti); “A casa tomada” (Júlio Cortázar); e “Camilo” (Alejandro Zambra)⁹.

O infinito que reivindicamos

Deslocamento: de corpos, de palavras, de sentidos. A muitas mãos, o percurso foi reatualizado e outros textos, selecionados.

À exceção de Brecht, que figurou em nossa leitura inaugural, todos os demais ficaram pelo caminho¹⁰. Não em abandono, mas em descanso, em espera nas estações pelas quais passamos. Entroncamentos surgiram, sedutores, e as palavras, as concepções postas em conversa, sussurraram novos trilhos. O poema “Perguntas de um trabalhador que lê” (Brecht, 1966) ressoou em muitos. Sob a proteção dos versos livres e subversivos do poeta, os alunos proclamaram os seus, em motim: somos agentes históricos.

Escrito na década de 1930, na Europa submersa em uma espécie de cronologia-catástrofe, com as botas nazifascistas a marcharem e perseguirem, Brecht convocou os trabalhadores de todas as épocas a resistir. Na boca de um operário anônimo – portanto, coletivo – as certezas-silenciamentos difundidas pela História foram desafiadas. Ao prescrutar as eras, esse homem fictício e sanguíneo, observou, incrédulo e inconcluso, o apagamento sistemático imposto aos

⁹Os textos selecionados levaram em consideração uma série de eixos temáticos: deslocamento e exclusão social, literatura como direito e como abrigo simbólico, crítica das opressões naturalizadas, imaginação e reconfiguração do cotidiano, subjetividade e dignidade humana etc.

¹⁰Como se verá no decorrer do artigo/relato de prática docente, o poema de Brecht, “Perguntas de um trabalhador que lê” (1935), trouxe à tona inúmeras questões que repercutiram nos encontros seguintes, dentre elas, trabalho, concentração de renda, segregação/gentrificação, memória, justiça social e migração. Os textos, então, foram recompostos, com vias a atender as demandas argumentativas dos estudantes. Assim, trabalhamos: “Operário em construção” (1959), de Vinicius de Moraes; as músicas: “Cidadão” (1979), de Lúcio Barbosa [(gravadas por Zé Geraldo (1979); Zé Ramalho (1992))] e “Admirável Gado Novo” (1979), de Zé Ramalho; o conto “Baleia” (1938), de Graciliano Ramos; trechos do romance “O Quinze” (1930), de Rachel de Queiroz; trechos de “Capitães de Areia” (1937), de Jorge Amado; trechos de “Éramos Seis” (1943), de Maria José Dupré; e a crônica “Sobreviver em São Paulo” (2004), de Ferréz. A análise pormenorizada, deste Projeto de Leitura, abordará, em detalhes e reflexões mais aprofundadas, o poema de Brecht e a crônica de Ferréz. Entendemos que foram os principais desencadeadores das temáticas analisadas. Não obstante a importância dos demais textos, as discussões que se seguiram foram desdobramentos do poema e da crônica.

oprimidos. Deu voz: “Quem construiu Tebas de sete portas? / Constan nos livros os nomes dos reis; / terão os reis arrastado os blocos de pedra?” (Brecht, 1966, p. 75)... à medida em que o inquérito avançava, e o proletário sem nome, valendo-se da linguagem, adquiria ciência de situações que, antes, apenas intuía... quase um século depois, nas salas noturnas de uma escola suburbana da América Latina, os discentes reuniram, por intermédio dos versos declamados, indícios vitais à tomada de si. No intercâmbio entre os cenários ficcionais e os ambientes reais, elaboraram as suas dúvidas-certezas: “Onde estamos, na História? Onde estamos, agora?”. E, tal qual o poema, afirmaram a consciência: “Nos sentimos capazes”¹¹, disseram.

E aqui, cabe um parêntese. Mais: cabe outro elemento fundante da prática pedagógica que exercemos: o nosso pensar literário está em consonância com o nosso fazer historiográfico. O poema de Brecht foi selecionado por conter, esteticamente, a concepção transformadora da História – portanto, da sociedade – de Walter Benjamin. Na Tese VI de “Sobre o conceito de história”, ele menciona que “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo” (Benjamin, 2012, p. 243). Nesse texto, redigido numa França ocupada por tropas nazistas, pouco tempo antes da fuga frustrada e suicídio nos Pirineus, na “meia-noite do século” (Serge *apud* Löwy, 2005, p. 66), Benjamin defende um caminho epistemológico ligado a um compromisso ético-político. Para ele, a aparente “neutralidade” da História está intimamente de acordo com os interesses dos vencedores. A descrição do passado funciona como validação científica de uma rota que não poderia ser diferente. Dessa maneira, cristalizada e hermética, a História não estaria disponível a revisitações, a não ser como elo dentro de uma sequência lógica, linear, de fatos encadeados e determinados. A verdade uma apaga, do mesmo modo, as forças em conflito, as histórias possíveis e irrealizadas. “Sob a aparência da exatidão científica (que é preciso examinar com circunspeção), delineia-se uma história, uma narração que obedece a interesses precisos” (Gagnebin, 2009, p. 40). Para Benjamin, é no instante de perigo que risca os céus da História que as lutas se revelam e surge uma “imagem autêntica do passado” (Löwy, 2005, p. 65), que coloca em xeque a ideia do progresso ininterrupto, desejado pelas classes dominantes e ratificado pelo historicismo. Essa imagem que cintila na emergência serve de alerta e aponta destinos que ligam momentos cronologicamente variados, e os embates aos quais as classes oprimidas de outrora travaram, iluminam os conflitos emancipatórios de agora. A História se abre, pela perspectiva da luta contra todo tipo de opressão. É Benjamin (2012, p. 244), ainda, nessa mesma Tese VI, que soa o alarme de que “tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer”. Isso por conta do apagamento, da denegação e da falsificação; do desaparecimento físico, da tentativa de supressão de vestígios que permitam reconstruir presenças. Buscar o instante que lampeja é, portando, salvar da morte dupla os que tensionaram o poder. E, pela articulação entre temporalidades, a condição necessária à nossa própria salvação, já que “esse inimigo não tem cessado de vencer”. É por meio das

¹¹A expressão “Nos sentimos capazes” é utilizada em função metonímica. Mais do que um registro literal, trata-se da síntese das múltiplas vozes que participaram dos encontros.

possibilidades não realizadas do passado, que irrompem no presente, que erguemos um saber histórico vinculado à uma prática de (re)existência das classes oprimidas: o “escovar a história a contrapelo” (Benjamin, 2012, p. 245). Os passageiros da noite, de todos os fluxos temporais, unem-se pela palavra poética em deslocamento. Lembrar dos que foram é falar daqueles que são. É tornarmo-nos responsáveis pelos que virão.

“Nos sentimos capazes”, ecoaram.

Dos trilhos do trem para cá

Em 2004, Reginaldo Ferreira da Silva, conhecido com Ferréz, publicou uma homenagem-crítica aos 450 anos do município de São Paulo: a crônica “Sobreviver em São Paulo”¹² (Ferréz, 2018).

Autor das margens da cidade, sua literatura se compõem desse material longínquo, dejeito distante dos centros geográficos e econômicos. Seus personagens transitam pela vida em caminhos íngremes, estreitos – como são as vielas e escadarias que pontuam as paisagens afastadas. Despertam cedo, vão às estações da CPTM com o cansaço pregado nos corpos. Trabalham do outro lado da ponte, do outro lado dos trilhos. Novamente, eles: os passageiros do dia, os passageiros da noite, os estudantes da EJA. Ferréz os conhece, pertence a esse grupo. Sente os seus medos, as suas esperanças. Sabe da exclusão social imposta aos que sobrevivem nos bairros das franjas urbanas. E há uma inflexão, aqui: esses tipos periféricos são recorrentes na literatura brasileira. Frequentemente, figuram como tema, como inspiração, como objeto. Como voz? Não. Entretanto, desde o limiar do século XXI, a produção literária que os tem como personagens, passou a ouvi-los como autores, a vê-los como escritores, em carne. Nasceram no que antes era cenário (Nascimento, 2019). Cresceram pelas ruas do Capão Redondo, Brasilândia, Pirituba, Jardim Colonial... cresceram em meio aos descampados, ao amontoado de moradias. Fazem, agora, dessa topografia de carências, registros potencializados pela ficção. Mobilizam vocábulos marginais e formas transgressoras para a elaboração de uma estética que dê conta da segregação a que são submetidos, e que abordem, principalmente, a tenacidade que os permite continuar. Esse confeccionar literário – a Literatura marginal/periférica – ao falar das ruas, casas, escolas e postos de saúde inacabados, serve de metáfora aos habitantes incompletos. Porém, há camadas: essa falta não é lida como destino dado, mas como condicionantes arquitetadas, mediante as quais a rebelião¹³ orgânica é imprescindível. As letras, os textos que vêm das bordas do fim, ressaltam uma condição histórica de descarte, e relembram as desobediências corajosas dos oprimidos. Resistir é tarefa geracional. Assim, as palavras em movimento, mais e outra vez mais, conectam subversões.

A prosa de Ferréz é seca, dura, cortante. Traz, em sua composição, o linguajar informal, transformado, constantemente, pelo uso contínuo. Apesar de árida, sua escrita é sonora, já que nutrida pela oralidade cotidiana. Essas características estão em “Sobreviver em São Paulo”,

¹² A crônica foi publicada, pela primeira vez, no jornal *Folha de São Paulo*, na edição de 24 jan. 2004.

¹³ Rebelião justa, na medida em que busca a restituição da humanização, sistematicamente, negada (Arroyo, 2017).

crônica que se impôs em urgências. Fato incontornável: o trânsito entre “autor-mediador-discente-subjetividade-concretude” fez da narrativa marginal, da voz intrusa e indesejada pelo poder, presença obrigatória nas tertúlias da EJA. De que maneira? Bem, no decorrer dos encontros, a partir do poema “Perguntas de um trabalhador que lê” (Brecht, 1966), os conceitos de trabalho, migração e cidade organizaram as nossas atividades de leitura. Fonema a fonema, sílaba a sílaba, os alunos deslocaram sentidos e, sobre histórias emprestadas, encontram as suas. Deram som aos versos do trabalhador anônimo brechtiano; vestiram o macacão de zuarte, d’O operário em Construção, de Vinicius de Moraes; cantaram, no coro dos descontentes, e junto de Zé Ramalho, as duras estrofes de “Cidadão”¹⁴:

Tá vendo aquele edifício, moço?
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Era quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar
Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão
E me diz, desconfiado
Tu tá aí admirado
Ou tá querendo roubar? (Barbosa, 1992).

“Sobreviver em São Paulo” (Ferréz, 2018) foi a síntese de todos esses gritos e sussurros engasgados – e que encontraram vocalização nas ficções que reordenaram o mundo, a História. Foi destino, chegada, fronteira.

Na crônica, Ferréz promove a anti-festividade, o anti-aniversário paulistano. Em meio aos discursos laudatórios e às imagens que celebram, o autor se coloca como dissonante, como vulto numa paisagem enevoada: sua fala não vem dos salões, não se adorna em ternos bem alinhados; a metrópole que lhe dá guarida não é de concreto. Sua gíria emerge das lajes, em roupas largas, na São Paulo que ainda é lama: “... aqui é Sampa, também, mas do marketing estamos além, fora da festa, fora da comemoração” (Ferréz, 2018, p. 28). Depois da ponte, depois dos trilhos do trem, de onde observa, vê as costas do monumento ao Borba Gato, símbolo distorcido da excepcionalidade de uma elite de 450 anos. Nas mãos do bandeirante de pedra, o fuzil, que outrora assassinava indígenas em nome do progresso, é reatualizado na mesma violência: na contemporaneidade, cerceia, mantém “[...] os catadores de materiais recicláveis, os balconistas, os motoristas, os flanelinhas, as empregadas domésticas, os vendedores ambulantes, os vigilantes, os meninos da Febem, os 118 mil presos de todo o Estado” (Ferréz, 2018, p. 29) do

¹⁴“Cidadão” foi composta por Lúcio Barbosa, em 1979. No mesmo ano, foi gravada por Zé Geraldo, no álbum “Terceiro Mundo”. Em 1992, ganhou nova interpretação, por Zé Ramalho, no álbum “Frevoador”.

lado de lá. A segregação, capital, ganha forma literária: muitos espaços da urbe só são acessíveis às camadas populares na condição de prestadores de serviços. Esses são os dias dos passageiros noturnos, da EMEB Professor Ruy Coelho. Pela linguagem, dão ortografia ao *apartheid* social. Pela linguagem, repercutem Ferréz, tanto em denúncia, quanto em resistência: “Construímos e não moramos, fritamos e não comemos, assistimos mas não vivemos, passamos vontade, mas passamos adiante” (Ferréz, 2018, p. 29).

“Nos sentimos capazes”, concluem.

Considerações Finais

Na elaboração deste artigo, optamos pelos tensionamentos da produção escrita científica. O texto, para nós, não deve conter, exclusivamente, os resultados obtidos. Diante de uma prática que teve no conceito de “deslocamento” – físico, simbólico, afetivo e epistêmico – seu elemento estruturante, nossas palavras soariam incoerentes, caso se fizessem estáticas e comentassem, unicamente, o medido, o planilhado. Ora... não analisamos objetos, não realizamos experiências materiais, mas compartilhamos saberes com sujeitos, cujas vidas pulsam, desejam, rebelam. Escolhemos, portanto, o caminho da narração, e trouxemos, na urdidura de sua composição, as vias não retilíneas, os trajetos rompidos, retomados e reinventados... tal qual o palmilhar dos estudantes da EJA.

É preciso mais um parêntese: a argumentação por meio do ensaio. Pela linguagem e pela forma, recorremos à prosa ensaística como categoria desestabilizante das certezas tecnocratas, que pautam o processo educativo por índices avaliativos e métricas empresariais. Valemo-nos de Adorno, para quem “[...] a lei formal mais profunda do ensaio é a heresia. Apenas a infração à ortodoxia do pensamento, torna visível, na coisa, aquilo que a finalidade objetiva da ortodoxia procurava, secretamente, manter invisível” (Adorno *apud* Albuquerque Júnior, 2019, p. 13). Ou seja, somente pervertendo o discurso que se quer objetivo, técnico, neutro e asséptico, é que desvendaremos o que a ortodoxia cientificista e neoliberal quer manter invisível: a educação como desenvolvimento da subjetividade, como gesto crítico e rebelde que possa conflitar, sem tréguas, o ser, e conceber um vir a ser. Alojado entre a arte e a ciência, o ensaio se encena em hibridismos subversivos, no esforço de “[...] dar nova orientação conceitual à vida, à medida que se alija da perfeição gélida da ciência positivista” (Albuquerque Júnior, 2019, p. 14). O ensaio é uma elaboração e uma reelaboração discursiva da existência, do trânsito. É um pensar provisório por intermédio de lacunas, quebras, estações. Sincrético, permeia-se de ficções e realidades: pensa, poética e historicamente, os passageiros da noite. Em desdobramento, estimula uma atitude autônoma, contra-hegemônica e inconformista.

O desenvolvimento do Projeto de Leitura não se deu sem conflitos, sem desvios. Não apenas as indagações e os significativos silêncios, mas as recusas colocadas pelos alunos fizeram das mediações algo em constante reinvenção. Deparamo-nos com rotinas fragmentadas, que desembocaram na inconstância da frequência escolar. Testemunhamos a exaustão laboral e outros múltiplos atravessamentos que marcaram a dinâmica dos encontros. Tais circunstâncias

deram plasticidade ao planejamento e algo de inconcluso costurou as ações. Mantivemos, porém, o compromisso com o inacabado – mas o inacabado freiriano, no qual a falta é força motriz à completude (Freire, 2016). Seguimos.

Os debates atestaram a importância da oralidade e os elos que ela proporciona. Pela palavra dita, exploramos os olhares e as percepções dos discentes, quando tocados pelo que líamos, em comunidade. Descobrimos como ideias elaboradas em conjunturas distintas – lugares insondáveis, datas imemoriais – repercutiram entre aquelas paredes de salas e noites conhecidas. A ressignificação do mundo, por meio de contos, crônicas e poemas, fez-se perceptível. O trato anárquico com o impresso, demoliu qualquer autoridade textual e permitiu que as experiências, individual e coletiva, muitas vezes ásperas, ganhassem contornos estéticos. Uma inédita maneira de sentir e pensar os dias gastos e injustos criou condições para que se imaginasse o novo, o íntegro. Entre tantos deslocamentos, o respiro para a simbolização: chegar ao que se toca a partir do etéreo.

Já o aspecto instrumental do texto, deixamos à deriva, sem remorsos e com assentimentos.

Por fim, na circularidade deste ensaio, retornamos à Michèle Petit (2010, p. 292): “[...] a literatura não é uma experiência separada da vida; a literatura, a poesia e a arte estão também na vida; é preciso prestar atenção”.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019.
- ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- BARBOSA, Lúcio. **Cidadão**. Intérprete: Zé Ramalho. 1992. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RFtw0_qNI54. Acesso em: 15 jul. 2025.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Completas**: V. I. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BRECHT, Bertolt. **Poemas e canções**. Trad. Geir Campos. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966.
- CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. São Paulo: Todavia, 2023.
- FERRÉZ. **Cronista de um tempo ruim**. São Paulo: Selo Povo, 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.
- NASCIMENTO, Érica Peçanha do. Literatura e Periferia: considerações a partir do contexto paulistano. In: DALCASTAGNÉ, Regina; TENNINA, Lúcia (org.). **Literatura e Periferias**. Porto Alegre/RS: Zouk, 2019.

Deslocamentos e literatura na educação de jovens e adultos (EJA): leituras mediadas na EMEB Professor Ruy Coelho, em Ferraz de Vasconcelos (SP)

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Palavras para crer**: imaginários de sentidos que falam do passado. SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2. Disponível em: <https://www.discursosead.com.br/mesas-ii-sead>. Acesso em: 15 jul. 2025.

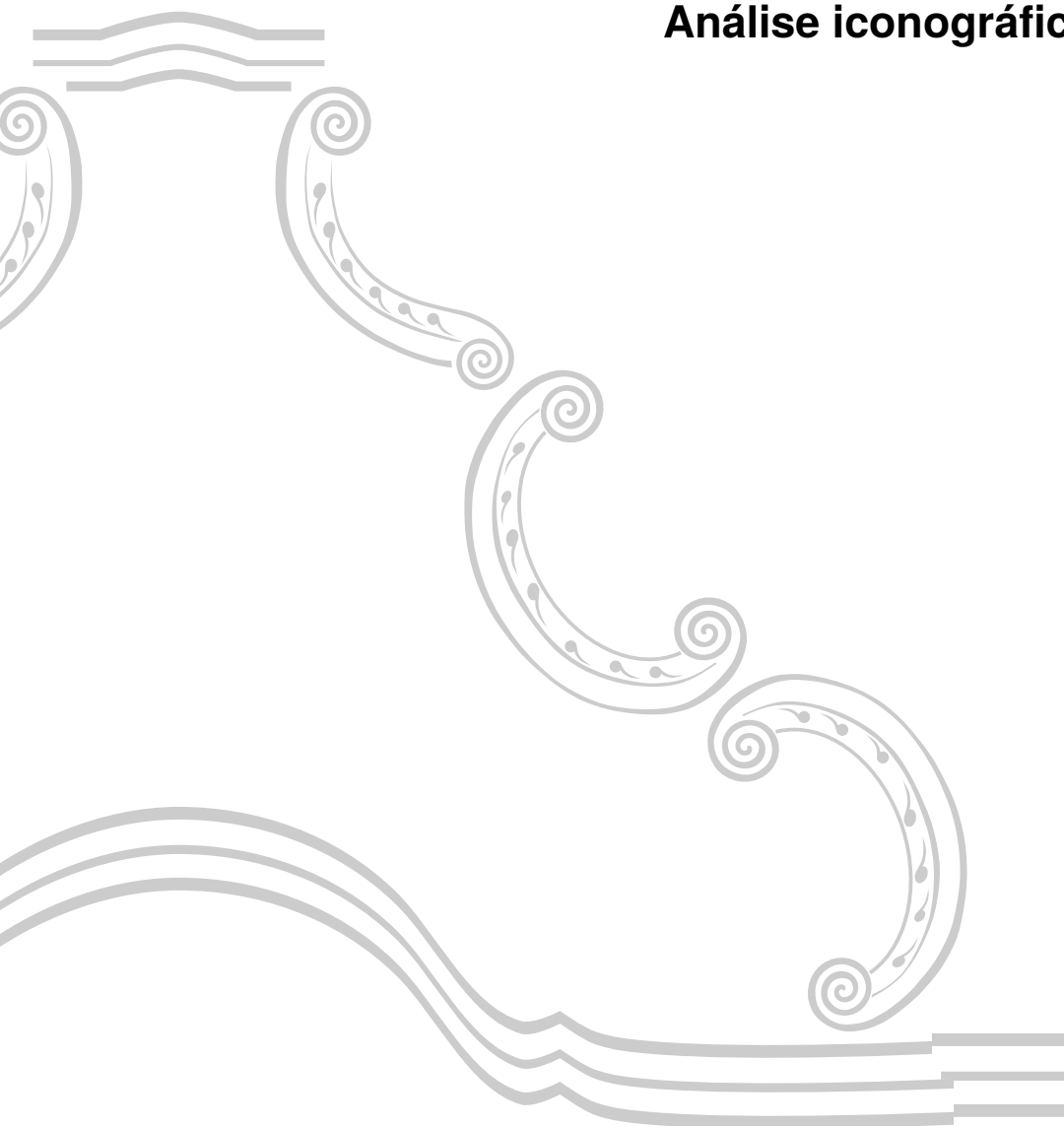
PETIT, Michèle. **A arte de ler**: ou como resistir à adversidade. Trad. Arthur Bueno e Camila Boldrini. São Paulo: Editora 34, 2010.

PETIT, Michèle. **Ler o mundo**: experiências de transmissão cultural nos dias de hoje. Trad. Julia Vidile. São Paulo: Editora 34, 2019.

REYES, Yolanda. **A substância dos contos**: as vozes e narrativas que nos constituem. Trad. Susana Ventura. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2021.

Recebido em 30 jun. 2025. Aprovado em 30 jul. 2025.

Análise iconográfica



Pequeno álbum iconográfico dos costumes do Sertão: uma masculinidade vaqueira nos sertões coloniais e oitocentistas

Francisco Isaac D. de Oliveira¹

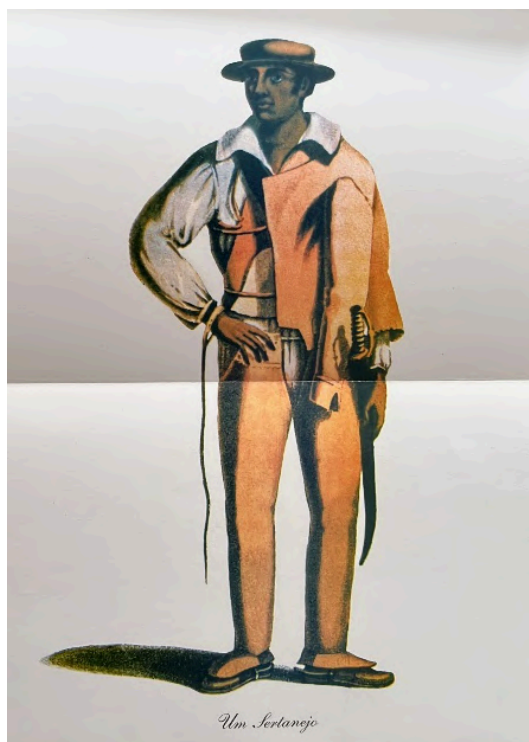
Revista Galo v. 6 n. 12

<https://doi.org/10.53919/g12i>

Com o avanço das pesquisas e a conectividade dos arquivos e pesquisadores nesse mundo contemporâneo, e principalmente com a popularidade das redes sociais e o bom uso dessa ferramenta, hoje é possível ter mais acesso à informação e aos achados e compartilhamentos da arte iconográfica sobre os costumes dos sertões.

Aqui desenrolamos 5 imagens importantes sobre a vida dos homens, mais precisamente a vida dos vaqueiros, esses homens negros livres, mestiços e ou pardos que davam vida ao mítico herói da caatinga nos séculos XVII, XVIII e XIX. Fica claro a partir dos muitos textos e estudos historiográficos, e agora dessa pequena iconografia, que esses homens eram homens de cor, ex-escravizados ou mestiços que entravam no mato em busca do gado.

Figura 1 — Sertanejo, disponível no livro *Viagens ao Nordeste do Brasil* do viajante inglês Henry Koster. Século XIX



¹Doutor em História Social pela PUC-SP.

Figura 2 — Um vaqueiro montado num boi, do caderno de ilustração do Príncipe Maximilian Alexander Philipp zu Wied-Neuwied em sua visita ao Reino do Brasil (Cerca de 1815–1817)



Figura 3 — Modos como os vaqueiros capturam os bois no Brasil, do caderno de ilustração do Príncipe Maximilian Alexander Philipp zu Wied-Neuwied em sua visita ao Reino do Brasil (Cerca de 1815–1817)



Figura 4 — Um sertanejo de Charles Landseer/Highcliffe Album/Acervo Instituto Moreira Salles.
Certanjero or Cattle driver from the Certão of Pernambuco, do artista inglês Charles Landseer



Figura 5 — fotografia de um vaqueiro nas feiras de Santa Ana no Sertão da Bahia — typos do norte do Império do Brasil (cerca de 1880). Coleção de dona Thereza Christina Maria



Nas cinco imagens podemos ver a roupa característica que protege os corpos desses homens. Ela transmite leveza e masculinidade ao mesmo tempo. O couro, material nobre que vem do próprio boi, é primordial para confecção dessa bela “armadura” contra a vegetação e os espinhos dos caminhos estreitos da mata seca, esse paramento está perpetuado no imaginário popular e permanece até os dias de hoje chantados na cultura sertaneja do Nordeste e do Brasil.

Vejam também como a imagem do vaqueiro está ligada ao entendimento de sertanejo, em várias imagens compiladas na memória ligamos imediatamente essas duas imagens quase como irmãs siamesas, inseparáveis e indissociáveis no nosso imaginário, vaqueiros e sertanejos são uma extensão do mesmo corpo.

Nesse sentido, os sertões incógnitos do começo do século XVII até meados do século XVIII, ficaram praticamente escondidos, do que hoje conhecemos como Bahia até o estado do

Maranhão, esses espaços interioranos foram lentamente ocupados pelas fazendas de criação bovina, é nesse cenário que os viajantes estrangeiros em passagens pelo sertão irão descrever por meio de imagens esses míticos personagens históricos. É justamente nesse período que surgiram as figuras dos vaqueiros, esses são introduzidos à História do Brasil como um elemento a mais, na complexa relação na sociedade colonial.

Esses eram homens na maioria das vezes livres, na maioria dos casos não possuíam terras, eram eles que se encarregavam das grandes boiadas que atravessavam os sertões em busca das grandes cidades do litoral.

Seu pagamento era realizado quase sempre pelo sistema de “partilha”, recebendo certo número de reses nascidas no ano, os animais jovens eram a forma de pagamento pelo serviço prestado aos donos dos grandes rebanhos de gado, esse acordo em geral era feito na base de um quarto do número total de cabeças, após cinco anos de serviço.

Esses homens, rudes e duros na lida diária, muitas vezes ex-escravizados fugidos das fazendas e engenhos do litoral, foram os verdadeiros conquistadores do sertão (sem maniqueísmos), foram os vaqueiros que abriram os caminhos no sertão do atual Nordeste, assim como fizeram os indígenas e mestiços nas fronteiras das capitânicas de São Paulo, Goiás e Minas Gerais, os vaqueiros fundaram vilas e povoações ao longo desses caminhos de bois, e ocuparam áreas e vilas nunca antes visitadas por portugueses, espaços totalmente virgens da presença dos colonizadores.

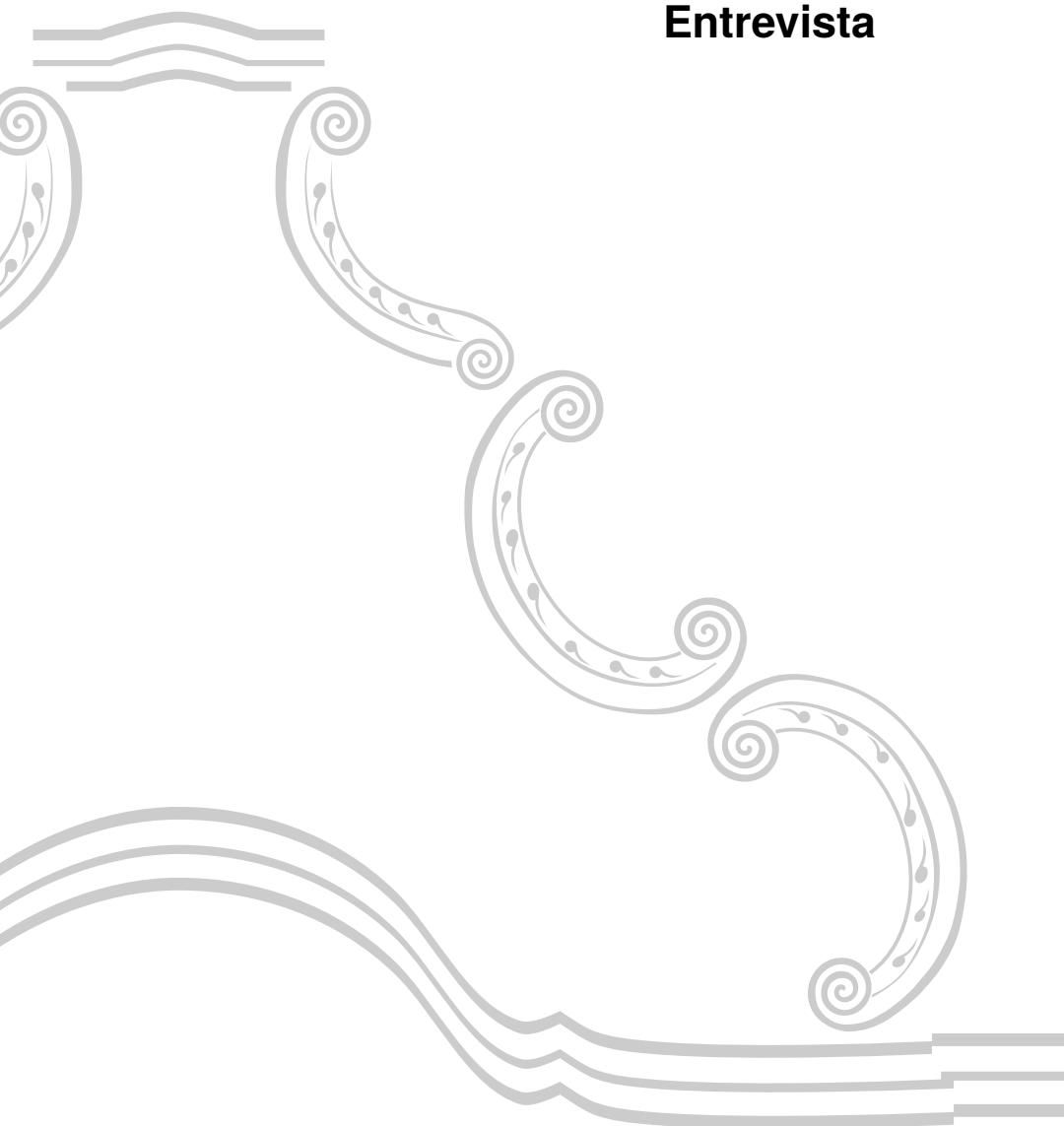
A análise iconográfica dos registros visuais sobre o vaqueiro nos sertões coloniais e oitocentistas permite compreender como a construção da masculinidade sertaneja foi forjada em meio às dinâmicas econômicas, sociais e culturais da colonização do interior da América portuguesa. As 5 imagens estudadas revelam não apenas o caráter laborioso e resistente desses homens, mas também a simbologia do couro, do corpo e do cavalo como extensões da identidade do trabalhador do sertão.

O exame dessas representações evidencia que o vaqueiro, majoritariamente negro, pardo ou mestiço, ocupou um lugar de protagonismo na expansão territorial e na formação de uma cultura própria, que ainda hoje persiste nas expressões artísticas e na memória popular. Ao unir arte, trabalho e identidade, essas imagens constituem um repertório visual de grande relevância para a historiografia brasileira, permitindo revisitar o passado sob a ótica dos sujeitos subalternos que ajudaram a construir o sertão e sua mítica figura heroica.

Dessa forma, esse “pequeno álbum iconográfico” ultrapassa o valor ilustrativo, tornando-se uma ferramenta de interpretação histórica, social e simbólica do Brasil profundo, onde o vaqueiro emerge como síntese da resistência, da habilidade e da dignidade sertaneja.

Recebido em 30 jun. 2025. Aprovado em 1 jul. 2025.

Entrevista



Entrevista da professora Denise Mattos Monteiro concedida ao pesquisador Bruno Balbino Aires da Costa

Bruno Balbino Aires da Costa¹

Revista Galo v. 6 n. 12
<https://doi.org/10.53919/g12v>

A entrevista concedida pela professora Denise Mattos Monteiro a mim, Bruno Balbino Aires da Costa, e publicada na revista *Espacialidades* (v. 18, n. 1, 2021), representou um importante registro para a compreensão de sua trajetória acadêmica e das contribuições que sua obra oferece ao campo historiográfico e à história da historiografia. Com o objetivo de retomar esse diálogo com a historiadora Denise Monteiro, decidi elaborar uma nova entrevista — empreendimento este realizado com a anuência da professora —, ampliando a exploração de aspectos de sua formação, de sua trajetória profissional e de sua produção intelectual.²

1. A senhora formou-se em História pela USP, mas decidiu cursar seu mestrado na PUC-SP. A Bolsa de Demanda Social da CAPES pesou na escolha ou havia outras motivações? Por que a senhora não continuou na PUC-SP, decidindo retornar a USP para fazer o doutorado?

Em relação ao meu mestrado, minha primeira opção seria, claro, a USP; em primeiro lugar porque foi onde fiz minha graduação e, em segundo, porque é a mais importante universidade brasileira. Mas, no final dos anos 70, as vagas de orientação que surgiam para o mestrado eram preenchidas preferencialmente por alunos da graduação da própria USP, escolhidos pelos professores, alunos que consolidaram com eles uma relação acadêmica. Não era o meu caso. Quando conclui o curso, em novembro de 1976, eu já era mãe de um menino nascido um mês antes. Meses depois, em março de 1977, vim morar em Natal. Somente após dois anos (março de 1979) voltaria a São Paulo para fazer o mestrado.

A PUC-SP oferecia o curso de pós-graduação em História Social (fundado em 1972), tinha ótimos professores e convênio com a CAPES. Dessa forma, foi para lá que me dirigi para fazer meu mestrado com “bolsa de demanda social”, sob a orientação da professora Estefânia Knotz Canguçu Fraga.

No doutorado, consegui, para minha alegria, retornar à universidade onde havia me graduado. Isso foi possível porque os professores do programa de pós-graduação abriram

¹Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3538-182X>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6237253183382621>. E-mail: bruno.aires@ifrn.edu.br.

²Nota do editor: uma primeira versão dessa entrevista foi publicada na Revista *Espacialidades* em 2021, agora ampliada pelo entrevistador e entrevistada, essa nova versão publicada na Revista Galo 2025.2.

cotas no doutorado destinadas a receber alunos de fora da USP, com bolsa CAPES. O professor Edgar Carone, orientador na área de História Econômica, tinha duas vagas de orientação para o ano de 1988, sendo uma da CAPES. Concorrendo com outros candidatos, consegui ficar com essa vaga. Durante o doutorado obtive ainda uma “bolsa sandwich” do CNPQ (durante a qual, é claro, a bolsa da CAPES era suspensa) para pesquisar no exterior. Assim, durante todo o ano de 1990 morei em Paris com meus dois filhos, de 10 e 13 anos, estando ligada à Universidade de Paris-Sorbonne, sob a orientação da professora Kátia de Queirós Mattoso.

2. Em nossa entrevista anterior, foi mencionado que em contrapartida à concessão da Bolsa de Demanda Social da CAPES para fazer o mestrado na PUC-SP, a senhora assumia o compromisso de ingressar como docente à UFRN quando concluísse essa pós-graduação. Como e em que circunstâncias foi feito esse acordo? Quem mediou? Essa forma contratação era um acordo da CAPES em parceria com as Universidades?

Na década de 1970, houve uma forte expansão do ensino superior no Brasil. Foi no bojo dessa expansão que, na UFRN, o professor Domingos Gomes de Lima foi nomeado reitor para o período 1975/1979. Nesse período a construção do campus central tomou impulso, novos cursos e laboratórios foram criados e, o mais importante no meu entender, foi implementada uma política de capacitação docente, com disponibilização de recursos visando esse objetivo. Isso se traduziu não só na contratação, como professores, de inúmeras pessoas com formação universitária vindos de outros estados e do exterior, mas também no envio de dezenas de professores recém-contratados para fazer pós-graduação em outros estados, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro. A gestão de Domingos Gomes de Lima foi muito semelhante à de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, nomeado reitor da UFPB no mesmo período. Essa expansão do ensino superior ocorreu conectada à própria expansão da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. A CAPES havia sido criada em 1951, durante o segundo governo Vargas, sendo que na década de 1970 ela originou um grande avanço na política nacional de pós-graduação.

Foi nesse contexto que cheguei em Natal, em março de 1977, com meu companheiro na época, que tinha graduação em Física na USP. Ele foi contratado pelo Departamento de Física da UFRN. Meses depois fui trabalhar como bolsista pesquisadora no PLEFHANN (Projeto de Levantamento de Fontes da História da Agricultura do Norte e Nordeste), equipe do Rio Grande do Norte, a convite do professor Hermano Machado Ferreira Lima, do Departamento de Filosofia, História e Geografia. Desse trabalho resultou uma monografia que seria publicada mais tarde pela Editora Universitária. Me foi sugerido então procurar o Curso de História para tentar obter uma vaga como professora colaboradora, o que tentei, mas não consegui. Algum tempo depois, os responsáveis pelo curso resolveram realizar um “teste”, como foi denominado, para “professor colaborador” em História Econômica do Brasil. Eu me inscrevi no teste, realizado no começo do ano de 1978, que consistia em duas

provas escritas, uma sobre “conteúdo” e outra sobre “legislação”. Eu passei, mas não fui “classificada”, pois fui aprovada em 6º lugar. Solicitei, e obtive, da chefe do Departamento de Filosofia, História e Geografia na época, a professora Dalva de Oliveira, uma certidão de minha participação nesse teste. Em seguida à sua realização, o professor Fausto Pinheiro, que lecionava aquela disciplina, me chamou para conversar na sala dele na universidade. Disse que havia gostado muito da minha prova de conteúdo, mas que infelizmente a palavra final não era dele.

No final desse mesmo ano de 1978, meu companheiro, após dois anos trabalhando no Departamento de Física, obteve uma bolsa da CAPES para fazer o mestrado na USP. Então, eu procurei a professora Dalva de Oliveira para tentar obter também uma bolsa da CAPES, para realizar o meu mestrado, mas na modalidade “demanda social”, já que eu não era professora na UFRN. Como naquele momento a universidade vivia justamente sob o reitorado do professor Domingos Gomes de Lima, minha solicitação foi encaminhada mediante meu compromisso tácito de me integrar à UFRN como docente, quando concluísse essa pós-graduação, retribuindo assim o que fora em mim investido. Esse compromisso foi consolidado com a minha contratação como “professora colaboradora” do Curso de História, em março de 1979. No começo de 1982 eu regressei a Natal, com meu companheiro e duas crianças, pois minha filha nasceu no primeiro ano do mestrado. Comecei a dar aulas e simultaneamente redigir a dissertação, defendida na PUC-SP em março de 1983.

Na primeira metade da década de 1980, alguns poucos professores do Curso de História obtiveram o título de mestre. A partir, se não me falha a memória, do ano de 1987, por determinação do Ministério da Educação, o ingresso na carreira docente federal passou a ocorrer mediante concurso público de provas e títulos, exigindo-se formação específica na área objeto do concurso. Isso abalaria progressivamente as estruturas do que podemos chamar de “universidade oligárquica”.

3. Apesar de ser historiadora de formação, inicialmente, a senhora não foi inserida no Departamento de História da UFRN, sendo integrada aos cursos de graduação de Economia e de Ciências Sociais. Por quê? De que maneira a aproximação com os docentes da área de Economia e Ciências Sociais, contribuiu para a sua pesquisa em História do Rio Grande do Norte? Pergunto ainda: a senhora sofreu algum tipo de assédio, discriminação, perseguição por ser uma professora vinda de fora do Rio Grande do Norte?

Minha entrada como professora no Departamento de História não foi nada fácil, sobretudo porque eu era a única vinda “de fora”, ao contrário do que ocorreu em vários outros departamentos da UFRN, que incorporaram mais de um(a) “forasteiro(a)”. O xenofobismo era grande, especialmente na área de Humanas. Vários professores recém-chegados não aguentaram a pressão e foram embora, perdendo a universidade ótimos quadros.

Quando ingressei na UFRN como professora, me foram designadas disciplinas a serem ministradas no Curso de Economia e no Curso de Ciências Sociais. Dessa forma, fiquei afastada do Curso de História basicamente durante toda a primeira metade dos anos 80.

Do meu ponto de vista, o que acontecia basicamente é que os professores “da casa”, não todos, ressalte-se, mas a maioria, se sentia ameaçada pela presença daqueles que traziam novas contribuições teóricas e práticas de ensino. No meu caso, esse xenofobismo duraria de fato toda a década de 1980.

Eu era chamada de “a paulista” (e sou carioca de Madureira), “alienígena” e coisas do tipo. O auge dessa reação à minha presença se deu, é claro, quando eu comecei, finalmente, a lecionar História do Brasil no próprio Curso de História. O fato mais expressivo dessa reação se deu em decorrência de uma iniciativa dos alunos: após eu lecionar História do Brasil Colônia por um semestre para uma turma, essa mesma turma resolveu fazer um abaixo-assinado, dirigido à coordenação do curso, solicitando que eu ministrasse a disciplina de Brasil Império. Foi a gota d’água. Em reação, um antigo professor, formado em Direito, que era de fato “a autoridade” no departamento, disse, numa plenária de professores, que o departamento sempre fora “uma grande família” (o que de fato era considerando-se as relações de parentesco ali existentes), mas que “alguém estava promovendo a discórdia interna”, “insuflando os alunos”. Nesse momento, vários presentes olharam para mim, e ele acrescentou “isso é como um quisto”. Talvez tenham imaginado que eu finalmente desistiria, sendo “extirpada”. Mas não foi o que ocorreu, pois sempre tive clareza do que poderia e deveria ser meu papel na universidade pública.

Deve ser acrescentado que no meu caso, porém, além de eu incomodar por ser “forasteira” e portadora de novas propostas de ensino e pesquisa, havia um componente político e ideológico forte. Por um lado, eu militava no movimento sindical docente, lutando pela democracia nos estertores da ditadura, em meio a um departamento muito conservador; por outro, eu utilizava, e utilizo, ferramentas do materialismo histórico nas minhas análises. Assim, aos epítetos de “paulista”, “alienígena” e “quisto”, foi acrescentado o de “comunista”.

Somente na primeira metade dos anos 90 o Curso de História da UFRN passaria a ser integrado por docentes mediante concurso público de provas e títulos, com exigência de formação na área. Dessa forma, a face do curso mudaria definitivamente, sem espaço para práticas oligárquicas, onde nepotismo e apadrinhamento estiveram presentes como via de acesso à docência durante décadas.

A aproximação com docentes da área de Economia e Ciências Sociais, mais especialmente essa última, contribuiu para minha pesquisa em História do Rio Grande do Norte na medida em que pude incorporar o conhecimento produzido por docentes dessa área, em seus trabalhos de pós-graduação.

- 4. Sua vida acadêmica foi pujante. Além de artigos, livros e capítulos de livros publicados, a senhora criou grupos de pesquisa na UFRN, ministrou diversas disciplinas na graduação e na pós-graduação e, ainda, participou ativamente do movimento sindical de professores da Universidade. Além da vida profissional/acadêmica, a senhora era mãe. Como conseguiu conciliar as demandas da vida privada, como o fato de ter de cuidar dos filhos, por exemplo, e a vida acadêmica?**
Enquanto eu cursava o mestrado na PUC-SP, morando a duas quadras dessa universidade, no bairro de Perdizes, eu pude contar com a excelente creche da PUC, naquela época. Mas quando voltei para Natal tudo ficou mais difícil, pois não havia então creches na cidade, nem particulares, onde meus filhos pudessem passar pelo menos uma parte do dia. Somente quando ingressaram na pré-escola, eu pude dispor de mais tempo para meu trabalho de ensino e pesquisa. Eu penso que o que realmente me tornou possível conciliar as demandas da vida privada com a vida acadêmica foi o fato de que a docência na universidade permite um horário flexível (não é, por exemplo, uma fábrica), e isso é um grande privilégio da profissão.
- 5. Ao longo de sua formação como aluna de graduação e professora do Departamento de História, a senhora sofreu algum tipo de preconceito pelo fato de ser mulher?**
Como aluna de graduação e depois professora, nunca sofri preconceito pelo fato de ser mulher. Nunca me pareceu que houvesse alguma diferença entre ser pesquisadora mulher ou pesquisador homem, provavelmente porque a área de humanas sempre foi predominantemente feminina. Acredito que nas engenharias, por exemplo, é diferente. Imagino que num canteiro de obras, por exemplo, as mulheres não se sentem tão bem acolhidas...
- 6. Em 1993, a senhora criou um projeto intitulado “Formação de acervo bibliográfico: História e historiografia regional/RN”. Esse projeto foi muito importante para a pesquisa em História regional, mais especificamente, em História do Rio Grande do Norte. Em alguns departamentos de História, projetos de pesquisa similares aos da senhora já haviam sido criados em décadas anteriores, como é o caso do “Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR)”, fundado em 1976, na UFPB, pela professora Rosa Godoy. Pode-se dizer que o seu projeto de pesquisa foi inspirado no NDIHR ou em outros similares? Se sim, que contatos/trocas intelectuais a senhora manteve com outros historiadores e outras historiadoras, como a professora Rosa Godoy e Joana Neves, interessados/interessadas pela pesquisa em História Regional? Havia algum tipo de parceria intelectual entre os pesquisadores/as pesquisadoras dessa área? Quais eram os/as principais autores/autoras que influenciaram a sua reflexão na área de História Regional?**
Meu projeto de pesquisa, visando não só a formação de um acervo bibliográfico sobre história do Rio Grande do Norte, mas também uma revisão historiográfica, foi influenciado,

sem dúvida, pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), criado em 1976, na UFPB, sob a coordenação da professora Rosa Godoy, do Departamento de História dessa universidade. Mas deve ser enfatizado que o NDIHR era um órgão suplementar da reitoria da UFPB e interdisciplinar, reunindo professores de outras áreas de Humanas que não só a História, sendo que vários deles haviam chegado à Paraíba na leva de contratações do final dos anos 70. Esse Núcleo, portanto, reunia as condições para fazer seminários, desenvolver projetos, realizar cursos, palestras, etc.

O NDIHR foi para mim um grande apoio em termos de trocas intelectuais, o que me motivou a manter um contato permanente com a UFPB. Minha aproximação com o grupo de professores a ele ligado, reunindo “forasteiros” e alguns professores “da casa”, foi não só acadêmica, mas também afetiva, o que é compreensível, considerando-se meu isolamento no Departamento de História da UFRN, nos anos 80. Eu comungava com o grupo de historiadores do NDIHR uma visão crítica da História e a convicção de que era necessário desenvolver pesquisas em História Regional e Local.

Alguns autores/obras que influenciaram minha reflexão em História Regional naquela época foram: *Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil*, de Francisco de Oliveira e Henri P. Reischstul. (Estudos CEBRAPE, 1973); *Elegia para uma re(li)gião*, de Francisco de Oliveira (1977); *O capital e seu espaço*, de Alain Lipietz (publicado em Paris em 1977 e no Brasil em 1987); *Crise agrária e luta de classes. O Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889*, de Hamilton de Mattos Monteiro (1980); *A terra e o homem no Nordeste*, de Manuel Correia de Andrade (4ª edição em 1980); *Anais do Seminário Internacional Sobre Disparidade Regional*, Forum Nordeste/SUDENE (1982); *A questão Nordeste. Estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos político e ideológicos*, organizado por Sílvio Maranhão (1984); *O Norte agrário e o Império*, de Evaldo Cabral de Melo (1984); *O regionalismo nordestino. Existência e consciência da desigualdade regional*, de Rosa Godoy da Silveira (1984); *Região e História: questão de método*, de Rosa Godoy da Silveira (Simpósio Nacional de História, 1985); *Estado, espaço e região: novos elementos teóricos*, de Paulo Henrique Martins de Albuquerque (1985); *Introdução à formação econômica do Nordeste*, de Leonardo Guimarães Neto (1989); *República em migalhas. História Regional e Local*, organizado por Marcos Silva (1990), onde consta um artigo de minha autoria.

7. Para a senhora, qual é a contribuição que a História regional pode dar para a compreensão da dita história nacional?

A história do Brasil durante muito tempo se confundiu com a história de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, basicamente. O Nordeste, por exemplo, só tinha importância na historiografia no que se referia ao período colonial. Essa hegemonia do Sudeste na historiografia brasileira é compreensível pois ela corresponde à própria hegemonia dessa região no desenvolvimento do capitalismo no país.

Mas para entender de fato o Brasil, como um território e uma nação constituída a partir do século XIX com dimensões continentais, é preciso atentar para os processos

históricos que conformaram determinados espaços como “regiões”. Qual o lugar da parte no todo, e como o todo explica cada parte? Trata-se do pressuposto teórico da articulação dialética entre o geral e o particular, o particular e o geral. Ele permite compreender, entre outras questões históricas, aquela da desigualdade regional no Brasil.

À medida que os cursos de pós-graduação em História foram sendo implantados em diferentes universidades espalhadas pelo país, as pesquisas tendo por objeto temas da História Regional ganharam um grande impulso, o que fez avançar enormemente a historiografia brasileira.

- 8. No começo dos anos 2000, a senhora submeteu dois projetos ao CNPq: o primeiro, intitulado “Política de terras no Rio Grande do Norte (1850–1930)”, e o segundo, “Política de mão-de-obra no Rio Grande do Norte: elite agrária e estratégias de controle da força de trabalho (1860–1915)”, desenvolvidos, respectivamente, entre 2000–2003, e 2003–2007. O que a motivou a pesquisar sobre os temas da política de terras e a política de mão-de-obra? Os conflitos agrários no país, como por exemplo, o massacre do Eldorado dos Carajás, ocorrido na década de 90, despertaram-lhe para essas temáticas?**

Com toda a certeza. O trabalho intelectual tem necessariamente vínculos sociais, para o bem ou para o mal. Do meu ponto de vista, o historiador tem uma contribuição a dar às lutas sociais do seu tempo.

A luta pela terra no Brasil é secular, pois tem origem no período colonial. No Rio Grande do Norte, por exemplo, a colonização do sertão, no século XVIII, se fez com o estabelecimento de fazendas de criação de gado, o que implicou a destruição da população nativa porque, por um lado, os indígenas foram expropriados de suas terras e, por outro, foram utilizados como trabalhadores escravos nessas mesmas terras que lhes pertenciam. A escravidão indígena só foi abolida — oficialmente, ressalte-se — na América portuguesa em 1755. Foram os seus descendentes, num processo de miscigenação com homens livres pobres, brancos e negros, que passaram a constituir a força de trabalho no sertão. A escravidão negra foi abolida no Brasil em 1888, mas aqueles homens e mulheres que haviam sido escravizados por mais de três séculos não puderam ter acesso à propriedade da terra: a primeira Lei de Terras do Brasil, datada de 1850, portanto 38 anos antes da abolição, que já estava no horizonte, havia garantido, basicamente, que esse acesso só seria possível mediante a compra, e que sesmarias e grandes posses já existentes poderiam ser legalizadas. Assim, durante a Colônia e o Império, formou-se uma grande massa de mão de obra no país, herdada pela República e composta por homens e mulheres a quem só restava vender sua força de trabalho.

Essa secular luta continua se arrastando no tempo, deixando mortos pelo caminho. Exemplos disso são a permanente criminalização do MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), sobretudo na grande mídia, com periódicos ataques aos seus acampamentos pelo país afora, e a invasão de terras indígenas, cuja necessidade de demarcação é uma

batalha permanente, sob ataque agora do chamado “marco temporal”, proposto por proprietários de terras, ou seus representantes no Congresso Nacional.

Creio que fazer pesquisas e produzir estudos sobre esse processo é uma contribuição que o historiador pode dar a essa longa e árdua luta pela terra. Foi o que procurei fazer, pois como resultado desses dois projetos, apoiados pelo CNPq, que você menciona na sua questão, eu escrevi e publiquei quatro artigos.

9. Seu último projeto de pesquisa, intitulado “Dos portos do sertão para o porto de Natal: produção e vias de comércio na capitania/província do Rio Grande do Norte (1750–1860)”, desenvolvido entre 2008 e 2012, retomou o seu interesse em investigar as relações comerciais, mais especificamente, as vias portuárias do comércio interno do Rio Grande do Norte. O que a levou a essa pesquisa?

Quando eu estava pesquisando e estudando para escrever o livro “Introdução à História do Rio Grande do Norte”, eu me deparei com a existência na capitania, durante a segunda metade do século XVIII, de pequenos estabelecimentos próximos à foz dos rios Açu e Mossoró, nos quais, aproveitando-se a criação de gado no sertão e a extração de sal nessas áreas litorâneas, desenvolveu-se a fabricação de carne seca, a ser exportada para outras capitanias. Eram as denominadas “oficinas”, que impulsionaram também a produção de couro para exportação. Isso despertou minha curiosidade porque, primeiro, elas implicavam um processo manufatureiro em pleno período colonial e, segundo, deram origem a um porto — o chamado “porto do Açu-Oficinas” —, que englobava uma área fluvial e uma marítima, no litoral setentrional da capitania. Essa área se tornou, assim, um escoadouro para a produção sertaneja e, também, uma porta de entrada de mercadorias não produzidas localmente. Por quase um século, esse porto foi o mais importante porto do Rio Grande do Norte.

Assim sendo, uma pesquisa a ser desenvolvida sobre essa área sertaneja, nesse período, poderia somar estudos a dois eixos temáticos fundamentais e interligados na História do Brasil: a formação do mercado interno — contraponto ao processo histórico de expansão do capitalismo dependente no país — e o desenvolvimento da atividade manufatureira de base local — na contramão desse processo. Desenvolvida a pesquisa, também com o apoio do CNPq, dela resultou um artigo, que foi por mim publicado.

10. A primeira edição do livro *Introdução à História do Rio Grande do Norte* foi publicada no ano 2000, pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EDUFRN). Por que optar por uma editora universitária? Como foi o trâmite para publicar a obra pela EDUFRN?

Não foi exatamente uma questão de opção. Em primeiro lugar, eu era docente da UFRN, portanto era um caminho natural publicar pela editora da Universidade; em segundo lugar, tratava-se, como se trata, de uma editora pública com um trabalho reconhecido, e, por último, há 25 anos não havia opções viáveis em termos de editoras privadas. Dessa

forma, com os originais do livro em mãos, procurei a EDUFRN, então sob a direção do prof. Hermano Machado Ferreira Lima (Depto. de Filosofia), para saber da possibilidade de publicação. Passado um tempo, que suponho tenha sido de avaliação pelo conselho editorial, a resposta foi positiva.

11. Dois anos depois, foi lançada uma nova edição do livro, desta vez pela Cooperativa Cultural Universitária. O que motivou a mudança de editora?

Quando a 1ª edição estava quase esgotada, e como o livro era muito procurado, me dirigi à EDUFRN para saber da possibilidade de publicação de uma segunda edição. O falecido professor Pedro Vicente da Costa Sobrinho (Depto. de Ciências Sociais) dirigia a editora, enquanto o professor José Willington Germano (do mesmo Departamento) era o presidente do conselho editorial. A resposta foi negativa.

Em conversas com o professor Carlos Newton da Costa Lima Jr. (Depto. de Arquitetura), então presidente da Cooperativa Cultural Universitária, foi aventada a possibilidade de uma segunda edição pela Cooperativa, o que de fato se concretizou.

12. Em 2015, *Introdução à História do Rio Grande do Norte* passou a ser publicada por uma editora comercial, a Flor do Sal. O que a levou a escolher essa editora? Como se deram as tratativas para essa nova publicação?

A terceira edição do livro havia sido publicada em 2007, pela EDUFRN, quando era dirigida pelo prof. Enilson Medeiros dos Santos, do Centro de Tecnologia, mas estava esgotada, e o livro continuava sendo bastante procurado. Assim sendo, no final do ano de 2010, tentei uma nova reedição por essa mesma editora, sob a direção do prof. Herculano Ricardo Campos (Depto. de Psicologia), mas sem sucesso. Tentei também a Cooperativa Cultural Universitária, em cuja direção estava o prof. José Willington Germano, mas também sem sucesso. Ao terminar o ano de 2011, procurei novamente a EDUFRN, então sob a direção da profa. Margarida Maria Dias de Oliveira (Depto. de História). Mais uma tentativa inútil. O fato de que me aposentei em 2007, apesar de ter permanecido como professora colaboradora voluntária até o final de 2010, teria sido a razão dessas negativas? Não posso afirmar.

Quanto à editora Flor do Sal, ela tinha como um de seus editores Flávia Celeste Martini Assaf, que havia sido minha aluna no Curso de Graduação em História da UFRN. Sabendo do meu interesse em uma 4ª edição do livro, essa editora se propôs a publicá-la, o que foi para mim uma grande alegria, especialmente pelo cuidado que tiveram com essa 4ª edição.

13. Quando surgiu a ideia de escrever *Introdução à História do Rio Grande do Norte* (2000), havia algum livro que serviu como modelo ou inspiração em termos de estrutura e proposta? Em caso afirmativo, qual(is) foi(ram) a(s) referência (s)?

A importância de quadros cronológicos para a melhor compreensão de processos históricos ficou clara para mim desde minha leitura, na década de 1970, da obra “Brasil História.

Texto e Consulta”, organizada pelos professores Antônio Mendes Jr. e Ricardo Maranhão, publicada em 4 volumes pela Editora Brasiliense. Essa coletânea foi reeditada pela Editora Hucitec, em 1989.

A ideia de incluir no meu livro, como anexos, alguns documentos históricos me foi inspirada pela obra da saudosa professora Déa Fenelon, de quem fui aluna no mestrado, intitulada “50 textos de História do Brasil”, publicado pela Hucitec em 1974, e reeditada em 1986 (Hucitec/UNESP).

- 14. O detalhe do quadro “Dança dos Tarairiu”, do pintor holandês Albert Eckhout, aparece em todas as capas das edições da obra. Por que a escolha dessa pintura para compor a capa? Por que destacar apenas a parte esquerda da pintura e não sua totalidade? Essa opção foi sua ou dos editores?**

Todas as gravuras do livro foram por mim selecionadas e extraídas de livros de minha própria biblioteca (através de fotocópias), e entregues à EDUFRN. Quanto à capa das três primeiras edições, ela é uma referência a meu ver obrigatória aos habitantes nativos do território, que foram em grande parte eliminados por diferentes meios utilizados pelo avanço colonial. A escolha de apenas um detalhe da pintura de Albert Eckhout está ligada à ideia de uma introdução imagética ao primeiro capítulo do livro, que trata basicamente da resistência indígena no sertão. Com efeito, embora o pintor holandês da corte de Maurício de Nassau, no século XVII, tenha intitulado essa pintura “Dança dos Tapuias”, os indígenas, erguendo seus punhos armados, parecem confabular, organizando aquela resistência.

- 15. Na capa da edição de 2015, apenas os olhos do indígena foram destacados. Houve algum motivo para enfatizar esse elemento específico da pintura de Albert Eckhout?**

Para a 4ª edição do livro pela editora Flor do Sal, eu insisti na manutenção da referência aos indígenas na capa do livro. O responsável na editora por designer gráfico e capa sugeriu então o detalhe do olhar, em meio a uma capa vermelha. E eu gostei muito.

- 16. Alguns dos mapas incluídos no livro foram elaborados pela senhora? Caso positivo, como se deu o processo de criação e edição desses mapas? Foi utilizado algum software específico à época? Houve participação da equipe editorial nessa etapa?**

Para a 1ª edição do livro, sete mapas foram elaborados por mim mesma, na base de lápis e papel, e assim foram entregues à editora da UFRN. Foram os mapas das figuras 9, 13, 18, 27, 29, 30 e 40. Uma vez entregues à editora, com os originais do texto, desconheço a partir daí o processo técnico utilizado na edição, assim como desconheço esse processo nas demais edições.

17. Houve participação dos editores na revisão do texto, na escolha dos elementos gráficos ou na definição da estrutura do livro *Introdução à História do Rio Grande do Norte*? Em caso afirmativo, de que forma essa contribuição se deu?

Na 2ª edição, publicada pela Cooperativa Cultural Universitária e impressa na Offset Gráfica e Editora Ltda., que imprimia, por exemplo, calendários, houve mudanças nos elementos gráficos. Infelizmente, quando já avançada a impressão, eu detectei inúmeros erros, como o desaparecimento de parágrafos inteiros e de notas de rodapé. Em consequência, a impressão foi interrompida e teve que ser refeita.

18. Ao longo das edições do livro, apenas os professores Raimundo Arrais e Manuel Correia de Andrade escreveram prefácios sobre a obra. A que se deve essa escolha desses nomes?

Quando da publicação da 2ª edição pela Cooperativa Cultural Universitária, o professor Raimundo Arrais (Depto. de História), que ocupava o cargo de secretário do conselho administrativo da Cooperativa, me procurou pessoalmente e sugeriu a inclusão de um prefácio; sugeriu mais, que ele fosse o autor.

Na elaboração da 3ª edição, eu convidei o saudoso professor Manuel Correia de Andrade, da UFPE, para escrever o prefácio. Ele era um intelectual por quem sempre tive grande admiração e respeito, especialmente pelo seu papel fundamental nos estudos sobre o Nordeste. O professor Manuel já havia escrito o prefácio de meu livro “Um outro Nordeste. O algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880–1915)”, publicado pelo Banco do Nordeste do Brasil, em 1985. Além disso, também nos anos 80, me convidou a escrever um artigo para a Revista Ciência e Trópico, da Fundação Joaquim Nabuco, publicado em 1987. Ter prefácios de Manuel Correia de Andrade é uma honra para mim.

19. Todas as edições incluem anexos com documentos relacionados à história do Rio Grande do Norte. Qual o motivo de inseri-los? O que orientou a seleção dos tipos documentais que foram colocados em anexo?

Creio que a inclusão de documentos históricos, na íntegra ou parte deles, é especialmente relevante quando se trata de um livro didático ou paradidático na área de História, pois em essência o que caracteriza o ofício de historiador é a pesquisa de documentos, em suas diferentes formas, mas sobretudo de documentos escritos. Incluí-los no livro, referenciados ao conteúdo tratado, é também uma forma de demonstrar como se constrói o conhecimento histórico. A seleção dos documentos que foram por mim anexados se baseou, como não poderia deixar de ser, na sua pertinência e relevância para a compreensão do conteúdo exposto no texto.

Recebido em 23 ago. 2025. Aprovado em 1 out. 2025.

Poesia



Amor de poeta

Ângelo Cardoso Sá¹

Revista Galo v. 6 n. 12

<https://doi.org/10.53919/g12m1>

Objeto de observação desta canção
eu vejo todos os dias
mesmo se não visse, seria como se estivesse por perto.

Leio todos os dias
essa é a ferramenta da composição,
pensas que me usurpas coração?

É que beijo sem saber
quando não beijo, sinto seus lábios.
Venero lhe constantemente,
pensas que não vejo sua paixão em minha mente?
Nunca deixamos de ser-a-man-tes.

Canto por dó,
sempre observo nossas ações.
Valorizo essa nossa essência.
Nunca cogitamos que so-mos-di-a-man-tes,
na condição que estamos, não dá tempo pra tudo!
Salvo em meus versos,
acredito que a composição é o caminho pra redenção!

Ponho aqui o meu coração
podemos mudar o mundo.
Quem será feliz assim?
Somente você, mulher amada
sigo só-a-man-do nesse caminho longo,
em que ontem já foi, hoje também e amanhã?
Não sei!

Recebido em 30 dez. 2024. Aprovado em 3 jul. 2025.

¹Graduado em Letras pela UFMG, mestrando em Literaturas de Língua Portuguesa pela PUC Minas (bolsista FAPEMIG), especialista em Gestão Escolar pela USP e pedagogo em formação pela FAPRI. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8014-9803>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2351017461575942>. E-mail: angelocardososa10@gmail.com.

Sonho de lugar

Alex Ribeiro Maia Baroni¹

Revista Galo v. 6 n. 12

<https://doi.org/10.53919/g12m2>

Lá perto de casa tem um navio perto do rio.
A beleza do rio é impactante e o vento é uivante.
Não há barulho mais alto que seu assobio.
Quando anoitece, esfria bastante.

As pessoas se reúnem em torno da fogueira.
Saciam seus sentidos horas adentro.
Entre todas as árvores, se encontra a bela palmeira.
Todos dormem aquecidos a noite inteira.

Acordam felizes cercados pela floresta verdejante.
Ao som de pássaros que voam a todo instante.
Ao brilho do sol, as águas cintilam.
Repletas de peixes que nadam em círculos.

Ao som do violão todos cantam.
Músicas modernas e cânticos de longa data.
Felizes e alegres, todos dançam.
Nem lembram-se mais da hora exata.

Eis que chega a hora da despedida.
Foram momentos de grande alegria.
Alguns se emocionam na saída.
Esperando todos pelo próximo dia.

Recebido em 30 dez. 2024. Aprovado em 30 jul. 2025.

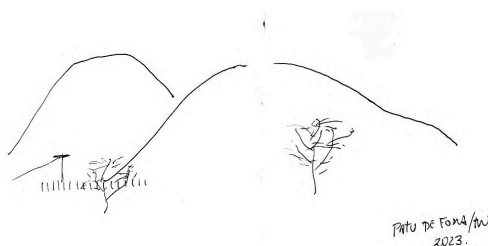
¹Mestre em Administração de Empresas pela FGV, especialização em Marketing pela UNISUL, especialização em Engenharia Eletrônica e Eletromecânica pela UCAM, graduado em Processamento de Dados pela UVA. E-mail: baroni.alex@gmail.com.

Desenhos de cidades do sertão

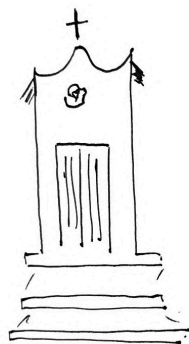
Gustavo Leite Sobral¹

Revista Galo v. 6 n. 12

<https://doi.org/10.53919/g12m3>



PATU DE FOMAS
2023.



CAPELA DE
SANTA
TEREZINHA
JERMA NOVA
2023.

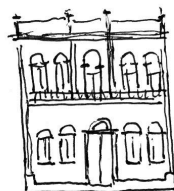
¹Mestre em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM-UFRN).
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6130-988X>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4597440453072251>. E-mail:
gustavo@gustavosobral.com.br.



Desenhos de cidades do sertão



MATINZ



MUSEU
HIST.
MATINZ



CASARNO



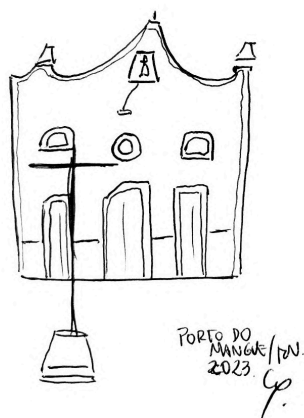
NIQUO N.S.
DO UIRAMANTO



CAPELA N.S.
CORIOLICAO

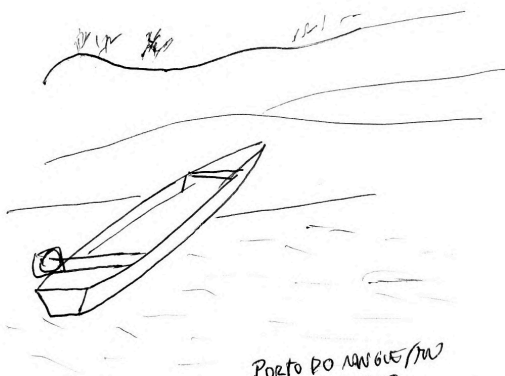




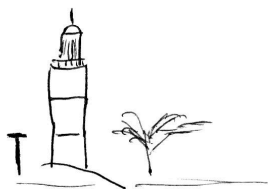




Porto do
Mangue/PA
2023
Y.



Porto do Mangue/PA
2023
Y.

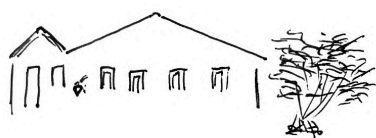
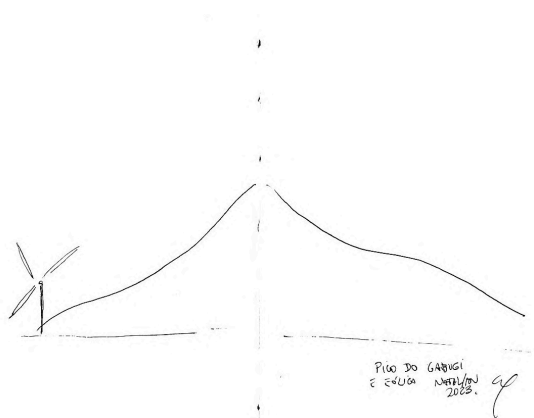


FAROL DE FONTE
DO MEL / NV
2023 CP.



IGREJA MATINE
SÃO JOÃO BATISTA
ASSU / NV
2023.

Desenhos de cidades do sertão



SERENA NOVA/PAU 2023. GO



SERRA NOVA/RN
2023. G.



SERRA NOVA/RN
2023. G.

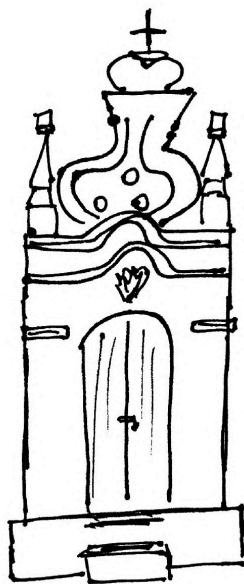


SERRO
NOVA/PA
2015.



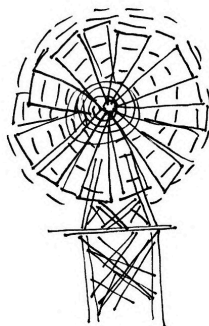


CASA CANAUA E
Cadeia
PORTALEGRE/PV.
2023 R.



NICHO N.S. MARTINS/PW
LIVRAMENTO. 4/2023.

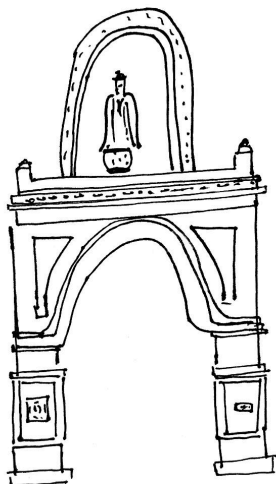




Moinho
de Macaú (RN)
4/2023.



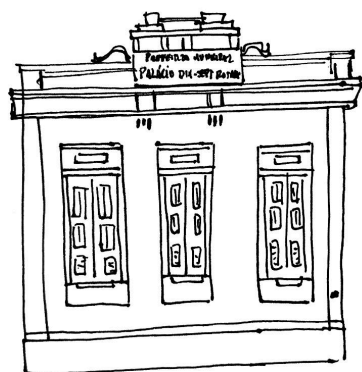
COLÉGIO DIOCESANO
SANTA LUZIA
Mossoró (RN)
4/2023.



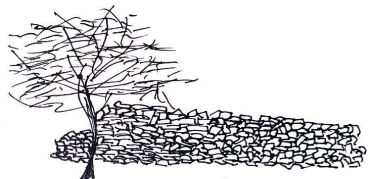
ARCO DO TRIUNFO
CAICÓ/PW
2023.



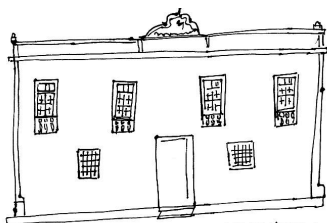
CARAUUBAL
A330/PW 2023



PREFEITURA
GOV. DIX-SEPT ROSADO/12/2023.



CERCA DE PEDRA
SERRA NEGA/PA
6/2023.



4/2023.

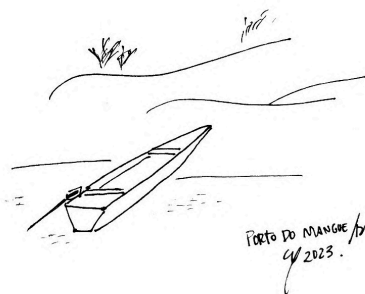
CASA DE GAMA
E GOMES
PONTALEGRE/PA



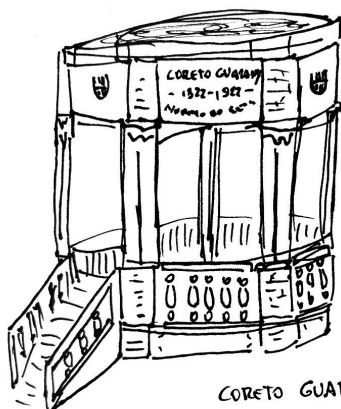
CENITÉRIO MARILIN
6/2023.



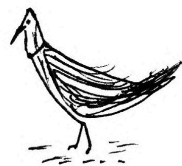
CASA DE PEDRA
CUIBÓ/PA
4/2023.



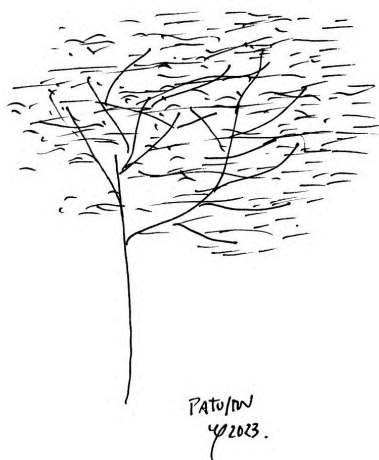
PORTO DO MANGUE/PA
4/2023.



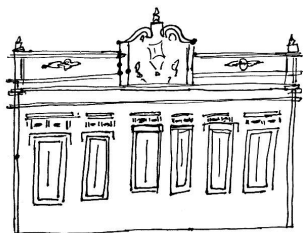
CORETO GUARANY
CURRÊS NOVOS/PA
2023
4/



PORTO DO MANGUE/RN
CP 203



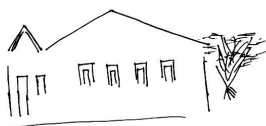
Desenhos de cidades do sertão



CASA CULTURA RABINAL-
PQU DOS FERREIS/MN
4/2023.



SERRA NOVA/MN
4/2023.



PLANALTA DA DIVERSA
LARGO CULCADO
MPOI/MN
2023.

Recebido em 1 fev. 2025. Aprovado em 1 ago. 2025.

Ficha técnica

Editor científico

Francisco Isaac Dantas de Oliveira

Organização da edição

Me. Gustavo Sobral; Dr. Octávio Santiago; Dra. Juliana Bulhões

Capa

Gabriel Araújo

Corpo editorial

Adriana Gomes
André Cabral Honor
Antonio de Ruggiero
Charles Monteiro
Diego Antonio Galeano
Elisgardênia de Oliveira Chaves
Helder A. M. de Macedo
Jimmy Medeiros
Jonis Freire
Juçara da Silva Barbosa de Mello
Leonardo da Silva Claudiano
Luis Rosenfield
Marcia Sueli Amantino
Maria Aparecida da Silva Andrade
Margarita Suárez
Renan Marinho de Castro
Vanessa dos Santos Oliveira
Yvone Dias Avelino

Pareceristas *ad hoc*

Amanda Lacerda de Lacerda
Ariane de Medeiros Pereira
Caio Rodrigo Carvalho Lima
Heverton da Silva Guedes
Laísa Fernanda Santos de Farias
Leandro Gomes Gentil
Maiara Silva Araújo
Matheus Amilton Martins
Otávia Feio Castro

Editores e diagramação dos textos

Gabriel Araújo

Tipografia

Libertinus, Tex Gyre Heros

Adriano Charles da Silva Cruz
André Figueiredo Rodrigues
Bruno Balbino Aires da Costa
Daniel de Souza Leão Vieira
Eduardo Wright Cardoso
Fábio L. Castelo Branco Brito
Izaskun Álvarez Cuartero
João Fernando Barreto de Brito
José D'Assunção Barros
Juliana Fillies Testa Muñoz
Luciana Murari
Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte
Marcia Severina Vasques
Mariza Silva de Araújo
Mônica de Souza Nunes Martins
Santiago Silva de Andrade
Vivian Cristina da Silva Zampa

Anna Karolina Vilela Siqueira
Bruno Miranda Braga
Claudia Cristina de Mesquita Garcia Dias
Isabela Padilha Papke
Laura Oliveira Motta
Luciano Cesar da Costa
Márcia Maria Alves de Assis
Natália Martins de Oliveira Gonçalves

Av. Parque das Lagoas, 195. Parnamirim, RN, CEP: 59154-325